

COMO A EUROPA SUBDESENVOLVEU A ÁFRICA

WALTER RODNEY



COMO A EUROPA
SUBDESENVOLVEU A ÁFRICA

CLÉ CÓPIAS

Nº CÓPIAS: 211 F.V.

Nº PASTA: Rós Rivair

B

330.96
R694c

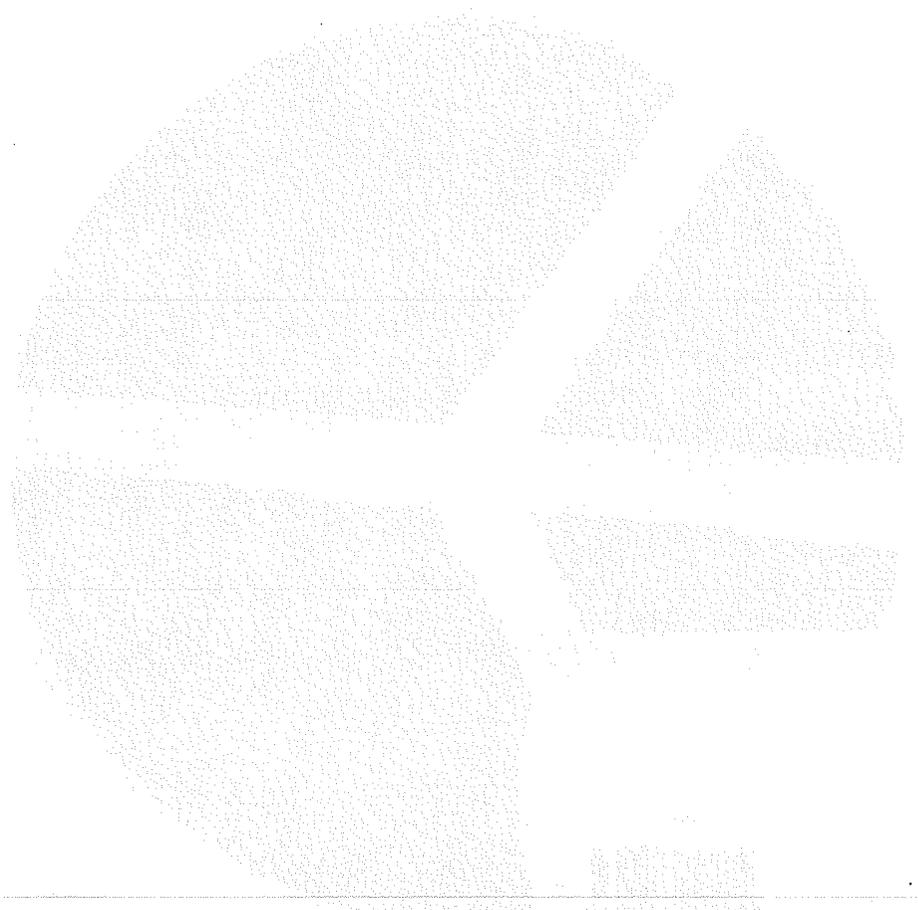
454020

08840318



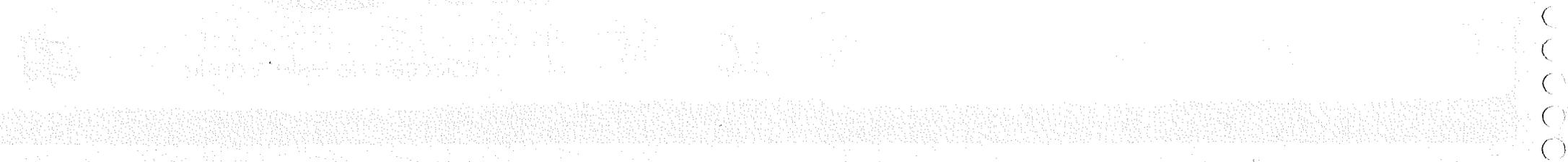
coleção de leste a oeste

Handwritten notes at the top of the page, possibly including a date or title.



Vertical handwritten text or a list of items on the left side of the page.

Handwritten notes on the right side of the page, possibly including a date or a short paragraph.



volumes publicados

1. *Um Actor em Viagem (Cuba 1970/1972)*
Rogério Paulo
2. *A Segurança e a Cooperação Europeias*
3. *Programa Comum do Governo (Esg.)*
4. *Os Estados Unidos em Movimento*
Compilação de Roger Kempf
5. *A Minha Guerra com a C. I. A.*
Norodom Sihanouk
6. *A Ciência, a Paz e a Segurança Mundial*
Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos
7. *A Autogestão à Prova*
Milojko Drulovic
8. *Duas ou Três Coisas sobre a União Soviética (2.ª ed.)*
Martine Monod
9. *Alguns Principios do Partido*
Amílcar Cabral
10. *A Guerra em Angola*
Mário de Andrade e Marc Ollivier
11. *Análise de Alguns Tipos de Resistência*
Amílcar Cabral
12. *O Despertar da Revolução Brasileira*
Márcio Moreira Alves
13. *O Socialismo vai Bem*
Michel Jouet
14. *Sete Palmos de Terra e um Caisão*
Jusó de Castro (2.ª Edição)
15. *Como a Europa Subdesenvolveu a África*
Walter Rodney

colecção

de leste a oeste

WALTER RODNEY

COMO A EUROPA SUBDESENVOLVEU A ÁFRICA

Tradução de
Edgar Valles

Capa de
Acácio Santos

© Bogle — L'Ouverture Publications
Empresa de Publicidade Seara Nova, S. A. R. L.
Rua Bernardo Lima, 23-1.º Esq.º — Lisboa

PUCRS/BCE



0.884.031-8



SEARA NOVA

1975

Sist: 397239
Reg: 454020
Data: 18/12/2007

Título original:

How Europe Underdeveloped Africa

390.96
B694C
01

Í N D I C E

Prefácio 9

CAPÍTULO I

Algumas questões sobre o desenvolvimento 11

1.1. Que é o desenvolvimento? 12

1.2. Que é o subdesenvolvimento? 25

CAPÍTULO II

Como a África se desenvolveu antes da chegada dos Europeus. Até meados do século XV 49

2.1. O panorama geral 49

2.2. Alguns exemplos concretos 72

CAPÍTULO III

A contribuição africana para o desenvolvimento capitalista europeu. O período pré-colonial ... 107

3.1. Como a Europa se tornou o sector dominante no comércio mundial 108

3.2. A contribuição de África para a economia e crenças do incipiente capitalismo europeu 117

**BIBLIOTECA
CENTRAL**

CAPÍTULO IV

A Europa e as raízes de subdesenvolvimento africano — Até 1885	133
4.1. O tráfico de escravos europeu como um factor básico no subdesenvolvimento africano	133
4.2. Estagnação e distorção tecnológica na economia africana na época colonial	146
4.3. A continuação do desenvolvimento político-militar	161
4.4. O advento do imperialismo e colonialismo	193

CAPÍTULO V

O contributo de África para o desenvolvimento capitalista da Europa. O período colonial	209
5.1. Exportação da mais-valia africana no colonialismo	210
5.2. O fortalecimento dos aspectos tecnológicos e militares no colonialismo	245

CAPÍTULO VI

O colonialismo como um sistema para subdesenvolver a África	291
6.1. Os supostos benefícios do colonialismo para a África	292
6.2. O carácter negativo das consequências sociais, políticas e económicas	321
6.3. Educação para o subdesenvolvimento	344
6.4. Desenvolvimento por contradição	377
Posfácio, por A. M. Babu, ministro do Governo tanzaniano	411

P R E F Á C I O

O contexto deste livro é a situação da África dos nossos dias. Rebusca o passado, unicamente porque de outra forma seria impossível compreender o presente e decifrar as linhas de orientação do futuro próximo. Na busca de uma compreensão do que hoje se chama «subdesenvolvimento» africano, os limites de estudo tiveram que ser estabelecidos no século XV por um lado e no fim do período colonial por outro.

O ideal seria que a análise do subdesenvolvimento abrangesse não só 1960, fim da era colonial, mas também o presente. O fenómeno do neocolonialismo exige investigação aprofundada de molde a formular-se as estratégias e táticas da emancipação e desenvolvimento da África. Este estudo não vai tão longe mas, ao menos, certas soluções estão implícitas numa correcta abordagem histórica, assim como determinados remédios são, ou não, indicados por um diagnóstico correcto da situação do doente. Felizmente, os factos e a interpretação que se seguem contribuirão de algum modo para reforçar a convicção de que o desenvolvimento africano só se tornará realidade se se romper com o sistema capitalista internacional, o qual tem sido o principal factor

do subdesenvolvimento da África nestes últimos cinco séculos.

Como o leitor terá ocasião de verificar, o problema da estratégia do desenvolvimento será abordado na secção final por A. M. Babu, ex-ministro da Economia e do Planeamento do Desenvolvimento, o qual se dedicou activamente a adaptar estas linhas ao contexto tanzaniano. Não foi por acaso que este texto no seu todo foi escrito na Tanzânia, onde a teoria do desenvolvimento tem sido acompanhada por uma prática muito mais positiva que em várias outras partes do continente.

Muitos colegas e camaradas participaram na preparação deste trabalho. Especiais agradecimentos aos camaradas Karim Hirji e Henry Mapolu, da Universidade de Dar-es-Salam, que leram o manuscrito com um espírito de crítica construtiva. Mas, contrariamente ao estereotipado de muitos prefácios, não ajuntarei que «todos os erros e incorrecções são da minha inteira responsabilidade». Isso é puro subjectivismo burguês. A responsabilidade em assuntos desse tipo é sempre colectiva, especialmente quando se trata de prevenir omissões. Meu débito também para com a Tanzania Publishing House e Boogle & Overture Publications pela sua cooperação para que a produção deste volume fosse o mais simples e barato possível. O propósito foi mais o de alcançar africanos que desejem conhecer cada vez mais a essência (natureza) da sua exploração do que satisfazer os padrões dos nossos opressores e dos seus porta-vozes no mundo académico.

WALTER RODNEY
Dar-es-Salam

CAPITULO I

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO

«Contrastando com o evidente crescimento dos países do campo socialista e com o desenvolvimento progressivo, conquanto mais moderado, da maioria dos países capitalistas, é facto indiscutível que uma grande proporção dos chamados países subdesenvolvidos permanecem na estagnação mais completa e que em alguns deles o índice de crescimento económico é mais baixo que o do crescimento demográfico.»

Isto não é por acaso; corresponde absolutamente à natureza do sistema capitalista em plena expansão, o qual transfere para os países dominados as mais abusivas e descaradas formas de exploração. Precisa ficar claramente entendido que a única maneira de resolver as questões que hoje bloqueiam (preocupam) a humanidade é eliminar completamente a exploração dos países dependentes pelos países capitalistas desenvolvidos, com todas as consequências que isso implique.»

CHE GUEVARA, 1964

1.1. QUE É O DESENVOLVIMENTO?

Desenvolvimento na sociedade humana é um processo multifacetado. No plano puramente individual implica maior pericia e capacidade, maior liberdade, criatividade, autodisciplina, responsabilidade e bem-estar material. Alguns desses pontos são categorias morais difíceis de avaliar — dependendo do momento histórico em que se vive, da origem de classe de cada um, da sua maneira de entender o que é certo e errado. Contudo é absolutamente indiscutível que a prossecução de qualquer um desses aspectos de desenvolvimento pessoal está completamente interligado com o estado da sociedade como um todo. Desde os primeiros tempos que o homem descobriu que seria conveniente e necessário agrupar-se para procurar os meios de sobrevivência. As relações que se desenvolvem dentro de cada grupo social são essenciais para uma compreensão da sociedade como um todo. Liberdade, responsabilidade, capacidade, etc. só adquirem real significado se entendidas como relações do homem em sociedade.

É evidente que todo o grupo social mantém contactos com outros. As relações individuais são reguladas pelas sociedades. As suas respectivas estruturas políticas são importantes, pois os elementos reguladores dentro de cada grupo são os que determinam o diálogo, o comércio ou a luta conforme o caso. A nível de grupo social, desenvolvimento implica uma capacidade cada vez maior de regular as relações quer internas quer externas. A história tem sido na sua maior parte uma luta pela sobrevivência, contra os fenómenos naturais e inimigos humanos reais e imaginados. No passado, desenvolvimento sempre significou o fortalecimento da aptidão de conservar a independência do grupo social e, na realidade, para infringir a liberdade dos outros — algo que muitas vezes não correspondia à vontade individual dos elementos que compunham as sociedades envolvidas.

O homem não é o único ser que actua em grupo, mas a espécie humana desenvolveu uma linha ímpar de evolução, pois o homem tem capacidade para fabricar e utilizar instrumentos. O próprio acto de fabricação de utensílios é mais um estímulo para o desenvolvimento da razão, que a consequência dum intelecto aperfeiçoadamente amadurecido. Em termos históricos a importância do trabalhador manual tem sido, em todos os aspectos, tão grande como a do pensador, visto que o trabalho com instrumentos, libertando o homem da necessidade de força bruta, possibilitou-lhe o domínio sobre espécies mais poderosas e sobre a própria natureza. A qualidade dos instrumentos e a forma de organização de trabalho são ambas importantes índices de desenvolvimento social. É frequente utilizar-se o termo «desenvolvimento» num sentido exclusivamente económico — argumenta-se dizendo que a estrutura económica é por si mesmo um índice dos outros factores sociais. Que é então o desenvolvimento económico? Uma sociedade desenvolve-se economicamente à medida que os seus membros incrementam em conjunto a sua capacidade de dominar o ambiente. Essa capacidade de dominar o ambiente depende da medida em que ele compreende as leis da natureza (ciência) e da medida em que põe essa compreensão em prática projectando utensílios (tecnologia) e do modo pelo qual organiza o seu trabalho. Em termos históricos pode afirmar-se que tem havido constante desenvolvimento económico desde as origens do homem, porque a humanidade multiplicou enormemente a sua aptidão para conquistar da natureza os seus meios de subsistência. A magnitude da obra levada a cabo pelo homem será melhor entendida se, recuando-nos aos primórdios da sociedade humana, anotarmos o seguinte: em primeiro lugar, o salto da pedra lascada ao uso dos metais; depois, a ultrapassagem dos tempos da simples caça e apropriação directa dos frutos silvestres para a cria de animais domésticos e agricultura; e terceiro, o melhoramento da organização do trabalho,

que deixa de ser mera actividade individual para assumir um carácter social pela participação de muitos.

Todos os povos provaram capacidade para livremente desenvolver a sua aptidão de viver uma vida cada vez mais satisfatória através de utilização dos recursos naturais. Todos os continentes participaram de forma independente nos primeiros passos do alargamento do controlo humano sobre o seu meio ambiente — o que significa na prática que todos os continentes podem apontar um período de desenvolvimento económico. A África, berço original do homem, participou largamente do processo pelo qual grupos humanos viram extraordinariamente multiplicada a sua capacidade de extrair meios de subsistência do meio ambiente. Na verdade, nos tempos remotos, a África foi o foco de desenvolvimento físico do homem, como ser diferente dos outros seres vivos. Desenvolvimento é um fenómeno universal pois que as condições conducentes à expansão económica são universais. Por toda a parte o homem foi obrigado a encarar o desejo da sobrevivência: a necessidade de satisfazer as carências fundamentais, e melhores utensílios são uma consequência do recontro homem-natureza, como parte da luta pela sobrevivência. É evidente que a história da humanidade não é um eterno relato de progresso. Períodos houve em qualquer parte do globo em que se verificaram retrocessos temporários com real redução da capacidade de satisfazer as necessidades primárias e produzir outros serviços para a população. Mas a tendência geral foi um aumento da produção e, em momentos históricos determinados, o aumento quantitativo dos bens conduziu a uma mutação qualitativa no carácter da sociedade. Este fenómeno será mais tarde evidenciado no tocante à África mas podemos desde já ir buscar o exemplo da China para provar a aplicação universal da lei da mudança (qualitativamente qualitativa).

Os primeiros homens na China viviam à mercê da natureza e paulatinamente foram descobrindo coisas básicas como o facto de que o fogo pode ser aceso pelo

homem e que certas sementes podem ser plantadas para a satisfação de necessidades alimentares. Essas conquistas possibilitaram aos habitantes da China a constituição de comunidades agrícolas que utilizavam instrumentos de pedra e produziam o necessário para a sua subsistência. Datam de vários milhares de anos antes do nascimento de Cristo ou da revelação do profeta Maomé. Os bens produzidos nesse estágio eram divididos, mais ou menos equitativamente, entre os membros da sociedade que vivia e trabalhava em famílias. Ao tempo da dinastia T'Ang, séc. VII d. C., a China havia expandido a sua capacidade económica de molde a não só produzir mais alimentos mas também manufacturar uma extensa gama de serventias, sedas, porcelanas, barcos, investigações científicas. A esse aumento quantitativo na produção de bens correspondiam mutações qualitativas na sociedade chinesa. Com o decurso do tempo formou-se um estado, num lugar onde somente houvera unidades autogovernadas. Em vez de cada família ou cada indivíduo permanecer indiscriminadamente a trabalhar na agricultura, na construção de casas, na tecelagem, etc., desenvolveu-se a especialização de funções. A maior parte da população continua ainda adstrita à agricultura mas aparecem artesãos, peritos no fabrico de sedas e porcelanas, burocratas que administram o Estado e religiosos e filósofos Budistas e Confucionistas que se especializam na tentativa de explicar as coisas que ultrapassam os limites da compreensão imediata.

Com a especialização e a divisão do trabalho não só aumenta a produção como torna desigual a distribuição. Uma pequena fracção da sociedade, precisamente a fracção que menos riqueza produz, passa a apossar-se duma fatia desproporcionadamente grande do produto do trabalho humano. É-lhe possível fazer isso porque se geram desigualdades na propriedade do principal meio de produção que é a terra. A propriedade comum da terra começa a desaparecer à medida que uma minoria se apropria da maior parte dela. Essas mutações na proprie-

dade da terra são parte integrante do desenvolvimento no seu sentido mais lato. É por isso que desenvolvimento não pode ser visto como algo puramente económico mas como um processo global da sociedade, o qual depende de êxito dos esforços do homem para dominar o meio ambiente.

Um estudo cuidadoso torna possível a compreensão de alguns dos muito complicados elos entre a mutação da base económica e a evolução da superestrutura da sociedade — que inclui a esfera da ideologia e das crenças da sociedade. A ultrapassagem da comuna primitiva na Ásia e na Europa, por exemplo, produziu os códigos morais específicos do Feudalismo. O comportamento dos cavaleiros europeus tem muito em comum com o dos samurais e guerreiros japoneses. Desenvolveram noções da chamada cavalaria — em contrapartida, o camponês foi obrigado a aprender humildade extrema, deferência e obediência — simbolizada pelo dever de descobrir-se e manter a cabeça baixa frente aos superiores. Também em África essa diferenciação em classes levou à prática de os populares se prostrarem perante os monarcas e aristocratas.

Entendido este ponto, fica bem claro que a toska igualdade familiar deu lugar a uma nova forma de sociedade.

Em ciências naturais é facto conhecido que em muitas situações a mudança meramente quantitativa se transforma em mudança qualitativa após um certo período. Exemplo clássico é o da capacidade da água em absorver o calor (processo quantitativo) até 100°C e transformar-se depois em vapor de água (mudança qualitativa). Semelhantemente nas sociedades humanas a expansão quantitativa da economia conduz muitas vezes a uma mutação qualitativa na forma das relações sociais. Karl Marx, no século XIX, foi o primeiro escritor a analisar este facto, distinguindo na história da Europa vários estágios de desenvolvimento. O primeiro grande estágio que se seguiu aos bandos nómadas colectores foi a comuna primitiva onde a propriedade era colectiva, o trabalho feito

em comum e os bens distribuídos equitativamente. O segundo estágio foi o escravagista, provocado pela expansão dos elementos dominantes de dentro da família e pela submissão física de uns grupos por outros. Os escravos desempenharam uma grande variedade de tarefas mas a sua principal função era produzir alimentos. No Feudalismo, o estágio seguinte, a agricultura continua a ser a principal forma de produção, mas a terra, o meio necessário, é açambarcada por um pequeno número que se apropria da parte de leão na distribuição da riqueza. Os trabalhadores da terra (agora chamados servos) não mais são propriedade pessoal dos senhores mas estão adstritos à gleba dum (senhor) feudo particular. Quando o feudo muda de titular os servos permanecem ali, trabalhando para alimentar o senhor feudal, conservando estritamente o produto necessário para a sua subsistência. Assim como eram escravos os filhos de escravos, assim os filhos de servos, servos são. A fase seguinte, o Capitalismo, caracteriza-se porque então a sociedade produz a maior parte da sua riqueza, não na agricultura mas nas fábricas e minas. Caracteriza-se, tal como a fase anterior, por uma concentração dos bens de produção e por uma desigual distribuição do produto do trabalho humano. Agora domina a burguesia, classe que teve a sua origem nos comerciantes e armadores da época feudal, e que se tornaram industriais e financeiros. Entretanto, os servos eram legalmente declarados livres para deixarem a terra e irem trabalhar nas empresas capitalistas. Desse modo a sua força de trabalho é uma mera mercadoria — algo que pode ser comprado e vendido.

O estágio seguinte seria o Socialismo (defende-se que uma nova era havia de vir — o Socialismo), no qual a lei de igualdade económica seria restabelecida como na comuna primitiva. Em termos económicos cada uma dessas fases representava desenvolvimento no estrito sentido de que a capacidade humana de dominar a natureza e, por esse motivo, produzir uma quantidade maior de meios

de subsistência para a comunidade ser continuamente incrementada. Essa maior produção de bens e serviços era determinada pela maior pericia e criatividade do homem. A espécie humana se libertara na medida em que dispunha de maiores oportunidades para manifestar e desenvolver as suas capacidades. Contudo, é discutível que o homem se tenha elevado no sentido moral. O desenvolvimento da produção alargou o leque de poderes que uma classe tinha sobre outras e multiplicou a violência, parte integrante da competição pela sobrevivência e crescimento entre os grupos sociais. Não se poderá peremptoriamente afirmar que o soldado laiaio do capitalismo na última grande guerra era menos «primitivo» no sentido elementar da palavra, que o soldado dos exércitos do Japão feudal do século XVI ou que o nómada caçador ainda na fase mais atrasada da organização humana, nas florestas do Brasil, não obstante sabermos que, no decurso destas três épocas (1), melhorou extraordinariamente o nível de vida. A vida tornou-se menos arriscada e menos incerta e os membros da sociedade passaram a dispor de maior possibilidade potencial de determinar os seus destinos. Desenvolvimento implica todos esses elementos.

A história dessas sociedades que passaram por vários modos de produção oferece a oportunidade de verificar como as mudanças quantitativas acabam por dar lugar a sociedades inteiramente diferentes. O factor chave é o factor de que numa dada conjuntura as relações sociais efectivamente existentes contrariam o desenvolvimento histórico. Começam a actuar como travão sobre as forças produtivas devendo por isso ser eliminadas. Tomemos por exemplo o esclavagismo europeu. Conquanto moralmente indefensável, a escravatura conseguiu abrir minas e desenvolver plantações agrícolas em grande parte da Europa, particularmente dentro das fronteiras do Império Romano. Mas os camponeses, tornados livres, viram o seu trabalho subvalorizado e subutilizado por causa do

(1) Estádio colector, Feudalismo, Capitalismo.

trabalho-escravo. O escravo não era utilizado em nenhum trabalho que requeria pericia, e assim a evolução tecnológica da sociedade ameaçava estagnar-se. Além disso, os escravos revoltavam-se e não era fácil nem pouco dispendioso pacificar os seus levantamentos. Os proprietários das terras, apercebendo-se do ruir da sua situação, decidiram que melhor seria garantir a liberdade legal reclamada pelos escravos e garantir a continuidade da exploração do trabalho desses servos livres pela concentração da propriedade das terras de cultura nas suas próprias mãos. Em consequência disso, um novo esquema de relações sociais — senhor feudal, servo — substitui as velhas relações senhor-escravo.

Algumas vezes, em momentos críticos, a instauração do novo modo de produção acompanhava-se de violência. Isso acontecia quando as classes dominantes envolvidas se sentem ameaçadas pelo processo de mudança. Os senhores feudais mantiveram o poder por séculos, durante os quais os interesses económicos mercantis e manufatureiros fortaleciam-se e aspiravam apossar-se do poder político e hegemonia social. Quando existe tal polarização nas relações sociais é elevada a consciência das classes que alcança um alto nível. A classe feudal e a burguesa reconheciam o que estava em jogo. A primeira esforçava-se por conservar um sistema de relações sociais incompatível com a nova tecnologia e organização de trabalho. A classe burguesa desencadeou revoluções na Europa nos séculos XVIII e XIX para destruir as antigas relações de produção. Os conceitos de revolução e consciência de classe devem estar sempre presentes quando se deseja examinar a situação moderna do operário e do camponês em Africa. Contudo, em Africa, na sua maior parte, as classes existentes aparecem incompletamente cristalizadas e as mutações têm sido mais graduais que revolucionárias. De grande relevância para a compreensão do desenvolvimento da Africa antiga é, provavelmente, a lei do desenvolvimento desigual das forças produtivas.

Se é verdade que, embora todas as formações sociais tenham experimentado o processo de desenvolvimento é igualmente verdade que o grau de desenvolvimento das forças produtivas apresenta desigualdade de continente para continente, ou de região para região do mesmo continente. Em África, há vinte e cinco séculos atrás, a sociedade egípcia mostrou-se capaz de produzir riqueza em abundância, por causa da profundidade dos conhecimentos científicos que adquirira e da invenção de tecnologia adequada para irrigação, agricultura e mineração. Nessa mesma altura, de arcos e maças de madeira dependia a maior parte dos povos de África — e de várias outras partes do mundo, tais como, por exemplo, as Ilhas Britânicas.

Uma das realidades mais difíceis de explicar é o desenvolvimento desigual das forças produtivas. Parte da resposta deve ser procurada no diferente condicionamento natural que envolve a formação social considerada e outra parte na superestrutura dessa mesma sociedade. Isso significa que a luta pelos meios de subsistência cria formas de relações sociais, sistemas políticos, padrões de comportamento e crenças que em conjunto formam a superestrutura — que não é nunca exactamente a mesma em duas sociedades. Os elementos superestruturais integram-se entre si e com os da base material. Por exemplo, os padrões políticos e religiosos interligam-se e são muitas vezes indestrinçáveis. A crença de que determinada floresta é sagrada, interfere com a base económica visto que essa floresta não pode ser abatida e o terreno aproveitado para o cultivo. Não obstante, em última análise, a passagem para uma fase mais avançada do desenvolvimento humano depender sobretudo da capacidade técnica do homem para dominar o ambiente, é preciso ter sempre presente que as peculiaridades superestruturais de qualquer sociedade tem uma considerável importância no processo de desenvolvimento.

Espantam-se os estudiosos por a China se não ter tornado nunca um país capitalista. A sua fase feudal

data virtualmente de mil anos antes do nascimento de Cristo; desenvolveu enormemente a sua tecnologia; dispunha de um elevado número de marinheiros e artesãos. Apesar disso, o modo de produção nunca se transformou naquele em que as máquinas são o principal meio de produção e os detentores do capital são a classe dominante. (A explicação é muito complexa mas, em termos gerais, as principais diferenças entre a China feudal e a Europa feudal residem na superestrutura, isto é, no corpo de princípios, crenças e instituições sociopolíticas, que são determinadas pela base material, mas em contrapartida agem sobre ela.) Na China os valores religiosos, educacionais e burocráticos eram da maior importância e o poder era controlado por uma estirpe de oficiais, mais do que o exercido por cada senhor feudal nos seus domínios. Além disso a distribuição das terras era muito mais equitativa que na Europa e ao Estado pertencia a maior parte da terra. Em consequência disso os senhores feudais dispunham de maior poder como burocratas do que como latifundiários e serviam-se disso para manter as relações sociais nos mesmos moldes. É evidente que lhes seria impossível impedir indefinidamente o processo histórico, mas a verdade é que o conseguiram retardar. Na Europa o peso da estirpe de burocratas não podia ocultar as contradições.

A atitude dos primeiros capitalistas que apareceram na sociedade europeia actuou como catalizador do desenvolvimento. Nunca, em nenhum momento histórico, se viu um grupo social lutar tão conscientemente para a prossecução do lucro como fim último.

Tendo em vista este objectivo, os capitalistas interessaram-se extraordinariamente pelo conhecimento das leis científicas que podia ser aplicado em maquinaria de modo que o trabalho produzisse maiores lucros em seu proveito. No plano político o capitalismo é também responsável por muitas das fórmulas hoje conhecidas por «Democracia Ocidental». Ao abolir o feudalismo, os capitalistas passaram a defender o parlamentarismo, a cons-

tituição, a liberdade da Imprensa, etc. Também não pode ser considerado desenvolvimento. Contudo, para que isso se realizasse, os camponeses e operários da Europa (e eventualmente os habitantes do mundo inteiro) tiveram que pagar um preço exorbitante visto que o trabalho humano é condição prévia de todas as máquinas. Isso põe em relevo outras facetas do desenvolvimento, principalmente se analisado pelo prisma dos que suportaram e ainda suportam o processo do sistema. Ora esse grupo constitui a maioria da humanidade. Para progredir precisa derrubar o capitalismo. É por isso que, neste momento, o capitalismo barra o caminho ao progresso humano. Por outras palavras, as relações sociais do capitalismo estão agora ultrapassadas, assim como os escravagistas e feudais se tornaram ultrapassados no seu tempo.

Houve um período durante o qual o sistema capitalista conseguiu melhorar o bem-estar de muitos, como um subproduto da corrida ao lucro de uns povos. Mas hoje essa quota do lucro entra em conflito aberto com as exigências do povo que clama pela satisfação das suas necessidades materiais e sociais. A classe burguesa já não é mais capaz de controlar o desenvolvimento disciplinado da ciência e da tecnologia — uma vez mais porque estes objectivos estão agora em contradição com a racionalidade do lucro. O capitalismo provou-se incapaz de resolver algumas contradições banais, tais como a subutilização da capacidade produtiva, a persistência duma classe de desempregados, crises económicas ligadas ao conceito de mercado — o que depende das possibilidades de o povo pagar o que pensa. O capitalismo criou também as suas nacionalidades específicas, o racismo branco, ou seja a que dispuser de menor capacidade económica, é afectada nefastamente — e aumenta-se o fosso entre as duas sociedades em presença com as mais danosas consequências. Por exemplo, quando os capitalistas europeus entraram em contacto com os povos caçadores da América e das Caraíbas, os últimos foram

virtualmente exterminados. Em segundo lugar, se a sociedade mais fraca sobreviver, ela só poderá reassumir o seu próprio desenvolvimento independente se se colocar num plano mais avançado que o da economia que anteriormente a dominava. Encontram-se exemplos históricos concretos dessa segunda regra nas experiências da União Soviética, China e Coreia.

A China e a Coreia estavam ambas num estágio mais ou menos feudal quando foram colonizadas pelas potências capitalistas da Europa e do Japão. A Rússia nunca foi realmente colonizada mas ainda na era feudal e antes das suas instituições capitalistas ganharem forma e força a economia russa foi subjugada pelo capitalismo mais avançado da Europa Ocidental. Nesses três casos a revolução socialista aboliu a dominação capitalista e unicamente o ritmo acelerado do desenvolvimento socialista podia colmatar as brechas deixadas pelo período em que as suas economias foram distorcidas e retardadas. Na verdade, a revolução socialista catapultou os dois maiores Estados socialistas a um estágio de desenvolvimento mais avançado que o da Inglaterra e França, países que durante séculos têm seguido a via capitalista.

Na década de 50 (no ponto em que termina este estudo), Rússia, China, Coreia e algumas nações da Europa Oriental, eram os únicos países que tinham cortado definitivamente com o capitalismo e o imperialismo. O imperialismo é uma fase do desenvolvimento capitalista no qual as potências capitalistas da Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão estabelecem uma hegemonia política, económica, militar e cultural sobre outras partes do mundo que, menos desenvolvidas, não conseguem impedir a dominação. O imperialismo é, de facto, a extensão do sistema capitalista de molde a abarcar o mundo inteiro — uma parte explorada, outra exploradora, uma parte dominada, outra dominadora, uma dirigindo, ordenando, outra obedecendo às ordens.

O Socialismo avançou pelos flancos mais fracos do imperialismo — o sector dominado, explorado e reduzido

à dependência. Na Ásia e Europa Oriental o Socialismo libertou as energias nacionalistas dos povos colonizados; substituiu a economia de mercado por uma produção tendo em vista a satisfação das necessidades humanas, erradicou estrangulamentos tais como o desemprego permanente e as crises periódicas; e realizou algumas das tarefas da democracia burguesa conseguindo igualdade de condições económicas, o que é fundamental para que a igualdade política e económica seja um facto.

O Socialismo restaurou a igualdade económica da comuna primitiva, mas o Comunismo não foi conseguido devido à baixa produtividade económica. O Socialismo pretende e tem consideravelmente conseguido uma produção abundante de molde a ser possível concretizar a igualdade na distribuição com a satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade.

Um dos principais factores que possibilitaram a expansão acelerada e racional da produção socialista foi o «desenvolvimento planificado». O processo histórico atrás referido é o relato dum desenvolvimento involuntário e planificado. (Ninguém planeava que, a um determinado momento histórico, os seres humanos parassem de se servir de instrumentos de pedra e passassem a fabricá-los de ferro e figuras mais recentes.) Quando um empresário capitalista individual planeia a sua própria expansão não obedece a nenhum plano global de crescimento económico e social. O Estado Capitalista intervém apenas esporádica e parcialmente para supervisionar o desenvolvimento capitalista. O Estado Socialista tem por principal função o controlo da expansão económica em proveito das classes operárias. Os operários e camponeses tornaram-se hoje a força mais dinâmica da história do mundo e do desenvolvimento humano.

Para concluir esta breve introdução a um problema tão complexo como o desenvolvimento social é necessário sublinhar quão inadequadas são as análises do fenómeno apresentadas pelos teóricos burgueses. A maioria concentra-se tacanhamente na análise do desenvolvi-

mento económico em vez de tentar abarcar o fenómeno na sua riqueza global. Raras vezes o tenta abarcar na sua globalidade, mas, em vez disso, na análise do desenvolvimento económico. Na definição do economista burguês, desenvolvimento aparece como um simples problema de combinação de factores de produção: nomeadamente teria população, capital, tecnologia, especialização e organização de empresa. Esses factores são realmente relevantes e nessa medida são citados na análise apresentada; mas os intelectuais burgueses orientam os factores realmente determinantes. Sonham a exploração da maioria, a qual tem sido uma constante de todas as fases anterior ao Socialismo. Não se referem às relações sociais da produção ou à luta de classes. Não fazem referência alguma à sucessão das fases históricas resultantes das diferentes combinações de factores e meios de produção. Não mencionam o Imperialismo, fase lógica do Capitalismo.

Em contrapartida, qualquer análise que se quiser basear nos princípios socialistas e revolucionários deve adoptar como conceitos básicos os de classe, Imperialismo, Socialismo, e sublinhar o papel histórico dos povos oprimidos e dos operários. Cada conceito novo tem os seus próprios espinhos e não deve pensar que o mero recurso a uma certa terminologia bastaria para resolver os problemas. Contudo, é absolutamente necessário dominar as dimensões históricas, sociais e humanas do desenvolvimento (antes de) para que seja possível analisar o subdesenvolvimento e delinear estratégias para o ultrapassar.

1.2. QUE É O SUBDESENVOLVIMENTO?

Depois de analisarmos o «desenvolvimento» torna-se mais fácil perceber o conceito de subdesenvolvimento. É evidente que subdesenvolvimento não quer significar ausência de desenvolvimento porque todos os povos se desenvolveram de uma maneira ou de outra, em maior ou

menor medida. Subdesenvolvimento só tem sentido se encarado como um modo de comparar diversos níveis de desenvolvimento. Está particularmente ligado ao facto de a evolução das forças produtivas ter sido historicamente desigual e, dum ponto de vista estritamente económico, alguns grupos humanos terem avançado mais depressa que outros, a ponto de produzirem mais e serem mais ricos.

Quando uma determinada formação social começa a sobressair como a mais rica de entre outras surge a necessidade de inquirir, pesquisar, estudar as razões dessa proeminência. Quando no século XVIII a Inglaterra começa a evidenciar-se do resto da Europa, Adam Smith, conhecido economista, estudou as causas do fenómeno em «A Riqueza das Nações». Na mesma altura muitos escritores russos preocupavam-se pelo facto de o seu país se mostrar atrasado em comparação com a Inglaterra, França e Alemanha dos séculos XVIII e XIX. Hoje a maior preocupação é a grande disparidade na riqueza da Europa Ocidental e América do Norte, por um lado, África, Ásia e América Latina por outro. Comparando-o com o primeiro, o segundo bloco apresenta-se atrasado ou subdesenvolvido. Uma das ideias básicas do conceito de subdesenvolvimento é a comparação de padrões. É possível comparar as condições, as economias de dois países em períodos diferentes e determinar se evoluiu ou não. Também é possível comparar a economia de dois países ou grupos de países em qualquer dado período de tempo.

A segunda ideia básica do moderno conceito de subdesenvolvimento é que esse conceito exprime uma relação particular de exploração, nomeadamente a exploração dum país por outro. Todos os países do mundo ditos subdesenvolvidos são explorados por outros; e o subdesenvolvimento que hoje escandaliza o mundo é produto da exploração capitalista, imperialista e colonialista. As sociedades Africanas e Asiáticas seguiam o seu próprio desenvolvimento quando foram directa ou indirectamente

dominadas por países capitalistas. A partir desse momento a exploração cresceu desenfreadamente e a exportação do sobretrabalho dessas sociedades contrariou os benefícios do seu trabalho e das suas riquezas naturais. Esses são elementos integrantes do subdesenvolvimento no sentido moderno da palavra.

Alguns círculos tentaram substituir o adjectivo «subdesenvolvimento» pela expressão «em vias de desenvolvimento». Um dos objectivos dessa troca seria dissimular os corolários desagradáveis do 1.º termo, ao qual podem ser atribuídos sentidos vários, como subdesenvolvimento mental, físico, moral, etc. Nos nossos dias, se subdesenvolvimento significasse mais que mera comparação de economia, o país mais subdesenvolvido seria os E. U. A., pois não só externamente pratica a opressão numa escala monstruosa como no plano interno apresenta uma fusão de exploração, brutalidade e desordem psíquica. Contudo, se nos mantivermos num plano estritamente económico, será melhor conservar a expressão «subdesenvolvimento», pois «em desenvolvimento» criaria a impressão que os países da África, Ásia e América Latina estão a atravessar um período de relativo atraso económico em relação às nações industrializadas, emancipando-se assim das relações de exploração. É manifesto que isso não é verdade e que muitos países da África e de outras regiões do Mundo vêem cada vez mais aumentado o seu subdesenvolvimento porque a exploração levada a cabo pelas metrópoles se tem intensificado progressivamente e adoptado novas formas.

Para comparações económicas podem utilizar-se quadros estatísticos, índices dos bens e serviços produzidos e consumidos nas sociedades em confronto. Os economistas profissionais falam de Produto Nacional Bruto e de Rendimento «per capita». Essas expressões, divulgadas por jornais, passaram a fazer parte da linguagem laica sem que fosse apresentada uma explicação unívoca. Será suficiente tomarmos nota que, enquanto o Produto Nacional Bruto é medida da riqueza total da sociedade, o

rendimento «per capita» obtém-se dividindo o Rendimento Nacional pelo número de habitantes para dar ideia do rendimento médio de cada habitante. Esta média pode ser mistificada especialmente quando existem grandes desigualdades na distribuição dos rendimentos. Um jovem ugandês sintetizou esta verdade duma maneira extremamente pessoal ao dizer que o rendimento «per capita» do seu país dissimulava a extraordinária diferença entre o salário de fome do seu pobre pai, camponês, e os lucros de Madhiani, o maior proprietário da região. Ao considerarmos o subdesenvolvimento, torna-se fundamental sublinhar que o processo de desenvolvimento exige o nivelamento das grandes desigualdades na distribuição das terras, das propriedades e dos rendimentos, desigualdades essas que são camufladas pelos índices de Rendimento Nacional. Tempo houve em que avançar era entrincheirar grupos privilegiados. Nos nossos dias, desenvolvimento tem que significar o processo que elimina os grupos privilegiados e correlativos desprivilegiados.

Não há dúvida que o rendimento «per capita» seja um dado útil para comparação de países; e é um facto que os países desenvolvidos têm índices de rendimento «per capita» várias vezes mais altos que qualquer dos países recentemente independentes da África. O quadro seguinte fornece-nos uma ideia clara do fosso que separa a África e certas nações quanto a rendimento «per capita». É esse fosso que permite que a uns se chame desenvolvidos e a outros subdesenvolvidos. Os dados referentes, apresentados ao ano de 1968, são retirados de estatísticas publicadas pela O. N. U.

<i>Países</i>	<i>«Per capita» Dólares</i>
Canadá	2,247
E. U. A.	3,578
França	1,738 (1967)
Inglaterra	1,560 (1967)

<i>Países</i>	<i>«Per capita» Dólares</i>
ÁFRICA	140 (1965)
Congo	52
Gana	198
Quênia	107
Malawi	52
Marrocos	185
África do Sul	543
Tanzânia	62
Egipto	156
Zâmbia	225

Esse hiato não só é enorme, como se pode ver, como também se mostra em constante crescimento. É do conhecimento geral que os países industrializados crescem rapidamente, enquanto os outros, na sua maioria, revelam ou estagnação ou rasteiros índices de crescimento. O índice de crescimento de cada país pode ser calculado e representado em gráficos. É mais elevado nos países socialistas, mais baixo nas colónias e ex-colónias e nos grandes países capitalistas. A proporção de comércio internacional desenvolvido pelos países subdesenvolvidos tem vindo a decrescer progressivamente. Atingia os 30 % em 1938 mas em 1960 descera abaixo dos 30 %. Esse é um indicador importante, pois o comércio reflecte não só a quantidade de bens produzidos no país mas também a maneira como se obtêm os bens que não são produzidos internamente.

As economias desenvolvidas manifestam certas características que as distinguem das subdesenvolvidas. Em primeiro lugar são todas industrializadas, ou seja, a maior parte da sua população activa trabalha na indústria e a maior parte da sua riqueza provém das fábricas, minas, etc., e não da agricultura. Têm uma enorme intensidade de capital na indústria por causa da sua avançada tecnologia. Não é preciso sublinhar que

os países desenvolvidos possuem uma agricultura muito mais avançada que o resto do mundo. A sua agricultura transformou-se numa grande indústria e, apesar do seu peso relativamente pequeno na economia, a sua produção é grande. Os países da África, Ásia e América Latina são conhecidos por países agrícolas porque apoiam a sua economia numa base agrária e têm pouca ou nenhuma indústria: mas a sua estrutura agrária é científica e as safras são menores que a dos países desenvolvidos. Depois de 1960 tem-se verificado uma estagnação e baixa da produção agrícola na maioria dos países subdesenvolvidos. Na África o índice de alimentos por pessoa tem diminuído nos anos recentes. Visto que os países desenvolvidos dispõem duma estrutura económica, industrial e agrícola mais poderosa que a do resto do mundo, produzem mais bens que os países pobres. Não só os necessários mas também os supérfluos. É possível traçar quadros estatísticos que comparem as produções de cereais, leite, electricidade, papel e de uma vasta gama de outros bens; e mostrar simultaneamente que quantidade de bens é, em média, utilizada por cada cidadão. Mais uma vez os quadros mostrar-se-iam extraordinariamente favoráveis a uns poucos países privilegiados.

A quantidade de aço consumido num país é um excelente indicador do seu grau de industrialização. Num dos extremos, os E. U. A. consomem cerca de 685 kg de aço por pessoa, a Suécia 623 e a Alemanha Oriental 437. No pólo oposto, a Zâmbia com 10 kg, a África Oriental com 8 kg e a Etiópia com 2 kg. Para o açúcar, a Austrália com 57 kg, os E. U. A. e a U. R. S. S. com 40 e 50 kg, a África com 10 kg por pessoa, por ano, melhor que a Ásia com os seus 7 kg.

Um outro quadro estatístico não menos sombrio falamos da satisfação das necessidades alimentares. Cada indivíduo carece duma certa quantidade de alimento por dia, quantidade essa que pode ser medida em calorias. O ideal é de 3000 calorias diárias, mas nenhum país afri-

cano jamais se aproximou dessa cifra. Na Argélia a média é de 1870 calorias diárias, enquanto a Costa do Marfim se apresenta como um privilegiado no continente africano, com as suas médias nacionais de 2290 calorias. Além disso torna-se necessário avaliar as proteínas contidas na alimentação; e muitos países africanos padecem de fome, o que quer dizer que mesmo que se consigam calorias, a quantidade de proteínas é muito reduzida. A população dos países capitalistas e socialistas desenvolvidos consome duas vezes mais proteínas que a dos países subdesenvolvidos. Estas diferenças ajudam a esclarecer a distinção entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Para as prestações sociais garantidas pelo Estado aos seus cidadãos importa, também, a maneira como a sua produção material é utilizada para proporcionar bem-estar e felicidade. É geralmente aceite que ao Estado cabe manter escolas e hospitais, mas quer sejam estabelecidos pelo governo quer por instituições privadas, pode fixar-se um índice que relacione o seu número com o total da população. A quantidade de bens básicos (de 1.ª necessidade) e de serviços sociais disponíveis num dado país, pode ser apreciada indirectamente, calculando-se a mortalidade infantil, a média de vida, a desnutrição, a frequência de epidemias que poderiam ser facilmente prevenidas com vacinação e higiene, e a proporção de analfabetos. Em todos esses pontos o confronto entre os P.D. e os P.S.D. evidencia enormes e pavorosas diferenças. Em cada 1000 crianças que nascem vivas nos Camarões, 100 nunca viverão o suficiente para completarem o seu primeiro aniversário; por cada 1000 crianças que nascem na Serra Leoa, 160 morrem nos primeiros meses. Entretanto, na Inglaterra e Holanda, morrem 12 e 18, respectivamente. Além disso, o número das crianças africanas que morrem antes de atingir os 5 anos é muito maior. A falta de médicos é o maior problema. Na Itália há um médico por cada 580 habitantes, na Checoslováquia um médico para 510 habitantes. Na Nigéria

um médico terá de socorrer 56 140 pessoas; na Tunísia, um médico para mais de 8320 tunisinos; no Chade, um médico para 13 460 pessoas.

Para que uma economia industrializada possa funcionar é preciso um grande número de trabalhadores especializados; ora os países africanos dispõem dum número assustadoramente pequeno de pessoas qualificadas. O índice médio por habitantes confirma-o, o mesmo acontecendo em relação a engenheiros técnicos, técnicos agrícolas e mesmo administradores e juristas em alguns lugares. Para cúmulo, verifica-se nos nossos dias uma emigração de cérebros da África, Ásia e América Latina para a América do Norte e Europa Ocidental. Por outras palavras, técnicos, administradores, operários qualificados emigram dos seus países e o pequeno número de pessoas aptas para os programas de desenvolvimento enfraquece-se continuamente por causa da tentação do maior salário e das maiores oportunidades de vida no mundo desenvolvido. O desequilíbrio da moderna economia internacional manifesta-se claramente na necessidade dos países subdesenvolvidos recrutarem técnicos estrangeiros a um preço fantástico.

Temos estado a fazer uma análise meramente quantitativa. Dá-nos a medida dos bens e serviços produzidos nas várias formações económicas. É necessário, contudo, uma análise qualitativa de maneira a aprendermos o modo como uma economia se desenvolve. Para o desenvolvimento económico não basta produzir-se uma maior quantidade de bens e serviços. O país deve produzir aqueles bens e serviços que induzam a um crescimento espontâneo da economia. É necessário, por exemplo, que o sector que produz alimentos seja florescente para que os operários sejam saudáveis e a agricultura, como um todo, urge ser eficiente para que os excedentes agrícolas estimulem a indústria. A indústria pesada, assim como a produção de massa e da electricidade devem existir para que o equipamento necessário às outras indústrias e à agricultura seja possível. Inexistência de indústria

pesada, inadequada produção alimentar, agricultura obsoleta são as características das economias dos povos subdesenvolvidos.

Típico das economias subdesenvolvidas é o facto de não terem sido capazes (ou melhor, terem sido impedidos) de explorar os sectores produtivos capazes de induzir a um crescimento e uma produção equilibradas, verificando-se ainda a existência de estrangulamentos que impedem as ligações entre os vários sectores da economia, impedindo assim que a produção dum beneficie os outros.

Além disso o excedente económico é, na sua maior parte, exportado ou desperdiçado em consumos inúteis em vez de investido em actividades produtivas. A maior parte do rendimento que permanece no país é utilizado em pagamento de indivíduos que não produzem directamente riqueza nos seus serviços — os funcionários, os comerciantes, os soldados, etc. O que ainda mais agrava a situação é o facto de existir um número muito maior de pessoas nesses serviços do que é realmente necessário. Para finalizar, esses indivíduos nunca investem o seu dinheiro na agricultura ou indústria. Desperdiçam a riqueza produzida por operários e camponeses na compra de carros, bebidas e cosméticos.

Observou-se ironicamente que a principal indústria de muitos países subdesenvolvidos é a administração. Há pouco tempo, 60 % do Rendimento Nacional do Daomé pagava os salários dos funcionários e políticos. O salário dos deputados é muito mais alto que o dos membros do Parlamento inglês e é também relativamente grande o número de parlamentares nos países subdesenvolvidos de África. No Gabão há um deputado por cada 6000 habitantes, enquanto na França um deputado representa 100 000 franceses. Para além de todos estes números é essencial sublinhar a desigual distribuição de rendimentos nas formações económicas subdesenvolvidas.

Os membros das classes privilegiadas da África defendem-se dizendo que eles pagam os impostos que custeiam as despesas da Administração. A primeira vista este argumento parece razoável, mas uma análise mais apurada revelará que é dos mais absurdos e mostra um total desconhecimento de como funciona a economia. Os impostos não produzem riqueza nem desenvolvimento. A riqueza tem de ser extraída da natureza — trabalhando a terra, minerando, cortando árvores, transformando matérias-primas em produtos acabados, prontos para o consumo. Estas actividades são desenvolvidas por operários e camponeses que constituem a vasta maioria da população.

Não existiam impostos nem taxas se a população laboral não trabalhasse.

O rendimento distribuído pelos funcionários, técnicos, comerciantes é retirado da produção global da comunidade. Independente das injustiças na distribuição dos rendimentos há que desmitificar o argumento de que os pagadores de imposto desenvolvem o país. A estratégia do desenvolvimento deve ter por base os produtores e a partir dessa base programar a utilização racional do seu trabalho para que possa proporcionar maior independência e bem-estar da nação.

Se tivermos em conta que a riqueza é sempre criada pelo trabalho humano sobre a natureza, verificaremos rapidamente que poucos são os países subdesenvolvidos que não podem contar com suficientes riquezas naturais que lhes garantam um mais alto nível de vida. E mesmo nesses poucos casos é possível a união de dois ou três territórios em proveito comum. De facto, prova-se facilmente que os países subdesenvolvidos são os que, apesar de disporem de maiores riquezas em recursos naturais, revelam-se os mais pobres em termos de bens e serviços presentemente à disposição dos cidadãos.

Em 1964 o Survey of Economic Conditions in Africa, da O. N. U., dizia:

A África é bem dotada em recursos minerais e energéticos. Com mais ou menos 9 % da população mundial, a África detém cerca de 28 % da produção mineral e 6 % da extracção de petróleo bruto. A sua quota na produção petrolífera mundial tem vindo a aumentar nos últimos anos. Dos 16 mais importantes minérios metálicos e não metálicos do Mundo a sua produção varia de 22 a 95 % da produção mundial.

Novas prospecções de minerais levadas a cabo nesses últimos anos mostram que as reservas africanas são mais vastas. Quanto à agricultura, porém, o solo africano não é tão rico como a grande extensão de florestas poderia fazer supor. Mas por causa das suas vantagens climáticas, seriam possíveis culturas durante todo o ano na maior parte do continente, com um adequado sistema de irrigação.

O que acontece é que em nenhuma parte do continente africano se leva a cabo uma exploração racional dos seus recursos naturais e, por outro lado, a produção africana não serve a África nem os africanos. A Zâmbia e o Congo produzem grande quantidade de cobre, mas os beneficiários são a Europa, os E. U. A. e o Japão. Mesmo os bens e serviços produzidos em África e que não são exportados, quantas vezes aproveitam a não africanos! É assim que a África do Sul aparece com o mais alto rendimento «per capita» de todo o continente. Mas para dar uma ideia da sua real distribuição bastaria notar que enquanto a mortalidade infantil entre a população branca é de 24 %, o regime do «apartheid» permite que morram em média 128 de cada mil crianças africanas que nasçam. Para compreender a situação de subdesenvolvimento da África é necessário saber porque a África tem aproveitado tão pouco as suas potencialidades e, simultaneamente, porque a maior parte da riqueza africana dos dias de hoje é aproveitada por não africanos, estrangeiros na sua maioria ao continente. O desenvolvimento é, em certa medida, um paradoxo. Grande parte do Globo, que é naturalmente rica, é actual-

mente pobre em certas partes do Mundo, cujas potencialidades naturais não são muito grandes, desfrutam hoje de elevados padrões de vida. Quando os capitalistas do mundo desenvolvido tentam analisar este paradoxo escamoteiam geralmente a verdadeira explicação, considerando-o um dado providencial. Um economista burguês reconhece num estudo sobre o desenvolvimento que as estatísticas provam que o fosso entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido tem aumentado extraordinariamente. Nas suas próprias palavras essa diferença aumentou 15 ou 20 vezes pelo menos nos últimos 150 anos. Não tenta fornecer, contudo, uma explicação histórica nem considera que a relação de exploração desenvolvida pelo mundo capitalista que se alimenta parasitariamente, empobreça os países dependentes. Em vez disso oferece uma explicação bíblica, que diz:

«Está escrito na Bíblia:

Porque a qualquer que tiver será dado, e terá em abundância, mas ao que não tiver até o que tem ser-lhe-á tirado.»

— Mateus 22:29.

A história «do que não tiver» é a história dos modernos países desenvolvidos. O único comentário que é lícito fazer em casos como estes é: «Amen».

A teoria que considera o subdesenvolvimento como resultado da vontade divina é professada pela corrente racista de estudiosos europeus. Deriva dos preconceitos racistas que declaram aberta ou implicitamente que os países desenvolvidos são desenvolvidos por causa da superioridade inata do seu povo e que o atraso económico da África se deve à inferioridade genética dos povos negros. O pior é que os povos da África e de outras regiões do mundo colonizado, desmoralizados e psiquicamente cilindrados, aceitaram em parte a explicação que a Europa lhes oferecia. Quer isso dizer que o próprio africano passou a duvidar da sua capacidade de

transformar e desenvolver o meio ambiente. Com tais dúvidas, troçam muitas vezes dos outros irmãos africanos que afirmam que a África pode e há-de ser desenvolvida pelos esforços do seu próprio povo. Se nós conseguirmos buscar as raízes do subdesenvolvimento, ser-nos-á possível desmistificar as teses racistas e similares e, ao mesmo tempo, achar a possibilidade de desenvolvimento.

Quando os intelectuais ocidentais não alinham com as teses racistas, confundem contudo a questão, apresentando como causas do subdesenvolvimento factos que na realidade são suas consequências. Afirmam, por exemplo, que o subdesenvolvimento da África se deve à falta de pessoal técnico especializado. É evidente que, por carência de engenheiros, a África não pode construir pelos seus próprios meios, estradas, pontes e centrais eléctricas. Mas isso não é a causa do seu subdesenvolvimento, excepto no sentido de que as causas e os efeitos se confundem e integram. O ponto fundamental da questão é que as raízes do subdesenvolvimento de um dado país africano não podem ser pesquisadas dentro desse mesmo país. Tudo o que se poderá encontrar serão os sintomas do subdesenvolvimento e os factores secundários que produzem pobreza.

As interpretações erradas das causas do subdesenvolvimento são provocadas pelo preconceito de pensar e pelo erro de crer que se poderão descobrir as razões do subdesenvolvimento dentro da economia subdesenvolvida. Só se conseguirá uma explicação verdadeira se se analisarem as relações entre África e certos países desenvolvidos e se reconhecerem nelas relações de exploração.

O homem sempre explorou o seu meio ambiente na busca de meios de subsistência. A partir de certo momento também apareceu a exploração do homem pelo homem de molde a que uns poucos se locupletassem com o trabalho dos outros. Num outro estágio, habitantes duma formação social chamada nação exploram as ri-

quezas naturais e o trabalho do povo de outra nação. Um dos processos comuns de exploração e que tem muito peso nas relações africanas é a comercial. Quando os termos de troca são vantajosamente estabelecidos por um determinado país, então as relações comerciais são necessariamente desvantajosas para a outra parte. Podemos tomar como exemplo a exportação dos produtos agrícolas da África e a importação dos bens manufacturados da Europa, E. U. A. e Japão. As grandes nações estabelecem o preço dos produtos agrícolas e submetem-nos a constantes reduções. Por outro lado, os preços dos produtos manufacturados são também estabelecidos por essas nações, as quais, aliás, garantem o seu transporte comercial. Os produtos minerais, no tocante aos preços, têm a mesma sorte que os produtos agrícolas. As relações comerciais que a África desenvolve com os países ocidentais são de troca desigual e de exploração.

Ainda mais importante que os termos da troca é a apropriação dos meios de produção dum país por cidadãos do outro. Quando os cidadãos europeus se apropriam das terras e das minas de África, estão sugando dum modo directo o continente africano. Sob o Colonialismo, a apropriação era total e garantida pelo domínio militar. Hoje, em muitos países de África, a apropriação por estrangeiros ainda se mantém, apesar de os exércitos e bandeiras terem sido retirados. Enquanto a terra, as minas, as fábricas, bancos, companhias de seguros, meios de transporte, usinas, etc., pertencerem a estrangeiros, as riquezas de África serão completamente canalizadas para o exterior. Por outras palavras: na ausência de controlo político directo, os investimentos estrangeiros promoverão a exploração de riquezas naturais e do trabalho africano na produção de valor económico que não aproveitará ao continente.

Os investimentos estrangeiros apresentam-se muitas vezes sob a forma de empréstimos públicos. É evidente que esses empréstimos terão de ser amortizados; ora, em 1960, as amortizações de dívida pública dos países

africanos saltou duma média de 400 milhões de dólares por ano para cerca de 700 milhões de dólares e tem vindo a aumentar progressivamente. A isso há que somar os dividendos e lucros a que esses investimentos têm direito. Essas duas fontes ultrapassaram em 1965 a cifra dos 500 milhões. Os dados apresentados sobre esses factos são na maior parte das vezes incompletos pela razão óbvia de que aqueles a quem aproveita esse lucro terem todo o interesse em os manter em segredo, de maneira que essas quantias acima indicadas estão muito aquém das reais. Servem para dar uma ideia da extensão da drenagem das riquezas africanas por aqueles que investem em África e a quem pertence grande parte dos principais meios de produção. De há uns tempos a esta parte os investimentos têm adoptado formas muito mais subtis e perigosas. Abarcam uma vasta gama de matizes, desde a chamada «ajuda» até à administração de companhias por técnicos capitalistas estrangeiros.

Os principais parceiros comerciais de África têm sido a Europa Ocidental, a América do Norte e o Japão. Têm tentado diversificar o seu comércio através de acordos comerciais com países socialistas, mas se os termos de troca com esses países se revelarem desvantajosos, então terão que ser inscritos na lista dos exploradores do continente. Contudo, é necessário sublinhar que aos países socialistas, diferentemente dos capitalistas, nunca pertenceu parte alguma da África nem realizam os seus investimentos de molde a que as riquezas africanas sejam sugadas por eles. Nunca os países socialistas estiveram envolvidos na pilhagem de África.

A maior parte das pessoas que estudaram o subdesenvolvimento e cujas obras são lidas em África, Ásia e América Latina são porta-vozes do mundo capitalista e burguês. Tentam justificar a exploração capitalista quer dentro quer fora dos seus países. Uma das maneiras de confundir as questões é colocar os países subdesenvolvidos num círculo aparte do dos dois grandes sistemas sociais, a fim de que os conceitos de capitalismo e so-

cialismo nunca entrem em discussão. Em vez disso opõem-se os países industrializados aos não industrializados. É evidente que a U. R. S. S. e os E. U. A. são ambos países industrializados e que quando damos uma olhadela às estatísticas verificamos maiores afinidades entre a França, Noruega, Checoslováquia e Roménia que entre eles e qualquer país africano. Mas é absolutamente necessário determinar quando um elevado padrão de vida dum país industrializado é fruto do seu próprio trabalho ou provém da exploração de outros povos. Os E. U. A., dispondo duma pequena proporção dos recursos mundiais naturais e da população mundial, auferem os lucros da exploração do trabalho dos povos e das riquezas de todo o Mundo.

Os estudos alienantes sobre o desenvolvimento e a polarização simplista de países pobres e ricos são denunciados por intelectuais socialistas, cidadãos ou não dos países socialistas. Esses estudos têm sido também denunciados por economistas dos países subdesenvolvidos cada vez mais conscientes de que as explicações proporcionadas pelos intelectuais burgueses têm por propósito único salvaguardar os interesses desses países que exploram o resto do Mundo através do comércio e dos investimentos. Para Pierre Jaleé, escritor socialista francês, um estudo sério sobre o desenvolvimento só poderá ser levado a cabo se tiver por conceitos-base os de Imperialismo e Socialismo. O campo socialista inclui todos os países, grandes e pequenos que decidiram abolir o Capitalismo. O campo imperialista inclui não só as grandes potências capitalistas, tais como a América do Norte, a França, a Alemanha Ocidental e o Japão, mas também as nações pequenas nas quais estas grandes potências investem os seus capitais. É evidente que o campo imperialista deve ser dividido em países explorados e exploradores. A maior parte dos países africanos pertence indubitavelmente ao grupo dos países explorados do campo capitalista e imperialista. Mais ou menos um terço das nações mundiais abraçaram o Socialismo; os outros

dois terços constituem o sistema capitalista, sendo a maioria a parte explorada.

É interessante verificar que, apesar do seu empenho em confundir, os escritores burgueses tocam muitas vezes a verdade. Por exemplo, a O. N. U., que é uma instituição dominada pelos países capitalistas, refere-se nas suas revistas de economia aos países de economia «planificada», por um lado, querendo com isso significar «países socialistas», e aos «países de economia de mercado», por outro lado, os quais constituem de facto o sector imperialista do Mundo.

Subdivide esses últimos em «economias de mercado desenvolvidas» e «economias de mercado em desenvolvimento», dissimulando o facto de que ser de «mercado» significa ser «capitalista». O objectivo deste estudo é analisar as relações que se estabelecem entre esses países que pertencem ao sector capitalista.

A escravatura, o domínio colonial, os investimentos capitalistas foram factores que determinaram a inclusão da África no mundo capitalista. A escravatura durou vários séculos; a dominação colonial data do século XIX e ainda não desapareceu; os investimentos têm vindo a adquirir cada vez mais peso nas economias africanas do presente século. Depois da inserção da África no grande sistema capitalista, dois factores desempenharam relevante papel no seu subdesenvolvimento. Em primeiro lugar, toda a produção do trabalho africano e as suas próprias riquezas materiais eram arrebatadas pelos países capitalistas europeus; em segundo lugar impunham-se restrições à plena utilização das potencialidades africanas. A esses dois factores se resume afinal o desenvolvimento. Esses factos respondem às questões acima levantadas: porque é que a África tem utilizado tão pouco o seu potencial e porque é que hoje a maior parte das riquezas da África é exportada para países estrangeiros.

A economia dos países africanos é parte integrante da estrutura capitalista mundial; e essa integração resulta desfavorável à África ao garantir a sua completa de-

pendência face aos grandes países capitalistas. Por outras palavras, a dependência estrutural é uma das características fulcrais do subdesenvolvimento. Os escritores mais progressistas dividem o mundo capitalista em dois hemisférios. Por um lado, o sector centro, dominante, por outro, os países satélites, assim denominados, porque orbitam à volta das economias metropolitanas. Essa ideia pode ser expressa dum modo muito simples se se disser que os países subdesenvolvidos são países dependentes das grandes potências capitalistas. Quando o filhote de animal de qualquer espécie deixa de ser dependente da mãe quanto aos alimentos e protecção pôde dizer-se que desenvolveu e que caminha para a maturidade. As nações dependentes nunca poderão ser consideradas desenvolvidas. É indiscutível que as condições históricas actuais obriguem todos os países a ser mutuamente interdependentes na satisfação das necessidades dos seus cidadãos; mas interdependência não é incompatível com independência económica, pois independência económica não significa isolamento. Contudo, exige necessariamente soberania no plano interno e externo e acima de tudo crescimento suficiente para garantir autoconfiança e auto-suficiência. Esses requisitos estão em absoluta contradição com a dependência de numerosos países face à Europa Ocidental, aos Estados Unidos da América e ao Japão.

É também verdade que as metrópoles dependem da riqueza dos países explorados. Essa é a fonte da sua força e também fraqueza potencial do sistema capitalista imperialista, pois os operários e camponeses das nações periféricas podem chegar à conclusão de que é possível cortar os tentáculos que o Imperialismo estendeu sobre os seus países. Porém, há uma diferença substancial entre a dependência das metrópoles e a submissão das colónias sob o jugo capitalista. Os países capitalistas são tecnologicamente mais avançados e dentro do sistema imperialista são eles que escolhem o rumo da mudança. Um exemplo flagrante é o facto de os produtos

sintéticos fabricados nesses países terem começado a substituir as matérias-primas produzidas nas colónias. Por outras palavras, pertence aos próprios países capitalistas determinar (dentro de certos limites) até quando durará a sua dependência das colónias numa determinada esfera. Quando isso acontece é a colónia ou neocolónia que mendiga a ajuda e um novo lugarzito no sistema. É por essa razão que as nações ex-colónias não podem nem contar com o desenvolvimento sem quebrarem efectivamente o ciclo vicioso de dependência e exploração que caracteriza o Imperialismo.

Existem muitos factores no plano social e cultural que ajudam a garantir a integração dos países subdesenvolvidos no sistema imperialista e a engrossar os laços que os prendem às metrópoles. A Igreja Cristã tem sido o principal instrumento de penetração e dominação cultural apesar de em alguns casos os africanos terem conseguido criar igrejas independentes. Tem sido igualmente importante o papel desempenhado pela educação ao modelar africano que seriam «para servir o sistema capitalista e subscrever os seus valores». Recentemente os imperialistas têm usado novas universidades africanas para se infiltrarem nos mais altos planos académicos.

Algo tão fundamental como a linguagem tem também servido como um dos meios da integração e dependência. O francês e o inglês, que são largamente difundidos em África, servem mais como veículos de comunicação com os exploradores do que dos africanos entre si. É difícil encontrar actualmente uma esfera que não reflecta a dependência económica e a submissão estrutural. A primeira vista, nada parece ser tão pouco perigoso como a música mas ainda isso tem sido usado como uma arma de dominação cultural. Os imperialistas americanos chegaram ao ponto de se servirem da música popular, do «jazz» e da «soul-music» do povo negro oprimido como meios de propaganda americana através das emissões da «Voz da América».

Durante o período colonial as formas de subordinação política são manifestas em África. Há governadores, funcionários coloniais e polícias. Nos Estados independentes da África de hoje urgia que as metrópoles capitalistas assegurassem decisões políticas favoráveis por controlo remoto. Estabeleceram assim marionetas nos vários países de África que se comprometem descaradamente com o regime odioso do «apartheid» da África do Sul quando os seus mestres assim o ordenam. Frantz Fanon, o revolucionário africano, combateu intensa e ardentemente a minoria africana que actua como correia de transmissão entre as metrópoles capitalistas e as dependências africanas. Não se deve menosprezar a importância desse grupo. A existência dum clique de africanos inteiramente vendida faz parte integrante da definição do subdesenvolvimento. Qualquer estudo sobre o subdesenvolvimento deve não só revelar os baixos índices de rendimento «per capita» e a subnutrição mas também a presença desses cavalheiros que em Abidjam, Accra e Kinshasa dançam quando se toca música em Paris, Londres e Nova Iorque.

A instabilidade política manifesta-se também como um sintoma crónico do subdesenvolvimento da vida política no quadro do sistema imperialista. Golpes militares que se sucedem uns após outros, normalmente sem nada significarem para as massas, revelando-se muitas vezes um reaccionário passo atrás no processo de libertação nacional. Esse factor tem sido por demais abundante na história da América Latina para que a sua ocorrência no Vietname ou na África possa surpreender. Se o poder económico irradia dum centro exterior às fronteiras nacionais africanas, então o poder político e militar também será dimanado do exterior a menos que as massas de camponeses e operários se mobilizem para oferecer uma alternativa ao simulacro de independência. Todos esses factores não passam de ramificações do subdesenvolvimento e da exploração imperialista. Em muitos estudos que versam este tema o conceito de imperialismo é in-

teiramente esquecido e o neocolonialismo é considerado como mera retórica — principalmente por aqueles «académicos» que se proclamam neutrais em relação à política. No seguimento deste estudo será apresentada uma grande quantidade de pormenores que porão em evidência a realidade subjacente aos clamorosos «slogans» do Capitalismo e Imperialismo, Neocolonialismo e similares. A posição a adoptar pode ser resumida nas seguintes frases:

A questão do quem e do quê são responsáveis pelo subdesenvolvimento africano pode ser colocada em dois planos. Em primeiro lugar, sustentar-se-á que a maior responsabilidade pelo subdesenvolvimento africano cabe à drenagem levada a cabo pelo sistema imperialista, que também bloqueou as possibilidades de desenvolver racionalmente os recursos do continente. Em segundo lugar há que denunciar os que manipulam o sistema e os que são seus agentes ou cúmplices inconscientes. Foi a burguesia da Europa Ocidental que estendeu activamente a exploração dos seus próprios países à África toda.

Em tempos mais próximos esses capitalistas têm sido coadjuvados ou substituídos em certa medida por financeiros dos E. U. A. E durante muito tempo os operários desses países nada beneficiaram da exploração e subdesenvolvimento da África. A defesa dessas teses não tem o fito de afastar de sobre os ombros dos próprios africanos a responsabilidade última do seu subdesenvolvimento. Não só há africanos que colaboram com o Imperialismo como também a todos os africanos compete compreender o sistema e trabalhar no sentido da sua destruição.

GUIA BREVE DE LEITURA

Há uma grande produção literária sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, apesar de a qualidade não ser tanta como seria de esperar. A maior parte do que se pode encontrar não passa de tentativas de

justificar o Capitalismo. Por isso, em vez de analisarem o desenvolvimento social do homem concentram-se dentro dos estreitos limites do desenvolvimento económico e, especificamente, do desenvolvimento económico capitalista. Essa perspectiva tem vindo a ser denunciada por intelectuais marxistas, coadjuvados por estudiosos do mundo subdesenvolvido.

Frederick Engels — *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.*

Karl Marx — *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política.*

Karl Marx — *Formações Económicas Pré-Capitalistas*, editado por E. J. Hobsbawm.

Essas três obras são simples amostras dos escritos dos fundadores do que é hoje chamado o Marxismo. A maior parte das obras de Marx e Engels tem uma importância excepcional para o tema do desenvolvimento, com particular ênfase para as fases feudal e capitalista.

Richard T. Gill, *Economic Development: Past and Present.*

Ragnar Nurkse, *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries.*

Esses são pontos de vista típicos dos pontos de vista metropolitanos burgueses sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento — o primeiro é um texto dum economista canadiano para os estudantes dum escola superior norte-americana e o segundo uma obra frequentemente reeditada de um dos mais proeminentes advogados burgueses da teoria do «círculo vicioso da pobreza». Infelizmente é também esse o tipo de obras que domina as estantes de qualquer universidade ou livraria pública em Africa. O leitor é convidado a experimentar essas generalizações.

J. D. Bernal, *Science in History.*

Joseph Needham, *Science and Civilization in China.*

Ambas essas obras são muito longas mas devem ser estudadas. A ciência e a tecnologia emergem do esforço de compreender e dominar o ambiente natural. A familiaridade com a história e a ciência é essencial para uma compreensão do desenvolvimento da sociedade. Cita-se aqui o livro de Needham como um correctivo à ideia vulgar que a ciência é algo peculiarmente europeu.

Celso Furtado, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.*

A. Gunther Frank, *Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina.*

T. Szentes, *The Political Economy of Underdevelopment* (Budapeste, 1971).

O primeiro escritor é do Brasil, um país com uma longa história de dependência e de exploração pelas metrópoles da Europa e da América do Norte. O livro de Frank revela o pensamento dos intelectuais mais progressistas da América Latina e tornou-se hoje respeitado como um ponto de vista dos marxistas das metrópoles. Szentes é um economista húngaro que aplica sistematicamente a perspectiva marxista aos nossos dias e aos processos do mundo subdesenvolvido e ao Imperialismo no seu todo.

Samir Amin, *The Classe Struggle in Africa* (Africa Research Group, Box 213, Cambridge, Massachusetts).

Samir Amin é um africano. Notabilizou-se não só pelo volume das suas produções como também pela qualidade das suas pesquisas. O texto acima citado é uma obra geral — abarca um período que estuda desde as raízes do desenvolvimento da Africa antiga até ao presente e ao futuro socialista projectado. (É importante que grande parte dessa obra tenha sido traduzida para o inglês — o original foi redigido em francês.)

CAPITULO II

COMO A ÁFRICA SE DESENVOLVEU ANTES DA CHEGADA DOS EUROPEUS — ATÉ MEADOS DO SÉCULO XV

Muito antes de os Ingleses entrarem em contacto com o nosso Povo, éramos um povo desenvolvido com as nossas próprias instituições e as nossas próprias ideias de Governo.

J. E. Casely — Hayford, 1922
Nacionalista africano (Costa do Ouro)

2.1. O PANORAMA GERAL

Mostrou-se atrás que, em termos comparativos, a Africa é hoje uma região subdesenvolvida em relação à Europa Ocidental e a algumas outras regiões do Mundo; e que a actual situação se deve não a uma evolução separada — Africa por um lado, Europa por outro — mas à exploração. Como é sabido, a Africa manteve intensas e prolongadas relações com a Europa e é facto

incontroverso que os contactos entre duas sociedades alteram os seus respectivos rumos de desenvolvimento. Para prossecução dos objectivos deste livro serão necessárias quatro operações:

- a) Reconstituir o carácter do desenvolvimento africano anterior à chegada dos europeus.
- b) Reconstituir o carácter da evolução registada na Europa antes da expansão.
- c) Analisar o contributo da Africa ao desenvolvimento presente da Europa.
- d) Analisar o grau de responsabilidade da Europa no actual subdesenvolvimento africano.

O segundo ponto tem sido exaustivamente tratado pela literatura europeia de modo que somente ligeiras referências lhe serão feitas; os outros serão sujeitos a exame mais aturado.

O continente africano revela plenamente os efeitos da lei do desenvolvimento desigual das sociedades. Há dissemelhanças marcantes entre o Império Etíope e os caçadores pigmeus da floresta do Congo, ou entre os impérios do Sudão Ocidental e os caçadores-colectores do deserto do Calaári. Há, além disso, contrastes marcantes dentro de cada região geográfica. O Império Etíope incluía os doutos senhores feudais Amharic e também os simples Kaffa, agricultores, e os pastores Galla. Nos impérios do Sudão Ocidental, sofisticados, educados burgueses Mandingas, pequenas comunidades de pescadores Bozo e pastores nómadas Fulas. Mesmo entre clãs e etnias, absolutamente semelhantes à primeira vista, havia diferenças consideráveis. Contudo era possível distinguir o que era unicamente «africano» e o que era universal no sentido de característico de todas as sociedades humanas num determinado grau de desenvolvimento. É preciso reconhecer também o processo dialéctico de passagem das formas mais baixas, às mais aperfeiçoadas de organização social; e, ao apreciar as formações so-

ciais mais avançadas poderemos medir [avaliar] as potencialidades do continente como um todo e tentar adivinhar a direcção do processo de mudança.

Neste momento, em que se levanta o problema do passado pré-europeu de Africa, vários indivíduos se empenham, pelas mais díspares razões, a investigar sobre a existência de civilizações africanas. A alguns move o móbil de estabelecer comparações com «civilizações» europeias. Não é este o lugar adequado para se apreciar do mérito das chamadas civilizações europeias. Bastará referir de passagem o comportamento da Europa capitalista, da Escravatura ao Colonialismo, Fascismo e guerras de genocídio na Ásia e Africa. Esses actos de pura barbárie fazem duvidar da justeza do emprego da palavra «civilização» para descrever a Europa Ocidental e a América do Norte. No tocante a Africa de antanho, será preferível falar-se de culturas em vez de civilizações.

Cultura é o modo global de vida. Engloba o que o povo come e o que veste; a sua maneira de andar e o seu modo de falar; a sua maneira de encarar a morte e a sua satisfação face a um nascimento. É óbvio que, se se encarar pormenorizadamente o todo social, encontrar-se-ão factores peculiares em qualquer formação social. Em contrapartida, a Africa ao Sul do Sara constitui uma extensa comunidade onde as semelhanças são facilmente identificáveis. Por exemplo, a música e a dança desempenham papéis-chave na sociedade africana «não contaminada». Marcam a sua presença nos nascimentos, no nojo, na iniciação, no casamento e também nos momentos de puro divertimento. Africa é o continente dos tambores e da percussão. Os povos africanos atingiram o máximo do aperfeiçoamento nesse particular.

Por causa da colonização e do imperialismo cultural (serão discutidos mais tarde), os europeus e os próprios africanos descuraram a análise dos aspectos específicos da cultura africana. Esses aspectos contêm um valor próprio que não pode ser eclipsado pela cultura europeia no período comparável antes do século XV e nos

séculos subsequentes. Não podem ser eclipsados, pois que se tratam de fenómenos não comparáveis. Quem neste mundo é competente para julgar se uma valsa austríaca é melhor que um Ngoma Makonde? Outros sim, mesmo naquelas esferas culturais que podem ser mais facilmente comparáveis, por exemplo as «belas artes», é sabido que as realizações africanas do período pré-colonial se erguem como uma das mais belas contribuições para o património artístico humano. A arte egípcia, sudanesa, etíope, era conhecida desde os tempos mais remotos. A do resto de Africa tem vindo a ser paulatinamente descoberta e redescoberta por europeus e africanos contemporâneos. É bem conhecido o veredicto dos historiadores de arte sobre os bronzes de Ife e Benim. Visto datarem dos séculos XIV e XV têm uma importância especial em qualquer discussão do desenvolvimento africano de antes das relações com a Europa. Não podem ser consideradas manifestações de carácter excepcional, excepto no que se refere ao material sobre o qual se realizaram as esculturas. A mesma perícia e sensibilidade foram aplicadas em esculturas e outras obras de arte em materiais facilmente percíveis, especialmente a madeira.

A dança e a arte africanas estiveram sempre duma maneira ou doutra ligadas indissolavelmente a uma visão religiosa da vida. Como é bem sabido, as práticas religiosas tradicionais existem em grande variedade em Africa e deve também recordar-se que o Cristianismo e o Islamismo encontraram ambos aceitação no continente desde os seus primeiros dias. Os elementos básicos das religiões africanas desempenharam um papel importante na individualização das culturas africanas no contexto dos outros continentes; mas para o nosso estudo interessa investigar o que as religiões africanas têm em comum com as religiões não africanas e de que maneira isso pode utilizar-se como índice do nível de desenvolvimento em Africa anterior ao impacte europeu no século XV.

A religião é um aspecto da superestrutura da sociedade que é determinado em última instância pelo grau de controlo e compreensão do mundo material. Contudo, quando o homem pensa em termos religiosos, toma como ponto de partida o irreal e não a realidade material, que ultrapassa o seu entendimento. Por essa razão desenvolve-se uma forma metafísica, não científica, de pensar o Mundo que entra em conflito com a visão científica materialista e com o próprio desenvolvimento social. As antigas religiões africanas não eram nem melhores nem piores que outras religiões do seu tempo. Porém, nos fins do Feudalismo, os europeus começaram a pôr em causa a hegemonia da religião sobre vários sectores da vida humana. A política, a geografia, a medicina, etc., libertam-se das cadeias religiosas. Para libertar esses assuntos do domínio religioso argumentou-se que a religião tinha os seus próprios domínios e as coisas do Mundo tinham a sua própria esfera, a secular. A secularização da vida acelerou o desenvolvimento do Capitalismo e, numa segunda fase, do Socialismo. Em contrapartida a religião continuava a avassalar a vida africana de antes da vinda dos brancos, da mesma maneira que dominava outras sociedades pré-feudais, como a dos Maoris, na Austrália, os Afeghans, do Afeganistão, ou os Vikings, na Escandinávia.

Como aspecto da superestrutura, a religião pode desempenhar um papel simultaneamente positivo e negativo. Em certos momentos históricos da Africa antiga, a religião contribuiu para mobilizar largas camadas de massas que constituíram os Estados. Em outras ocasiões, a religião forneceu conceitos úteis na luta por uma maior justiça social. Os seus aspectos negativos residem sobretudo na tendência de permanecer dogmaticamente imutável por períodos extremamente longos, principalmente quando as técnicas de produção evoluem muito vagarosamente. Esse foi o caso das sociedades africanas e de todas as outras sociedades pré-capitalistas. Concomitantemente as crenças religiosas reagem sobre o

modo de produção atrasando ainda mais o seu progresso em certos aspectos. Por exemplo, acreditar na oração, na intervenção de antepassados ou Deuses quaisquer podem ser facilmente substitutos de inovações destinadas a controlar o impacto do tempo e do meio ambiente.

As mesmas relações bifacetadas existem no tocante à técnica de produção e aos padrões sociais que vão tomando forma no processo de trabalho. Antes do século XV as relações sociais dominantes em África eram a família e parentesco associados ao Comunitarismo. A posição de cada membro dentro da sociedade era definida em relação à sua mãe ou ao seu pai. Em algumas sociedades relevavam os laços maternos, noutros a linguagem paterna. Esses pormenores tinham uma importância fundamental no dia-a-dia dum membro da sociedade africana, pois a terra (o principal meio de produção) pertencia a grupos como a família e o clã — o chefe dos quais era responsável pela terra, em nome de todos os parentes, incluindo os anteriores e os nascituros. Teoricamente essas relações queriam significar que os residentes duma dada comunidade eram todos descendentes directos da pessoa que primeiro ocupou a terra.

Os novos grupos que chegavam pretendiam também, muitas vezes, ter antepassados que habitaram essa terra ou asseguravam que as famílias mais antigas do grupo continuavam a realizar cerimónias relacionadas com a terra e as águas da região.

Semelhantemente, o trabalho era, na maior parte das vezes, recrutado numa base familiar. Uma unidade familiar cultivava a sua própria porção de terra mas também participava em actividades agrícolas conjuntas com os outros membros da família extensa ou clã. A comunidade familiar e a aldeia organizavam também caçadas e pescarias anuais. Nas sociedades matriarcais, como a do Bemba (Zâmbia), o noivo passava alguns anos trabalhando para o pai da noiva. E muitos jovens que se casavam com irmãs da mesma casa organizavam-se muitas vezes em equipas de trabalho para se entreatarem.

No Daomé, o jovem pretendente não ia viver para junto da família da noiva, mas o seu grupo de trabalho, destacava um filho para contribuir para o desempenho de certas tarefas para o pai da esposa. Em ambos os casos o direito de adquirir trabalho por parte dos sogros e o correlativo dever de o fornecer por parte do genro baseavam-se em laços familiares. Isto contrasta flagrantemente com o sistema capitalista, em que o dinheiro compra a força do trabalho, e com o Feudalismo, onde o trabalho é fornecido pelo servo da gleba, para que possa desfrutar duma parte da terra que pertence ao senhor feudal.

A colheita, sendo produzida por trabalho familiar em terra que era propriedade da família, era distribuída numa base familiar. Se o fruto do trabalho de um homem era destruído por uma calamidade inesperada, os seus parentes da mesma comunidade auxiliavam-no. Se a desgraça atingia a comunidade inteira, os seus membros iam viver com familiares seus noutra área onde a comida não escasseava. No país do Akan (Gana) o sistema do clã era tão bem organizado que um homem Brong podia visitar os Fante, a muitas centenas de milhas de distância e receber alimentação e alojamento de elementos completamente desconhecidas mas que pertenciam ao mesmo clã.

Abundam exemplos que podem provar a dominância dos laços familiares na fase comunal do desenvolvimento africano. Esses laços determinavam os dois principais factores de produção — terra e trabalho — assim como o sistema de distribuição dos bens. Os antropólogos europeus que se debruçaram sobre as sociedades africanas, fizeram-no, na sua maioria, com perspectivas viciadas por preconceitos racistas, mas as suas pesquisas podem, mesmo assim, fornecer abundantes factos para uma abordagem da evolução da família-lar à família extensa (incluindo membros que passaram a pertencer a ela por associação em vez de por nascimento ou casamento) e às linhagens e clãs que estenderam os laços e alianças

familiares às mais diversas regiões. Podem encontrar-se instituições similares a essas entre os Gauleses da França do século XI e entre os Viet da Indochina da mesma data; e, ressaltando diferenças de pormenor, virtualmente por todo o Mundo, num ou noutro momento histórico — pois que a comuna primitiva foi uma fase pela qual passaram todas as sociedades humanas.

Nas sociedades africanas dos tempos primitivos o indivíduo, em cada fase da sua vida, tinha uma série de deveres e obrigações para com os outros membros da sociedade e também um leque de direitos: ou sejam, coisas que ele ou ela podiam esperar ou pedir dos outros indivíduos. A idade era o factor determinante na extensão dos direitos e das obrigações. Os membros mais velhos da sociedade eram mais respeitados e desfrutavam de maior autoridade. O respeito pelos mais velhos reflectia-se na existência de grupos de idade e direitos de idade na maioria das sociedades africanas. A circuncisão significava maturidade e iniciação à vida social. A partir desse momento o homem e a mulher eram colocados nos seus próprios grupos de idade. Existiam usualmente três grupos de idade que correspondiam à juventude, à meia idade e à velhice.

Na maior parte da Europa, a derrocada do Comunismo deu lugar a um alargamento da escravatura como a nova forma de mobilização do trabalho. A escravidão prolongou-se na idade média europeia servindo a Guerra Santa entre Cristãos e Mouros como desculpa para a escravização do trabalho. A escravatura cedeu o seu lugar à servidão em que o trabalhador, adstrito à gleba, não podia ser vendido ou transferido. A transição do Esclavismo para o Feudalismo durou muitos anos e assim era vulgar encontrarem-se escravos nas sociedades feudais. Um número considerável de escravos existiu em vastas regiões da China, Burma e Índia à medida que o Comunitarismo era ultrapassado, mas nenhuma época histórica houve em que a escravatura tenha sido o modo de produção dominante na Ásia. Nas sociedades africanas

existiam alguns escravos mas não existiu o Esclavismo. A maior quantidade de escravos encontrava-se no Norte de África ou noutras sociedades muçulmanas, pois nestas sociedades um homem e a sua família podiam conservar o estatuto de escravos por várias gerações, apesar de o Feudalismo ser o modo dominante. Por todo o continente africano as formações sociais entendiam que os estrangeiros lhes pertenciam quando prisioneiros de guerra. Numa primeira fase esses prisioneiros tinham um estatuto muito desvantajoso, comparável ao dos escravos, mas depressa esses cativos e os seus descendentes se tornavam membros de pleno direito da sociedade, pois não havia razão nenhuma para a exploração perpétua do homem pelo homem em sistema que não feudal nem capitalista.

Marxistas e não marxistas, por motivos distintos, chamaram a atenção para o facto de os modos de produção que existiram na Europa não terem tido correspondentes históricos em África. Em África, a derrocada do Comunitarismo não conduziu por evolução interna à escravatura. O próprio Marx reconheceu que os estágios do desenvolvimento asiático produziram formas sociais que não podiam ser facilmente enquadradas pelos moldes europeus. A isso chamou ele «modo de produção asiático». Seguindo essas pegadas, grande número de marxistas discutiu recentemente se a África se enquadraria nas categorias asiáticas ou se teria ela própria o seu próprio «modo de produção africano». As implicações dos argumentos são muito importantes, pois partem da análise das condições concretas das sociedades africanas e não de preconceitos importados da Europa. Mas os estudiosos parecem especialmente interessados em determinar um conceito único que abranja o variado leque de formações sociais que existiram em África desde o século V depois de Cristo até à chegada do Colonialismo. A doutrina dominante defende que a maioria das sociedades africanas de antes de 1500 viviam num estado de transição

entre a prática da agricultura (e pesca e caça) em comunidades familiares e a prática das mesmas actividades dentro das estruturas sociais comparáveis às do Feudalismo.

Num certo sentido, a História não passa da evolução dum estágio a outro, mas certas situações históricas têm evidenciado no seu evoluir características mais facilmente qualificáveis que outras. Assim, não havia classes na comuna primitiva; o acesso à terra era igual a todos e havia igualdade na distribuição — a um nível muito baixo de tecnologia e de produção. O Feudalismo introduziu grande desigualdade na distribuição da terra e do produto social. A classe dos senhores feudais e a sua burocracia controlavam o poder estatal e serviam-se dele como um instrumento de repressão sobre os camponeses, servos, escravos e mesmo marinheiros e comerciantes. A passagem do Comunalismo ao Feudalismo durou muitos séculos nos vários continentes e, em certos casos, a travagem da evolução interna nunca permitiu o amadurecimento do processo. Não resta a mínima dúvida que em África o número de sociedades em que vigorou o sistema feudal foi muito reduzido. No processo de formação da sociedade feudal, verificou-se a coexistência de elementos feudais com elementos comunitários com algumas particularidades devidas à especificidade das condições africanas. A transição caracterizava-se também pela variedade de formações sociais: havia agricultores e pastores, pescadores e comerciantes, caçadores e nómadas. Todas se encaminhavam progressivamente para um outro sistema de relações para com a terra, para com os outros e para com o Estado, devido à expansão das forças produtivas e o alargamento das malhas da distribuição. Nas sociedades feudais opunham-se os interesses dos senhores feudais e os das classes camponesas e, mais tarde, os dos senhores feudais e os das classes mercantis. No Capitalismo europeu a contradição é a que opõe os interesses do proletariado aos da

burguesia. Essas hostis relações de classe constituíam a força motriz das respectivas sociedades. Nas sociedades comunitárias africanas, as diferenciações sociais mais importantes eram as dos grupos de idade e as que opunham os membros ordinários e os líderes religiosos, como os fazedores de chuva. Contudo, essas relações não eram antagónicas relações de exploração. O conceito de classe como força motora de desenvolvimento social não se enraizara ainda; e, nas sociedades comunitárias, torna-se absolutamente fundamental analisar as forças determinantes da produção para compreender o processo de mudança.

Usando uma certa metodologia e um certo tipo de conceitos torna-se possível definir o porquê do relaxamento das relações familiares à medida que aumentava a produção social. Pode considerar-se, por exemplo, a preponderância dos grupos etários como uma resposta à necessidade de maior solidariedade social, visto que desfalcava as unidades familiares solicitando-lhes os seus membros. Semelhantemente, a necessidade de maior eficiência levou ao desenvolvimento dos grupos de trabalho comunitários. Os *dokpwe* acima mencionados, os grupos de trabalho do Daomé desempenhavam um papel importantíssimo ao serviço da comunidade inteira na realização das tarefas mais pesadas, tais como a abertura de clareiras, a construção de habitações, etc. Com a oferta de algum alimento e bebida, ou vinho de palma, podia mobilizar-se num espaço de tempo relativamente curto um grupo de trabalho em qualquer das comunidades africanas, incluindo as dos Berberes, pelas claras do Norte de África.

Embora a organização do trabalho ajude a produzir mais, é evidente que a principal mudança nas forças produtivas é a provocada pela introdução de novas técnicas, usando-se a palavra no seu sentido mais amplo, o que inclui não só ferramentas e métodos de intervir sobre o meio ambiente como também a introdução de novas plantas e espécies animais. Um requisito prévio a

qualquer actuação sobre o meio ambiente é o seu perfeito conhecimento. Nos meados do século XV os africanos de todo o continente haviam conseguido uma razoável compreensão da sua ecologia — os solos, o clima, os animais e as plantas, nas suas múltiplas inter-relações. A aplicação prática desse conhecimento verificava-se no armadilhamento dos animais, na construção de casas, na produção de utensílios, na descoberta de técnicas médicas e, acima de tudo, no delinear de esquemas agrícolas.

A agricultura era a actividade dominante no continente nos séculos que precederam o contacto com os europeus. Em todas as comunidades agrícolas sedentárias o povo observava as especificidades do seu ambiente e tentava dali deduzir as técnicas apropriadas para o seu domínio numa perspectiva racional. Em algumas regiões seguiam-se métodos muito avançados como a construção de terraços, rotação de culturas, estrumação, drenagem de pântanos. A mais importante inovação tecnológica no desenvolvimento da agricultura africana foi a introdução de instrumentos de ferro, nomeadamente o machado e a sachola, que substituiriam os utensílios tradicionais de pedra e madeira. Foi com base na utilização desses utensílios que novas técnicas foram sendo progressivamente introduzidas não só na agricultura mas também noutros ramos da actividade económica.

A introdução do ferro, o alargamento do cultivo dos cereais e a cerâmica são fenómenos estreitamente interdependentes. Na maior parte do continente africano essas inovações tiveram lugar ainda antes do início da era cristã. Com o decorrer dos séculos o ritmo de mudança mostrou-se bastante acelerado. Seleccionaram-se o trigo e o arroz a partir de plantas selvagens e alargou-se o cultivo do inhame a partir de raízes selvagens previamente seleccionadas. A maioria das sociedades africanas passou a cultivar as «belas artes» a partir da matéria-prima que lhes estava particularmente disponível. Mesmo o sistema de cultivo mais vulgarizado, que consistia na es-

cavação profunda do solo, não era tão infantil como supuseram os primeiros colonos europeus. Essa forma tão simples de cultivo baseava-se na avaliação correcta do potencial do solo que não era tão grande como aparenta pela sua cerrada vegetação. E quando os colonistas começaram a utilizar o sistema de se cavar unicamente a flor do solo os resultados foram desastrosos.

O que acima se disse mostra que o estrangeiro que chegue a uma determinada região, ainda que se seja detentor de técnica mais apurada, nem sempre actuará tão eficazmente como aqueles que se familiarizaram com o meio durante muitos séculos. E o recém-chegado fará figura tanto mais ridícula se for tão arrogante para pensar que nada tem a aprender dos «nativos». Não se quis sugerir porém que a antiga agricultura africana era superior à dos outros continentes. Muito pelo contrário, os níveis africanos de economia agrícola e social não eram tão elevados quanto os praticados na maior parte da Ásia e da Europa. O ponto fraco de Africa parece ter sido a ausência de interesse profissional na procura de maior conhecimento científico e no fabrico de utensílios que aligeirassem o peso do trabalho e que transformassem ambientes hostis em áreas salubres para o trabalho humano. No tocante à economia europeia, esse profissionalismo foi assumido pelas classes mais interessadas na agricultura — senhores feudais, numa primeira fase, agricultores capitalistas, depois.

Sublinhou-se anteriormente que o desenvolvimento era determinado pelas relações sociais de produção: ou sejam as relações que se desenvolvem no processo de produção da riqueza. Quando a propriedade da terra é exclusiva de uns quantos e a maioria nela trabalha, é esta própria situação injusta, num estádio particular do desenvolvimento histórico que obriga esses poucos a concentrar e a melhorar as suas terras. Contrariamente, o Comunalismo assegurava a cada africano a terra suficiente para a satisfação das suas necessidades pelo simples facto de

ser membro efectivo da comunidade. Por esse motivo, e porque a terra era relativamente abundante, poucos estímulos e incentivos sociais haviam para inovações técnicas que incrementassem a produtividade.

Na Asia, onde a propriedade comunitária era dominante em vastas regiões, houve enormes progressos em alguns aspectos do trabalho agrícola, especialmente nas redes de irrigação. Isso deve-se ao facto de o Estado, na Índia, China, Ceilão e outras regiões, intervir e chamar a si em larga escala os trabalhos hidráulicos e de irrigação. Isso se aplica também ao Norte de Africa que seguiu, em muitos aspectos, um padrão de desenvolvimento parecido com o da Asia. O sistema africano de propriedade do solo era mais parecido com o da Asia que com o da Europa, mas os Estados africanos não desempenharam nunca o papel de impulsionadores e supervisores do desenvolvimento agrícola. A baixa densidade populacional e a correlativamente fraca concentração dos povoaamentos talvez fossem uma das razões. Outra, talvez, a concentração exclusiva do Estado na comercialização de produtos não agrícolas, em detrimento dos agrícolas. Certamente, quando as formações sociais africanas desenvolveram relações comerciais com sociedades de outros continentes, a agricultura foi completamente descurada.

No tocante à manufactura africana de antes da colonização, é essencial reconhecer que muitas realizações foram subestimadas. As manufacturas africanas foram tratadas desdenhosamente ou menosprezadas pelos escritores europeus porque a moderna concepção do Mundo só admite fábricas e máquinas. Contudo, «manufactura», significa, traduzido à letra, «algo feito com as mãos» e, nesse sentido, a manufactura africana registou um avanço considerável. Muitas sociedades africanas satisfaziam as suas necessidades de utensílios com uma vasta gama de artigos de uso doméstico, ferramentas agrícolas e armas. Uma das formas de apreciar o nível de desenvolvimento da Africa de há cinco séculos, é apreciar a qualidade dos seus produtos. Adiantam-se alguns exem-

plos de artigos que foram conhecidos para além das fronteiras africanas. Os europeus familiarizaram-se, através do Norte de Africa, com um tipo superior de tecido vermelho denominado «marroquino». Na realidade era tecido e tinto por especialista Hausa e Mandinga do Norte da Nigéria e do Mali. Foram revelados muitos elementos importantes quando se estabeleceram contactos directos entre europeus e africanos nas costas Este e Oeste da Africa. Logo que os portugueses regressaram do velho reino do Congo divulgaram os soberbos tecidos locais de casca de árvore e fibra de palmeira — com uma fineza comparável ao veludo. Os Baganda eram também tecelões experimentados. E a Africa tinha ainda algo melhor por oferecer: as suas roupas de algodão que eram amplamente manufacturadas antes da chegada dos europeus. Mesmo agora, no presente século, os tecidos de algodão da Guiné são mais resistentes que os de Manchester. Quando os produtos europeus invadiram a Africa, os africanos estavam em posição de fazer comparações entre os seus próprios bens de consumo e os importados. No Katanga e na Zâmbia continuou a ser preferido o cobre local em detrimento do importado, o mesmo acontecendo com o ferro da Serra Leoa.

No plano quantitativo, a manufactura africana não pôde competir. Isso significa, por outras palavras, que era pequena a produção do algodão, que era reduzido o fabrico do ferro, a cerâmica era moldada manualmente, pois desconhecia-se a roda, etc. Mesmo assim, uma razoável evolução tomava forma nesse contexto. Sob a comuna primitiva, cada família satisfazia as suas próprias necessidades, confeccionando as suas próprias roupas, potes, armas, etc. Isso foi um facto em todos os continentes. Contudo, a expansão económica exigia especialização do trabalho e a concentração da indústria — as pessoas passavam a satisfazer as suas necessidades pela troca. Essa tendência era manifesta nas principais manufacturas africanas, especialmente na fiação. A fibra de algodão tinha de ser separada das sementes, de-

pois cardada e enrolada em fios antes de ser tecida. Seguidamente o tecido ia a tingir e o próprio fabrico da tinta era, em si, um processo bastante complexo. Houve tempo em que todas essas etapas estavam a cargo de uma única família ou de uma única mulher no seio de uma família, como era uso na terra Yoruba. Mas o desenvolvimento económico reflectiu-se na separação da tintura do fabrico de roupas e na separação da fiação da tecelagem. Cada separação significava maior especialização e mudanças quantitativas e qualitativas no produto.

A indústria europeia tem sido estudada exaustivamente e reconhece-se de um modo geral que, em complemento da nova maquinaria, o factor mais decisivo para o seu crescimento foi a mudança da produção doméstica para a produção fabril, funcionando o sistema corporativo como um estágio intermédio. A corporação era uma associação de especialistas que transmitiam a sua técnica a aprendizes e trabalhavam em oficinas especialmente criadas para o efeito. Em Tumbuctu existiram guildas de tecelões, enquanto em Benim as corporações foram restritas a uma casta que controlava as famosas indústrias de latão e de bronze. Em Nupe (agora Norte da Nigéria) as indústrias de vidro e de colares funcionavam em bases corporativas. Cada corporação tinha um oficial e um mestre. O mestre tratava dos contratos, financiava a corporação e dispunha do produto. Os seus parentes e também os estrangeiros podiam entrar na oficina e aprender as mais variadas tarefas especializadas da indústria do vidro. Isso incentivava por si só a especialização e a divisão do trabalho.

As economias tradicionais africanas têm sido conhecidas por economias de subsistência. Não poucas vezes, pequenas comunidades praticavam a agricultura, pescavam, caçavam, etc., resolviam isoladamente os seus próprios problemas, mantendo relações mínimas com o resto do continente. Mesmo assim, a grande maioria das comunidades africanas satisfazia pelo menos uma parte

das suas necessidades recorrendo-se à troca. Africa é o continente das inumeráveis rotas comerciais. Algumas percorriam distâncias enormes, como por exemplo as rotas que atravessavam o Sara ou as que demandavam o cobre do Katanga. Mas o comércio não era praticado na sua maioria entre comunidades distantes mas entre sociedades vizinhas. Esse comércio era sempre uma função da produção. As várias comunidades dispunham de excedentes de determinados bens que eram trocados por outros bens que lhes escasseavam. Assim a indústria do sal era estimulada num sítio, e a do ferro noutra. Nas praias, nas margens dos lagos ou dos rios, o peixe seco era acumulado, enquanto frutos e cereais se cultivavam com abundância noutras regiões, providenciando-se assim as bases de troca. O comércio, tão facilmente identificável em todo o continente no período que medeia entre os séculos X a XV é um índice excelente da expansão económica e das outras formas de desenvolvimento que sempre acompanham o incremento do domínio do homem sobre o meio ambiente.

Um dos corolários da expansão comercial é a substituição progressiva da permuta simples de géneros por algumas formas de troca monetária. A simples permuta era meio adequado para um reduzido volume comercial em que se movimentava reduzido volume de bens. Contudo, à medida que o comércio se tornava progressivamente mais complexo, alguns bens começavam a ser utilizados como medida do valor de outros bens. Esses passaram a ser conservados como forma de riqueza que se poderia facilmente trocar por outros produtos quando disso houvesse necessidade. Por exemplo, em Africa, o sal, tecidos, machados de ferro, conchas coloridas, foram formas populares de moeda — além do ouro e do cobre, utilizados mais raramente, e essencialmente restritos à média de bens de grande valor. Em alguns lugares, nomeadamente no Norte de Africa, na Etiópia e no Congo, o sistema monetário atingiu grande sofisticação, demons-

trando que a economia ultrapassara plenamente a fase de troca simples e de subsistência.

Há várias outras alterações, de natureza sociopolítica, que acompanham a expansão das forças produtivas. Existe na realidade uma interdependência estreita entre as práticas agrícolas, a indústria, o comércio, a moeda e as estruturas políticas. As regiões mais desenvolvidas da África foram aquelas em que houve convergência de todos esses elementos e os dois indicadores sociopolíticos mais salientes do desenvolvimento foram o incremento da estratificação e consolidação das classes sociais.

Os poderes da família e o respeito pelos mais velhos foram-se deteriorando progressivamente no decorrer dos séculos que precederam a chegada dos europeus nas suas caravelas. As inovações tecnológicas e a divisão do trabalho tornavam inevitáveis esses factos. A introdução do ferro, por exemplo, grangeou poderio económico e militar àqueles que o podiam produzir ou adquirir. Instrumentos mais perfeitos possibilitavam maior produção de alimentos e aumento demográfico, mas a progressão deste último tendia a ultrapassar as provisões de bens materiais e as potencialidades de riqueza que eram abertas com a introdução do ferro, foram exploradas por uma minoria em seu exclusivo benefício. Os especialistas na produção do ferro, tecelagem, cerâmica, fição, extracção do sal, etc., tendiam a restringir cada vez mais a transmissão da sua técnica a grupos esclerosados conhecidos por castas. Isso garantia que a divisão do trabalho recaísse em seu próprio benefício, pois a sua posição era privilegiada e estratégica. Os produtores do ferro eram particularmente favorecidos em certas sociedades africanas onde muitas vezes passaram a ser o grupo dominante ou a fazer parte dos escalões mais elevados da hierarquia social. A especialização do trabalho abrangia também as esferas não materiais, traduzindo-se no aparecimento de trovadores profissionais e contadores de histórias. Estes também gozavam de privilégios especiais, como, por exemplo, o poder de criticar livremente sem

recear represálias. Em certas circunstâncias os artesãos eram conduzidos ao mais baixo *status* social. Mas isso era raro e, de qualquer modo, não está em contradição com o princípio de que a tendência geral da comuna primitiva era dar lugar a uma estratificação social cada vez maior.

A estratificação social fornecia a base para a ascensão das classes e a radicalização dos antagonismos sociais. Esses factos constituem em certa medida o evoluir lógico das diferenças sociais não antagónicas das sociedades comunitárias. A assembleia dos velhos, por exemplo, podia utilizar o seu poder de controlo sobre a locação das terras, os dotes das noivas e outras actividades tradicionais para se estabelecer numa situação económica privilegiada. Sociedades secretas começaram a surgir na região da actual Libéria, Guiné e Serra Leoa, as quais garantiam que o poder, o conhecimento e a riqueza se concentrassem nas mãos dos mais velhos e, tendencialmente, nas dos mais velhos de certas linhagens.

A contradição entre os mais velhos e os mais novos não é das que provocam confrontações violentas. Mas os mais novos ressentir-se-ão da sua dependência face aos mais velhos, especialmente se estes se imiscuïrem em assuntos tão pessoais como a aquisição de esposas. Em caso de desentendimento eles podiam abandonar as suas comunidades e estabelecerem-se por si sós ou então desafiar os maiores. Em qualquer dos casos, o essencial era que certos indivíduos e famílias usufruïam de situações mais privilegiadas que outros e auto-elegiam-se chefes permanentes. Então a idade perdia o seu carácter de factor fundamental no momento em que um jovem pudesse suceder a seu pai, à medida em que se estabeleciam as noções de sangue real e de linhagem real.

Nos períodos de transição, em que as sociedades africanas conservavam ainda características nitidamente comunitárias, aceitava-se como princípio que certas famílias, clãs ou linhagens, tinham o direito de governar e

outras não. Esse facto verificou-se não só entre os povos agricultores mas também entre os povos pastores. A distribuição desigual dos bens móveis processava-se muito mais rapidamente que a da terra; assim tornavam-se social e politicamente dominantes aquelas famílias que possuísem os maiores rebanhos.

Um aspecto muito importante do processo de estratificação social é o que resulta do contacto entre duas formações sociais. Os povos pescadores mantinham relações com os agricultores e, mais tarde, com os pastores. Existiam além disso outras formações sociais, como por exemplo os bandos de caçadores e colectores que não tinham ainda atingido a fase comunal. No comum das vezes eram pacíficas essas relações. Em muitas regiões de Africa verificou-se a chamada simbiose entre grupos que, apesar de viverem de modo diferente trocavam os seus produtos e coexistiam com proveito mútuo. Surgiam contudo conflitos graves. E quando um grupo se impunha pela força a um outro o resultado era invariavelmente um processo de diferenciação social, conquistadores em cima e derrotados na base.

Os conflitos mais frequentes entre as diferentes formações sociais verificavam-se entre os povos pastores e os agricultores. Estes dominaram em alguns momentos históricos, como por exemplo durante os séculos XVII e XIX, na Africa Ocidental quando os agricultores Mandinga e Hausa foram os senhores dos pastores Fula. Situação inversa verificava-se no «Horn» de Africa e na maior parte da Africa Ocidental. Outro tipo de conflitos foram os surgidos entre os nómadas e os agricultores, como aconteceu em Angola e no Sara, quando Mouros e Tuaregs exigiam tributos e, mesmo, escravizavam outros povos sedentários e pacíficos. Os resultados em todos e cada um dos casos era a institucionalização do controlo duma minoria sobre a terra e (onde relevantes) rebanhos, minas e longas estradas comerciais. Significava mais que o grupo minoritário podia exigir trabalho dos seus súbditos — não mais na base de relações familiares

mas exclusivamente porque se instituíram relações de dominação e subordinação.

Nas sociedades verdadeiramente comunitárias, a autoridade baseava-se na religião e nos laços familiares. Os membros mais velhos compartilhavam do trabalho do grupo e recebiam mais ou menos a mesma fracção do produto global. Ninguém morria à fome enquanto outros se empurravam e desperdiçavam os excedentes. Contudo, à medida que a evolução das forças internas das sociedades africanas as obrigaram a expandir-se pela conquista e pelo comércio, o padrão de vida das classes dominantes alterou-se notoriamente. Passaram a consumir a maior e a melhor porção do que a sociedade podia oferecer. Além disso apartavam-se progressivamente do processo produtivo: do trabalho agrícola, da caça, da pesca, etc. As classes dominantes, e particularmente os reis, detinham ainda o poder de exigir trabalho do homem comum, para a execução de tarefas num certo número de dias por ano. A isso se chamou *corveia*, por causa dum processo similar que era seguido na França feudal. Esse sistema dava lugar a uma maior exploração mas, ao mesmo tempo, a um maior desenvolvimento das forças produtivas.

O fortalecimento do Estado acompanhava a par e passo todo o processo de estratificação social tal como foi acima delineado. As noções de realeza e povo não teriam nenhum significado, excepto se inseridas num estado político com uma existência geográfica definida. É significativo que as grandes dinastias do Mundo tenham reinado em Estados feudais. Na Europa tornaram-se famosos os nomes dos Tudors, Bourbons, Hohenzollern, Romanovs; o Japão teve os seus Kamakuros e Tokugawas; a China, os T'ang e os Ming; na Índia, Guptas e Marathas; e assim por diante. Todas foram dinastias feudais, existiram alguns séculos após o nascimento de Cristo e dominaram nos seus respectivos países antes de a propriedade feudal e as relações de classe se terem inteiramente cristalizado. Isso significa que a

transição para o Feudalismo na Europa e na Ásia caracterizou-se pela existência de classes dominantes e do Estado como peças interdependentes dum mesmo processo. A esse respeito a África não foi diferente.

Dum ponto de vista político, o período de transição do Comunitarismo ao Feudalismo foi em África o da formação dos Estados. Na sua génese (e isso durou séculos) o Estado era fraco e imaturo. Definiu fronteiras territoriais mas dentro delas os habitantes continuaram vivendo nas suas próprias comunidades, mantendo raros ou nenhuns contactos com a classe dominante, a não ser no momento do pagamento anual dos impostos ou tributos. Quando um grupo recusava pagá-los, só então os primeiros Estados africanos mobilizavam a sua máquina repressiva: formavam um exército para exigir dos seus súbditos o que consideravam ser os seus legítimos direitos. Os vários Estados adquiriam paulatinamente maior domínio sobre as suas várias comunidades de cidadãos. Exigiam a *corveia*, recrutavam soldados, nomeavam cobradores de impostos e administradores locais. As regiões africanas aonde se quebraram os laços comunais corresponderam àquelas de onde emergiram sofisticados Estados políticos. O aparecimento do Estado é, em si mesmo, uma forma de desenvolvimento que alargou a escala política africana e estendeu minúsculos agrupamentos étnicos em identidades maiores, nações em embrião.

Em certa medida pode dizer-se que se atribuiu importância exagerada ao aparecimento de Estados. Especialmente na Europa, onde o Estado nacional atingiu um estágio bastante avançado e os europeus tendiam a considerar a ausência ou a presença de Estados bem organizados como um índice de «civilização». Isso não é completamente correcto porque existiram em África pequenas unidades políticas não estatais que, entretanto, conseguiram uma cultura material e não material relativamente avançada. Por exemplo, nem o povo Ibo do Norte da Nigéria, nem o Kikuyu do Quénia constituíram governos centralizados sobre as suas sociedades tradicio-

nais. Mas ambos tiveram sofisticados sistemas políticos baseados nos clãs e (no caso dos Ibo) em oráculos religiosos e sociedades secretas. Ambos foram agricultores eficientes e peritos no trabalho do ferro e os Ibo manufacturavam o latão e o bronze desde o século nono depois de Cristo, se não ainda mais cedo.

Contudo, não obstante a ressalva anterior, há que admitir que de uma maneira geral os maiores Estados de África dispunham de estruturas políticas mais eficazes e de maior capacidade para produzir alimentos, vestuário, extrair metais e outras riquezas. É fácil de inferir que essas sociedades classicistas se tenham enveredado para a corrida ao luxo e outros artigos de prestígio. As classes dominantes prestavam-se a estimular a produção de manufacturas mas também a importá-las. Era a classe que mobilizava o trabalho suficiente para a produção de excedentes e, nesse intuito, encorajavam a especialização e a divisão do trabalho.

Os estudiosos costumam distinguir de entre as várias formações sociais africanas as estatais das sem Estado. A expressão «sem Estado» tem sido utilizada muitas vezes descuidada ou mesmo abusivamente, mas ela quer designar aqueles povos que não dispuseram de máquina coercitiva de governo e de nenhum conceito de unidade política mais compreensiva que a família ou a aldeia. Acima de tudo, se não havia diferenciação de classes numa dada sociedade, não podia haver Estado, porque o Estado é um instrumento criado por uma classe particular para exercer o seu domínio sobre os restantes membros da sociedade, em seu exclusivo benefício. Generalizadamente, pode considerar-se as sociedades sem Estado como partes das mais velhas formas de organização política em África, enquanto os grandes Estados representavam já uma evolução da comuna primitiva—algumas vezes atingindo o Feudalismo.

Torna-se necessário sublinhar uma vez mais que uma análise das sociedades africanas de antes da chegada dos europeus revelará profundas desigualdades de desen-

volvimento. Encontrar-se-iam desde os bandos de caçadores nômadas, ao Comunitarismo e ao Feudalismo, e muitas outras formas intermédias entre essas duas últimas. Dedicar-se-á o resto deste capítulo a um resumo das características fundamentais de algumas das sociedades e Estados mais desenvolvidos da África nos últimos mil anos, ou sejam de antes de se terem desenvolvido relações permanentes entre a África e a Europa. As regiões consideradas, serão o Egipto, a Etiópia, a Núbia, o Marrocos, o Sudão Ocidental, a zona interlacustre da África Oriental e o Zimbabwe. Cada uma servirá de exemplo do que significava o desenvolvimento na África antiga e de qual era a direcção do movimento histórico. Cada uma dessas sociedades desempenhou, em maior ou menor medida, um papel condutor no continente, na medida em que influenciava as sociedades vizinhas, quer indirectamente quer absorvendo-as directamente.

2.2. ALGUNS EXEMPLOS CONCRETOS

a) Egipto

É lógico principiar pelo Egipto, a mais antiga forma de cultura africana que se notabilizou. As glórias do Egipto dos Faraós são por demais conhecidas para que careçam de ser cantadas de novo. Contudo, é uso dizer-se ou subentender-se que o Antigo Egipto não era «africano» — uma tese curiosa que hoje já não é defendida a sério. Para o que nos interessa agora, referiremos somente o Egipto sob a dominação árabe e turca, ou seja do século VIII em diante. Durante esse último período, a classe dominante era estrangeira e isso significava que o desenvolvimento interno do Egipto se encontrava ligado ao de outros países, nomeadamente ao da Arábia e da Turquia. O Egipto colonizado exportava grande quantidade da sua riqueza sob a forma de alimentos e rendimentos, e isso é um factor negativo de desenvolvimento. Mas a tendência evolutiva levou a que as classes domi-

nantes se desligassem progressivamente dos seus senhores imperiais e passassem a agir pura e simplesmente como a elite dominante dentro do Egipto que se tornou um Estado feudal independente.

Uma das principais características do Feudalismo nascente no Egipto foi o seu carácter militar. Os invasores árabes, turcos e circassianos eram povos profundamente militaristas. Isso se applicava particularmente aos Mamelucos que dominaram no Egipto do século XIII em diante. O poder político esteve, desde o século VII nas mãos de uma oligarquia militar que delegava os poderes de governo aos burocratas, criando-se assim uma situação similar à da China e Indochina. Ainda mais importante que isso, foi o facto de as relações de propriedade terem evoluído no sentido da constituição duma verdadeira sociedade feudal. Todos os conquistadores tornaram proprietários fundiários os seus seguidores e capitães. A terra no Egipto era, inicialmente, propriedade do Estado, que a arrendava aos camponeses. O Estado tinha então o direito de se reapossar da terra e arrendá-la de novo, agindo em moldes semelhantes aos do chefe da comunidade primitiva que era o guardião da terra das várias famílias. Porém, a classe militar acabou por se tornar na nova classe de proprietários de terras. Nos meados do século XV a maior parte da terra egípcia era propriedade do sultão e dos seus capitães.

A existência de uma classe minoritária que monopolizava a terra implicava um grande número de desapossados. Os camponeses viram-se depressa convertidos em meros trabalhadores agrícolas ligados ao solo como arrendatários ou vassallos dos senhores feudais. Esses camponeses com pouca ou nenhuma terra eram conhecidos por «felás». Na Europa há lendas que se referem à exploração, aos padecimentos dos servos russos, mujiques, sob o Feudalismo. No Egipto a exploração dos «felás» era ainda mais desumana. Os senhores feudais interessaram-se pelos «felás» unicamente na medida em que eram capazes de produzir riqueza. A maior parte da pro-

dução dos camponeses era-lhes espoliada sob a forma de impostos e exigia-se aos cobradores de impostos que realizassem o milagre de obter dos camponeses o que eles não dispunham. Quando as suas exigências não eram satisfeitas, espancavam os camponeses.

O carácter antagonico da contradição entre o senhor feudal e os «felás» revelou-se nomeadamente na primeira parte do século VIII. Em nenhuma parte do Mundo foi o Feudalismo um mar de rosas para as classes trabalhadoras, mas os factores do desenvolvimento podiam notar-se no aperfeiçoamento da tecnologia e na expansão da capacidade produtiva. Sob o domínio da dinastia Fatimida (969 depois de Cristo a 1170 d. C.) floresceram as ciências e as indústrias atingiram índices jamais vistos no Egipto. No século X, moinhos de vento e azenhas importaram-se da Pérsia. Criaram-se novas indústrias — papel, refinarias de açúcar, porcelana, destilação da gasolina. As velhas indústrias de têxteis, panos e metal foram incentivadas. As dinastias seguintes, Ayyubids e Mamelucos desempenharam também um importante papel, especialmente na construção de canais, represas, pontes e aquedutos e no florescimento do comércio com a Europa. O Egipto estava então suficientemente habilitado para ensinar muitas coisas à Europa e bastante flexível para aprender novas técnicas em troca.

A despeito de o Feudalismo se basear no cultivo da terra, foi vulgar desenvolverem-se cidades a expensas do campo. Os pontos altos da cultura do Egipto feudal estão intimamente relacionados com as cidades. Os Fatimidás fundaram o Cairo, que cedo se tornou numa das cidades mais famosas e cultas do Mundo, cenário dos legendários «Arabian Knights». Criaram simultaneamente a Universidade de Azhar que ainda hoje subsiste como uma das mais antigas do Mundo. Os senhores feudais e os mercadores ricos eram os principais beneficiados, mas os artesãos e outros cidadãos do Cairo, Alexandria, etc., também se aproveitavam, em certa medida, da vida desocupada das cidades.

b) Etiópia

A Etiópia, nos primórdios da sua história de grande Império, era também dominada por estrangeiros. O reino do Axum, quicá um dos mais importantes núcleos à volta do qual emergiu a Etiópia feudal, foi fundado nas proximidades das costas do Mar Vermelho por uma dinastia dos Sabeans originária da outra margem do Mar Vermelho. Mas os reis de Axum não foram nunca agentes de poderes estrangeiros, tornando-se em contrapartida completamente africanizados. A fundação de Axum data do século I depois de Cristo e as classes dominantes abraçaram o Cristianismo poucos séculos depois. A partir daí, participaram dinamicamente no desenvolvimento da Etiópia feudal e cristã.

Os Amharic e os Tigrean, as classes dominantes etíopes, declaravam-se orgulhosos descendentes directos de Salomão. Como um Estado que englobava vários outros Estados e reinos mais pequenos, era um império no mesmo sentido que a Prússia e a Áustria feudais. O imperador da Etiópia cognominava-se «Leão Conquistador da Tribo da Judá, Eleito de Deus, Imperador da Etiópia, Rei dos Reis». Na prática, porém, não se manteve a linhagem «salomónica». Muitas das realizações do planalto etíope foram levadas a cabo no século XII por uma nova dinastia, os Zagwe, que se reclamavam descendentes de Moisés. Os reis Zagwe notabilizaram-se na construção de várias igrejas cortadas da rocha sólida. A perfeição arquitectónica atesta o alto nível técnico alcançado pelos Etíopes assim como o poder de o Estado mobilizar grande quantidade de trabalho. Essas obras não poderiam nunca ter sido realizadas pelo trabalho voluntário da unidade familiar mas unicamente pelo trabalho forçado duma classe oprimida.

Reconhece-se um grande valor à superestrutura do Império etíope, nomeadamente ao seu Cristianismo e à sua cultura literária. A História escrita destinava-se à glorificação do rei e da nobreza, especialmente sob a

restaurada dinastia «salomónica», que desalojou os Zagwe no ano de 1270 d. C. Livros e manuscritos finamente ilustrados tornaram-se elementos primordiais da cultura Amharic. Enfeites e jóias luxuosas eram fabricadas para as classes dominantes e para a Igreja. O clero superior fazia parte da nobreza e os mosteiros atingiram proporções gigantescas na Etiópia imperial. A associação entre a Igreja e o Estado era implícita nas sociedades comunitárias, onde as fronteiras entre a política, economia, religião, medicina, etc., eram delineadas deficientemente. Sob o Feudalismo, a Igreja e o Estado mantiveram-se sempre e por toda a parte em estreita aliança. Os Budistas eram proeminentes no Vietname feudal, Burma e Japão e, ainda que em menor medida, na China. Na Índia, a influência budista era suplantada pelos Induístas e Muçulmanos, e, como é natural, a Igreja Católica desempenhava na Europa feudal um papel paralelo ao da Igreja Ortodoxa na Etiópia.

Na Etiópia, a agricultura era a principal fonte de riqueza. Nos férteis planaltos dedicava-se à cultura dos cereais e de outras formas de riqueza, inclusive a criação de cavalos. Floresciam as técnicas artesanais nos mais diversos campos e encorajava-se a imigração de peritos estrangeiros. Em meados do século XV, por exemplo, artesãos turcos estabeleceram-se no país e passaram a fabricar cotas de malha e armas para o exército etíope. Contratavam-se também escribas egípcios para ajudar na administração financeira. Ninguém nega a legitimidade da qualificação de feudal à Etiópia de então, visto que existiam contradições de classes bem demarcadas entre os senhores feudais e os camponeses. Essas contradições mergulhavam as suas raízes no Comunitarismo que caracterizara anteriormente a Etiópia da mesma forma que outras regiões africanas.

Na Etiópia feudal existiam terras que eram propriedade das comunidades aldeãs e étnicas, assim como terras que pertenciam directamente à coroa; mas acima de tudo, larga porção do território tinha sido concedido pela dinas-

tia dos conquistadores Amharic aos membros da família real, aos soldados e ao clero. Os donatários de vastas regiões chamavam-se Ras ou príncipes provinciais e tinham, agregados a eles, juízes nomeados pelo imperador. Os camponeses nas suas terras eram meros rendeiros que, para aí poderem viver, eram obrigados a entregar produtos da terra aos senhores feudais e impostos ao Estado (também em géneros). Os senhores feudais isentavam-se dos impostos — uma situação típica das sociedades feudais, uma das que mais alimentou a fogueira da Revolução na Europa quando a burguesia se sentiu suficientemente forte para denunciar o facto de a classe feudal utilizar o seu poder político para tributar todos menos a si próprios. A Etiópia não atingiu nunca essa fase de transição para o Capitalismo. Mas está fora de dúvidas que a transição para o Feudalismo foi um facto.

c) Núbia

A Núbia foi outra das regiões cristianizadas de África apesar de não ser tão famosa como a Etiópia. O Cristianismo foi introduzido no século VI d. C. no Nilo Médio, nas regiões então dominadas pelo famoso Estado de Kush ou Meroé. No período anterior ao nascimento de Cristo, era Kush rival do Egipto em magnificência, e chegou inclusive a dominar o Egipto durante alguns anos. O seu declínio, nos meados do século IV depois de Cristo culminou com o ataque do Estado então expansionista de Axum. Os três minúsculos Estados núbios que surgiram algum tempo depois eram em certa medida, os herdeiros de Kush ou Meroé, apesar de, após a sua conversão ao Cristianismo, ter passado esta religião a dominar a cultura núbia.

Os Estados núbios (que se reduziram a dois nos meados do século VIII) progrediram muito entre os séculos IX e XI a despeito das grandes pressões árabes e muçulmanas; só vieram a sucumbir no século XIV. O interesse

dos estudiosos concentrou-se, na Núbia, sobre as grandes igrejas e mosteiros de tijolo vermelho decorados com murais e frescos de fina qualidade. Muitas conclusões podem ser adiantadas a partir desses testemunhos materiais. Em primeiro lugar, era necessária uma imensa força de trabalho para construir essas igrejas e as enormes muralhas de pedra que, na maior parte das vezes, as circundavam. Da mesma forma que nas Pirâmides do Egípto, e nos castelos feudais europeus, os construtores eram desumanamente explorados e, provavelmente, forçados. Em segundo lugar, era necessário uma técnica especializada para o fabrico dos tijolos e para a arquitectura dos templos. As pinturas demonstram que a perícia usada ultrapassava a mera destreza manual, e a cerâmica pintada descoberta na Núbia testemunha igual nível artístico.

Disse-se, atrás, que as igrejas e os mosteiros desempenharam importante papel na Etiópia e o mesmo se pode afirmar no que se refere à Núbia. O mosteiro era a maior unidade de produção. Numerosas cabanas de camponeses erguiam-se à volta dos mosteiros, que funcionavam nos mesmos moldes que os castelos dos senhores feudais. Os tesouros acumulados nas igrejas deviam-se ao trabalho dos camponeses, mas os aspectos mais relevantes da cultura imaterial, livros, por exemplo, só eram acessíveis a uma minúscula minoria. Não só os camponeses eram analfabetos como também, na maioria dos casos, a julgar pelo exemplo melhor conhecido da Etiópia da época, nem sequer eram cristãos ou o eram só de nome. Quando foi eliminada a classe cristã, dominante da Núbia, pelos Muçulmanos, muito pouco sobreviveu das realizações do velho Estado no dia-a-dia do povo. Reviravoltas históricas desse tipo não são singulares na experiência humana. A dialéctica do desenvolvimento é um facto incontestável, mas fluxos e refluxos são inevitáveis. Os Estados núbios já não existiam no século XV, mas constituem legítimo exemplo das potencialidades do desenvolvimento africano.

Pode ir-se mais longe e afirmar que Meroé contribuiu ainda para o desenvolvimento africano longo tempo após o declínio e desaparecimento da Núbia Cristã. É mais que evidente que Kush foi um pólo a partir do qual vários elementos culturais positivos foram disseminados pelo resto de África. Obras em bronze flagrantemente semelhantes às do Meroé foram reproduzidas na África Ocidental e afirma-se que a técnica com a qual os africanos ocidentais tratam o seu bronze é originária do Egípto e passou via Kush. Acima de tudo foi Kush um dos mais antigos e florescentes centros de mineração e tempero do ferro e foi certamente um dos focos a partir do qual esse ponto fundamental da tecnologia se espalhou para o resto do continente. Esta a razão por que o Nilo Médio foi uma força determinante no desenvolvimento social, económico e político de África no seu todo.

d) O Magrebe

O Islão foi a grande religião revelada que desempenhou um papel importantíssimo no período de desenvolvimento feudal do Magrebe — as terras da extremidade ocidental do Império Islâmico — e que se alastrou pela África, Ásia e Europa desde os anos da morte do Profeta Maomé, no século VII da era cristã. A construção do Império Árabe sob o signo do Islão é exemplo clássico do papel que a religião pode desempenhar nesse contexto. Ibn Khaldun, um insigne historiador africano do século XIV sustentava que o Islamismo foi a força mais importante que possibilitou ao povo árabe a ultrapassagem das acanhadas fronteiras das pequenas comunidades familiares que brigavam continuamente entre si. Escreveu:

O orgulho, a irritabilidade e a extrema ambição de poder do Árabe impossibilitavam por completo um acordo. Só quando a sua natureza se tornou permeável pelo impulso religioso, puderam transformar-se de modo a substituir a sua tendência

anárquica por um espírito de defesa mútua. Considerai o momento em que a religião dominou a sua política e os obrigou a observar uma lei religiosa destinada a promover os interesses morais e materiais da civilização. Sob a plêiade de sucessores do Profeta (Maomé) quão vasto se tornou o Império e quão fortemente se estabeleceu.

O texto acima citado de Ibn Khaldun analisa um aspecto único da expansão imperial árabe mas, sem dúvida nenhuma, um dos mais importantes, e atesta o papel fundamental das ideologias no processo de desenvolvimento. Esse facto tem de ser considerado na sua estrita relação com e em adição às circunstâncias materiais. Ademais, na consideração das condições materiais duma determinada época histórica que constituem a plataforma duma posterior expansão da produção e dum crescimento posterior do poder social, importa também referir a sua herança histórica. Da mesma forma que o Egipto islâmico e a Núbia cristã, o Magrebe das dinastias muçulmanas herdou uma tradição histórico-cultural. Fora aí o berço da famosa sociedade de Cartago, que florescera entre 1200 e 200 antes de Cristo e que resultara da simbiose das influências estrangeiras do Mediterrâneo Oriental com as dos povos berberes do Magrebe. A região foi, seguidamente, uma parte importante dos Impérios Romano e Bizantino; e, antes da chegada dos Mouros, notabilizara-se por um tipo de Cristianismo não conformista que ficou conhecido por Donatismo.

As espantosas realizações do Magrebe muçulmano abrangeram as esferas naval, militar, comercial e cultural. Os seus navios controlaram o Mediterrâneo Ocidental e os seus exércitos conquistaram a maior parte de Portugal e Espanha. Quando o avanço mouro sobre a Europa foi sustado no ano de 732 d. C., os exércitos norte-africanos tinham penetrado profundamente em França. No século XI os exércitos da dinastia Almorávida, fortalecidos pelas suas expedições ao Senegal e Mauritânia,

cruzaram o Estreito de Gibraltar para reforçar o poder muçulmano na Espanha, que estava a ser ameaçada pelos Reis Cristãos. O domínio Almorávida em Espanha e no Norte de África caracterizou-se durante mais de um século por um comércio riquíssimo, uma literatura resplendente e arquitectura exemplar. Depois de expulsos em 1230, os Muçulmanos do Magrebe ou Mouros, como eram conhecidos, continuaram a desenvolver uma sociedade dinâmica em solo africano. Como indicadores do alto nível da sua vida social costuma apontar-se que os banhos públicos eram comuns nas cidades do Magrebe, enquanto em Oxford ensina-se ainda a doutrina que lavar o corpo era um acto perigoso.

Um dos aspectos mais assinaláveis da história do Magrebe foi a interacção das formações sociais para a unificação do Estado. Um dos maiores problemas resolvidos foi o da integração dos grupos isolados de Berberes em comunidades políticas mais vastas. Havia ainda contradições entre os grupos sedentários e os pastores nómadas.

Os Berberes eram essencialmente pastores organizados em clãs patriarcais e em grupos de clãs ligados entre si por um conselho democrático de homens adultos. Os pastos eram pertença da comunidade e o cuidado da irrigação era da responsabilidade colectiva dos agricultores. A cooperação entre os grupos familiares contrastava com a hostilidade entre aqueles que não tinham laços imediatos de sangue e foi unicamente face à invasão árabe que os Berberes se uniram — servindo como ideologia unificadora o Kharijite (forma de Islamismo não ortodoxo). A revolta Kharijite, 739 d. C. foi considerada como sendo uma revolta nacionalista, num certo sentido e, por outro, como a rebelião das classes exploradas contra a elite árabe burocrática, teocrática e militar que professava o islamismo ortodoxo Sunni. A revolta das massas Berberes lançou os alicerces do nacionalismo marroquino e, três séculos volvidos, a dinastia Almóada (1147-1270) unificou o poder político em todo o Magrebe

como resultado da síntese das conquistas Berberes e Arabes no domínio da construção do Estado.

Infelizmente a nação magrebiana não vingou. Em vez disso, a região foi deixada em testamento como núcleo de três novos Estados: Marrocos, Argélia e Tunísia. Em cada uma destas áreas as tendências separatistas eram muito poderosas nos séculos XIV e XV. Por exemplo, na Tunísia a dinastia dominante, a dos Hafid, foi obrigada a reprimir constantes rebeliões locais para defender a integridade do Estado. Já se afirmou atrás que o Estado político em Africa, sendo ao mesmo tempo uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas, condicionava, por seu turno, o ritmo do avanço económico, pois que os dois factores se encontram dialecticamente relacionados. Daí que o falhanço nas tentativas de construção da nação magrebiana e as dificuldades para o consolidar do poder do Estado mesmo dentro das três facções, Marrocos, Argélia e Tunísia, tenham sido factores que travaram o posterior desenvolvimento da região. Além disso as divisões políticas enfraqueceram o Magrebe face ao inimigo estrangeiro e a Europa aproveitou-se logo dessas fraquezas internas para intensificar os seus ataques de 1415 em diante.

A experiência do Magrebe pode ser aproveitada para ilustrar o carácter prolongado da transição dum modo de produção para outro e o facto de como duas formas diferentes de organização social podem coexistir durante séculos. Durante o período em análise grande parte da população do território manteve as suas formas de propriedade comunitária e o seu trabalho familiar. Paralelamente, consolidava-se uma considerável estratificação social e emergiam classes antagónicas. Na base da pirâmide estavam os escravos, os Harratine, que eram, na sua maioria, africanos negros do Sul do Sara. Seguiam-se-lhes os Ahkamme ou camponeses sem terra, que trabalhavam para os senhores feudais e lhes entregavam pelo menos quatro quintos da sua produção. As mulheres merecem uma menção muito especial, pois, não sendo

uma classe em si mesmas, sofriam privações nas mãos dos homens e nas dos senhores das classes dominantes. As mulheres da classe Ahkamme viviam em condições deprimentes. No topo da escala social estavam os grandes senhores de terras, que manejavam o poder político conjuntamente com outros devotos da religião muçulmana.

De nenhuma das sociedades africanas acima referidas se pode afirmar ter desenvolvido formas capitalistas ao ponto de a acumulação do capital se tornar a principal força motora. Contudo, elas desenvolveram sectores comerciais florescentes, ricos financeiros e grandes indústrias manufactureiras que foram os factores que, em última análise, fizeram surgir o Capitalismo moderno pela evolução e revolução. Os mercadores do Magrebe eram muito ricos. Exploravam os agricultores e os pastores; directa ou indirectamente recrutavam trabalho forçado para as minas de cobre, chumbo, antimónio e ferro; apropriavam-se do sobreproduto do trabalho dos artesãos que se dedicavam aos têxteis, carpetes, peles, cerâmica e artigos de bronze e ferro. Os mercadores foram a classe dos acumuladores de capital e o seu dinamismo tornou-os presença constante não só no Sara mas também para além do Sara na África Ocidental. Nessa medida, o desenvolvimento do Magrebe terá actuado como pólo de desenvolvimento do que se chamou o Sudão Ocidental.

e) O Sudão Ocidental

Para os Arabes, toda a Africa ao Sul do Sara era o *Bilad as Sudan* — a terra dos Negros. O nome mantém-se hoje unicamente na República do Sudão, no Nilo, mas o Sudão de que se falava nos tempos antigos abrangia toda a região actualmente ocupada pelo Senegal, Mali, Alto Volta e Niger, parte da Mauritânia, Guiné e Nigéria. Os impérios do Sudão Ocidental, Gana, Mali e Songhay tornaram-se símbolos dos esforços por provar as realizações do passado africano. É essa a região

apontada pelos nacionalistas africanos e brancos progressistas quando querem provar que os Africanos também foram capazes de grandeza política, militar, económica e administrativa na época anterior à chegada dos homens brancos. Porém, as exigências de um povo num momento histórico determinado alteram o tipo de questões a que se espera que os historiadores dêem resposta. Hoje, as massas africanas exigem «desenvolvimento» e emancipação total. Os pontos que precisam ser esclarecidos no tocante à história do Sudão Ocidental são os que iluminam as grandes linhas de força fundamentais do impressionante desenvolvimento de certos Estados no coração de África.

As origens do Império do Gana recuam ao século V d. C. mas o Império veio a atingir o seu máximo esplendor entre os séculos IX e XI. O auge do Mali foi nos séculos XIII e XIV e o do Songhay nos dois subsequentes. Nenhum surgiu na mesma região geográfica que o anterior; as origens étnicas das classes dominantes eram diferentes. Apesar disso, podem ser considerados «estados sucessores» que seguiram no essencial uma mesma linha de evolução e crescimento. Tantas vezes os chamaram Estados comerciais que se esquece que a principal actividade das suas populações era a agricultura. Nessas regiões foram cultivadas muitas espécies de cereais, dentre as quais várias de arroz, muitas outras plantas e, pelo menos, um tipo de algodão. Foi a zona onde relativamente cedo, no milénio anterior a Cristo, se introduziu o ferro, e as ferramentas de ferro cedo beneficiaram o trabalho agrícola. A savana aberta do Sudão Ocidental favorecia também a luta pela subsistência. Alguns grupos, como os Fula, eram exclusivamente pastores mas na vasta região os meios de subsistência encontravam-se de várias formas. O gado bovino era o mais importante do doméstico, seguido pelo caprino. A criação de cavalos, mulas e burros era também uma actividade importante das zonas libertas do tsé-tsé. Para completar a varie-

dade, o rio Niger possibilitou o surgimento de pescadores experimentados.

A população, indispensável factor de produção, tem a sua densidade obrigatoriamente limitada pelo aumento da produção de alimentos; pela medida em que a indústria manufactureira e o comércio complementam a agricultura. O cultivo do algodão levou ao fabrico de tecidos de algodão em tal variedade que fez surgir uma intensa troca comercial dos diferentes tipos de tecido, como por exemplo os coloridos do Futa Djalon e as roupas azuis de Jenné. A pastorícia fornecia vasta gama de produtos à indústria manufactureira, especialmente peles de cabra e bois que serviam para a feitura de sandálias, mantos e jaquetas militares, correias para amuletos, etc. Os cavalos eram utilizados como meio de transporte das classes dominantes e foram de excepcional importância para a arte da guerra e para a consolidação do Estado. Para criação importavam-se cavalos do Norte de África visto que o puro-sangue árabe é de uma extraordinária qualidade. Para o transporte de cargas utilizava-se o burro (era o mais indicado) e o reino Mossi, do Alto Volta, especializou-se durante muito tempo na criação desses animais de carga que eram fundamentais para o comércio a longa distância. Nas margens do Sara o mais utilizado era o camelo — outra inovação importada do Norte.

A actividade mineira foi outro importante sector de produção. Alguns dos clãs reais do Sudão Ocidental, por exemplo o dos Kande, eram ferreiros especialistas. Nos períodos de guerra expansionista o controlo sobre as minas de ferro e sobre a técnica de trabalhar o ferro, eram, como é óbvio, decisivos. Além destes, os artigos mais importantes do comércio a longa distância eram o sal e o ouro, ambos obtidos pela mineração. O Gana não dispunha nem de minas de ouro nem de sal mas tentou integrá-las pela expansão territorial. Expandiu-se em direcção ao Sara e, nos fins do século X, capturou a cidade berbere de Awdaghast — um importante ponto de con-

trolo das rotas do sal extraído em minas no meio do deserto. Semelhantemente o Mali e Songhay tentaram assegurar o controlo de Taghaza, que era o maior centro de mineração do sal. Songhay arrebatou Taghaza dos Berberes do deserto e conservou-a durante muitos anos fazendo face a Marrocos. Outro elemento fundamental, se bem que raramente referido, na estratégia do desenvolvimento foi a pertença das minas de cobre do Sali a Mali e Songhay.

Ao sul do Gana encontravam-se as importantes jazidas de ouro do Alto Senegal e os seus proprietários, os Falema. Disse-se que Gana obtinha o seu ouro através da permuta silenciosa e oculta como nos vem seguidamente descrito:

Os comerciantes tocavam grandes tambores para se anunciarem aos nativos locais que estavam nus e viviam em buracos no chão. Recusavam sair dessas covas que eram, sem a menor dúvida, os poços das minas de onde eles retiravam o seu ouro, na presença de estrangeiros. Estes, por isso, costumavam empilhar as suas mercadorias na margem do rio e retiravam-se. Os nativos locais então saíam e colocavam pepitas de ouro ao lado de cada pilha e retiravam-se; se os mercadores ficassem satisfeitos, levavam o ouro e iam-se embora fazendo ressoar os tambores como sinal de negócio fechado.

O autor dessas linhas (E. W. Bovill), uma suposta autoridade europeia na História do Sudão Ocidental, vai ao ponto de dizer que o comércio silencioso ou a troca oculta foi uma constante no comércio do ouro do Sudão Ocidental no decurso dos séculos até aos nossos dias. Actualmente, a única coisa oculta sobre o comércio sudanês é o que ele escreve sobre isso. A história do comércio «oculto» aparece repetida em vários documentos, a começar pelos escritos dos gregos antigos. É evidente

que uma tosca aproximação das primeiras tentativas de troca dum povo que entra em contacto com estrangeiros não é um processo permanente. Durante o período de esplendor do Império do Gana, os povos dos dois principais campos auríferos de Bambuk e Bouré mantiveram permanentes relações comerciais com o Sudão Ocidental. Gana provavelmente, e Mali certamente, exerceram poder político sobre as duas regiões, nas quais a mineração e a distribuição do ouro se tornou um processo complicado. Durante os séculos de grandeza do Mali a mineração do ouro estendeu-se pelas florestas do moderno Gana para satisfazer as solicitações da rota comercial transariana. Os sistemas sociais ali existentes evoluíram e emergiram fortes Estados baseados no comércio do ouro. Os comerciantes provenientes das grandes cidades do Sudão Ocidental tinham de comprar o ouro a peso, servindo-se de pequenas mas exactas medidas conhecidas por «benda».

Quando os portugueses chegaram ao rio Gâmbia e puderam observar como o ouro era negociado ali, maravilharam-se da perícia demonstrada pelos mercadores mandinga. Os Mandinga traziam consigo sensíveis balanças, com escalas de prata embutida e pratos suspensos com cordas de seda entrançada. O pó e as pepitas de ouro eram pesados com pesos de bronze. A técnica dos Mandinga na medida do ouro e em outras formas de comércio devia-se em larga escala ao facto de, dentro do grupo étnico existir um escol de comerciantes profissionais conhecidos vulgarmente por Dioulas (Djilas, na Guiné-Bissau, *n. t.*). Os Dioulas não eram muito ricos mas notabilizaram-se pela sua coragem em percorrer milhares de milhas, dum extremo ao outro do Sudão Ocidental. Chegavam à costa, ou até muito perto dela na Gâmbia, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim e Gana. Manejavam uma longa lista de produtos africanos — sal da costa atlântica e do Sara, nozes de cola das florestas da Libéria e da Costa do Marfim, ouro do reino de Akan, no moderno Gana, ferro do Fûta Djalon, actual República da Guiné, manteiga vegetal da Alta Gâmbia e uma grande

variedade de outros artigos locais. Além disso, o comércio do Sudão Ocidental envolvia a circulação de bens originários do Norte de África, especialmente mercadorias do Egípto e do Magrebe e contas de coral de Ceuta e da costa mediterrânica. Em conclusão: o modelo do comércio Oeste Sudânico transariano incluía mercadorias de uma vasta área que se estendia do Mediterrâneo ao Oceano Atlântico.

O comércio de longa distância através do Sara tinha características especiais. Alguns estudiosos chamaram barcos do Sara aos camelos e as cidades onde arribavam as caravanas de camelos que atravessavam o deserto eram conhecidas por «portos». Na prática, era uma proeza tão grande como o atravessar do oceano. Mais que simples comércio local estimulou cidades famosas como Walata, Tumbuctu, Gao e Jenné; e influenciou a literatura islâmica. O comércio a longa distância fortalecia o poder do Estado, ou seja, o poder daquelas classes que se arvoravam a si mesmas em aristocracia permanente. Porém, constitui uma grande simplificação das relações causa-efeito afirmar-se que foi o comércio transariano que construiu os Impérios do Oeste do Sudão. Gana, Mali e Songhay desenvolveram-se no seu próprio ambiente e pelos esforços do seu próprio povo; e foi só a partir do momento em que conseguiram uma certa posição de força que as suas classes dominantes puderam exprimir e pôr em prática o seu interesse pelo comércio a longa distância e puderam garantir a segurança necessária para que o comércio florescesse.

É significativo que o Sudão Ocidental não tenha fornecido nenhum capital importante para o comércio transariano. O capital provinha de comerciantes de Fez, Tlemcen e de outras cidades do Magrebe; e enviaram representantes seus a residir no Sudão Ocidental. As relações que se estabeleceram eram, em certa medida, coloniais, dado que os termos da troca favoreciam o Norte de África. Porém, o comércio do ouro estimulou pelo menos o desenvolvimento das forças produtivas no interior

da África Ocidental enquanto o comércio de escravos não teve tais efeitos benéficos, Gana, Mali e Songhay exportavam pequeno número de escravos, mas o Império de Kanem-Bornu exportava-os em grande quantidade, pois que não controlava filões de ouro. Kanem-Bornu servia-se do seu poder para capturar escravos ao Sul até Adamawa, no moderno Camarões. As implicações malélicas de tal política ficaram amplamente demonstradas nos séculos subsequentes quando o fluxo constante de escravos de algumas regiões da África Ocidental em direcção ao Sara foi substituído por um maciço jorrar dos povos do continente rumo a destinos escolhidos pelos europeus.

Apesar de se ter somente iniciado a etapa feudal, a formação dos Estados no Sudão Ocidental estava mais avançada que em outras regiões da África no período que decorre do século v d. C. ao xv. Além do Gana, Mali, Songhay e Kanem-Bornu, outros reinos importantes houve, na Hausalândia, no Mossi, na Bacia do Benue, afluente do rio Niger. As implicações malélicas de tal política ficaram amplamente demonstradas nos séculos subsequentes quando as técnicas sudanesas de organização política e administração se disseminavam pelas regiões vizinhas e influenciaram no aparecimento de um grande número de pequenos Estados desde a região costeira do rio Senegal às montanhas dos Camarões. Algumas características especificamente sudanesas são facilmente identificáveis em muitos reinos, como por exemplo a posição da «Rainha Mãe» na estrutura política.

As forças e fraquezas dos Estados do Sudão Ocidental revelam-se no ponto de ruptura com o Comunitarismo — no que respeita às relações sociais e ao nível das forças produtivas. O Estado englobava várias formações sociais e grupos étnicos contraditórios. No caso de Kanem-Bornu, por exemplo, os pastores e agricultores sedentários conseguiram integrar os nómadas do deserto. Entretanto, os nómadas Tuaregs tiveram que ser reprimidos para que os outros povos sedentários pudessem viver em paz. Ho-

mens, animais domésticos e mercadorias podiam deslocar-se livremente e em segurança por milhares de milhas. Porém não quebrara ainda o Estado as barreiras entre as diversas formações sociais. O Estado existia como uma instituição que recebia tributo das várias comunidades e impedia-os de lutar entre si. Em períodos de fraqueza desaparecia muitas vezes a força do superestruturado Estado e soltavam-se as rédeas às tendências políticas e sociais divisionistas. Cada novo grande Estado era uma tentativa mais de resolver o problema da unidade, algumas vezes conscientemente, outras como derivado inconsciente da luta pela sobrevivência.

Foi com o Feudalismo que as classes dominantes destruíram, pela primeira vez, as instituições sociais que impediam o poder estatal embrionário de exercer acção directa sobre os seus súbditos. Por outras palavras, o Feudalismo teve de instituir toda uma série de laços vinculatórios dos camponeses sem terras aos senhores das terras. No Sudão Ocidental essa divisão clara das classes não chegou jamais a existir. Quando o Império do Mali atinge o seu ponto alto, séculos XIII e XIV, chegou a existir um pequeno número de escravos locais e, no século XV, existiam os escravos do castelo e os escravos domésticos comparáveis aos servos feudais. No Senegal, por exemplo, os comerciantes portugueses encontraram elementos da população que trabalhavam muitos dias para os seus senhores e poucos para eles próprios — uma tendência feudal embrionária. Não obstante, a maior parte da população tinha ainda amplo acesso à terra através da sua família, o que, em termos políticos, significava que a autoridade das classes dominantes se exercia mais sobre as cabeças das famílias e clãs que sobre cada indivíduo em particular.

Apesar de o igualitarismo comunitário estar já em vias de desaparecimento por volta do século XV, existiam ainda certas relações comunitárias que se haviam tornado, nessa altura, elementos bloqueadores do desenvolvimento do Sudão Ocidental. Dessa maneira, os exceden-

tes sociais eram acumulados directamente pelas colectividades comunitárias em vez de apropriados pela classe dominante. Isso estimulava a manutenção das velhas estruturas sociais apesar de se terem tornado incapazes de incentivar a mobilização do trabalho e a especialização para o seu aperfeiçoamento. Era impensável uma revolução social violenta, visto as classes não estarem ainda cristalizadas para liderarem uma revolução. Nessas condições, seriam necessários maiores avanços tecnológicos para provocar futuras mudanças. O grau de integração económica tinha de ser aumentado pela maior produtividade das várias regiões — o que conduziria a um alargamento do comércio, maior especialização na divisão do trabalho e maiores possibilidades de acumulação do produto. Mas o veículo com rodas e o arado estacionaram no Norte de África, o mesmo acontecendo à irrigação em larga escala. Na realidade, a ausência de irrigação generalizada foi fatal para as forças produtivas do Sudão Ocidental, pois que permitiu o avanço do Sara. Gana dispunha de terrenos agrícolas muito férteis mas Mali e Songhay tiveram ambos as suas capitais mais ao sul porque os terrenos mais ricos do Norte do Gana haviam sido incorporados, pela seca, no Sara. As técnicas necessárias para controlar esse ambiente hostil e para aumentar a capacidade agrícola e manufactureira urgia serem desenvolvidas internamente ou importadas. Na fase que se seguiu na história africana, a posterior à chegada dos europeus, ambas essas alternativas passaram a ser virtualmente controladas fora da África Ocidental.

f) A região Interlagos

O alto nível de progresso social do Sudão Ocidental tem sido objecto de prolongados debates visando definir se a região teria prosseguido um sistema feudal do tipo do europeu, se poderia ser classificado ao lado dos grandes impérios asiáticos ou se teria criado uma forma pe-

cular de desenvolvimento. Na região oriental do continente, o desenvolvimento era, na mesma altura, muito mais vagaroso. Por um lado, os povos da África Oriental começaram a utilizar ferramentas de ferro muito mais tarde que os seus irmãos do Norte e do Oeste; em segundo lugar, foi muito mais acanhado o desenvolvimento da sua tecnologia. Contudo, nos meados do século XIV, progredia a formação dos Estados e a tendência de desenvolvimento reveladas no processo eram já bastante importantes. Uma região especialmente interessante é a dos Grandes Lagos africanos, particularmente a zona que os ingleses acharam por bem baptizar em honra de vários membros da sua família real: Vitória, Alberto, Eduardo, Jorge. Nessa zona Interlagos emergiram vários Estados famosos, sendo um dos mais antigos o de Bunyoro-Kitara.

Bunyoro-Kitara abarcava no todo ou em parte as regiões hoje chamadas Bunyoro, Ankole, Toro, Karagwe e Buganda — todas no Uganda, excepto Karagwe, que fica na Tanzânia. Esses vários povos, que se concentraram dentro das fronteiras de Bunyoro-Kitara, mantiveram oralmente as suas tradições históricas; essas tradições referem-se especialmente à dinastia real, conhecida por Bachwezi. Supõe-se que os Bachwezi tenham sido um grupo imigrante de pastores. Introduziram manadas de longos chifres curvos que se tornaram mais tarde a principal espécie de gado do Interlagos. A posse dessas manadas ajudou-os, indubitavelmente, a tornarem-se a aristocracia real nos séculos XIV e XV. Tornaram-se num estrato social superior aos clãs preexistentes que se circunscreviam a reduzidas áreas territoriais. O período de hegemonia Bachwezi caracteriza-se também por instrumentos de ferro, manufactura de roupas de casca de árvore, técnica de escavar poços de minas nas rochas e (de tudo isso o mais importante) pela construção de compridas muralhas de terra batida usadas aparentemente para defesa e guarda das grandes manadas de gado. A maior dessas construções foi encontrada em

Bigo, com muralhas que se estendem por seis milhas e meia.

A divisão do trabalho entre pastores e agricultores e a natureza dos seus contactos intensificou o processo de formação de castas e a estratificação das classes no Interlagos. Os pastores Bahima impuseram a sua lei aos agricultores ou Bairu. Classes sociais emergiram dessa situação de mudança das relações sociais de trabalho. As muralhas de Bigo e outras não foram construídas por trabalho familiar voluntário e, igualmente, certas formas de coacção tiveram que ser utilizadas para que os agricultores produzissem um excedente para os seus novos senhores. Diz-se, por exemplo, que os Bachwezi organizaram um sistema de mobilização de jovens para o serviço do rei, que eram mantidos pelos Bairu, que ocupavam e cultivavam terras especialmente destinadas ao sustento do exército. Introduziram também escravos artesãos e administradores. Quando os oficiais administrativos foram obrigados, no plano local, a administrar em proveito dos aristocratas, deu-se o primeiro passo para o estabelecimento de relações feudais do tipo das da Etiópia. Pois que, apesar de a questão da propriedade da terra não ter sido a mais essencial, é preciso ter-se presente que a desigual distribuição das manadas significava, de facto, acesso desigual aos meios de produção.

Há muita incerteza quanto à identificação precisa dos Bachwezi. É possível que não tenham sido imigrantes. Contudo, defende-se geralmente que eram pastores de pele clara, provenientes do Norte. Mesmo que se admita esse facto como verdadeiro, é essencial sublinhar que todo o progresso da região Interlagos, nos séculos XIV e XV foi produto da evolução da sociedade africana como um todo e não uma transplantação do exterior. Tendo em vista o enquadramento da evolução da África Oriental no contexto do desenvolvimento universal do homem, torna-se necessário estabelecer um paralelo com a Índia. Séculos antes do nascimento de Cristo, o Norte da Índia foi também ponto de chegada de pastores imigrantes de pele

clara, conhecidos por arianos. Houve tempo em que toda a cultura indiana foi atribuída aos arianos, mas uma análise mais cuidada veio revelar que as bases da sociedade e cultura indianas tinham sido anteriormente lançadas pela população primitiva, os Dravidianos. Hoje considera-se muito mais correcto encarar as realizações culturais do Norte da Índia como produto da síntese ou combinação de Arianos e Dravidianos. Semelhantemente, na Africa Oriental, torna-se necessário procurar os factores de síntese entre o novo e o velho que constituíram a via efectiva de desenvolvimento da zona Interlagos nos séculos XIV e XV.

Como foi acima assinalado, associam-se os Bachwezi com técnicas várias, como por exemplo o trabalho sobre o ferro e a manufactura de tecidos de casca de árvore. Não é ainda bem claro que tenham sido eles a introduzir essas técnicas e é muito mais provável que tenham presido à sua elaboração. Conhecem-se sociedades da Africa Oriental que utilizaram o ferro muito antes da migração Bachwezi. Em Engaruka, ao sul da actual fronteira Quênia/Tanzânia, encontraram-se sinais de uma pequena mas significativa sociedade na idade do ferro, que florescera antes do fim do primeiro milénio depois do nascimento de Cristo. Engaruka era uma sociedade agrícola sedentária, que utilizava terraços, irrigação e muros construídos segundo a técnica da pedra solta, método em que se não usa cimento algum para se ligar as pedras umas às outras. Desenvolvera-se, aliás, na própria zona do Interlagos, uma sociedade de agricultura baseada na banana, capaz de suportar uma vasta população sedentária. Esse é um dos requisitos necessários para a ultrapassagem do isolamento comunal primitivo para a formação do Estado.

É significativo que as tradições orais que se conservaram se refiram à existência de reinos em Bunyoro e Karagwe anteriores aos Bachwezi. A construção do Estado era já embrionária aquando da chegada dos estrangeiros e é verosímil que os recém-chegados se não tenham man-

tido como estrangeiros durante muito tempo. Contrariamente aos Arianos na Índia, os Bachwezi não impuseram a sua própria língua mas adoptaram a fala Bantu dos habitantes locais. Isso reflecte a dominação dos elementos locais que assimilaram os estrangeiros. Em todos os sentidos foi africano o património cultural e constituiu parte integrante do padrão de desenvolvimento que resultou da interpenetração combinada de elementos locais com os de outras formações sociais à escala continental.

Uma das contribuições que se supõe dos Bachwezi aos reinos do Interlagos foi a introdução de uma religião baseada nas fases da Lua. Em todas as situações atrás examinadas a religião desempenhou um papel importante na construção do Estado a partir da simples organização da comunidade familiar. O Cristianismo e o Islamismo têm sido associados frequentemente à construção de vastos impérios dentro e fora de Africa. A explicação do facto reside não tanto na crença religiosa em si mas principalmente porque ser-se membro duma poderosa igreja universal confere muitas vantagens à classe dominante dum jovem Estado. Um príncipe cristão ou muçulmano tinha acesso à cultura literária e a um mundo mais vasto. Mantinha relações com comerciantes e artífices que professavam a mesma religião; usava administradores e párocos literatos; podia viajar a regiões do Mundo, como a Meca. Acima de tudo, as religiões universais substituíam as tradicionais da Africa ancestral na Etiópia, no Sudão, no Egipto, no Magrebe e, paulatinamente, no Sudão Ocidental, visto que o Cristianismo e o Islamismo não tinham as suas raízes em nenhuma dada família da comunidade e podiam por isso ser utilizadas para a mobilização das várias comunidades que se erigiam em Estado. Contudo, as crenças religiosas que fossem originariamente aceites por um único clã, podiam tornar-se, na sua forma original ou numa forma ligeiramente alterada na religião oficial de todo o Estado. Foi esse o caso da região de Interlagos e de muitas outras regiões africanas.

g) Zimbabwe

No Zimbabwe, uma das maiores construções de tijolo (datada de meados do século XIV) é comumente considerada um templo e julga-se que serviu propósitos religiosos. Mesmo quando não evidente, é negável que o aspecto religioso do desenvolvimento social desempenhou papel importante na consolidação dos laços entre os indivíduos das sociedades africanas em formação. Por exemplo, no Império Mutapa, Zimbabwe, as classes dominantes dedicavam-se à pastorícia e os seus rituais religiosos incluíam objectos que simbolizavam os rebanhos, iguais aos encontrados nos reinos da zona de Interlagos, Bunyoro e Karagwe. Pode daí inferir-se que esses rituais simbolizavam a dominância dos pastores ao mesmo tempo que respeitavam as ideias preexistentes dos agricultores, de modo a efectivar uma síntese estável. Os pormenores do quadro não podem ainda ser traçados no presente estudo do conhecimento mas é indiscutível que qualquer análise da religião africana deva tentar apresentá-lo numa forma dinâmica e surpreendê-la no processo de mudança das suas formas e instituições. A tarefa, que ultrapassa os limites do presente estudo, foi proposta para examinar Zimbabwe como mais uma região aonde a base produtiva e a superestrutura política conseguiram um desenvolvimento apreciável nos últimos séculos que precederam o começo das relações entre a Europa e a África.

Na parte sul do continente a área em que encontraram as mais impressionantes realizações datadas do século XV é a que fica entre os rios Limpopo e Zambeze cobrindo territórios que mais tarde seriam chamados Moçambique e Rodésia. Povos que conheciam o ferro e a organização estatal ali viveram desde os princípios do primeiro milénio d. C. e desenvolveram, eventualmente, no século XV esse império que os europeus chamaram Monomotapa. O termo Zimbabwe tem sido aqui utilizado para designar as culturas do Zambeze/Limpopo nos poucos séculos que precederam a chegada dos europeus,

porque foi dos séculos XI a XIV que floresceram ali sociedades cujo elemento mais característico foi a construção de grandes palácios de pedra colectivamente conhecidos por Zimbabwe.

Muito se escreveu sobre essas construções que caracterizaram a cultura Zimbabwe. São a resposta directa ao ambiente de rochas graníticas, construídas que são sobre as colinas de granito com blocos de granito. A ruína mais famosa é a do Grande Zimbabwe, ao norte do rio Sabi. Uma das muralhas principais do Grande Zimbabwe mede mais ou menos trezentos pés de comprimento, por duzentos e vinte de largura, com muros de trinta pés de altura e vinte de espessura. A técnica de construção, que consiste na colocação dos tijolos uns sobre os outros sem nenhum cimento a ligá-los, é do mesmo estilo que o referido na descrição de Engaruka, ao norte da Tanzânia. Esse é, de facto, um aspecto peculiar da cultura material africana, sendo largamente encontrado na Etiópia e no Sudão. Este estilo de muralhas circundantes de blocos de pedra do Grande Zimbabwe e de outras regiões é também caracteristicamente africano na medida em que são uma evolução dos muros de barro ou «Kraals» de muitos povos de fala Bantu.

Diz-se que um arqueólogo europeu afirmou que foi utilizado tanto trabalho nas construções de Zimbabwe quanto nas pirâmides do Egipto. Ora isso é um exagero evidente, visto que as pirâmides do Egipto foram construídas com uma incrível quantidade de trabalho escravo que as classes dominantes de Zimbabwe não teriam possibilidade de mobilizar. Contudo, torna necessário reflectir-se sobre a quantidade de trabalho que teria sido necessário para construir os palácios de Zimbabwe por volta do século XV. Os trabalhadores talvez tenham sido recrutados de entre certos grupos étnicos subjugados por outros, mas que no processo de dominação acabaram por assumir o papel de classe social cujo trabalho era explorado, trabalho esse que se não resumia a simples trabalho manual. Perícia, criatividade e capacidade artís-

tica utilizaram-se na construção das muralhas, especialmente no que toca à decoração dos interiores e dos acessos.

Quando Cecil Rhodes enviou os seus sicários para pilhar e saquear Zimbabwe, esses e outros europeus, maravilhados ante as ruínas surpreendentes da cultura Zimbabwe, deduziram automaticamente que haviam sido construídas por homens brancos. Mesmo ainda hoje subsiste a tendência de se considerar as construções com um sentido de pasmo em vez de aceitação calma de que isso não passa de uma realização perfeitamente lógica do desenvolvimento social em África como parte integrante do processo universal pelo qual o trabalho humano rasgou novos horizontes. Só se readquirirá o sentido de realidade se se tornar claro que essas formas arquitectónicas repousavam sobre os alicerces duma agricultura e mineração avançadas que se tornaram possíveis após séculos de evolução.

Zimbabwe era uma região de agricultura variada e manadas de gado muito importantes, por ser uma área aonde não abundava a mosca tsé-tsé. A irrigação e agricultura dos terrenos adquiriram ali formidáveis proporções. Aí não se construíram represas e aquedutos comparáveis aos da Ásia e da Roma antiga, mas inumeráveis ribeiros eram desviados e vasados por sobre as colinas duma forma que revelava um conhecimento dos princípios científicos que governam o movimento das águas. Com efeito, o povo de Zimbabwe produziu «hidrólogos» pela sua compreensão do ambiente material. No campo da mineração é igualmente assinalável que os povos africanos nessa zona tenham produzido prospectores e «geólogos» com uma ideia clara de onde procurar ouro e cobre no subsolo. Quando os colonialistas chegaram, no século XIX, verificaram que virtualmente todos os filões de ouro e cobre haviam sido previamente minerados pelos africanos — apesar de, evidentemente, não na mesma escala que os europeus com os seus equipamentos aperfeiçoados. Dentro de Zimbabwe apareceram também ar-

tesãos que trabalhavam adornos em ouro com extraordinária perícia e finura de tacto.

A presença do ouro estimulava particularmente o comércio externo e, reciprocamente, a procura externa estimulava a mineração. No primeiro milénio depois de Cristo surgiu uma aristocracia que usava adornos de ouro em Ilde e Ingambe ao norte do Zambeze. É de presumir que recebessem os seus suprimentos de ouro das minas do sul. Contudo, o ouro só é exigido em grande quantidade nas sociedades que produzam grandes excedentes económicos e que se afoitem por isso a transformar parte desse excedente em ouro para fins de prestígio (Índia, por exemplo) ou em moeda para promover o capitalismo (como na Europa Ocidental). As sociedades pré-feudais não dispunham de um tal excedente nem de relações sociais que tornassem necessária a circulação interna do ouro em grande escala. Por isso, foi a presença de mercadores árabes ao sul de Sofala, no canal de Moçambique que pressionou Zimbabwe no sentido de uma maior mineração do ouro para exportação, mais ou menos na mesma época em que se iniciavam as construções de pedra, no século XI. Isso implicou a coincidência de vários factores: nomeadamente a intensificação da estratificação social, da consolidação do poder do Estado, da produção, das técnicas de construção e comerciais.

Vários grupos étnicos contribuíram para a construção da sociedade Zimbabwe. As primitivas populações foram os Bosquímanes e caçadores do tipo Xosa, que hoje se encontram ainda em pequeno número na África do Sul. Foram assimilados pelos invasores do Norte de língua Bantu, e, de facto, contribuíram para o enriquecimento da língua Bantu nessa região. Vários povos de fala Bantu chegaram à região em momentos diversos. «Vestígios» que têm vindo a ser revelados por arqueólogos mostram estilos variados de cerâmica, contrastantes posições de túmulos e diferentes estruturas ósseas dentre os esqueletos. Outros artefactos materiais mostram que no decurso dos séculos muitas formações sociais ocuparam Zimba-

bwe. A maior parte da interpenetração entre os grupos desenrolava-se pacificamente apesar de, ao mesmo tempo, a existência de cidadelas fortificadas no alto de colinas e de muralhas defensivas de pedra provarem que os estados-maiores se envolviam em guerras para garantirem a subsistência ou a hegemonia. Além disso, alguns grupos étnicos foram permanentemente relegados para um *status* inferior limitando-se ao fornecimento da mão-de-obra à agricultura, construção e mineração. Outros clãs especializaram-se na pastorícia, guerra e controlo do aparato religioso, tais como a divinização e o apelo às chuvas.

Acredita-se que os habitantes de Zimbabwe dos séculos XI a XIV tenham sido de língua Sotho; mas quando os portugueses chegaram, a maior parte dos habitantes da região era controlada pela dinastia Shona. Foi o clã Rowzi que estabeleceu a sua capital em Mutapa, entre o Zambeze e o Limpopo. O chefe era conhecido pelos seus seguidores por Mwene Mutapa, designação que aparentemente quer significar «O Grande Senhor do Mutapa», mas era também conhecido por «O Grande Saqueador» pelos povos que ele havia subjugado e submetido à direcção centralizada do seu Império. O primeiro indivíduo cognominado Mwene Mutapa reinou de 1415 a 1450, mas a dinastia alcançara proeminência antes dessa data. A capital fora primeiro Grande Zimbabwe, mas depois transferira-se para o Norte. O mais importante era que Mwene Mutapa nomeava governadores para gerir as várias províncias numa forma semelhante à dos Impérios do Sudão Ocidental ou da dos Estados Bachwezi do Interlagos.

Os senhores Rowzi do Mutapa incentivaram extraordinariamente as mercadorias de exportação, nomeadamente o ouro, marfim e cobre. Mercadores árabes vieram estabelecer-se no reino e Zimbabwe embrenhou-se nos empreendimentos comerciais do Oceano Índico que o ligou à Índia, Indonésia e China. Um dos grandes louros dos senhores Rowzi de Mutapa foi o terem organizado um sistema unificado de produção e troca. Exigiam tri-

buto das várias comunidades dos seus reinos, o que significava ao mesmo tempo soberania e troca porque se estimulava o movimento dos bens. É indubitável que o comércio externo tenha fortalecido o reino de Mutapa; mas acima de tudo engrandeceu a dinastia real, que tinha o monopólio desse sector da actividade económica. Em comparação com outras elites africanas da época, os Rowzi do Zimbabwe tinham um longo caminho por percorrer. Não tinham ainda atingido a categoria dos nobres Amharic da Etiópia ou dos senhores feudais Arabes/Berberes do Magrebe. Aproveitaram-se de algumas influências externas mas não viajaram como os senhores do Mali e Songhay, que faziam grandes peregrinações a Meca. Os seus vestuários ainda eram de pele de animais e outras roupas que passaram a utilizar, eram mais recentes importações árabes do que o produto do desenvolvimento da técnica local nesse particular. Também a esse respeito Zimbabwe se mostrava mais atrasado que outros Estados africanos, tais como Oyo na terra Yoruba, Benim na mesma região e o Império do Congo no século XIV (que é considerado pelos europeus como o maior Estado da África Ocidental ao tempo da sua chegada).

Considerou-se necessário para exemplificar, o estudo de alguns (que não todos) dos focos de desenvolvimento da África de antes da chegada dos europeus. É preciso não esquecer (pois existiam) as inúmeras comunidades que evoluíam a Estado, que apesar do seu diminuto tamanho exibiam uma certa estratificação interna e considerável desenvolvimento material. Os de que acima se falou serão suficientes para provar que a África do século XV não era uma selva de tribos diversas. Sociedades como a Etiópia feudal e o Egipto foram a ponta-de-lança do processo de desenvolvimento. Os Estados Zimbabwe e Bachwezi emergiam então do comunitarismo, embora num plano inferior ao dos Estados feudais e de alguns outros que não eram ainda feudais, como os do Sudão Ocidental.

Conclusão

Ao introduzir o conceito de desenvolvimento chamou-se a atenção para o facto de que a expansão vagarosa e imperceptível das forças produtivas conduzia sempre a uma mutação qualitativa e que o prenúncio de um novo estágio do desenvolvimento social era, muitas vezes, violento. Pode dizer-se que a maior parte das sociedades africanas não atingiu um estágio radicalmente diferente do comunitarismo, o que justifica o uso neste estudo da expressão cautelosa, «em transição». Pode também notar-se que em parte alguma se verificou qualquer revolução social interna. A revolução social teve lugar na Europa e na História Mundial unicamente quando a consciência de classe conduziu a uma intervenção maciça da vontade popular no processo económico e social. Tais observações permitir-nos-ão situar o desenvolvimento africano do século XV num plano inferior ao da maturação e estratificação das classes no Feudalismo.

É preciso também reiterar que o Esclavagismo foi um modo de produção inexistente nas sociedades africanas conquanto se possam encontrar alguns escravos nas formações sociais em que a decomposição do igualitarismo comunitário foi mais acelerada. Esse é um facto essencial para ilustrar a autonomia da vida africana dentro do contexto mais vasto do desenvolvimento universal. Um dos paradoxos do estudo da História do passado africano é que ele não pode ser inteiramente compreendido sem primeiro aprofundarmos os nossos conhecimentos do Mundo como um todo e ainda que o quadro real das complexidades do desenvolvimento do homem e da sociedade só pode ser delineado após um estudo intensivo do longamente menosprezado continente africano.

É impossível evitar o uso de comparações para auxiliar a clareza da exposição; mas é um facto que os paralelos têm sido tacanhamente restringidos à Europa quando poderiam também ter sido utilizados exemplos da História Asiática. Aí reside o imperialismo cultural que

torna mais fácil ao africano educado como europeu pronunciar nomes como os (Franceses) Capetos e os (Prussianos) Hohenzollerns em vez das dinastias vietnamitas de Id e Tran, porque estes últimos são desconhecidos por ele, ou considerados de pequena importância para serem conhecidos ou pura e simplesmente difíceis de pronunciar.

Vários historiadores de Africa apontaram que depois de um estudo comparativo entre as áreas desenvolvidas do continente no século XV e as da Europa na mesma data a diferença entre elas de modo nenhum desacreditava a Africa. Na realidade, foram os próprios europeus que alcançaram a Africa Ocidental e Oriental por mar, que indicaram que, a muitos títulos, o desenvolvimento africano era comparável ao que eles conheciam. Para dar um exemplo, quando um holandês visitou Benim, descreveu-a assim:

A cidade parece ser enorme. Quando se entra nela depara-se-nos uma larga rua não pavimentada que parece ser sete ou oito vezes mais larga que a rua Warmoes em Amesterdão...

O palácio real é um complexo de edifícios que ocupa tanto espaço quanto a cidade de Harlem e é cercado de muralhas. Há muitos apartamentos para os ministros do príncipe e finas galerias, a maioria das quais é tão grande quanto as do Exchange de Amesterdão. São suportadas por pilares de madeira encaixadas em cobre aonde se relatam as suas vitórias e são mantidas cuidadosamente limpas.

A cidade é composta por trinta ruas principais muito compridas e com 120 pés de largura e uma infinidade de pequenas ruas transversais. As casas ligam-se umas às outras e encontram-se arrumadas em boa ordem. Este povo em nada fica a dever aos holandeses no que toca a higiene; lavam e esfregam tão bem as suas casas que parecem polidas e brilhantes como espelhos.

É evidente que seria auto-ilusão imaginar que tudo era igual em Benim e na Holanda. A sociedade europeia era já mais agressiva, mais expansionista e mais dinâmica na busca de formas novas. O dinamismo interno devia-se às classes mercantis e manufactureiras. Nas galerias de troca em Amesterdão estabeleciam-se os burgueses holandeses — antepassados dessa moderna burguesia da indústria e finanças. Esta classe foi capaz na Europa do século XV de expulsar ou neutralizar a classe dos proprietários feudais. Começaram por denunciar o conservantismo e a propiciar um clima intelectual que permitisse a mudança. Perpassou um espírito de inovação pela tecnologia e acelerou-se o processo de transformação do modo de produção existente. Quando a Europa e a Africa estabeleceram relações comerciais mais estreitas havia já uma margem de vantagem a favor da primeira, margem essa que representava a diferença entre uma sociedade capitalista incipiente e uma outra que emergia ainda do Comunitarismo.

GUIA BREVE DE LEITURA

Há uma grande carência de estudos sobre a história antiga africana, por múltiplas razões, uma das mais óbvias o facto de ter sido a história africana considerada durante muito tempo como tendo tão pouco valor que não valia a pena uma tentativa de reconstrução. Outro factor decisivo foi o terem sido os estudos sobre Africa levados a cabo por antropólogos burgueses europeus cuja perspectiva filosófica das «sociedades africanas» os obrigava a separar essas sociedades do seu contexto histórico. Há sempre uma tendência de concentração sobre as micro-unidades e nenhuma referência aos padrões globais. A nova escola africana surgiu há muito pouco tempo e não conseguiu ainda nenhuma realização realmente significativa.

As poucas obras abaixo citadas fazem parte da nova perspectiva.

Basil Davidson — *Africa in History*.

Henri Labouret — *Africa before White Man*.

M. Shinnie — *Ancient African Kingdoms*.

M. Panikkar — *The Serpent and the Crescent*.

As obras acima indicadas são estudos de não-africanos com uma perspectiva adequada e com suficiente valor intrínseco para serem respeitadas e largamente consultadas em Africa. M. Panikkar é um exemplo invulgar de um estudioso asiático com interesse profissional no continente africano.

J. Ajayi e I. Espie (editores) — *A Thousand Years of West African History*.

B. A. Ogot e J. A. Kieran (editores) — *Zamani, a Survey of East African History*.

Os historiadores africanos começaram a propor sínteses da história do continente através da apresentação de obras colectivas — que se referem usualmente a uma região do continente, como os dois exemplos acima. Infelizmente, a qualidade das colecções não é homogénea e os escritores africanos não conseguiram apresentar ainda uma perspectiva global coerente das regiões sobre as quais se debruçaram.

G. Afolabi Ojo — *Yoruba Culture, a Geographical Analysis*.

B. M. Fagan — *Southern Africa during the Iron Age*.

O que esses dois livros tão diferentes têm em comum é o seu conhecimento do meio ambiente material. Afolabi Ojo é um geógrafo nigeriano e M. Fagan um arqueólogo inglês.

CAPITULO III

A CONTRIBUIÇÃO AFRICANA PARA O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA EUROPEU — O PERÍODO PRÉ-COLONIAL

O tráfico inglês é uma magnificente superestrutura de comércio americano e poder naval sobre um alicerce africano.

Malachi Postlethwayt

O tráfico africano, o grande pilar e suporte do comércio das plantações inglesas na América do Norte, 1745.

Se vós ides perder por ano as mais de 200 milhões de libras que ganhais agora com as vossas colónias; se não mantiverdes o exclusivo do comércio com as vossas colónias para alimentar as vossas manufacturas, para manter a vossa armada, para conservar a vossa agricultura, para reembolsar os vossos impostos, para providenciar as vossas necessidades de luxúria, para contrabalançar vantajosamente o vosso comércio com a Eu-

ropa e a Ásia então, asseguro-vos claramente, o reino estará irremediavelmente perdido.

Bispo Maury (da França)

Argumento contra a interrupção do tráfico de escravos pela França e a libertação dos escravos nas colónias. Apresentado na Assembleia Nacional Francesa em 1791.

3.1. *COMO A EUROPA SE TORNOU O SECTOR DOMINANTE NO COMÉRCIO MUNDIAL*

Devido à superficialidade de muitas abordagens do subdesenvolvimento e por causa das falsas noções daí resultantes, torna-se necessário tornar a acentuar que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são simples conceitos comparativos mas que também contêm uma relação dialéctica entre si: isto significa que cada um ajuda a produzir o outro, por interacção. A Europa Ocidental e a África desenvolveram um tipo de relações que assegurava a transferência da riqueza da África para a Europa. Essa transferência só foi possível quando o comércio se tornou verdadeiramente internacional; e isso teve lugar nos fins do século XV, quando a Europa e a África desenvolveram conjuntamente e pela primeira vez relações com a Ásia e as Américas. Os sectores desenvolvido e subdesenvolvido da actual fracção capitalista do Mundo mantiveram-se em permanente contacto durante quatro ou cinco séculos. A tese aqui defendida é que durante esse período a África ajudou a desenvolver a Europa Ocidental na mesma proporção em que a Europa Ocidental ajudou a subdesenvolver a África.

O primeiro facto relevante para a internacionalização da troca no século XV foi a iniciativa que os europeus tomaram de demandar outras regiões do Mundo. Nenhum barco chinês alcançara a Europa e se alguma canoa africana alcançou alguma vez as Américas (como por vezes

se sustenta) não estabeleceram ligações nos dois sentidos. O que se chamou comércio internacional não foi mais que a projecção para além dos mares dos interesses europeus. A estratégia que determinou a troca internacional e a produção que a suportou estava firmemente segura em mãos europeias e especialmente nas mãos das nações ribeirinhas do Mar do Norte ao Mediterrâneo. Detinham a posse do controlo da grande maioria das esquadras mundiais de alto mar e controlavam e financiavam o tráfico entre os quatro continentes. Os africanos tiveram pouca voz no tocante aos laços tricontinentais que se estabeleceram entre África, Europa e Américas. A Europa Ocidental tinha o monopólio do conhecimento do sistema de troca internacional visto como um todo porque era o único sector do Mundo capaz de assim o perspectivar.

Os europeus serviram-se da superioridade dos seus barcos e canhões para conseguir o controlo de todas as estradas marítimas mundiais, a começar pelo Mediterrâneo Ocidental e a Costa Atlântica do Norte de África. Os portugueses mantiveram a ofensiva contra o Magrebe, desde 1415, ano em que capturaram Ceuta. Sesenta anos mais tarde tinham conquistado os portos de Arzila, El-Ksar-es-Seghir e Tânger e fortificaram-nos. Na segunda metade do século XV os portugueses controlavam a Costa Atlântica de Marrocos e utilizaram as vantagens económicas e estratégicas para preparar as expedições marítimas posteriores que haviam de levar os seus barcos a dobrar o Cabo da Boa Esperança em 1495. Atingido o Oceano Índico, os portugueses tentaram com algum sucesso substituir os mercadores árabes que ligavam a África Oriental à Índia e ao resto da Ásia. Nos séculos XVII e XVIII, os portugueses transportaram a maior parte do marfim africano que era comercializado na Índia; enquanto os tecidos e colares indianos eram vendidos no Este e Oeste da África pelos portugueses, holandeses, ingleses e franceses. O mesmo se aplica aos colares de conchas das Índias Orientais. Assim, pelo

controle dos mares, a Europa deu os primeiros passos para transformar várias regiões da África e Ásia em satélites económicos.

Quando os portugueses e espanhóis ainda dominavam a maior parte do comércio mundial, na primeira metade do século XVIII, embrenharam-se na compra de tecidos de algodão na Índia que eram trocados por escravos em África para trabalhar nas minas de ouro da América Central e do Sul. Parte desse ouro era utilizado na compra de tecidos de algodão, especiarias e seda no Oriente longínquo. O conceito de metrópole e de dependência emergiu automaticamente quando partes da África foram apanhadas na teia do comércio internacional. Por um lado os países europeus passaram a decidir qual o papel a desempenhar pela economia africana; por outro, a África tornou-se um mero prolongamento do mercado capitalista europeu. No que toca ao comércio externo, a África era completamente dependente do que os europeus se dispunham a vender ou comprar.

A Europa exportava para África bens que eram produzidos e consumidos pela própria Europa — linho holandês, ferro espanhol, estanho inglês, vinho português, «brandy» francês, vidros de Veneza, mosquetes alemães, etc. Mas foram também capazes de descarregar no continente africano bens que já não eram comerciáveis na Europa. Assim, objectos como lençóis velhos, uniformes ultrapassados, armas de fogo tecnologicamente obsoletas e molhos de outras coisas sem valor encontravam mercado garantido em África. Os africanos tornaram-se paulatinamente conscientes da possibilidade de exigir e obter bens importados de melhor qualidade e pressionaram nesse sentido os capitães dos barcos europeus. Porém, a maior parte das mercadorias que deixavam os portos europeus de Hamburgo, Copenhaga e Liverpool era determinada quase que exclusivamente pelo padrão de consumo e produção europeus.

Desde os começos que a Europa assumiu o poder de decisão sobre o sistema de comércio internacional.

Uma excelente ilustração disto é o facto de a chamada lei internacional que governava a conduta das nações no alto mar nada mais ser que lei europeia. Os povos de África não participaram na sua elaboração e, em muitos casos, foram simples vítimas posto que a lei os reconhecia unicamente como mercadorias a transportar. Se um escravo africano era atirado pela borda fora, o único problema jurídico que então se levantava era saber se e como o negreiro podia reclamar indemnização dos seus seguradores. O poder de emitir decisões do europeu manifestava-se essencialmente na selecção do que a África devia exportar — de acordo com as necessidades da Europa.

Os barcos portugueses deram especial prioridade à busca do ouro baseando-se em parte na informação vulgarizada que o ouro da África Ocidental demandava a Europa através do Sara e em parte em suposições. Os portugueses tiveram êxito na obtenção do ouro nas regiões da África Ocidental e da África Central; e foi a «Costa do Ouro» que atraíu a maior atenção dos europeus nos séculos XIV e XVII. O número de fortes ali construídos prova esse facto e dentre as nações envolvidas incluíam-se a Escandinávia e a Prússia, além de outras potências coloniais, tais como a Inglaterra, a Holanda e Portugal.

A Europa ansiava pelo ouro africano porque havia a necessidade premente de moedas de ouro para sustentar a crescente economia monetária capitalista. Dado que o ouro se limitava a pequenas áreas em África, a principal mercadoria de exportação tornava-se o ser humano, à medida que os europeus foram penetrando no continente. Somente de algumas raras regiões e durante curtos períodos de tempo se exportou outra mercadoria de igual ou maior importância: a goma no Senegal, madeiras na Serra Leoa, marfim em Moçambique. Contudo, mesmo tendo em conta esses bens, pode afirmar-se que a Europa distribuiu à África o papel de suprir prisioneiros para serem utilizados como escravos em várias partes do Mundo.

Quando os europeus chegaram às Américas reconheceram a sua enorme potencialidade de riqueza em ouro, prata e produtos tropicais. Mas essas potencialidades não poderiam ser realizadas sem adequada força de trabalho. A população indígena, os índios, não podia resistir às novas moléstias levadas pelos europeus, como a varíola, nem podiam garantir a equipa organizada de escravos para as plantações e para as minas na medida em que apenas então emergiam do estágio colector. Foi por isso que a população nativa, índios, de ilhas como por exemplo Cuba e Hispaniola, foi virtualmente exterminada pelos invasores europeus. Concomitantemente, a população europeia era muito reduzida e não podia garantir o trabalho necessário para drenar as riquezas das Américas. Por isso voltaram-se para o continente mais próximo, a África, que dispunha já de uma população acostumada à agricultura sedentária. Essas foram as condições objectivas que determinaram o início do tráfico de escravos e essas são as razões que levaram a classe dos capitalistas europeus a utilizar o seu controlo sobre o comércio internacional para especializar a África na exportação de cativos.

Como é óbvio, essa possibilidade de a Europa determinar o que a África deveria exportar era expressão do poder europeu. Seria um erro acreditar, porém, que se tratava dum irresistível poder militar. Os europeus não conseguiram conquistar a África durante os primeiros séculos de troca excepto em pontos isolados da costa. O poder europeu residia no seu sistema de produção e troca, que se situava num plano algo mais avançado que o da África nessa mesma época. A sociedade europeia abandonava o Feudalismo e encaminhava-se para o Capitalismo. A sociedade africana estava então numa fase comparável ao Feudalismo.

O facto de ter sido ela a primeira região do Mundo a ultrapassar o Feudalismo proporcionou à Europa a supremacia mundial na compreensão científica do Universo, na produção de utensílios, na organização eficiente

do trabalho. A superioridade técnica europeia não se aplicava a todos os ramos da produção, mas as vantagens que possuía em certos sectores-chave provaram-se decisivas. Por exemplo, eram perfeitas as canoas africanas do Rio Nilo e da Costa do Senegal, mas o cenário de operações mais importantes era o Oceano, aonde os barcos europeus detinham a supremacia. A África Ocidental desenvolvera o trabalho sobre os metais até atingir uma fina perfeição artística, mas quando se tratou de opor resistência à Europa, lindos bronzes nada podiam fazer contra rudes canhões. Os utensílios de madeira em África eram muitas vezes obras de uma grande beleza, mas a Europa produzia vasos e panos com muito maior utilidade prática. Literatura, experiência organizativa e capacidade produtiva em larga escala ainda mais faziam pender a balança em favor da Europa.

As manufacturas europeias dos primeiros tempos da troca com a África eram muitas vezes de baixa qualidade mas desconhecidas e, por isso mesmo, atraentes. Estaban Montejo, um escravo africano que fugiu duma plantação de Cuba, no século XIX, recorda como o seu povo era atraído à escravatura pela cor vermelha. Disse:

Era o vermelho que atraía os africanos. O rei e o povo rendiam-se sem luta. Quando os reis viam os brancos trazer aqueles lenços vermelhos acenando, diziam aos negros: «Ide até eles, ide e trazei-me um daqueles lenços vermelhos» e os negros ficavam tão excitados pela cor vermelha que corriam como ovelhas ao encontro dos barcos e eram capturados.

Esta versão de uma das vítimas da escravatura é muito poética. Mas o que ela indica é que os chefes africanos achavam suficientemente desejáveis os bens dos europeus para trocar por prisioneiros que haviam feito na guerra. Em breve, batiam-se as comunidades pelo único propósito de conseguir prisioneiros para serem ven-

dados aos negreiros e, dentro de uma mesma comunidade, o régulo podia ser tentado a explorar os seus súbditos e capturá-los para venda. A reacção em cadeia fora desencadeada pela procura de escravos (e só escravos) por parte dos traficantes europeus e pela sua oferta de bens de consumo — interligando-se esse processo com as divisões na sociedade africana.

No tocante ao período colonial, costuma dizer-se que as divisões políticas verticais de África facilitaram a conquista. O mesmo se pode afirmar quanto ao modo como a África sucumbiu ao tráfico de escravos. A unificação nacional é um produto do Feudalismo amadurecido ou do Capitalismo. Na Europa havia menos divisões políticas que em África, onde o comunitarismo significava fragmentação política tendo a família como núcleo, e onde havia apenas um número extremamente reduzido de Estados com real solidez territorial. Além disso, quando um Estado europeu disputava a outro a obtenção dos escravos de um régulo africano, a Europa ficava beneficiada qualquer que fosse a nação vencedora do conflito. Qualquer comerciante europeu podia desembarcar nas costas da África Ocidental e explorar as contradições políticas que aí encontrava. Por exemplo, nesse pequeno território que os portugueses mais tarde chamaram Guiné-Bissau havia mais de uma dúzia de grupos étnicos. Era tão fácil atirá-los uns contra os outros que os europeus chamavam a essa região «Paraíso dos traficantes de escravos».

Ainda que as divisões de classe não fossem muito pronunciadas na sociedade africana contribuíam também para facilitar a dominação comercial em várias partes do continente. Os chefes dispunham de um certo *status* e autoridade e quando subornados pelas mercadorias europeias começavam a servir-se dessa posição para fazer expedições contra outras sociedades assim como para explorar internamente vitimando alguns dos seus súbditos. Nas sociedades mais simples, onde não havia reis, provou-se impossível aos europeus conseguir as alianças necessárias para adquirir os carregamentos de escravos

na costa. Nas sociedades onde existiam grupos dominantes, a associação com europeus era facilmente estabelecida; e a partir daí a Europa radicalizava as divisões de classe internas existentes e criava outras novas.

Nesse aspecto particular a sociedade africana tornou-se fraca quando a Europa apareceu como representante de uma fase diferente de desenvolvimento. Ainda assim a sujeição da economia africana através do tráfico de escravos foi um processo moroso nos seus princípios e, em certos casos, o desinteresse e a oposição de africanos tiveram que ser ultrapassados. No Congo, nos começos do século XVI, o tráfico de escravos desenvolveu-se não sem graves apreensões e resistências por parte do rei do Congo. Exigiu pedreiros, padres, clérigos, médicos, etc., mas em vez disso foi invadido pelos barcos negreiros enviados por Portugal, e um tráfico vicioso se estabeleceu opondo uma parte do reino do Congo contra a outra. O rei do Congo imaginara possibilidades de troca em benefício mútuo entre o seu povo e o Estado europeu, mas este obrigou-o a especializar-se na exportação da carga humana. É também interessante que enquanto o Oba (rei) de Benim queria apenas vender algumas mulheres cativas, foi preciso um grande esforço de persuasão e pressões para o levar a vender varões africanos prisioneiros, e precisavam usar as suas forças armadas para garantir a prossecução de políticas favoráveis nas áreas dependentes. Normalmente as armas económicas eram suficientes. Em 1720 o Daomé opôs-se à escravatura e foi privado das importações europeias — algumas das quais entretanto se haviam tornado necessárias. Agaja Trudo, o maior rei do Daomé, considerou que a procura de escravos por parte dos europeus e a caça de escravos dentro e à volta do Daomé entrava em conflito com o desenvolvimento do país. Entre 1724 e 1726 saqueou e queimou os fortes e os campos de escravos dos europeus, e reduziu a escravatura da «Costa dos Escravos» a uma mera gota, bloqueando as fontes de aprovisionamento no interior. Os comerciantes europeus de escravos ficaram

irritados e tentaram subornar alguns colaboradores africanos contra Agaja Trudo. Falharam na tentativa de o derrubar ou derrotar o Estado de Daomé, mas em contrapartida Agaja não conseguiu persuadi-los a estabelecer novos tipos de actividade económica, como por exemplo, plantações agrícolas locais; e ansiando por adquirir armas de fogo e caurins por intermédio dos europeus, teve de consentir o recomeço do tráfico de escravos.

A partir de 1730, o comércio de escravos de Daomé foi colocado sob controlo real e tornou-se muito mais diminuto que anteriormente. Mesmo assim o fracasso desse esforço prova como nessa altura um único Estado africano não se poderia emancipar por si mesmo do controlo europeu. A pequena dimensão dos Estados africanos e as numerosas divisões políticas facilitavam grandemente à Europa decidir da função da Africa na produção e troca mundiais.

A escravatura fez surgir muitos complexos de culpa. Os europeus tinham consciência do que era a escravatura e os africanos sabiam que o tráfico não teria sido possível sem a cooperação de certos africanos com os negreiros. Para descarregar essa consciência, os europeus tentam alijar para cima dos africanos toda a culpa do tráfico de escravos. Um autor europeu dum livro sobre a escravatura (apropriadamente intitulado «Os pecados dos nossos pais», «Sins of Our Fathers») explicou que muitos outros brancos tentaram convencê-lo a provar que o tráfico de escravos era da exclusiva responsabilidade dos chefes africanos e que os europeus iam ali simplesmente comprar os prisioneiros — como se caso não fora a procura europeia pudesse haver escravos sentados na praia na ordem dos milhões. Pontos como esse não são o assunto principal deste estudo mas só podem ser correctamente compreendidos depois de se ter compreendido que a Europa se tornou o centro do sistema económico mundial e que foi o Capitalismo europeu que desencadeou a escravatura e o tráfico atlântico de escravos.

A escravatura foi desencadeada por factores externos à Africa. A principio precisava-se de trabalho em Portugal, Espanha, nas ilhas atlânticas, tais como S. Tomé, Cabo Verde e Canárias. Seguidamente veio o período quando as Grandes Antilhas e o continente americano espanhol precisavam substitutos para os Ameríndios que aí estavam a ser vítimas de genocídio; por último, a necessidade de satisfazer os pedidos das Caraíbas e plantações comerciais do continente. As estatísticas revelam a conexão directa existente entre o índice das exportações africanas e a procura europeia de trabalho escravo em alguma parte da economia de plantações americanas. Quando os holandeses conquistaram Pernambuco no Brasil, a Companhia das Índias Ocidentais Holandesas informou imediatamente os seus agentes na Costa do Ouro (Gana) que tinham de tomar imediatamente as medidas necessárias para prosseguir o tráfico de escravos na costa adjacente, a este do Volta — criando assim para aquela área o nome infame de «Costa dos Escravos». Quando nas ilhas das Índias Ocidentais Inglesas resolveu desenvolver-se a cana sacarina, a Gâmbia foi uma das primeiras regiões a responder. Exemplos deste tipo de controlo externo podem ser encontrados até ao fim da escravatura e abarcam também a Africa Oriental na medida em que se tornaram importantes, nos séculos XVIII e XIX os mercados europeus das ilhas do Oceano Indico e na medida em que a procura de regiões do tipo do Brasil obrigou ao transporte de moçambicanos para além do Cabo da Boa Esperança.

3.2. A CONTRIBUIÇÃO DE AFRICA PARA A ECONOMIA E CRENÇAS DO INCIPIENTE CAPITALISMO EUROPEU

O tipo de benefícios que resultou para a Europa do seu controlo do comércio mundial são bem conhecidos, não obstante ser curioso verificar que o reconhecimento

da contribuição essencial de África para o desenvolvimento europeu seja usualmente feito apenas em obras especificamente dedicadas ao assunto e, em contrapartida, os estudiosos europeus tratam muitas vezes a economia europeia como se ela fosse inteiramente independente. Os economistas europeus do século XIX não tinham contudo nenhuma ilusão sobre as interconexões entre as suas economias nacionais e o Mundo como um todo. J. S. Mill, como porta-voz do capitalismo inglês, disse que no que se refere à Inglaterra, «o comércio com as Índias Ocidentais muito dificilmente poderia ser considerado comércio externo pois parecia-se mais com o comércio entre cidade e campo». Por comércio com as Índias Ocidentais entendia Stuart Mill o comércio entre África, Europa e Índias Ocidentais, pois sem o trabalho africano as Índias Ocidentais não tinham nenhum valor. Karl Marx referiu-se também ao modo como a Europa capitalista integrou a África, as Índias Ocidentais e a América Latina no sistema capitalista; e (sendo o crítico mais penetrante do Capitalismo) Marx apontou que o que era bom para os europeus obtinha-se à custa de sofrimentos indescritíveis dos africanos e dos ameríndios. Notou: «A descoberta das minas de ouro e prata da América, a redução dos indígenas à escravatura, a pilhagem e conquista das Índias Ocidentais, a transformação de África num entreposto comercial para a caça ao negro, eis os processos idílicos que assinalaram a aurora da produção capitalista.»

Logo que o tráfico de escravos era iniciado em qualquer região de África cedo se tornava claro que estava para além das possibilidades de qualquer Estado africano, individualmente considerado, mudar essa situação. Em Angola os portugueses empregaram um número desusado de tropas e tentaram despojar os africanos do poder político. O Estado africano do Matamba, no rio Cuango, foi fundado por volta de 1630 como reacção directa contra os portugueses. Com a Rainha Nzinga à cabeça, Matamba tentou coordenar a resistência contra os portu-

gueses em Angola. Contudo, os portugueses conseguiram a superioridade em 1648, o que isolou Matamba. Matamba não poderia continuar a resistir. Na medida em que se opôs a negociar com os portugueses era objecto da hostilidade por parte dos Estados vizinhos africanos que se tinham comprometido com os europeus e com a escravatura. Assim, em 1656, a Rainha Nzinga aceitou ceder aos portugueses maior concessão ao papel da dominação europeia na economia angolana.

Outro exemplo de resistência africana no tempo do tráfico de escravos foi o povo Baga, do que é hoje a República da Guiné. Os Baga viviam em pequenos Estados e, por volta de 1720, um dos seus chefes (Tomba de nome) tentou uma aliança para travar a escravatura. Foi derrotado pelos comerciantes europeus ali residentes, mulatos e outros negreiros africanos. Não é difícil compreender porque os europeus tomaram medidas imediatas para impedir que Tomba e os seus seguidores Baga se desviassem da função que lhes havia sido atribuída. Encontramos um paralelo na maneira como os europeus se juntaram todos para desencadear a «Guerra do Ópio» contra a China, no século XIX, para garantir que os capitalistas ocidentais continuassem a fazer os seus lucros enquanto os chineses se tornaram viciados pela droga.

É evidente que as metrópoles capitalistas só em último recurso fizeram algumas tentativas no sentido de quantificar as reais vantagens materiais que os europeus tiveram com a escravatura. As dimensões reais não são fáceis de determinar mas os lucros foram fabulosos. John Hawkins fez três viagens à África Ocidental e capturou africanos que vendeu aos espanhóis na América. De regresso a Inglaterra da sua primeira viagem, os seus lucros foram tão extraordinários que a Rainha Elizabeth I se mostrou directamente interessada em participar na sua próxima aventura. Para isso armou-lhe um barco chamado *Jesus*. Hawkins partiu com *Jesus* para capturar mais alguns africanos e retornou a Inglaterra com lucros tais que a Rainha Elizabeth o armou

cavaleiro. Hawkins escolheu como seu brasão de armas a figura de um africano em cadeias.

É claro que havia viagens que fracassavam, barcos negreiros que se perdiam no mar, etc. Algumas vezes o tráfico africano ia de vento em popa. Outras, o lucro nas Américas era realmente substancial. Quando se pesam os altos e baixos a margem de lucro é o bastante para justificar a participação contínua durante séculos nessa forma peculiar de tráfico. Alguns autores burgueses tentaram sugerir que a escravatura não trazia nenhuma vantagem monetárias. Querem fazer-nos crer que os mesmos empresários que eles agigantam noutro contexto como os heróis do desenvolvimento capitalista eram tão cegos no tocante à escravatura e tráfico de escravos que se deixaram absorver durante séculos numa empresa não lucrativa. Esse tipo de argumento é mais um exemplo das distorções de que a inteligência burguesa branca é capaz, do que algo que mereça séria consideração.

Além disso, além da acumulação do capital, o comércio entre a Europa e a África forneceu numerosos estímulos ao crescimento europeu.

O ouro e a prata da América Central e do Sul — escavados por africanos — desempenharam um papel importante na satisfação das necessidades de amodação da economia monetária capitalista em expansão da Europa Ocidental ainda que o ouro africano também tenha sido importante a esse respeito. O ouro de África possibilitou aos portugueses o financiamento das navegações posteriores à volta do Cabo da Boa Esperança e à Ásia desde o século XV. O ouro africano foi também a principal fonte para a cunhagem de moedas de ouro holandesas no século XVII, ajudando Amesterdão a tornar-se a capital financeira da Europa nessa época. Não foi por acaso que quando os ingleses cunharam uma moeda nova a chamaram «guinéu». A *Encyclopaedia Britannica* explica que «o guinéu era uma moeda de ouro que circulou durante algum tempo no Reino Unido. Foi cunhada em 1663 no reinado de Carlos II com ouro importado da Costa da

Guiné, na Costa Ocidental de África, por uma companhia de mercadores que comerciavam sob concessão da Coroa Britânica. Daí o nome».

Durante os séculos XVII e XVIII e a maior parte do XIX, a exploração de África e do trabalho africano continuou a ser uma fonte de acumulação de capital para o crescimento capitalista na Europa Ocidental. A contribuição africana influenciou sectores dos mais vitais, como a construção naval, os seguros, a constituição de companhias, agricultura capitalista, tecnologia e manufatura de maquinaria. Os efeitos foram tão vastos que muitos deles raramente são trazidos ao conhecimento do público leitor. Por exemplo, a indústria pesqueira de Saint Malo, em França, ressuscitou com a abertura dos mercados das plantações de escravos franceses. Quanto aos portugueses, na Europa, dependiam grandemente de mercadorias tais como o anil, a madeira vermelha, o pau brasil, as cochonilhas trazidas de África e das Américas. A goma africana desempenhou também um importante papel na indústria têxtil que, como é do conhecimento geral, foi uma das mais poderosas forças motrizes do crescimento da economia europeia. Também houve a exportação do marfim de África que enriqueceu muitos comerciantes na Lane Mincing, de Londres, e forneceu a matéria-prima para muitas indústrias em França, Inglaterra, Alemanha, Suíça e América do Norte — de produção de várias mercadorias desde cabos de faca a teclas de piano.

A África, na medida em que foi colocada na órbita da Europa Ocidental acelerou o posterior desenvolvimento tecnológico europeu. O progresso da construção naval na Europa dos séculos XVI a XIX, por exemplo, foi consequência lógica do seu monopólio do comércio marítimo nesse período. Durante esse período, os norte-africanos foram engarrafados no Mediterrâneo e apesar de ter sido deles que os europeus inicialmente buscaram a grande maioria dos instrumentos náuticos, os norte-africanos não registaram nenhum progresso posterior. Enquanto a vantagem original europeia não foi suficiente para ga-

rantir a supremacia ela boicotou deliberadamente os esforços dos outros povos. A marinha indiana, por exemplo, foi sufocada pelos rígidos condicionamentos das Leis da Navegação inglesas. Além disso as despesas necessárias para a construção de barcos novos e melhores para os europeus eram suportadas pelos lucros do comércio marítimo com a Índia, África, etc. Os holandeses foram os primeiros a introduzir melhoramentos nas caravelas que conduziram os portugueses e os espanhóis para além do Atlântico e o conjunto de Companhias Comerciais Holandesas que operavam na Ásia, África e América foram as únicas responsáveis pela experiência. Nos meados do século XVII os ingleses utilizavam o «know-how» holandeses como modo de se adiantarem aos próprios holandeses e o Atlântico era o seu laboratório. Costuma dizer-se que o tráfico de escravos foi o campo de treino para os marinheiros ingleses. Terá provavelmente maior significado notar que a rota do Atlântico foi o propulsor de progressos consistentes na tecnologia naval. O fenómeno mais espectacular relacionado na Europa com a escravatura foi o surgir de cidades portuárias marítimas — nomeadamente Bristol, Liverpool, Nantes, Bordéus e Sevilha. Directa ou indirectamente relacionados com esses portos apareceram muitas vezes os centros manufacturários que viriam desencadear a Revolução Industrial. Na Inglaterra, foi a região do Lancashire o primeiro centro da Revolução Industrial e o seu avanço económico dependeu acima de tudo do crescimento do porto de Liverpool por causa do tráfico de escravos.

As relações entre a escravatura e o capitalismo no crescimento da Inglaterra são documentadas duma maneira adequada por Eric Williams no seu famoso livro «Capitalism and Slavery». Williams dá-nos um quadro muito claro dos numerosos benefícios que a Inglaterra auferiu do tráfico e exploração de escravos e identifica, nomeando-os, várias personalidades e firmas privilegiadas. Exemplo dos mais salientes são David e Alexandre Barclay, que se envolveram em 1756 no tráfico de escla-

vos e que, mais tarde, usaram os despojos para fundar o Banco Barclay. Evolução semelhante apresenta o caso da Lloyd's, que dum pequeno botequim londrino ascendeu a um dos maiores Bancos e casas seguradoras do Mundo depois de se mergulhar nos lucros do tráfico de escravos e escravatura. Segue-se o caso de James Watt, expressão de eterna gratidão aos negreiros das Índias Ocidentais que financiaram directamente a sua famosa máquina a vapor e a transpuseram da prancheta de desenho para a fábrica.

Um quadro paralelo seria traçado inevitavelmente por qualquer estudo detalhado do Capitalismo e escravatura em França dado que as Índias Ocidentais representaram durante o século XVII cerca de vinte por cento do comércio global francês — muito mais do que toda a África no presente século. Como é evidente, os benefícios não foram sempre directamente proporcionais à quantidade do envolvimento dum determinado Estado europeu no tráfico atlântico. Os enormes lucros dos empreendimentos marítimos dos portugueses passaram rapidamente da economia portuguesa para as mãos das nações capitalistas mais avançadas da Europa Ocidental que forneciam a Portugal capital, barcos e mercadorias. A Alemanha incluía-se nesta categoria conjuntamente com a França, a Inglaterra e a Holanda.

O comércio africano desempenhou um papel importantíssimo no fortalecimento dos laços internacionais da economia europeia, se se tiver presente que a produção americana era consequência do trabalho africano. As madeiras tintureiras do Brasil, por exemplo, eram exportadas por Portugal para o Mediterrâneo, o Mar do Norte e o Báltico e eram utilizados na indústria têxtil continental no século XVII. O açúcar das Caraíbas era reexportado pela Inglaterra e pela França para as outras partes da Europa em quantidades tais que Hamburgo, na Alemanha, se tornou o maior centro da refinação do açúcar na primeira metade do século XVIII. A Alemanha fornecia manufacturas à Escandinávia, Holanda, Inglaterra,

França e Portugal para revenda em África. Inglaterra, França e Holanda achavam necessário fomentar a troca de vários tipos de mercadorias para melhor comerciar com os africanos por ouro, escravos e marfim. Os mercadores e financeiros de Génova eram os poderes que comandavam os mercados de Lisboa e Sevilha. Entretanto, os banqueiros holandeses desempenhavam papel semelhante no tocante à Escandinávia e Inglaterra. A Europa Ocidental era a parte da Europa na qual eram mais visíveis os sinais de substituição do Feudalismo pelo Capitalismo ^(a). Os camponeses foram desapossados das suas terras em Inglaterra e a agricultura tornou-se progressivamente uma forma de produção capitalista. O seu equipamento tecnológico aperfeiçoava-se cada vez mais — produzindo alimentos e fibras capazes de suportar uma população maior e providenciar uma base mais efectiva para as indústrias, particularmente as de algodão e linho. As bases tecnológicas da indústria, assim como a sua organização social e económica transformavam-se. O comércio africano acelerou este processo em numerosos aspectos, incluindo o da integração da Europa Ocidental como acima foi focado. E isso porque as relações com a África não somente contribuíam para o crescimento económico (que se refere unicamente às dimensões quantitativas) mas também para o desenvolvimento real no sentido de capacidade aumentada para crescimento e independência posteriores.

Ao analisar-se o comércio de escravos europeu há que fazer referência aos Estados Unidos da América, não só porque a maioria da sua população é europeia mas também porque a Europa transferiu as suas instituições capitalistas duma maneira mais completa para a América do Norte do que para qualquer outra região do Globo e aí estabeleceu uma poderosa forma de Capitalismo — depois de eliminar os habitantes indígenas e explorar o trabalho

(a) Na Europa Oriental o Feudalismo era ainda muito forte no século XIX.

de milhões de africanos. Da mesma forma que noutras regiões do Novo Mundo, as colónias americanas da Coroa Britânica eram utilizadas como fonte de acumulação originária de capital que era depois exportado para a Inglaterra. Mas as colónias do Norte também beneficiaram directamente da escravatura do Sul da América e das Índias Ocidentais Inglesas e Francesas. Tal como na Europa os lucros da exploração e comércio de escravos beneficiaram primeiro os portos comerciais e as zonas industriais, o que quer dizer, principalmente a costa litoral do distrito do Nordeste conhecido por Nova Inglaterra e o Estado de Nova Iorque. O panafricanista W. E. B. du Bois, num estudo sobre a escravatura americana, transcreve um relatório de 1862, que dizia:

O número de indivíduos comprometidos com a escravatura e a quantidade de capital envolvido excedem o nosso poder de cálculo. A cidade de Nova Iorque foi até esta data (1682) o principal porto do Mundo para este comércio infame enquanto as de Portland e Boston apenas a secundaram na distribuição.

O desenvolvimento económico americano até aos meados do século XIX baseou-se fundamentalmente no comércio externo do qual a escravatura era um dos eixos. Nos anos de 1830, o algodão dos escravos representou cerca de metade do valor global das exportações dos Estados Unidos da América. Além disso, no caso das colónias americanas do século XVII pode observar-se mais uma vez que a África contribuiu de várias maneiras — uma coisa conduzindo a outra. Em Nova Inglaterra, o comércio de escravos com a África, Europa e Índias Ocidentais e o produto do trabalho escravo estimularam o crescimento da indústria de construção naval, construiu as suas vilas e cidades, capacitou-os a utilizar de maneira mais eficaz as suas florestas, pescarias e solo. Finalmente, foi o comércio, entre as colónias, de escravos das Índias Ocidentais e a Europa que esteve na base da emanci-

pação das colónias britânicas da América e não foi por acaso que a luta pela independência começou em Boston, a principal cidade da Nova Inglaterra. No século XX as relações com a África continuaram a desempenhar um papel indirecto no crescimento político americano. Em primeiro lugar os lucros do trabalho escravo enriqueciam os cofres dos partidos políticos, e ainda mais importante que isso, o estímulo africano e o trabalho negro foram vitais para o alargamento do controlo europeu sobre o actual território dos Estados Unidos da América — especialmente no Sul mas incluindo também o chamado «Wild West» onde os *cow-boys* negros foram muito activos.

A escravatura servia a acumulação primitiva do capital mas era demasiado rígida para o desenvolvimento industrial. Os escravos trabalhavam com rudes e rijos instrumentos que contrariavam o desenvolvimento capitalista da agricultura e da indústria. Isso explica o facto de a zona norte dos Estados Unidos ter lucrado mais com a escravatura em termos industriais que o Sul, onde as instituições de escravatura estavam implantadas. Por fim a contradição foi resolvida com a guerra civil americana quando os capitalistas do Norte combateram para varrer a escravatura de dentro das fronteiras dos Estados Unidos de modo a que todo o país pudesse projectar-se para um estágio mais avançado do Capitalismo.

Pode dizer-se com efeito que dentro dos Estados Unidos da América as relações esclavagistas do Sul tornaram-se, na segunda metade do século XIX, contraditórias com a expansão futura de toda a base produtiva dos E. U. A. E uma confrontação violenta garantiu a generalização das relações capitalistas de trabalho legalmente livre. A Europa manteve a escravatura em regiões geograficamente afastadas da sua sociedade. Dessa forma, as relações capitalistas foram desenvolvidas dentro da própria Europa sem serem afectadas adversamente pela escravatura nas Américas. Contudo, mesmo assim, che-

gou o momento em que os principais Estados capitalistas europeus consideraram que o tráfico de escravos e a utilização do trabalho escravo nas Américas não mais interessavam para o seu próprio desenvolvimento. Os ingleses foram os primeiros a tomar essa decisão no princípio do século XIX, seguidos posteriormente pela França.

Na medida em que o Capitalismo, como qualquer outro modo de produção, é um sistema global que implica um aspecto ideológico, é também necessário salientar os efeitos das ligações com a África no desenvolvimento da superestrutura da sociedade capitalista europeia. Neste particular, o aspecto mais relevante foi, sem dúvida, o surgimento do racismo como elemento difundido e profundamente enraizado do pensamento europeu. O papel da escravatura na promoção da ideologia e dos preconceitos racistas foram cuidadosamente estudados em certas situações, especialmente nos Estados Unidos da América. O fenómeno resume-se ao facto de que nenhum povo pode escravizar outro durante séculos sem desenvolver um sentimento de superioridade e, quando a cor e outras características físicas são bastante diferentes, é inevitável que esse preconceito tome a forma racista. Dentro da própria África pode dizer-se o mesmo da situação na província do Cabo, na África do Sul, onde o homem branco estabeleceu desde 1650 uma superioridade militar e social sobre os não brancos.

Seria simplificar demasiadamente o assunto defender que todos os preconceitos de cor e de raça derivam da escravização dos africanos e da escravização dos povos não brancos nos primeiros séculos de troca internacional. Houve também o anti-semitismo na própria Europa, numa data recente, e há sempre um elemento de suspeita e incompreensão quando povos de cultura diferente entram em confronto. Contudo, pode afirmar-se sem reservas que o racismo branco que invadiu o Mundo faz parte integrante do modo de produção capitalista. Não se trata da mera questão de como o branco tratava o negro. O racismo europeu foi um conjunto de generali-

zação e preconceitos sem nenhuma base científica mas que foram racionalizados em todas as esferas, desde a teologia à biologia.

Sustenta-se, às vezes, erradamente, que os europeus escravizaram os africanos por motivos racistas. Os roceiros negreiros europeus escravizaram os africanos por causas económicas, para explorar a sua força de trabalho. Na verdade, seria impossível abrir o Novo Mundo e utilizá-lo como um gerador constante de riqueza, não fora o trabalho africano. Não havia outra alternativa. A população americana (Índios) foi virtualmente destruída e a população europeia era demasiado reduzida na altura para povoar o Ultramar. Então, visto que se tornaram completamente dependentes do trabalho africano, os europeus dentro e fora da Europa sentiram necessidade de racionalizar esta exploração mesmo que em termos racistas. A opressão seguiu logicamente à exploração como sua garante. A opressão do povo africano no campo estritamente racial acompanhou, fortaleceu e tornou-se praticamente indistinguível da opressão por causas económicas.

C. L. R. James, conhecido panafricanista marxista, escreveu uma vez que:

«A questão racial é subsidiária da questão de classe em política e pensar o Imperialismo em termos de raça é desastroso. Mas considerar o factor racial meramente incidental é um erro, ainda que menos grave que o considerar essencial.»

Pode além disso argumentar-se que, por volta do século XIX, o racismo branco tornou-se tão institucionalizado no mundo capitalista (especialmente nos Estados Unidos da América) que algumas vezes suplantou a maximização do lucro na lista dos motivos para oprimir o povo negro.

Podia parecer à primeira vista que o racismo branco não prejudicou os europeus e que eles se serviam dessas ideias erradas para justificar a continuação do seu

domínio sobre os povos não europeus no período colonial. Mas a proliferação internacional das ideias racistas intolerantes e não científicas acabou por ter as suas consequências negativas a longo prazo. Quando os europeus sequestraram milhões dos seus irmãos (Judeus) sob a bota dos nazis, as galinhas regressaram ao seu poleiro. Tal conduta na Europa democrática não foi tão patológica como algumas vezes se quer fazer crer. Houve sempre uma contradição entre a elaboração das ideias democráticas dentro da Europa e a prática do autoritarismo e terrorismo nas relações dos europeus com os africanos. Quando se fez a Revolução Francesa em nome de «Liberdade, Igualdade, Fraternidade», os seus ideais não foram estendidos aos africanos negros que eram escravizados pelos franceses nas Índias Ocidentais e no Oceano Índico. Na verdade, a França reprimiu os esforços destes povos por uma libertação e os dirigentes da sua revolução burguesa declararam francamente que não haviam feito para aproveitar à humanidade negra.

Nem mesmo é verdade dizer-se que o Capitalismo europeu desenvolveu a democracia dentro da Europa mas não no exterior. Dentro dela produziu um certo verbalismo de liberdade mas nunca a estendeu para além da classe burguesa, para os trabalhadores oprimidos, e o modo como tratavam os africanos fez certamente da hipocrisia uma moda na vida europeia, especialmente na da classe dominante. De outra maneira, como se poderia explicar o facto de a Igreja Cristã participar plenamente na manutenção da escravatura e ainda assim falar da salvação das almas! A hipocrisia atingiu os seus píncaros nos Estados Unidos da América. O primeiro mártir da Guerra de Libertação Nacional Americana contra os colonialistas ingleses no século XVIII foi um descendente dos africanos, Crispus Attucks; e, lado a lado, os escravos e os homens livres combateram nos exércitos de Washington, e ainda a Constituição Americana, com o seu famoso preâmbulo «todos os homens nasceram livres e iguais», sancionou a continuação da escravatura. Em

tempos mais próximos tornou-se objecto da especulação de certos liberais o facto de os Estados Unidos da América terem sido capazes de crimes de guerra do tipo de My Lai. Mas a verdade é que My Lai começou com a escravização de africanos e de índios americanos. O racismo, a violência e a brutalidade foram uma constante do sistema capitalista, quando se estendeu pelo Mundo nos primeiros séculos do comércio internacional.

GUIA BREVE DE LEITURA

Este assunto, a contribuição da África para o desenvolvimento europeu, põe a claro muitos dos factores que limitam a representação da realidade pelo escritor. Língua e nacionalidade, por exemplo, são barreiras efectivas à comunicação. Os trabalhos em inglês raramente levam em conta o efeito causado pela França, Holanda e Portugal pela participação na escravatura e outras formas de comércio que exploraram a África no período pré-colonial. O fosso ideológico é responsável por a maioria dos estudiosos burgueses escreverem sobre assuntos tais como a Revolução Industrial inglesa sem fazerem nenhuma referência ao tráfico de escravos europeu como um factor de acumulação primitiva de capital. O próprio Marx deu muita ênfase às fontes de acumulação primitiva do capital do além-mar. Mas mesmo marxistas (tão proeminentes como Maurice Dobb e E. J. Hobsbawn) que se concentraram por muitos anos no estudo da evolução do Capitalismo desde as suas origens na Europa, fazem breves referências marginais à exploração de africanos, asiáticos e índios americanos.

Eric Williams — *Capitalism and Slavery*.

Oliver Cox — *Capitalism as a System*.

Cox, um afro-americano, defende como sua tese básica que o Capitalismo foi desde o seu início um sistema

internacional. Eric Williams, originário das Índias Ocidentais, é muito claro e pormenorizado na ilustração das interconexões entre o Capitalismo inglês e a escravatura.

W. E. B. du Bois — *The Suppression of the Atlantic Slave Trade to the U. S. A.*

Richard Pares — *Yankees and Creoles: The Trade between North America*.

Estes dois autores fornecem dados sobre a contribuição do trabalho africano para o desenvolvimento do Capitalismo nos Estados Unidos da América na época da escravatura.

Leo Huberman — *Man's Worldly Goods; The Story of the Wealth of Nations*.

F. Clairemonte — *Economic Liberalism and Underdevelopment*.

O livro de Huberman é um excelente tratado geral da evolução do Capitalismo na Europa. Inclui um capítulo em que esclarece o papel da escravatura. O livro de Clairemonte reconhece o papel desempenhado pelo subcontinente indiano na construção da Europa.

P. Curtin — *The Image of Africa*.

Winthrop Jordan — *White Over Black; American attitudes towards the Negro*.

Estes dois textos são importantes para a questão da ascensão do racismo branco conquanto nenhum dos dois seja suficientemente explícito no tocante às relações entre o racismo e o Capitalismo.

CAPITULO IV

A EUROPA E AS RAIZES DO DESENVOLVIMENTO AFRICANO — ATÉ 1885

A relação entre o grau de privação dos povos de África e a extensão e natureza da exploração a que foram submetidos é evidente. A África continua marcada pelos crimes dos traficantes de escravos: desde então que as suas potencialidades se encontram cerceadas pelo subpovoamento.

Ahmed Sekou Touré,
República da Guiné, 1962

4.1. O TRÁFICO DE ESCRAVOS EUROPEU COMO UM FACTOR BÁSICO NO SUBDESENVOLVIMENTO AFRICANO

Examinar as relações comerciais entre os africanos e europeus nos quatro séculos que antecederam a dominação colonial é virtualmente examinar o comércio de escravos. Rigorosamente falando o africano só se tornou

um escravo quando foi posto em contacto com uma sociedade onde tinha que trabalhar como escravo. Antes disso, era primeiro um homem livre, e então um cativo. Não obstante, é aceitável falar-se de tráfico de escravos para referir-se aos carregamentos de prisioneiros de África para as diversas regiões do Mundo onde se veriam obrigados a viver e trabalhar como propriedade de europeus. Escolheu-se deliberadamente o título desta secção para chamar a atenção para o facto de que esses carregamentos exclusivamente feitos por europeus, destinavam-se a mercados controlados pelos europeus e eram feitos no interesse do Capitalismo europeu e nada mais. Na Africa Oriental e no Sudão muitos africanos eram aprisionados pelos árabes e vendidos a compradores árabes. Isto é conhecido (nos livros europeus) como o «Tráfico árabe de escravos». Por conseguinte é de ficar bem claro que quando os europeus capturavam africanos para os vender a comerciantes europeus se tratava do «Tráfico europeu de escravos» de África.

É indubitável que, salvo raras excepções como Hawkins, os traficantes europeus adquiriam prisioneiros africanos nas costas de África e as transacções entre eles e os africanos eram uma forma de comércio. É também verdade que muitas vezes um prisioneiro era vendido e revendido durante a sua viagem do interior ao porto de embarque — e que isso era também uma forma de troca. Contudo, no seu conjunto, o processo pelo qual se obtinham prisioneiros no solo africano não era comercial. Era através da guerra da pilhagem, do banditismo e do rapto. Quando se tenta medir os efeitos do tráfico negreiro europeu sobre o continente africano é essencial ter-se presente que se está a tentar medir os efeitos da violência social e não da troca, em nenhum sentido normal do termo.

Muitas coisas permanecem ainda pouco claras sobre o tráfico negreiro e as suas consequências sobre a África mas o quadro geral da hecatombe é claro, e essa hecatombe pode ser vista como consequência lógica do modo

como se recrutavam os escravos em Africa. Uma das incertezas refere-se à questão básica de se saber quantos africanos foram importados. Isso tem sido de há muito objecto de especulação com estimativas que se estendem desde os pouco milhões a mais de uma centena de milhões. Um estudo recente sugeriu a cifra de dez milhões de africanos desembarcados com vida nas Américas, nas ilhas do Oceano Atlântico e na Europa. Visto que é um número bastante baixo tem vindo a ser aproveitado por académicos europeus apologistas do sistema capitalista e da sua longa lista de brutalidades na Europa e fora dela. Na tentativa de apagar a nódoa do tráfico europeu de escravos, acharam que era conveniente começar por minimizar esses números. (A verdade é que qualquer cômputo da importação de africanos nas Américas que se baseie exclusivamente no registo dos sobreviventes é necessariamente defeituoso dado que havia muita gente naquela época que tinha um especial interesse em contrabandear escravos e reter os dados.) Não obstante, mesmo se se aceitar a baixa cifra de dez milhões como uma base de avaliação do impacte da escravatura sobre a África no seu todo, as conclusões que daí puderem ser legitimamente deduzidas espantarão aqueles que tentarem fazer luz sobre a experiência da rapina de africanos de 1445 a 1870.

Sobre a cifra básica de africanos que desembarcaram vivos nas Américas há que fazer toda uma série de projecções, a começar pelo cálculo da mortalidade durante a travessia. A travessia do Atlântico, a Middle Passage como era conhecida pelos negreiros europeus, tornou-se famosa pelo número de mortes aí verificadas, que rondavam a marca dos 15 a 20 %. Registavam-se também numerosas mortes ainda em África durante o tempo que medeava a captura e o embarque, especialmente nos casos em que os prisioneiros tinham que viajar centenas de milhas até à costa. Ainda mais importante (dado que a guerra era o principal meio de aquisição de prisioneiros) é a necessidade de se fazer uma

estimativa do número de mortos e lesados verificados para que fossem conseguidos os milhões de vivos e sãos. O número que resultar será muitas vezes os milhões de desembarcados vivos fora da África e é esse o número que representa a quantidade de africanos subtraídos directamente à população e à força de trabalho africanas por causa do estabelecimento do tráfico de escravos por europeus.

A perda massiva de força de trabalho africano era ainda mais crítica porque era essencialmente composta por jovens moços e moças fisicamente capazes. Os compradores de escravos preferiam que as suas vítimas tivessem entre os 15 e 35 anos de idade, preferentemente perto dos vinte. A proporção sexual era de dois homens para cada mulher. Os europeus aceitavam algumas vezes crianças africanas mas muito raramente as pessoas mais velhas. Embarcavam os mais sadios sempre e onde fosse possível tomando o trabalho de seleccionar os que tivessem já sobrevivido a um ataque de varíola e que estavam então imunizados dessa doença que era nessa época uma das mais assassinas das doenças conhecidas.

A ausência de censos populacionais na África do século XV dificulta qualquer análise científica dos reflexos da escravatura sobre o crescimento demográfico. Mas nada indica ter havido qualquer aumento na população do continente durante os séculos da escravatura, de acordo com a tendência geral de outras regiões do Mundo. É óbvio que nasceram menos crianças do que poderia ser o caso se milhões de jovens nas idades reprodutoras não tivessem sido eliminados. Além disso é essencial reconhecer que o transporte de escravos através do Oceano Atlântico não esgotava as relações de África com os traficantes de escravos europeus. O comércio de escravos no Oceano Índico foi chamado «Tráfico de escravos da África Oriental» e «Tráfico árabe de escravos» por tanto tempo que esconde a real medida em que foi um «Tráfico europeu de escravos». Quando o tráfico de escravos da África Oriental atingiu o seu auge no sé-

culo XVIII e nos princípios do XIX a maioria dos prisioneiros era destinada às plantações de europeus nas ilhas Maurícias, Reunião e Seychelles assim como às das Américas através da Rota do Cabo. Além disso, os africanos que trabalhavam como escravos em alguns países árabes nos séculos XVIII e XIX serviam em última análise o Capitalismo europeu, pois sustentavam uma procura de produtos do trabalho escravo, tais como alhos cultivados em Zanzibar sob a supervisão de capatazes árabes.

Ninguém se mostrou até hoje capaz de fornecer um número que representasse as perdas totais que a população africana suportou por causa da extracção do trabalho escravo de todas as regiões e para todos os destinos durante os muitos séculos em que durou o tráfico de escravos. Contudo, do século XV em diante a população mostrou um firme e às vezes espectacular incremento natural em todos os outros continentes. É surpreendente que tal facto se não aplique a África. Um estudioso europeu propõe as seguintes estimativas da população mundial (em milhões) conforme os continentes:

	1650	1750	1850	1900
África	100	100	100	120
Europa	103	144	274	423
Ásia	257	437	656	857

Nenhuma das cifras acima indicadas é realmente precisa, mas representa um consenso geral entre os investigadores da demografia que o vasto continente africano registou uma estagnação invulgar a esse respeito e não há outra causa que não a escravatura para onde dirigir a atenção.

Uma perda populacional dessa amplitude é altamente relevante para a questão do desenvolvimento económico e social. O crescimento populacional desempenhou um importante papel no desenvolvimento europeu na medida em que providenciava o trabalho, os mercados e as pres-

sões para a continuação do desenvolvimento. O crescimento demográfico japonês teve os mesmos efeitos benéficos; e nas outras partes da Ásia que permaneceram pré-capitalistas, o índice populacional levou a uma mais intensiva exploração da terra, o que nunca chegou a acontecer no continente africano, que ainda é de povoamento escasso e disperso.

Na medida em que a densidade populacional seria baixa, os seres humanos vistos como unidade de trabalho eram muito mais importantes que outros factores de produção, por exemplo a terra.

Dum extremo ao outro do continente é fácil encontrar exemplos de como o povo africano estava consciente de que a população era, nas suas circunstâncias, o mais importante dos factores de produção. Entre os Bemba, por exemplo, o número dos indivíduos era considerado mais importante que a extensão da terra. Entre os Shambala, da Tanzânia, o mesmo sentir era expresso no ditado: «Um rei é povo.» Entre os Balanta da Guiné-Bissau representava-se a força familiar pelo número de braços que cultivavam a terra. Muitos chefes africanos colaboraram certamente com o tráfico de escravos pelo que consideraram razões de interesse próprio, mas nenhum argumento racional pode considerar essa sangria populacional outra coisa que não altamente desastrosa para as sociedades africanas.

A actividade económica africana foi afectada directa e indirectamente por essa perda populacional. Por exemplo, quando os habitantes duma região se viam reduzidos para aquém de um certo número num meio ambiente em que abundavam os tsé-tsé, os poucos que restavam tinham que abandonar a área. Com a escravatura, esses povos viam-se obrigados a abandonar a sua batalha de domesticar a arrear a natureza — batalha essa que é a base do desenvolvimento. A violência também significa insegurança. As oportunidades de violência concedidas pelos traficantes europeus de escravos tornaram-se um (mas não o único) estímulo para o incremento da vio-

lência social entre diferentes comunidades africanas e mesmo dentro duma dada comunidade. Tomou mais a forma de arremetidas e raptos do que guerra regular, e esse fenómeno agigantou o medo e a incerteza.

Mas aberta ou implicitamente todos os poderes europeus manifestaram no século XIX o seu conhecimento de que a escravatura era incompatível com outros empreendimentos económicos. Foi nessa altura que, particularmente os ingleses, desejavam africanos para colher produtos de palma e borracha e para certas outras produções agrícolas para exportação em lugar de escravos; e era mais que evidente que a escravatura contrariava violentamente esse objectivo na África Ocidental, Central e Oriental. Muito antes dessa época os europeus aceitavam esse facto quando os seus próprios interesses eram postos em jogo. No século XVII, por exemplo, os portugueses e holandeses desencorajaram o tráfico de escravos na Costa do Ouro porque reconheceram que seria incompatível com o comércio do ouro. Contudo, nos fins desse século descobriu-se ouro no Brasil e a importância do ouro africano diminuiu. No contexto africano os escravos tornaram-se mais importantes que o ouro e oferecia-se ouro brasileiro em troca dos prisioneiros em Whidah (Daomé) e Ásia. A partir desse momento a escravatura começou a corroer a economia da Costa do Ouro e a destruir o comércio do ouro. A captura e o rapto dos escravos tornou inseguro minerar e trabalhar o ouro. Uma testemunha ocular europeia notou que, «visto que uma pilhagem afortunada enriquecia os africanos num único dia, eles encorajavam-se muitas vezes à guerra, pilhagem e roubo, em lugar do seu velho officio de cavar e recolher ouro».

A referida substituição da actividade mineira pela captura de escravos teve lugar num período de alguns anos entre 1700 e 1710, quando a Costa do Ouro se tornou fornecedora de cerca de cinco a seis mil prisioneiros por ano. Nos fins do século XVIII exportava-se dali um número sensivelmente menor de escravos, mas o dano

estava feito. É digno de menção o facto de os europeus tentarem que as diferentes regiões da África Ocidental e Central desempenhassem em períodos diferentes o papel de principal fornecedor de escravos para as Américas. Isso significa que, virtualmente, cada pedaço da longa linha costeira entre os rios Senegal e Cunene experimentou, pelo menos durante alguns anos, uma intensa escravização — com todas as suas consequências. Além disso, na História da Nigéria Oriental, do Congo, do Norte de Angola e do Daomé, houve períodos que duraram décadas em que as exportações de escravos atingiram uma média de vários milhares por ano.

A maioria dessas regiões era também altamente desenvolvida no contexto africano. Foram forças de vanguarda dentro de África cujas energias poderiam doutra forma ter prosseguido o seu próprio melhoramento e o de África no seu todo.

A mudança para actividades guerreiras e de rapto deve ter afectado todos os ramos da actividade económica, particularmente a agrícola. Ocasionalmente, em certas regiões, a produção alimentícia foi desenvolvida para fornecer víveres aos barcos negreiros mas as consequências globais da escravatura sobre as actividades agrícolas na África Central, Ocidental e Oriental foram negativas. Drenava-se o trabalho da agricultura e as condições tornaram-se incertas. O Daomé, que se tornou conhecido no século XVI por exportar alimentos para a zona que hoje é o Togo, padecia de fome no século XIX. A actual geração de africanos poderá facilmente acusar que no período colonial quando homens capazes eram obrigados a abandonar as suas casas como trabalhadores migrantes, isso fazia soçobrar a rotina agrícola nas suas terras e que, muitas vezes, gerava a fome. Mas a escravatura significou acima de tudo migração de trabalho válido mas numa forma cem vezes mais brutal e destruidora.

Uma condição essencial para a prossecução do desenvolvimento económico é utilizar ao máximo o trabalho

e os recursos naturais da Nação. Isso exige normalmente condições de paz, mas houve momentos históricos em que grupos sociais cresceram e fortaleceram-se raptando mulheres das tribos vizinhas, rebanhos e bens, pois que as pilhagens eram utilizadas em benefício da própria comunidade. A escravatura em África nem mesmo teve este valor redentor. Os prisioneiros eram exportados em vez de utilizados numa qualquer comunidade africana para extrair riqueza dos recursos naturais. Não passa de um derivado accidental o facto de em algumas regiões os africanos que recrutavam prisioneiros para os europeus concluírem que seria melhor conservar alguns cativos para eles próprios. Em todo o caso a escravatura impossibilitava a população restante de se dedicar à agricultura ou à indústria e utilizava caçadores profissionais de escravos e guerreiros para destruir mais que construir. Aparte o aspecto moral e o imenso sofrimento que isso causava, o comércio europeu de escravos era na sua totalidade completamente irracional do ponto de vista do desenvolvimento económico africano.

Para certos propósitos torna-se necessário ser-se mais específico e falar do tráfico de escravos não em termos do continente em geral mas referindo-se especialmente aos impactes variados nas várias regiões. A relativa intensidade da escravatura nas diferentes regiões é perfeitamente conhecida. Algumas populações sul-africanas foram escravizadas pelos Boers e alguns Muçulmanos do Norte de África por cristãos europeus, mas esses são casos marginais. As zonas mais conhecidas pela exportação humana foram, em primeiro lugar, a África Ocidental, do Senegal a Angola, ao largo de um cinturão de duzentas milhas pelo interior, e em segundo lugar aquela região da África Oriental e Central que abrange hoje a Tanzânia, Moçambique, Malawi, o Norte da Zâmbia e o Este do Congo. Outrossim dentro de cada uma destas vastas regiões podem fazer-se distinções mais pormenorizadas.

Pode parecer que a escravatura não afecta maleficamente o desenvolvimento de algumas zonas de África simplesmente porque as exportações de escravos ou não existiram ou foram diminutas. Contudo, a tese de que a escravatura europeia foi um factor de subdesenvolvimento para o continente inteiro é de sustentar porque nada garante que uma região africana que não tenha comerciado com a Europa fosse inteiramente livre de todas as influências dimanadas da Europa. O comércio de bens europeus penetrou profundamente o interior e (mais significativo) a orientação de largas regiões do continente para a exportação humana significou que outras relações benéficas eram por esse meio completamente bloqueadas.

A tese acima será mais facilmente compreendida se auxiliada com algumas comparações. Em qualquer economia os vários componentes reflectem a evolução uns dos outros. Dessa maneira quando há depressão num sector, essa depressão transfere-se invariavelmente, em alguma medida, aos outros sectores. Semelhantemente, quando se regista uma evolução favorável num sector, outros beneficiam-se. Voltando-nos para as ciências biológicas notar-se-á que os estudantes de ecologia reconhecem que uma simples mudança como por exemplo o desaparecimento duma espécie de caracóis pode provocar reacções, positivas ou negativas, em esferas que, à primeira vista, aparecem como absolutamente não relacionadas. Regiões africanas não afectadas pelas rotas do tráfico de escravos foram afectadas pelo tremendo desequilíbrio de forma dificilmente compreensível porque se trata de uma questão do que *poderia* ter acontecido.

Questões hipotéticas do género de «como seria se...» conduzem muitas vezes a especulações absurdas. Mas é inteiramente legítimo e muito necessário interrogarmos sobre «o que poderia acontecer à Basotolândia (sul da Zâmbia) se não tivesse havido tráfico de escravos largamente generalizado em toda a região centro-africana que fica imediatamente ao norte da Basotolândia? Que

teria acontecido ao Buganda se os Katangueses se tivessem dedicado a vender cobre aos Baganda em vez de escravos aos europeus?»

Durante a época colonial os ingleses obrigaram os africanos a cantar

*A Inglaterra domina, a Inglaterra domina as ondas
Os ingleses nunca, nunca, nunca serão escravos.*

Os próprios ingleses começaram a cantar a melodia nos princípios do século XVIII, ponto auge da sua utilização de escravos africanos. Que teria acontecido ao desenvolvimento inglês se milhões deles fossem obrigados a trabalhar como escravos fora da sua terra natal durante quatro séculos? Apesar disso, e tendo em conta que esses extraordinários amigos nunca, nunca, nunca seriam escravos poderia especular-se sobre os efeitos prováveis acerca do seu desenvolvimento se a Europa tivesse sido escravizada. Se isso acontecesse os seus vizinhos mais próximos seriam excluídos do rendoso comércio com a Grã-Bretanha. O comércio entre as Ilhas Britânicas e regiões como o Báltico e o Mediterrâneo é considerado por unanimidade pelos estudiosos ter sido um dos primeiros estímulos para a economia inglesa na época de transição do Feudalismo para o Capitalismo, anterior mesmo à era da expansão marítima.

Uma tática que está a ser agora utilizada por certos estudiosos europeus (incluindo americanos) é dizer que a escravatura constituíu, sem dúvida, um dano moral, mas que foi economicamente benéfica para a África. Aqui devemos fazer uma pausa e examinar alguns desses argumentos para demonstrar o quão ridículos chegam a ser. Dão muita importância ao facto de os chefes e outras personalidades africanas terem recebido bens em troca dos seus prisioneiros afirmando que, por esse modo, os africanos recebiam «riqueza». Esquecem-se de referir que muitos dos produtos importados da Europa competiam com os produtos africanos, sufocando-os. Não têm em

conta que nenhum da longa lista dos produtos europeus era do género dos que auxiliavam no processo produtivo mas eram essencialmente mercadorias de consumo imediato ou pura e simplesmente inúteis; e escamoteiam descaradamente o facto que a maioria dos produtos importados era da pior qualidade mesmo como bens de consumo — mau «gin», más espingardas, potes e vasos esburacados, contas e outras bugigangas do mesmo teor.

Sugeriu-se seguidamente que certos reinos africanos fortaleceram-se económica e politicamente em consequência do tráfico com os europeus. Citam-se como exemplo os Estados de Oyo, Benim, Daomé e Ashanti, os maiores da África Ocidental. Oyo e Benim eram grandes, mesmo antes de terem entrado em contacto com a Europa, enquanto Daomé e Ashanti se tornaram fortes durante o período da escravatura mas as raízes do seu progresso retrocedem a muitos anos antes. Além disso — e esta é a maior falácia na argumentação dos apologistas da escravatura — o facto de um determinado Estado africano se ter tornado politicamente mais forte, ao mesmo tempo que se dedicava à venda de escravos aos europeus não credita automaticamente o tráfico de escravos. Uma epidemia de cólera pode matar milhares de habitantes de um país e ainda assim se verificar um aumento da população desse país. É evidente que esse aumento se verificou apesar de e não por causa da cólera. Esta lógica elementar escapa àqueles que falam dos benefícios da escravatura na África. Os efeitos destrutivos do tráfico de escravos podem ser facilmente demonstrados; e onde quer que seja que tenha aparentemente progredido um Estado durante a escravatura a conclusão simples a tirar é que isso aconteceu apesar dos efeitos adversos dum processo que foi mais destruidor que a cólera. É esse o quadro que nos revela um estudo pormenorizado do Daomé, por exemplo, e em última análise, o facto de o Daomé se ter expandido política e militarmente enquanto traficava com escravos minou seriamente a sua base económica e o deixou numa péssima situação.

Alguns dos argumentos sobre os pseudo-benefícios económicos da escravatura resumem-se a afirmar que a exportação de milhões de escravos foi uma maneira de evitar a fome em África. Replicar a argumentos desse tipo seria aflitivo e uma pura perda de tempo. Mas talvez uma versão ligeiramente mais subtil do mesmo argumento mereça réplica, nomeadamente o argumento de que a África ganhou com a escravatura novas sementes alimentícias provenientes do continente americano que aí se tornaram alimento básico. Referem-se ao milho e à cassava, que se tornaram produtos básicos em África no século XIX e no presente século. Mas a aquisição de espécies alimentares é um dos fenómenos mais vulgares da História humana. Muitos cereais eram originários de um só dos continentes mas o contacto social provocou a sua transferência para outras partes do Mundo. O tráfico de escravos não era necessário para essa aquisição. A mais simples forma comercial conduziria ao mesmo resultado. Hoje em dia os italianos utilizam certos alimentos de trigo como o «spaghetti» e o macarrão como produto básico enquanto a maioria dos povos europeus utiliza a batata. Os italianos importaram a ideia do «spaghetti» da China «noodle» depois do regresso de Marco Polo das suas longas viagens à China, enquanto os europeus adoptaram o uso da batata dos índios americanos. Em nenhum caso os europeus foram escravizados antes de poderem receber um benefício que constituía uma herança lógica da Humanidade inteira, mas diz-se aos africanos que a escravatura europeia os desenvolveu ao trazer-lhes milho e cassava. Esses argumentos foram retirados de livros e artigos publicados recentemente como o resultado de pesquisas nas maiores universidades inglesas e americanas. Não constituirão provavelmente a doutrina dominante mesmo entre os académicos burgueses europeus mas representam uma tendência crescente que parece estar em vias de se tornar a nova ortodoxia praticada nas metrópoles capitalistas ocidentais. Isso coincide significativamente com a reacção

européia ao progresso da descolonização económica e mental de África. Seria preferível, num certo sentido, ignorar esse lixo e afastar os nossos jovens desses insultos; mas, infelizmente, um dos aspectos do actual subdesenvolvimento africano é o facto de os editores capitalistas e os académicos burgueses dominarem a cena cultural e assim ajudarem a moldar as opiniões do Mundo inteiro. É precisamente por isso que, escritos desse calibre que justificam o tráfico de escravos devem ser denunciados como propaganda racista burguesa absolutamente afastados da realidade e da lógica. E esta é uma questão não meramente histórica mas da actual luta de libertação de África.

4.2. *ESTAGNAÇÃO E DISTORÇÃO TECNOLÓGICA NA ECONOMIA AFRICANA — NA ÉPOCA PRÉ-COLONIAL*

Atrás se disse que a tecnologia europeia não era no século XV absolutamente superior à das outras partes do Mundo. Havia certos sectores específicos que eram mais avançados na Europa — por exemplo a construção naval, (em menor medida) armas de fogo. O comércio europeu com a África teve de lançar mão dos bens de consumo asiáticos e africanos, o que prova que o seu sistema de produção não era em absoluto superior. Isso foi particularmente importante nos primeiros séculos da troca. Os europeus compravam grandes quantidades de tecido indiano para revender em África e adquiriam também tecidos em várias regiões da África Ocidental para comerciar em outras regiões. Marrocos, Mauritània, Senegal, Costa do Marfim, Benim, Yoruba e Loango exportavam todos para outras regiões africanas — através de intermediários europeus. Por fim, no tempo em que a África entra no período colonial, concentrava-se quase que exclusivamente na exportação de algodão em rama, importando em troca roupas de algodão. Essa extraordi-

nária inversão deve-se ao avanço tecnológico da Europa e à estagnação da tecnologia em África, devido às suas relações comerciais com a Europa.

A fiação mundial passou por um estágio de manufactura e de pequena empresa. Nos meados do século XVI era esse o panorama generalizado na África, Ásia e Europa, sendo os artesãos asiáticos os que possuíam a técnica mais perfeita do Mundo. A Índia é o exemplo clássico de região onde os ingleses utilizaram todos os meios à sua disposição para estrangular a indústria dos tecidos, para que os tecidos ingleses pudessem ser comercializados por toda a parte, incluindo a própria Índia. Na África, a situação não foi nunca tão claramente demarcada nem exigiu grandes esforços dos europeus para que destruíssem a manufactura africana, mas os resultados foram os mesmos. A Europa saiu beneficiada tecnologicamente dos seus contactos comerciais externos enquanto a África nada ganhou, quicá perdeu. As invenções e inovações vitais apareceram na Inglaterra nos fins do século XVIII após terem sido investidos os lucros do comércio externo. Na verdade, a nova maquinaria representou o investimento do capital originariamente acumulado na troca e na escravatura. O comércio com a África e a Índia fortaleceu a indústria britânica, a qual, em contrapartida, sufocou toda a indústria existente no que hoje se chama países «subdesenvolvidos».

A procura global africana por tecidos aumentara rapidamente no decurso dos séculos XV, XVI e XVII de modo que podia garantir um mercado seguro não só para todos os tecidos de produção local mas também para outros importados da Europa e da Ásia. Mas, sob a direcção da dinâmica classe capitalista, a indústria europeia desenvolveu a sua capacidade de produção em larga escala pelo aproveitamento da energia do vento, da água e do carvão. A indústria de fiação europeia mostrou-se capaz de copiar as técnicas de fabrico indiano e os padrões africanos e, eventualmente, substituí-los. Sufocando por um lado a distribuição dos tecidos pelas costas da

África e por outro afogando os produtos africanos numa enorme quantidade de produtos importados, os comerciantes europeus conseguiram travar a expansão da fiação africana.

Há uma grande variedade de factores sociais que se combinam para determinar quando uma sociedade ultrapassa a tecnologia de pequena produção para um tipo de equipamento capaz de maior produtividade. Um dos factores principais é a existência de uma procura de mais produtos manufacturados, de maneira a que a tecnologia apareça como uma resposta às necessidades sociais — tais como as de tecidos. Quando a tecelagem europeia se tornou dominante no mercado africano, isso significou o afastamento dos produtores africanos de todo o aumento da procura. Os artífices ou abandonavam o ofício face à barateza dos produtos europeus ou então continuavam com o mesmo tipo de produção manual em pequena escala para mercados localizados. Verificou-se por conseguinte, o que se poderia chamar «travagem tecnológica» ou estagnação, e inclusive regressão em alguns períodos visto que o povo esquecia mesmo a técnica simples dos seus antepassados. O abandono da técnica tradicional do tratamento do ferro foi talvez um dos mais importantes factores da regressão tecnológica.

O desenvolvimento significa capacidade para um crescimento auto-suficiente. Significa que a economia pode registar avanços que por seu lado promoverão um progresso futuro. A perda industrial e técnica em África foi extremamente pequena se medida pela bitola das realizações científicas modernas ou mesmo do progresso inglês dos fins do século XVIII. Contudo, é preciso ter-se presente que o retrocesso num determinado estágio significa impossibilidade de atingir os estágios mais avançados. Quando alguém é obrigado a abandonar a escola depois de só dois anos de educação primária, isso não significará que ele seja académico ou intelectualmente menos desenvolvido que outro que teve a oportunidade de frequentar a universidade. O que a África experimentou nos

primeiros anos da troca foi precisamente a perda de oportunidade de desenvolvimento e isso é da maior importância.

Um dos factores que se associam ao desenvolvimento tecnológico é um espírito de investigação científica estreitamente ligado ao processo de produção. Isso conduz à inovação e à invenção. Aconteceu em grande escala durante o período de desenvolvimento capitalista na Europa e os historiadores referem-se com ênfase ao espírito inventivo dos ingleses no século XVIII. Os países socialistas não abandonam a invenção ao sabor do acaso ou da boa sorte — cultivam activamente as tendências inovadoras. Na República Democrática Alemã, por exemplo, os jovens criaram em 1958 uma Feira dos Jovens Inventores que apelava para a criatividade intelectual da juventude socialista, de tal modo que, dez anos mais tarde, cerca de 2000 novos inventos haviam sido apresentados à Feira. As relações entre a Europa e a África do século XV em diante serviram para bloquear, directa ou indirectamente, todo o espírito de inovação tecnológica.

O tráfico europeu de escravos foi um bloqueio directo na medida em que removeu milhões de jovens e adultos que constituíam a base humana, a fonte da criatividade. Aqueles que permaneceram nas regiões fustigadas pela escravatura estavam muito mais preocupados com a sua liberdade do que com o incremento da produção. Além disso, mesmo os africanos mais ocupados da África Ocidental, Central e Oriental dedicavam-se mais ao comércio do que à produção devido à natureza dos seus contactos com a Europa; e a situação não era de molde a incentivar a introdução de progressos tecnológicos. Os grupos mais dinâmicos numa grande extensão do continente africano associaram-se ao comércio estrangeiro — especialmente os intermediários afro-portugueses da Costa da Guiné, o mercado de mulheres de Akan, os comerciantes Aro do Bight de Biafra, os mulatos de Angola, os comerciantes Yao de Moçambique e os Swahili e os Wanyamwezi da África Oriental. O comércio em que se

embrenharam era o da exportação de mercadorias, como por exemplo prisioneiros e marfim que não requeriam a invenção de maquinaria. Além disso agiam como distribuidores dos produtos europeus.

Quando a Inglaterra se tornou o poder dominante no Mundo passou a ser costume chamar-lhe o «país dos armazenistas»; mas a maioria das mercadorias que enchiam as suas lojas era produzida por eles próprios e foi devido a pressão dos problemas da produção que os seus engenheiros conseguiram tantas inovações. Em Africa os comerciantes nada puderam contribuir para o desenvolvimento tecnológico porque a sua função e preocupação afastava as suas mentes e energias do sistema produtivo.

Para além das invenções propriamente ditas importa também considerar a aquisição da tecnologia. Quando uma sociedade se sente tecnologicamente atrasada em relação a outras, alcança-as, não tanto por meio de invenções independentes mas através do empréstimo da tecnologia. Na verdade, muito poucas das maiores descobertas científicas do homem foram conseguidas separadamente, em lugares diferentes, por pessoas diferentes. Quando um princípio ou um instrumento são conhecidos, expandem-se, são difundidos para outros povos. Porque é que a tecnologia europeia se não tornou conhecida em Africa durante os muitos séculos de contacto entre os dois continentes? A razão básica foi que a verdadeira natureza do comércio afro-europeu era altamente desfavorável para o movimento de ideias e técnicas positivas do sistema capitalista europeu para o modo de produção pré-capitalista (comunal, pré-feudal e feudal) de Africa.

A única sociedade não europeia que adquiriu efectivamente algo da Europa e se tornou capitalista foi o Japão. O Japão era, já no século XIX, uma sociedade feudal altamente desenvolvida que se encaminhava progressivamente para as suas próprias formas capitalistas. O seu povo não foi nunca colonizado nem escravizado pela Europa e as suas relações comerciais com o estrangeiro

foram-lhe muito favoráveis. A manufactura têxtil japonesa, por exemplo, foi estimulada pelo crescimento do seu próprio mercado interno e de alguns outros na Ásia e Europa. Nessas circunstâncias, a jovem classe capitalista japonesa (que incluía muitos ex-senhores feudais) adquiriu a tecnologia europeia adaptando-a progressivamente às suas condições locais antes do fim do século XIX. Servimo-nos desse exemplo exterior à Africa para sublinhar que a Africa só teria recebido tecnologia europeia se a exigência tivesse partido de dentro de Africa — provavelmente de uma classe ou grupo social que antevisse lucros com a nova tecnologia. Teria que haver simultaneamente boa vontade por parte dos europeus para a transferência da sua tecnologia e estruturas socio-económicas africanas capazes de fazer uso dessa tecnologia, adaptando-a às realidades internas.

A caça aos elefantes e aos escravos não induziriam a Africa a exigir tecnologia nenhuma a não ser algumas armas de fogo. Os laços da actividade económica ligados ao comércio externo eram tão destrutivos como a escravatura ou, no melhor dos casos, puramente extractivos — como a caça ao marfim ou o corte do pau-rosa. Por conseguinte, não havia razão alguma para que se pedissem técnicas europeias. Um facto importante mas que raramente é referido, foi o de diferentes chefes africanos, em diferentes regiões do continente, terem-se apercebido claramente da situação e desejado a tecnologia europeia para desenvolvimento interno, o que implicava a substituição do tráfico de escravos.

Os europeus ignoraram deliberadamente esses pedidos africanos para que a Europa pusesse certas técnicas e conhecimentos à sua disposição. Isso aconteceu no Congo, nos princípios do século XVI, como foi já mencionado. Aconteceu também na Etiópia apesar de ali se não ter estabelecido nunca nenhum tráfico de escravos. Uma embaixada portuguesa demandou a corte etiope em 1520. Depois de examinar as espadas, mosquetes, tecidos, livros e outros objectos portugueses, o imperador Lebna

Dengel sentiu a necessidade de introduzir os conhecimentos técnicos dos europeus na Etiópia. Existe correspondência entre o imperador e chefes europeus, tais como os reis Manuel I e João III de Portugal e o Papa Leão X, na qual se pede assistência técnica europeia para a indústria etíope. Os pedidos etíopes a esse respeito repetiam-se ainda no século XIX com pouco ou nenhum sucesso.

Dois exemplos de chefes africanos houve que, na primeira metade do século XVIII, apreciaram a tecnologia europeia e mostraram a sua preferência pelas técnicas em vez dos barcos negreiros. Quando Agaja Trudo tentou estancar a escravatura, fez um apelo aos artesãos europeus e mandou uma embaixada a Londres a esse propósito. Um europeu que visitou a corte do Daomé nos fins da década de 1720 disse aos seus patrícios que «se qualquer alfaiate, carpinteiro, ferreiro ou qualquer outro homem branco livre ali se quisesse instalar seria muito bem recebido». Opoku Ware (1720-50), rei do Ashante, também pediu aos europeus que fundassem fábricas e destilarias em Ashante mas não recebeu nenhuma resposta.

Ao recordarmos a história do Japão, há que notar que os primeiros pedidos de assistência técnica provieram dos Impérios do Congo e da Etiópia que estavam no século XVI a um nível compatível com a maioria dos Estados feudais, com a importante diferença que não tinham ainda produzido o gérmen do Capitalismo. Durante o século XVIII os grandes Estados africanos de Daomé e Ashante tornaram-se proeminentes. Ultrapassaram a fase comunal e viviam já uma sociedade feudal com grande estratificação social e especialização em muitas actividades tais como o trabalho do ouro, ferro e tecidos. A sociedade Ashante sob Opoku Ware tinha demonstrado já a sua capacidade para inovar, indo até ao ponto de importar técnicas e decifrá-las de molde a combinar o fio de seda com o de algodão e produzir as famosas roupas *Kente*. Por outras palavras, não teria havido dificuldade nenhuma para tais sociedades na aprendizagem das técnicas

europeias e para a ultrapassagem do estreito fosso que existia naquele tempo entre elas e a Europa.

Ainda no século XVIII a Europa manifestou a mesma indiferença aos pedidos de assistência formulados pela África apesar de naquele período os chefes africanos e os capitalistas europeus discutirem conjuntamente a extinção do tráfico de escravos. Nos princípios do século XIX, um rei do Calabar (Nigéria Oriental) escreveu para Inglaterra pedindo uma refinaria de açúcar; por volta de 1804 o rei Abadozan do Daomé foi suficientemente ousado para pedir uma fábrica de armas de fogo! Por essa altura, em muitas regiões da África Ocidental, fazia-se a guerra com armas de fogo europeias. Dizia-se no Daomé que «aquele que faz a pólvora ganha a guerra», o que era um reconhecimento prévio de que, a longo prazo, os africanos sujeitavam-se a cair sob a supremacia dos europeus que estavam também plenamente conscientes de que a sua tecnologia no campo do armamento era decisiva, e de que nunca poderia haver a mínima hipótese de consentirem em ensinar aos africanos a técnica de produzir armas de fogo e munições.

As condições do comércio entre a Europa e a África não eram propícias à criação duma procura africana consistente de tecnologia para o desenvolvimento; e quando essa procura era tentada, os capitalistas ignoravam-na ou rejeitavam-na. Acima de tudo, não houve interesse por parte dos capitalistas europeus em desenvolver a África. Em tempos mais próximos, os capitalistas recusaram-se a construir a barragem do rio Volta ao Gana de Kwame N'Krumah até que tiveram conhecimento de que os checos fariam o trabalho; recusaram-se a construir a barragem do Assuão para o Egipto e a União Soviética teve de o socorrer; numa situação bastante semelhante puseram obstáculos à construção da estrada de ferro da Tanzânia à Zâmbia e foi a República Popular da China que se prontificou a exprimir a sua solidariedade para com os operários e camponeses de África duma forma prática. Colocando a questão na sua perspectiva histórica

global verificaremos que o Capitalismo desencorajou sempre a evolução tecnológica de África e bloqueou-lhe sempre o acesso à sua própria tecnologia. Como se verá numa das secções subsequentes, o Capitalismo introduziu em África unicamente aqueles limitados aspectos da sua cultura material que eram indispensáveis para uma exploração mais eficiente e cabal, mas a tendência geral foi a de subdesenvolver tecnologicamente a África.

A escravatura e o comércio marítimo em geral tiveram o que se chama efeito «multiplicador» sobre o desenvolvimento europeu no sentido positivo. Isso significa que os benefícios do contacto com o exterior espalharam-se a muitas áreas da vida europeia não directamente relacionadas com o comércio externo e a sociedade no seu todo ficou melhor equipada para o seu próprio desenvolvimento interno. O oposto foi verdade em África não só na esfera crucial da tecnologia mas também no que se relaciona com a amplitude e propósitos de cada economia africana. Evoluindo normalmente, uma economia cresce e alarga-se paulatinamente até que duas economias vizinhas acabam por fundir-se. Foi esse precisamente o processo de criação das economias nacionais nos Estados da Europa Ocidental que resultaram da combinação gradual daquilo que primitivamente eram economias provinciais. O comércio com a África ajudou grandemente a Europa a fortalecer os laços entre as suas diferentes economias nacionais, mas em África redundou em desmoronamento e desintegração no plano local. Simultaneamente cada economia local parou de ser exclusiva ou mesmo fundamentalmente dirigida para a satisfação das necessidades dos seus habitantes; e (reconheçam-no ou não certos africanos) o seu esforço económico serviu interesses estrangeiros e tornou-os dependentes dessas forças estrangeiras sediadas na Europa Ocidental. Nessa medida, a economia africana globalmente considerada foi desviada da sua própria via de desenvolvimento, e bloqueada.

É hoje do conhecimento geral que uma das principais razões pelas quais a industrialização genuína não pôde

progredir em África foi a demasiada exiguidade do mercado de produtos manufacturados, em qualquer país africano, e a inexistência de uma integração de mercados através de largas regiões africanas. O tipo de relações que a África desenvolveu com a Europa desde o princípio trabalhou em direcção oposta à da integração das economias locais. Certos laços interterritoriais estabelecidos anteriormente no continente africano foram quebrados depois do século XV por causa do comércio europeu. Podem encontrar-se vários exemplos na Costa Ocidental de África até Angola porque nessas regiões o comércio europeu foi mais volumoso e os relatos escritos que chegaram até nós são, também, muitíssimo mais extensos.

Quando os portugueses chegaram em 1470 à região do Gana tinham poucos bens para oferecer aos habitantes em troca do ouro desejado pela Europa. Contudo, estavam melhor apetrechados para transportar de Benim, na Nigéria, carregamentos de roupas de algodão, colares, mulheres escravas, que eram comercializáveis na Costa do Ouro. Os portugueses podiam responder a uma dada procura visto que existira anteriormente relações comerciais entre o povo de Benim e os da Costa do Ouro, particularmente de Akan. Os povos de Akan eram produtores de ouro e os de Benim eram artesãos especializados que dispunham de excedentes dos tecidos e colares que eles próprios manufacturavam. Como Estado expansionista com um grande exército, Benim conseguia também prisioneiros de guerra enquanto Akan parecia sobretudo preocupado na construção da sua própria população e força de trabalho de modo que adquiria mulheres cativas de Benim e integrava-as rapidamente na sua sociedade, como esposas. Quando os portugueses se intrometeram neste comércio, subordinaram-no aos interesses do tráfico europeu. A medida que os portugueses e outros povos europeus conseguiam mercadorias suficientes para que não ficassem dependentes da reexportação de certos bens de Benim, estimularam os laços entre a Costa do

Ouro e a Europa por um lado e entre Benim e Europa por outro.

Certamente as mercadorias de Benim demandavam a Costa do Ouro pelas enseadas costeiras do que é hoje Daomé e Togo. Por conseguinte, tornou-se muito mais rápido quando os europeus estabeleceram ligações directas por mar alto. Como atrás ficou dito, a superioridade marítima dos europeus foi o seu maior valor estratégico a par da sua maior capacidade organizacional. Isso ficou provado em várias regiões a começar pelo Magrebe e Mauritânia. Depois que os portugueses passaram a controlar a costa atlântica do Norte de África, puderam garantir cavalos, tecidos de algodão e colares que transportavam para o sul para trocar por ouro e escravos na África Ocidental; nos princípios do século XVI o principal artigo levado pelos portugueses para o Senegal foi o cavalo; em troca de um cavalo recebiam eles muitas vezes quinze escravos. Os tecidos de lã e as conchas do Norte de África eram também utilizados pelos portugueses para a compra do ouro no rio Gâmbia e, mais ao sul, na Serra Leoa.

É necessário recordar-se que o Sudão Ocidental tinha relações comerciais com a costa de África Ocidental e com o Norte de África; muito antes da chegada dos europeus, traziam-se cavalos do Norte de África para serem trocados por produtos locais na África Ocidental. Muito antes da chegada dos europeus, os comerciantes árabes e da Mauritânia viajavam pelo rio Senegal em direcção ao sul ao encontro dos comerciantes Dioulas, Mandingas, para trocar produtos, tais como contas de Ceuta e tecidos de lã dos rebanhos norte-africanos. Com a vantagem da rapidez, os portugueses opuseram o transporte por mar à travessia por terra através do deserto, destruindo, na prática, a integração económica da região. Assim, como no caso Benim/Akan, importa sublinhar que logo que os portugueses se tornavam intermediários tinham a oportunidade de desenvolver novos padrões de troca pelos quais

o Oeste e o Nordeste africanos olhavam para a Europa e esqueciam-se um do outro.

Algo semelhante aconteceu na costa da Guiné e nessa altura a exploração europeia era apoiada por colonos brancos estabelecidos nas ilhas de Cabo Verde. Os colonos portugueses e cabo-verdianos destruíram as relações comerciais locais desde o ano de 1470. Intervieram na transferência de algodão em rama e tinta de uma localidade a outra e os colonos de Cabo Verde estabeleceram aí um cultivo florescente e uma indústria de manufactura de algodão. Serviram-se do trabalho e da técnica do continente e exportavam os produtos acabados costa abaixo até Acra.

Os portugueses monopolizaram também o tráfico de *caurins* no Congo e suas ilhas adjacentes, o comércio do sal ao longo da costa angolana, o comércio de vestidos de folha de palmeira de alta qualidade entre o Norte e o Sul de Angola. Às vezes formavam esse monopólio não só através dos seus barcos e técnicas comerciais mas também recorrendo ao uso da força — na medida em que eles, operando perto da costa, podiam fazer uso dos seus canhões. Na África Oriental, por exemplo, os portugueses usaram da violência para arrancar o comércio marítimo das mãos dos árabes e dos Swahillis. O desmoronar do comércio africano entre a Costa do Marfim e a Costa do Ouro seguiu esses moldes. Existia um comércio costeiro muito forte, por canoas, entre essas duas regiões; os povos de Cape Lahou (actual Costa do Marfim) navegavam até ao Cabo dos Três Pontos para vender os seus tecidos em Acra, mais a leste. Os portugueses construíram um forte em Axim, perto do Cabo dos Três Pontos para apoiar o tráfico do ouro no continente; uma das suas funções foi monopolizar o comércio costeiro africano. Impediram aos moradores de Axim a passagem para Cape Lahou e às canoas da Costa do Marfim de viajar até Axim. O propósito foi, como é evidente, fazer das duas regiões entidades económicas separadas, exclusivamente ligadas à Europa.

O comércio, tal como ficou acima descrito, prova-nos a existência de raízes profundas. Os holandeses ainda o encontraram quando conquistaram Axim em 1637. Os funcionários da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais que operavam na Costa do Ouro quiseram extinguir completamente esse comércio africano; e quando as suas tentativas fracassaram, quiseram obrigar os povos da Costa do Marfim a comprar uma certa quantidade de mercadorias holandesas. A Holanda determinou então que cada mestre de canoa de Axim que partisse para Cape Lahou devia levar consigo mercadorias holandesas no valor de pelo menos quatro onças de ouro. O propósito evidente era converter um comércio exclusivamente africano em comércio europeu/africano.

O que foi duplamente destrutivo para as tentativas africanas de integrar as suas próprias economias foi o facto de, à medida que os europeus se tornavam media-neiros do comércio local, a única coisa que eles tentavam incrementar era a captura e venda de escravos e, desse modo, subordinavam toda a economia ao tráfico europeu de escravos. Na Costa da Guiné e nas ilhas de Cabo Verde os portugueses e os seus descendentes mulatos dedicaram-se a uma larga gama de trocas comerciais que incluía o algodão, a tinta, nozes de cola e produtos europeus. O único objectivo era encher os porões dos barcos negreiros. No Congo e Angola verificou-se a mesma coisa. O sal, colares de conchas, tecidos de folhas de palmeira colmatavam a falta de mercadorias portuguesas e serviam para adquirir cativos em diferentes regiões da costa e mesmo no interior.

O elemento de subordinação e dependência, cujas raízes mergulham nos primeiros tempos da troca internacional, é fundamental para se entender o actual subdesenvolvimento africano. É também importante notar-se que há um certo tipo de falsa ou pseudo-integração para camuflar a dependência. No nosso tempo, toma a forma de zonas de comércio livre com as regiões ex-colonizadas do Mundo. Essas zonas de comércio livre destinam-se a

facilitar a penetração das companhias multinacionais. Desde o século XV que apareceram formas de pseudo-integração que então consistiam na interligação das economias africanas afastadas da costa, de modo a ser possível a passagem de escravos e marfim de certas zonas do interior do continente para pontos determinados do Atlântico ou do Índico. Por exemplo, escravos eram trazidos do Congo através das actuais Zâmbia e Malawi até Moçambique, onde eram comprados por comerciantes portugueses, árabes ou franceses. Isso não pode ser considerado integração económica dos três territórios africanos. Tal tráfico representava unicamente o prolongamento da penetração estrangeira através da utilização de rotas comerciais locais.

O tráfico do ouro da África Ocidental não foi destruído mas, afastado das rotas do Norte através do Sara, tornou-se completamente dependente dos comerciantes europeus. Na zona das savanas do Sudão Ocidental o comércio transariano do ouro alimentava, do século V em diante, uma das zonas políticas mais altamente desenvolvidas de toda a África. Mas era muito mais conveniente para os comerciantes europeus obter o seu ouro na costa ocidental do que através de intermediários do Norte de África e é absolutamente justo especular sobre o que seria hoje o Sudão Ocidental se tivesse havido um incremento substancial do comércio do ouro durante os séculos XVII e XVIII. Porém há algo a ser dito a favor do comércio do ouro entre a Europa e a África. A produção do ouro exigia mineração e um sistema organizado de distribuição em África. O país do Akan e partes de Zimbabwe e Moçambique sustentaram florescentes sistemas sociais e políticos, até ao século XIX, largamente devidos à produção do ouro.

Da exportação do marfim derivavam também certos benefícios. A caça ao marfim tornou-se numa das mais importantes actividades de várias sociedades de África Oriental, numa época ou outra, combinada algumas vezes com o tráfico de escravos. Os Wanyamwezi da Tan-

zânia foram os comerciantes mais conhecidos de África Oriental, adquirindo a sua reputação no transporte de mercadorias através das centenas de milhas que separam o lago Tanganica do oceano Índico. Porém, na medida em que os Wanyamwezi se dedicaram à exportação do marfim, isso prejudicou automaticamente outras potencialidades de desenvolvimento tais como o aumento do comércio de utensílios, alimentos e sal entre eles e os seus vizinhos.

Além disso, o marfim era uma mercadoria que se esgotava rapidamente em qualquer região e a luta para a garantia de novos suprimentos obrigava a uma violência comparável à que acompanhava a caça aos escravos. Em segundo lugar, a limitação decisiva do comércio do marfim provém do facto de não ser em nada determinado pelas necessidades e produção locais. Nenhuma sociedade africana exigia tais quantidades de marfim e nenhuma sociedade africana se dedicava à caça do elefante e recolha do marfim em grande escala antes de ter surgido a procura europeia e asiática. Qualquer sociedade africana que se dedicasse seriamente à exportação do marfim tinha que reestruturar a sua economia de modo a tornar lucrativo esse comércio. Isso, por seu lado, conduzia a uma dependência excessiva e indesejável do mercado externo e da economia estrangeira. Podia aumentar-se o volume do comércio e grangear alguns proventos marginais mas, em contrapartida, fazia diminuir a independência económica e a capacidade de auto-sustento de um progresso autónomo. Além disso é preciso ter-se sempre presente o contrário dialéctico do comércio africano: o controlo absoluto dos europeus sobre a produção nas Américas e na Europa. Os poucos produtos derivados da caça ao elefante em África eram miseráveis em comparação com os lucros, tecnologia e perícia que esse produto propiciava à Europa. Por essa via, alargava-se constantemente o fosso entre a Europa e a África e esse facto está na base dos actuais desenvolvimento e subdesenvolvimento que conhecemos.

4.3. A CONTINUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E MILITAR EM ÁFRICA — 1500 A 1885.

Os historiadores nacionalistas da África moderna salientam correctamente que a África conheceu um longo e significativo passado antes da chegada dos europeus. Igualmente sublinham que os africanos continuaram a fazer a sua própria história muito tempo após o contacto com a Europa, na realidade, até ao período da colonização. Esta perspectiva afrocêntrica do passado do continente é bastante compatível com uma outra que sublinha igualmente o papel transformador das forças externas, tais como a escravatura, o comércio do ouro, do marfim, etc. Facilitar-se-á a reconciliação dessas duas perspectivas se se tiver presente os três factores seguintes:

- a) O impacto externo (fundamentalmente europeu) foi até 1885 muitíssimo desigual na sua expressão geográfica, na medida em que afectou principalmente as regiões costeiras.
- b) O comércio com a Europa afectou aspectos diferentes da vida africana em graus diferentes, permanecendo o aparato político, militar e ideológico virtualmente intocado.
- c) Os factores dinâmicos da evolução e desenvolvimento independentes de África (referidos no capítulo II) continuaram a operar depois de 1500.

Já se disse atrás que seria ilusório tentar compartilhar a África entre as áreas que foram afectadas pela escravatura e as que o não foram pois que todo o continente suportou os prejuízos. Porém, para o que se quer agora, basta distinguir simplesmente as zonas que foram abrangidas directamente pelas actividades europeias em geral das que, pelo menos aparentemente, mantiveram a vivência tradicional.

O desenvolvimento prosseguiu em certas regiões como por exemplo o Sul da África Central porque as populações eram aí livres para prosseguir o caminho determinado pelas relações entre o povo africano e as características particulares do ambiente natural africano. Além disso, verificaram-se certos progressos mesmo em sociedades que suportaram o mais pesado bombardeamento do tráfico de escravos. No contexto da troca internacional a Europa colocou a África sob o seu domínio comercial do tráfico de escravos. Porém só em certos momentos substituiu as autoridades políticas tradicionais nos vários sistemas sociais africanos. De maneira que os Estados africanos em estreito contacto com a Europa na era pré-colonial dispunham de uma certa margem política de manobra e a sua evolução podia e pôde continuar.

A conquista militar da África esperou pelos anos do diferendo imperialista. Os exércitos africanos existiram durante os séculos de contacto pré-colonial com a Europa com todas as implicações sociopolíticas do sector armado da sociedade. Outro factor igualmente importante foi a inexistência virtual de importação cultural e ideológica europeia. O Cristianismo tentou esporádica e ambivalentemente impor-se em algumas regiões do continente. Mas a maioria dos poucos missionários de regiões como Angola, Congo e Costa da Guiné dedicaram-se exclusivamente a abençoar os africanos à medida que eram arremessados através do Atlântico para a escravatura. O Cristianismo perdurou unicamente na Etiópia onde dispunha já de raízes indígenas. Nas outras regiões, floresceu o Islamismo e outras formas religiosas que nada tinham que ver com o comércio europeu. A religião continuou, como antes, a agir como um elemento da superestrutura, fundamental para o desenvolvimento do Estado.

Enquanto existiu o poder político, enquanto o povo pôde ser mobilizado para pegar em armas, enquanto a sociedade teve oportunidade de definir a sua própria ideologia, cultura, etc. ... o povo dessas sociedades teve al-

gum controlo sobre os seus próprios destinos mau grado constrangimentos tais como os impostos ao continente africano que deslizava como satélite na órbita da Europa Capitalista. Apesar de o desenvolvimento histórico ser inseparável das condições materiais e do avanço tecnológico, é também controlado em parte pelo grau de consciência de um povo nos vários períodos históricos. Isto faz parte da interdependência entre a base e a superestrutura de que já se falou de passagem.

A revolução é a manifestação mais dramática da consciência de um povo ou classe num determinado momento histórico; mas, em maior ou menor medida, as classes dominantes de qualquer sociedade comprometem-se sempre no processo de desenvolvimento como instrumento de mudança ou conservadorismo. Vamos, neste capítulo, concentrar a nossa atenção na esfera política e no seu poder associado, o poder militar. Nestes assuntos os africanos puderam distinguir-se mesmo apesar do tráfico de escravos.

Desenvolvimento político-militar em África de 1500 a 1885 significa que as formações sociais africanas tornaram-se mais capazes de defender os interesses dos seus membros em oposição a interesses de pessoas estranhas à comunidade. Significa mais que os indivíduos num Estado politicamente maduro e militarmente forte encontram-se livres das ameaças externas de remoção física. Terá maiores oportunidades para aplicar a sua técnica em ramos tão diversos como a poesia e o trabalho sobre o bronze, sob a protecção do Estado. Pode também utilizar a sua criatividade e poder inventivo para aperfeiçoar a religião do seu povo, elaborar uma constituição mais flexível, contribuir com novas técnicas militares ou de fomento da agricultura e do comércio. É evidente que, também é verdade, que os benefícios de tais contribuições eram, na sua maioria, aproveitados por pequenos sectores da sociedade africana quer dentro quer fora da zona da escravatura. Pois, à medida que o Comunitarismo desaparecia, deixava também de ser seguido o princípio da

distribuição equitativa. Estes vários pontos podem ser ilustrados com exemplos concretos retirados de todo o continente durante o período em questão, a época pré-colonial.

a) O Yoruba

Numa discussão anterior, o Estado Yoruba de Oyo foi indicado simplesmente como um dos exemplos mais marcantes e representativos do desenvolvimento africano anterior à chegada dos europeus, no século XV. As famosas realizações artísticas de Oyo nos séculos XIV e XV, e do Estado vizinho de Ife e do já referido Estado de Benim foram bem estudadas por causa da conservação das esculturas sobre o bronze, terracota e marfim. É indiscutível que os bronzes mais antigos tenham sido os melhores e que houve uma deterioração na execução e sensibilidade entre os séculos XVI e XVIII. Contudo, do ponto de vista político, os Estados de Oyo e Benim continuaram a prosperar durante longo tempo após a chegada dos europeus à costa ocidental africana. Na medida em que Oyo e o povo Yoruba estiveram dentro da área de intenso tráfico de escravos, o seu destino entre 1500 e 1885 reveste-se de um considerável significado.

O reino de Oyo manteve-se afastado de qualquer comprometimento com o tráfico de escravos até aos fins do século XVIII. O seu povo dedicou-se à produção e à troca local e à consolidação e expansão do comércio. De facto, apesar do embrião do reino ser já uma realidade no século XV, foi durante os três séculos seguintes que se expandiu e passou a controlar a maior parte do que mais tarde veio a chamar-se Nigéria Ocidental, largas zonas ao norte do rio Níger e tudo o que é hoje o Daomé. Era na realidade um império, governado por um Alafin coadjuvado por uma aristocracia. Foi no decurso dos séculos XVI, XVII e XVIII que se cristalizaram os subtis mecanismos que regulavam as relações entre o Alafin

e os seus principais súbditos e entre a capital e as províncias.

Oyo interessava-se pela costa mais como ponto de escoamento de têxteis do que de escravos. Ficando a alguma distância da costa, Oyo concentrou as suas relações com o interior estabelecendo por esse meio relações com a zona comercial do Sudão Ocidental. Era do Norte que Oyo adquiria os cavalos que tornaram os seus exércitos respeitados e temidos. Oyo é um exemplo magnífico desse desenvolvimento africano de raízes mergulhadas no passado, nas contradições entre o homem e as forças da natureza. O seu povo continuou a desenvolver-se na base de forças que não manipulava conscientemente, mas também através da utilização deliberada de técnicas políticas.

Nos princípios do século XIX, Oyo e a terra Yoruba em geral, começou a exportar cativos em quantidade considerável. Obtinham-nos em parte em campanhas militares fora de Yoruba mas também através da caça local de escravos. Essa caça implicava o rapto, incursões armadas, incerteza e desunião. Esses factores, conjuntamente com as tensões constitucionais internas e a ameaça do Norte Muçulmano conduziu à derrocada do Império do Oyo por volta de 1830. Ife, o lar famoso e ancestral dos Yoruba, foi também saqueado e os seus cidadãos obrigados a refugiar-se por causa das querelas entre os Yoruba causadas pelo rapto de cidadãos para vender como escravos.

Mas, poucos anos volvidos, os seus habitantes conseguiram reconstruir novos Estados políticos, para testemunho do nível de desenvolvimento desta parte de África, nomeadamente nova Oyo, Ibadá, Ijaye, Abeokuta e Ijebu — cada um tendo uma cidade como centro e terra bastante para uma agricultura bem sucedida. Até à chegada dos ingleses para «bondosamente» imporem a ordem na Nigéria, o povo Yoruba experimentou várias formas políticas, com particular relevo para as militares, e conservando sempre a religião dos seus antepassados. Os

reis e os habitantes de qualquer Estado consciente dos seus limites territoriais vêm-se invariavelmente envolvidos em disputas de fronteiras com os Estados vizinhos. O Estado feudal da Europa e da Ásia centrava-se principalmente na sua capacidade militar. A classe dominante era constituída no todo ou em parte por soldados profissionais. Uma das razões pelas quais dizia ter direito à parte de leão do produto social era que ela oferecia protecção armada aos camponeses e aos servos vilãos. Esta generalização era tão verdadeira na terra Yoruba do século XIX quanto o era na Prússia ou Japão. Os africanos dessa região percorriam, sem a menor dúvida, a senda de desenvolvimento de organizações sociais comparáveis às do Feudalismo europeu, asiático, e de certas regiões africanas como a Etiópia e o Magrebe que haviam atingido séculos antes esse estágio.

No Império Oyo o poder civil era o dominante e os generais súbditos do rei. Posteriormente, porém, os militares tomaram conta do Poder. O Estado Ajaya, por exemplo, foi fundado por Kurunmi, considerado um dos maiores generais Yoruba nesses tempos conturbados que se seguiram à queda de Oyo. Kurunmi estabeleceu um poder militar pessoal em Ajaye. Ibadã foi ligeiramente diferente na medida em que ali foi um grupo de oficiais militares que formaram colectivamente a elite política. Todos os esforços para reconduzir o poder aos civis foram mal sucedidos e abortaram. Além do mais, a própria cidade crescia a partir dum acampamento militar.

Talvez tenha sido a cidade-estado de Abeokuta a que fez os mais firmes esforços no sentido de fazer do poder militar um braço do estado civil. Mas o que mais importava era a defesa do Estado de dentro das muralhas fortificadas de Abeokuta. Essas muralhas celebrizaram-se como o lugar onde muitos exércitos inimigos foram derrotados; e, nessas condições, os Ologun ou chefes militares eram o poder social e, simultaneamente, o poder político.

Enquanto se verificava em Yoruba a militarização do poder político, a estrutura da sociedade ia adquirindo novas formas que se reflectiam numa mais pronunciada estratificação social. Faziam-se numerosos prisioneiros de guerra, a maior parte dos quais era vendida aos europeus. Foi assim que por volta de 1860, a terra Yoruba se tornou famosa como fornecedora de escravos. Mas muitos prisioneiros de guerra eram retidos na região em condições que se aproximavam da escravatura e da servidão conforme eram ou não a primeira geração de prisioneiros.

Muitas vezes, refugiados provenientes de cidades destruídas não tinham outra alternativa senão tornar-se clientes ou servos de outros Yorubas livres. Esses refugiados eram obrigados a fornecer trabalho aos seus novos senhores, cultivando-lhes a terra em troca de protecção armada. Contudo, os servos eram às vezes utilizados como soldados o que significa que teriam acesso aos meios de produção (a terra) unicamente através do cumprimento do serviço militar. Foi nesta medida que foram enfraquecendo paulatinamente os laços familiares, e isto indica que, em contraste com as vilas comunais, os Estados do tipo dos da terra Yomba no século XIX distribuíam as funções e remuneravam os seus cidadãos na base de obrigações recíprocas características do Feudalismo.

Durante o período em exame, alargou-se a especialização do trabalho entre os Yorubas com o surgimento dos soldados profissionais, os «homens-da-guerra», como eram conhecidos. Os soldados profissionais, filhos de aristocratas, abandonavam desdenhosamente o cultivo da terra aos prisioneiros e aos servos — grande número dos quais assegurava plenamente a produção agrícola. Floresceram também outros ramos da actividade económica, nomeadamente o dos têxteis, o óleo de palma e o comércio de vários produtos. Isto aconteceu apesar de se desperdiçar força de trabalho, não só sob a forma de exportação de escravos como também na dedicação de

certa força de trabalho à exclusiva captura de escravos. Os visitantes europeus da terra Yoruba nos meados do século XIX puderam admirar ainda o nível da sua cultura material e, paralelamente, os aspectos impressionantes e coloridos da sua cultura imaterial, tais como os Yam Festivals anuais e o ritual dos cultos religiosos de Shango, Ogboni, etc.

A arma de fogo era um dos artigos da tecnologia europeia que os africanos mais desejavam e que podiam obter com certa facilidade e de 1820 em diante o povo Yoruba adquiriu grande quantidade de armas de fogo europeias integrando-as na prática do comércio e na sua estratégia política e militar. Nas vésperas do domínio colonial os generais Yoruba desejavam espingardas de carregar pela culatra e mesmo canhões mas a Europa andou muito mais depressa. Através duma série de campanhas que terminaram em 1860 em Lagos (e que incluíam infiltração missionária, a par da invasão armada), a Inglaterra conseguiu colocar aquela parte de África sob domínio colonial.

O desenvolvimento económico é um problema do incremento da capacidade de produção que se encontra estreitamente ligado às relações de apropriação da terra e às relações de classe. Esses factores básicos desempenharam um papel simultaneamente positivo e negativo na história Yoruba nas décadas que precederam a perda da independência. Enquanto não se desagregou a produção agrícola todos os Estados Yoruba se mantiveram numa posição de força. Ibadã, um dos maiores poderes militares da terra Yoruba, vendia escravos mas também retinha muitos para os usar como trabalhadores no seu próprio benefício. Mas as terras aráveis de Ibadã foram saqueadas pela guerra e os chefes de Ibadã começaram a retirar os escravos do cultivo da terra e a vendê-los aos europeus. Isto justificava-se porque Ibadã precisava de armas de fogo e estas só podiam ser adquiridas através do tráfico de escravos. Foi então que os efeitos demolidores

da presença na costa dos traficantes de escravos europeus se tornaram realmente proeminentes.

Ibadã minava a sua base socioeconómica ao vender os seus escravos e servos. Se os prisioneiros servissem para reforçar uma classe realmente servil, então teria de lhes ser garantido o direito de permanecer fixos ao solo e protegidos do perigo de venda. Esta foi uma das razões pelas quais a escravatura, como modo de produção, deu lugar na Europa à servidão e ao Feudalismo; e, em circunstâncias normais, a sociedade de Yoruba garantiria rapidamente a inamovibilidade desses escravos que seriam integrados na produção local. Mas as forças desencadeadas pela presença dos compradores europeus de escravos eram grandes de mais para que se pudesse opor-se-lhes resistência e toda a esperança de resolver o problema esfumou-se com a perda do poder político sob o Colonialismo.

Os historiadores atribuem muitas vezes uma importância excessiva ao facto de, no século XIX, os Estados Yoruba não terem conseguido unificar e produzir uma entidade política tão grande como o antigo Império de Oyo. Em primeiro lugar, porém, o tamanho da unidade política não é o critério mais importante para avaliar o desenvolvimento de um povo. Em segundo lugar um povo pode desintegrar-se politicamente e reunir-se mais tarde com maior eficácia. Os Estados Yoruba de Ibadã, Abeokuta, Ijaye, etc., tinham mais de 100 000 cidadãos — tanto como a maioria das cidades-estado principadas e palatinadas da Alemanha feudal. Este é um factor comparativo que merece ser sublinhado e foi um dos que impressionavam os observadores europeus que visitavam a terra Yoruba nos meados do século XIX.

A Alemanha teve durante muito tempo uma cultura e linguagem unificada, e formou uma entidade política sob o Sacro Império Romano durante os séculos XII a XV. Contudo, depois de a Reforma ter desmembrado o Sacro Império Romano, o povo germânico foi dividido em tantas entidades políticas separadas quantos os dias tem

um ano, algumas das quais ligeiramente maiores que um parque público. Contudo, as forças produtivas e as relações de classe continuam a desenvolver-se na Alemanha, e, por fim, em 1870, conseguiu-se a unificação política e o Feudalismo deu lugar a um poderoso Estado capitalista. Da mesma forma o povo Yoruba constituía uma vasta unidade cultural e tinha uma linguagem única. Depois da queda do Império Oyo o processo de desenvolvimento interno foi retardado por factores quer internos quer externos mas não parou. Foi preciso que o Colonialismo europeu fizesse isso.

Dentro da zona de tráfico de escravos na Africa Central e Ocidental, continuou a construção dos Estados com maior ou menor sucesso. O Estado de Akan, por exemplo, desenvolveu-se de maneira tão impressionante quanto o Império Oyo. Felizmente para Akan, a escravatura só alcançou proporções consideráveis na primeira metade do século XVIII. Mas nessa altura um Estado como Asante dispunha já de raízes suficientemente profundas para enfrentar os efeitos maléficos da escravatura. Continuou incorporado no centro do Sudão Ocidental e, em 1870, quando os ingleses quiseram dominar Asante, esse famoso povo africano não se rendeu sem heróica resistência armada.

As ligações de Asante com o tráfico de escravos do século XVIII levou os seus chefes a adoptar atitudes expansionistas do tipo de guerras de captura de escravos, incursões, tributos como mercadorias das regiões aonde foram feito prisioneiros. Desde o século XV a região de Akan desenvolvia-se, em vez de exportar os seus recursos humanos. Os prisioneiros eram integrados na sociedade local, e, nas vésperas do Colonialismo, uma grande proporção da sociedade Asante era constituída por Odonko-ba — os descendentes de antigos prisioneiros —, que constituía a população que trabalhava a terra. O desenvolvimento resultou não da exportação do trabalho mas do seu crescimento e aproveitamento máximo.

b) Daomé

O Daomé, para além do rio Volta, era o país que confinava a leste com Asante. A experiência do Daomé merecerá aqui uma atenção mais pormenorizada porque esteve profundamente envolvido e por um maior período de tempo no tráfico de escravos.

Durante os séculos XVIII e XIX o Daomé teve uma população estagnada, senão em declínio, e uma economia que não tinha outro suporte além da exportação de escravos. Mas o que o país conseguiu fazer apesar de tudo é um tributo aos empreendimentos realizados pelo homem no continente africano. Urge ficar claro que os alicerces do desenvolvimento social e político dos povos Aja ou Fon do Daomé tinham sido lançados no período que precedeu a influência europeia na Africa Ocidental. Os Estados Ajade, Allade e Whydah já existiam no século XV e mantinham relações estreitas com Yoruba e Ife. Daomé foi uma ramificação de Allade no século XVI e nos princípios do século XVIII expandiu-se e incorporou Allade e Whydah.

Os reis de Allade e Whydah cometeram o erro de não proteger os seus súbditos da escravatura e além disso intervieram na sua escravização. Daomé nunca seguiu essa política que contradizia frontalmente com a conservação do Estado. Em vez disso, o Daomé tornou-se o Estado caçador clássico da Africa Ocidental depois de não ter conseguido que os europeus aceitassem outros produtos em vez de seres humanos. Para o conseguir, teve primeiro que constituir um hermético e organizado Estado militar cujo monarca se aproximou muito mais do déspota e autoritário, que os Alafin de Oyo ou os Asante de Asante. Em segundo lugar, Daomé investiu bastante do seu tempo e engenho nos seus exércitos para proteger os seus cidadãos e para fazer a guerra a outros povos.

Na história europeia conhecem-se cidades-estado completamente dedicadas à arte da guerra. Esparta foi uma

delas. Os europeus que visitaram África nos séculos XVIII e XIX referiram-se invariavelmente a Daomé como a Esparta Negra. Durante o século XVIII a cavalaria de Oyo era demasiadamente forte para a infantaria de Daomé, que se tornou tributário do Império Oyo. Mas com a derrocada de Oyo, Daomé tornou-se no Estado militar mais forte da região e vingou-se dos seus ex-senhores — os Yoruba. A guerra era necessária para a captura de escravos de fora de Daomé e para a obtenção de armas de fogo. Era um facto essencial para a sobrevivência.

Pode ilustrar-se de várias maneiras a profunda preocupação do Daomé com as actividades militares. O seu sistema de valores galardoava os bravos e os vencedores e desprezava impiedosamente, ou mesmo eliminava, os cobardes e os vencidos no campo da batalha. Os dois principais ministros do reino eram os comandantes dos exércitos da «Esquerda» e da «Direita» e outros oficiais militares exerciam funções políticas. A própria arte repisava constantemente os temas militares. Lindos mosaicos e frescos apareceram nas paredes dos palácios de Abomey — relatando sempre sucessos militares. Os contos narrados por contadores profissionais de histórias reflectiam a mesma influência, e os tecelões ocupavam-se na confecção de emblemas, «brasões» e guarda-chuvas para os generais e regimentos.

Duas inovações invulgares distinguiram o Daomé dos seus vizinhos africanos e conferiu-lhe mesmo uma função peculiar no contexto das organizações militares, feudais e semifeudais. Primeiro o Daomé encorajava os jovens a aprender a arte da guerra. Desde os 11 ou 12 anos o jovem era agregado a um veterano — ajudando-o a carregar o seu equipamento e assistia às batalhas. A segunda inovação (e a que tem sido mais largamente comentada) consistiu na utilização da sua população feminina no exército. Aparentemente as esposas do palácio real começaram por ser no século XVIII uma guarda cerimonial, mas acabaram por se tornar parte integrante da máquina de guerra do Daomé, partilhando equita-

tivamente os seus riscos e as suas vitórias. A população do Daomé no século XIX não seria mais de 200 000 pessoas; e o Estado mantinha constantemente no activo uma média de 12 000 a 15 000 soldados para as suas campanhas anuais. Dentre estes, avaliou-se em 1845 que cerca de 5000 eram mulheres — as chamadas «Amazonas de Daomé» que eram temidas pela sua ferocidade na batalha.

A longo prazo o tráfico de escravos arruinou Daomé. As campanhas de caça ao escravo eram dispendiosas e nem sempre compensadoras. Os compradores europeus dependiam da situação concreta na Europa e às vezes cessavam a sua actividade durante anos. Por exemplo, durante a Guerra da Independência Americana, a Revolução Francesa e as subseqüentes guerras revolucionárias verificou-se um vácuo no tráfico de escravos do Daomé, porque poucos brancos europeus podiam dedicar-se à escravatura. Sem o comércio de escravos para adquirir armas de fogo e conduzir outras campanhas de caça, o Daomé perdia paulatinamente a sua glória, e a sua honra militar fenecia. Os sacrifícios humanos, como por exemplo os Oba de Benim no século XIX, tornaram-se numa tentativa de compensar a diminuição da reputação do Estado e do seu rei.

Mesmo assim foi incrivelmente exagerada a história da tão falada selvajaria do Daomé. O Daomé conseguiu proezas como um censo populacional; conduziu a sua diplomacia a longas paragens com todas as subtilezas e protocolos que se restringe normalmente aos Estados civilizados da Europa; constituiu um sistema de espionagem e segurança como um ingrediente essencial à sua própria sobrevivência. Urge concentrar, pelo menos brevemente, a nossa atenção sobre o papel do artista na sociedade do Daomé. A maior parte da arte africana reconduz-se ao fabrico de objectos funcionais como a cerâmica e a tecelagem. Contudo a religião e o poder estatal também estimularam a arte. Por exemplo, os bronzes e os «brasses» de Ife eram executados para servir o culto religioso e ligavam-se aos Oni de Ife e à família real.

Na verdade é um fenómeno mais que conhecido que as classes senhoris feudais protegeram os artistas com apoio material e reconhecimento. Verificou-se isto na China dos mandarins com a cerâmica e com os artistas de teatro. Também se verificou no século XVI na Itália Renascentista; foi também um facto no Daomé nos séculos XVII a XIX.

Hoje, ninguém ouve falar das realizações artísticas do Daomé independente do período pré-colonial. Contudo nessa altura facultava-se aos indivíduos particulares a oportunidade de autodescoberta e autodesenvolvimento ao serviço de toda a comunidade. A sua tarefa era agradar e apreender e fixar os desejos e esperanças do povo nas pinturas murais dos palácios, nas esculturas de ferro forjado, nos estampados das vestes reais tecidas à mão, nas cabeças intrincadamente esculpidas dos bâculos credenciadores dos embaixadores e nas lendas desassombradas de como o fundador do reino de Daomé safu da barriga de um leopardo. Era uma arte que gravitava à volta da realeza e da nobreza, mas era também um produto nacional ao ponto de se identificar com todo o povo. Posteriormente estas técnicas artísticas desapareceram ou se desnaturaram para satisfazer a curiosidade dos filisteus colonialistas.

Alguns círculos sustentam que o desenvolvimento do Daomé deve-se em certas esferas ao comércio de escravos. Para demonstrar concludentemente que o desenvolvimento de África no século XIX é uma continuidade das bases lançadas em épocas anteriores é melhor regressarmos a zonas que não sofreram influência estrangeira. A zona interlacustre de África Oriental é uma delas.

c) *Os Estados do Interlacustre Oriental*

Anteriormente chamava-se a atenção para o Bunyoro-Kitara como uma das formações políticas e sociais mais avançadas da África Oriental do século XV. A sua dinastia reinante, os Bachwezi, declinou por motivos ainda não

claros e foram dominados por imigrantes provenientes do Norte. Apesar de ainda subsistirem dúvidas sobre se os Bachwezi eram de origem etíope, não restam nenhuma dúvida que os emigrantes do século XVI eram povos Luo da região do Nilo Sudanês.

Após as migrações Luo subiu ao poder de Bunyoro uma nova linhagem — a dinastia Babyto. Outros ramos da mesma dinastia subiram ao poder em várias outras regiões, algumas vezes separando-se da linhagem principal. Nos meados do século XIX constituiu-se em Toro um reino autónomo Babyto. Entretanto nas regiões do Sul os Bachwezi ou Bahima retrocediam politicamente e adoptavam formas de clã conhecidas por Bahinda. Os Bahinda eram um dos clãs de pastores do antigo Estado de Bunyoro-Kitara e do século XVI em diante as suas praças fortes eram Ankole e Karagwe.

Como é óbvio, as novas classes dominantes Babyto desejaram de imediato apossar-se da terra, mas, de acordo com os costumes africanos, tentaram apresentar-se como os detentores originários e não como usurpadores. Em Busoga, onde havia muitos pequenos reinos Babyto, um pesquisador registou o seguinte diálogo sobre a propriedade da terra entre um membro do clã real e um plebeu:

Membro da família real — Nós encontrámos este lugar desabitado e dele fizemos alguma coisa. Os seus companheiros vieram mais tarde, imploraram por terra, e nós fomos generosos e vos demos alguma. Naturalmente, são agora nossos escravos.

Homem do povo — Oho! Isto é que é uma mentira! Nós vivíamos aqui muito antes de vós. Vocês usurparam o poder. Os vossos príncipes foram sempre uns canalhas.

Em período algum da história desses Estados Interlacustres a terra se tornou uma propriedade pessoal, monopólio duma dada classe como no modelo clássico da Europa feudal. Os estudiosos apelam sempre para este facto antes de admitirem o Feudalismo, mas esquecem de tomar em consideração a realidade de a distribuição

e usufruto da terra estarem concentrados nas mãos duns poucos, e também esquecem de sublinhar que onde os rebanhos eram a principal forma de riqueza, a sua apropriação privada era também um processo de separação dos produtores dos meios de produção. Especificamente os proprietários dos rebanhos eram normalmente os Bahinda ou outras famílias Bahima e novo Babyto, enquanto os que cuidavam deles eram virtualmente servos dos proprietários. No tocante à terra, os camponeses que a trabalhavam pagavam um pesado imposto em géneros aos chefes dos clãs e às autoridades dominantes que permitiam a esses últimos viver sem trabalhar na agricultura.

Não será preciso repetir que no processo de evolução independente dos continentes o aumento das forças produtivas foi acompanhado por uma desigualdade crescente em todos os períodos excepto no Socialismo. Dizer que a zona interlacustre continuou um desenvolvimento ininterrupto até às vésperas da era colonial é enaltecer a capacidade produtiva dos Estados e ao mesmo tempo reconhecer francamente que isso resultou da exploração aumentada não só dos recursos naturais mas também do trabalho da maioria. Essa última foi espoliada e oprimida, para obrigá-los a esfalfar-se no interesse de uns poucos que viviam em palácios.

Os reinos interlacustres constituem na sua maioria o que hoje são o Uganda, Rwanda e Burundi. Somente no Nordeste da Tanzânia se encontram hoje elementos representativos dos Estados Interlacustres de África. O Nordeste da Tanzânia era a região mais desenvolvida do país no período pré-colonial, porque o resto da Tanzânia compreendia uma infinidade de pequenos reinos que ainda não tinham ultrapassado em definitivo a fase da comuna primitiva. Mas o Nordeste da Tanzânia foi também a região onde surgiram vários problemas quando se defendeu no fim do Colonialismo a nova ideologia da igualdade, pois que havia sido ali instaurado um regime de desigualdade na distribuição do produto e nos direitos

garantidos aos indivíduos. Na verdade, em nenhum sentido político realmente significativo a área era feudal.

Há certos desfasamentos quanto às origens do Estado Interlacustre do Buganda. Algumas tradições lhe atribuem a mesma origem Luo que a Bunyoro, mas outros defendem que foi uma sobrevivência dos Bachwezi. A sua estrutura social assemelhava-se imenso à dos Babyto Bunyoro. Contrariamente ao que sucedia em Ankole, no Buganda, os Bahima não detinham as rédeas do poder político. Relacionavam-se unicamente com a classe proprietária dos rebanhos e constituíam a maior parte do grupo jovem dos pastores. Em todo o caso a história do Buganda é a história da sua expansão gradual e consolidação a expensas de Bunyoro e de outros vizinhos. Nos meados do século XVIII tornara-se o poder dominante de toda a região.

O Estado Buganda dispunha duma sólida base agrícola: a banana como um produto base, e muitos importantes produtos animais. Os seus artesãos produziam tecidos de folhas de palmeira para exportação, e a sua produção local de produtos de ferro e de cerâmica era complementada pelos produtos importados dos países vizinhos. A necessidade de suprir a sua carência de sal foi um dos maiores estímulos para a sua expansão comercial e, da mesma maneira que no Sudão Ocidental, tal extensão integrava efectivamente os recursos produtivos duma vasta região. Carl Peters, o batedor do Colonialismo alemão na África Oriental escreveu que: «Ao avaliar as relações comerciais e políticas na África Oriental não se verificou ser de muita importância o comércio interno intertribos. A permuta directa de géneros no Buganda dificulta toda a avaliação.» A ausência do tráfico de escravos terá sido muito importante no caso do Uganda, para a expansão da produção e comércio internos, e inclusive para a garantia duma base material sólida para a superestrutura política.

Os reis do Buganda mantinham uma pequena força armada permanente que servia como guarda pessoal. O

resto da nação pegava em armas quando fosse necessário. A administração política era supervisionada pelos Kabaka, que nomeavam, juntamente com o seu conselho, os governadores distritais em vez de deixar que fossem escolhidos pelos clãs numa base de hereditariedade familiar. Foi grande o engenho necessário para a divisão desse grande reino em circunscrições administrativas governadas por funcionários locais. Talvez os ingleses tenham rendido o maior tributo à sofisticação política do Buganda quando descobriram no século XIX os Estados feudais do Buganda e outros de África Oriental. Foram o melhor tributo porque foram reconhecidos relutantemente por racistas brancos e por colonialistas culturalmente arrogantes que não admitiam que os africanos fossem capazes de alguma coisa.

Hoje em dia os europeus ficaram tão impressionados com o que puderam ver na zona interlacustre que inventaram a tese que aqueles Estados políticos não podiam ter sido obra de africanos mas que tinham sido construídos de longa data por «Hamitas» brancos da Etiópia. Este mito parece ter ganho certas bases do facto de os Bachwezi serem, diz-se, de pele clara. Contudo, em primeiro lugar se os Bachwezi fossem originários da Etiópia seriam negros ou castanhos como os africanos. Em segundo lugar, como atrás se afirmou, as culturas de África Oriental são síntese do desenvolvimento local mais as contribuições de outros povos africanos estranhos às sociedades específicas. Mas, certamente, não foram de importação estrangeira.

Admitindo que os Bachwezi fossem originários da Etiópia, então perderam a sua língua e adoptaram a língua banto dos seus súbditos. Aconteceu a mesma coisa à dinastia Babyto de origem Luo, o que significa que foram assimilados pela cultura local. Outrossim, os Babyto e os Bahima/Bahinda esqueceram também as suas relações estreitas dos séculos XVI ao XIX. Efectivamente, fora dos grandes grupos étnicos, castas e classes, emergiam grande número de «nacionalidades». Diz-se que o

grupo nacional é a formação social que precede a nação-estado, e este conceito aplica-se inteiramente aos povos do Buganda, Bunyoro, Ankole, Karagwe e Toro, assim como aos do Rwanda e Burundi.

d) *Rwanda*

A maior parte da zona ocidental da zona interlacustre era ocupada pelos reinos de Rwanda e Burundi. Os dois países que ainda hoje mantêm o nome, centram-se nos velhos reinos. Citam-se aqui como exemplo as experiências do Rwanda.

Assim como o velho reino Bunyoro-Kitara e como o seu Estado vizinho do Nordeste, Ankole, Rwanda estava dividido em dois grandes grupos sociais. O poder político estava nas mãos dos pastores Batutsi, cerca de 10 % da população, apesar da grande maioria populacional ser constituída pelos agricultores Bahutu. Havia ainda o pequeno grupo Batwa (cerca de 1 %), que estava ainda num nível muito baixo de organização social pré-agrícola.

A comparação entre o aspecto dos três grupos sociais do Rwanda oferece um apontamento interessante sobre o desenvolvimento do ser humano como espécie. Os Batutsi são um dos mais altos grupos humanos do mundo; os Bahutu são baixos e atarracados; os Batwa são pigmeus. As diferenças podem ser largamente explicadas em termos de ocupação social e dieta. Os Batwa não viviam em comunidades agrícolas sedentárias; deambulavam em pequenos bandos, caçando e recolhendo raízes, não conseguindo garantir uma alimentação permanente e rica. No extremo oposto os pastores Batutsi subsistiam tendo por base a dieta rica e acessível de leite e carne. Os Bahutu eram socialmente mais avançados que os Batwa; comiam mais e mais regularmente que estes últimos, pois que a agricultura não significava viver exclusivamente à mercê dos azares da natureza, perseguindo a caça escassa como os Batwa. Contudo a qualidade da sua alimentação era muito inferior em

proteínas que a dieta dos Batutsi. Vemos assim que o desenvolvimento físico do homem depende estreitamente da expansão das forças produtivas e da distribuição dos alimentos.

Em qualquer caso dum ponto de vista histórico, o que distinguiu os Batutsi foram as suas realizações políticas e militares e não a sua estatura. A sua contribuição para o reino do Rwanda retrocede ao século XIV a um período contemporâneo com os Bachwezi. Existiam na realidade laços paralelos e efectivos entre o Rwanda e Ankole, e entre Karagwe e Burundi. Mas nos séculos XIV e XV Rwanda, diferentemente de Bunyoro-Kitara, estava longe de ser uma entidade política unificada. Havia vários pequenos regulados e foi a expansão do núcleo do clã Rwanda Tutsi que criou, a pouco e pouco, no século XVII, um pequeno e compacto Estado. Seguidamente, este Estado central do Rwanda expandiu as suas fronteiras e ainda o fazia quando os colonialistas chegaram. Por exemplo, régulos de Mpororo (Ankole) já pagavam tributo a Rwanda, que crescia a expensas de Ankole.

A cabeça do reino do Rwanda estava o Mwami. Da mesma maneira que muitos chefes africanos, os seus poderes eram sancionados por crenças religiosas e a sua pessoa aureolada por rituais religiosos. Os reis da Europa feudal tentaram muitas vezes convencer os seus súbditos que a autoridade real emanava de Deus e que por conseguinte o rei reinava por «direito divino». Os súbditos dos reis africanos, tais como os do Mwami do Rwanda, aceitaram muitas vezes algo muito parecido com essas teses. Evidentemente a autoridade do rei tinha, além disso, que ser baseada num poder de facto e o Mwami não descuidava esse pormenor.

Rujugira foi um Mwami famoso do século XVIII, e o último da linhagem independente foi Rwaabugiri (também conhecido por Kigeri IV), que morreu em 1895. Gahindiro foi outro cuja celebridade foi cantada pelos músicos e contadores de histórias da corte. Cada um deles ligou o seu nome a uma ou mais contribuições

para melhorar e elaborar a estrutura do poder do Estado, o que significa que cada um deles personificou certas forças nacionais, de classe, e históricas.

No século XVIII, o Mwami Rujugira decidiu colocar as zonas fronteiriças sob a autoridade exclusiva dum comandante militar e estacionou ali fortes contingentes militares. Essa medida foi importante porque em qualquer Estado jovem e em expansão as regiões mais inseguras são as fronteiriças, conhecidas como as «marcher provinces» na terminologia feudal europeia. Rujugira colocava com efeito as províncias «marcher» sob domínio militar; e instalava também acampamentos militares nos lugares estratégicos.

Nos princípios do século XIX, Mwami Gahindiro reformou a administração civil. Colocou em cada província um «chefe da terra» e um «chefe dos rebanhos» — responsáveis respectivamente pela renda das fazendas e pelos impostos sobre o gado. Existiam também pequenas autoridades distritais ou «chefes de colinas» dentro das províncias, todos membros da aristocracia Batutsi. Quer intencionalmente quer acidentalmente, acontecia que os administradores de áreas e assuntos diferentes questionavam entre si e isto impedia-os de se virarem contra o Mwami. Os «chefes das colinas» foram hereditários durante muito tempo dentro de cada clã ou linhagem Batutsi, mas sob Rwaabugiri tornaram-se cargos nomeados — outro factor que fortaleceu o governo central. Entretanto aos servos civis e aos cortesãos (conhecidos colectivamente como Biru) foram concedidas porções de terras livres da supervisão dos chefes dos rebanhos e da terra, aumentando assim a lealdade do Biru à coroa.

Foi muito mais feudal e hierarquizado que na maioria das outras regiões africanas o sistema de relações sociais que emergiu no Rwanda. A hierarquia e a interdependência sociolegal das classes e indivíduos eram factores que se encontravam no exército, na administração civil e no próprio edifício social. A chave disto tudo foi o controlo sobre os rebanhos através de uma instituição

conhecida como «ubuhake». Isso queria dizer que os pobres (em rebanhos) e os de baixo estatuto social (por nascimento), podiam chegar-se a qualquer pessoa com mais gado ou de estatuto social mais elevado, e oferecer a sua força de trabalho em troca de gado e protecção. O gado não era dado em propriedade plena mas facultava-se o usufruto ao cliente. Desse modo, os locatários podiam usar o gado durante tanto tempo desde que retribuíssem com leite e carne o seu senhor e enquanto se mantivessem leais. Da mesma maneira os rendeiros da terra tinham de fornecer trabalho e tributos sob a forma de alimentos.

A aristocracia Batutsi desempenhava a sua função de «protectora» em parte representando na corte do Mwami em parte defendendo os seus súbditos nos casos legais. Contudo, a protecção provinha essencialmente da sua especialização na arte da guerra.

Desde o século XV que o serviço militar obrigatório foi instituído para certas linhagens Batutsi. Os filhos da aristocracia Batutsi tornavam-se pagens reais, recebendo todos a sua educação num ambiente militar. Cada novo Mwami realizava um recrutamento novo a adicionar às forças já existentes. Alguns Bahutu agregavam-se a certos regimentos para fornecerem provisões e os Batwa também eram incorporados como arqueiros especialistas (com flechas envenenadas).

Evidentemente, a «protecção» que os Batutsi davam aos Bahutu era um mito, na medida em que o que eles protegiam era a sua exploração sobre os Bahutu. Defendiam-nos dos inimigos externos para que a população aumentasse e se tornasse mais produtiva; protegiam os Bahutu, para que esses pudessem pôr em prática os seus conhecimentos altamente desenvolvidos na agronomia para a produção de sobreproduto. Além disso o estrato dominante dos Batutsi era constituído pelos proprietários dos rebanhos, e estes abandonavam os seus rebanhos aos Batutsi menos favorecidos e dedicavam-se à exploração do trabalho e dos profundos conhecimentos empíricos que

os pastores comuns possuíam. Essa era a base económica e social que facilitava, do mesmo modo que na Europa e na Ásia, a vida de ócio e intriga da aristocracia Batutsi.

Havia poucos casamentos entre os Batutsi e os Bahutu que, por isso, eram encarados como castas. Os Batwa eram também semelhantemente qualificados, mas, na medida em que tais castas eram hierarquizadas e colocadas uma sobre as outras, passava a existir uma situação de classe onde havia também uma certa mobilidade social no sentido vertical. Ao mesmo tempo os Batutsi, Bahutu e Batwa construíam juntos a nação Rwanda e tiveram interesses comuns a defender, mesmo contra os Batutsi, Bahutu e Batwa, que constituíam o reino do Burundi. O povo do Rwanda não foi o único a desenvolver um Estado e uma consciência nacional e, simultaneamente, conhecer o desencadear de uma estratificação social de classes e castas claramente delineadas. O que foi realmente importante foi o facto de não terem sido afectados pela influência alheia e certamente livres da devastação directa do tráfico de escravos.

e) *Ama-Zulu*

A África do Sul escapou também ao tráfico activo de escravos porque a escravatura abrangeu Angola, na África Ocidental, e Moçambique e zonas mais ao norte, na África Oriental. A região do Sul do Limpopo teve algumas das mais simples formações sociais de África até ao século XV. A zona oriental era escassamente povoada, até data muito recente, por pastores Khoi Khoi, que foram lentamente assimilados por povos de língua banto. Quando os barcos europeus approaram no século XVI na costa do Natal, esta era uma região de povoamento escasso, mas nos anos seguintes a população tornou-se cada vez mais densa e teve lugar um importante desenvolvimento político-militar.

Qualquer pessoa ligeiramente familiarizada com o passado africano terá já ouvido o nome de Shaka, o líder Zulu que deu forma às mudanças políticas e sociais que se verificaram nas regiões orientais da África do Sul. Um biógrafo (europeu) disse isto de Shaka:

«Napoleão, Júlio César, Aníbal, Carlos Magno... homens como esses levantaram-se periodicamente na história mundial para iluminar um trilho de glória que os transportou para além do nível da vulgaridade. Shaka foi tão grande homem, talvez o maior de todos eles.»

Essa cantiga de louvor apareceu na contracapa da dita biografia, e, na medida em que os editores capitalistas encaram os livros como pacotes de detergentes, há boas razões que nos levam a ser cautelosos face a qualquer propaganda tendo em vista a comercialização do livro, mas todos os comentadores de Shaka (africanos e europeus) são unânimes em o comparar favoravelmente aos «Grandes Homens» da história europeia. Torna-se por isso indispensável examinar a sociedade Ama-Zulu até ao século XIX para que se possa compreender o papel dos dirigentes nas relações de desenvolvimento da sociedade como um todo.

Shaka nasceu por volta de 1787 e as impressionantes proezas que lhe são atribuídas na sua vida de 40 anos, podem ser enumeradas brevemente aqui. Por volta de 1816 era o chefe de um pequeno clã Ama-Ngoní, o Ama-Zulu. Em poucos anos reorganizou-se sob o ponto de vista militar — em termos de armamento, de táticas e estratégias de guerra — de modo que os Ama-Zulu se tornaram uma força militar temida. Pela guerra e manobras políticas ele uniu e comandou os Ama-Ngoní que viviam separados em dúzias de clãs independentes e semi-independentes. Em dada altura pareceu que Shaka conseguiria reunir num só Estado toda a região que é hoje o Natal, Lesotho e Swazilândia. Essa tarefa estava ainda

incompleta quando Shaka encontrou a morte em 1828 e os seus sucessores não foram capazes de manter o Poder. Mas o território que pertencia no século XIX à nação Ama-Zulu era 100 vezes maior que as 100 milhas quadradas do património inicial do clã Ama-Zulu que Shaka herdou em 1816. Foi uma Ama-Zulu diminuída e muito menos poderosa que foi ainda capaz de infligir aos ingleses, em 1876, uma das mais pesadas derrotas da história das suas aventuras coloniais — na batalha de Isandlwana.

Shaka apareceu no momento em que as questões de unidade e de exército regular eram colocadas seriamente e pela primeira vez aos Ama-Ngoní. Anteriormente os clãs (que coincidiam dum modo geral com os regulados) manifestavam a tendência de se fragmentarem em unidades cada vez mais pequenas. Quando o filho mais velho do chefe do clã atingia a maioridade partia para fundar o seu próprio Kraal; surgia assim um novo clã, porque o do seu pai persistia e a sua chefia era entregue ao filho mais velho da «grande esposa». Esse tipo de divisão era possível enquanto a densidade populacional fosse baixa e houvesse terra suficiente para a agricultura e pastagem. Nessas circunstâncias não havia grande competição por recursos ou poder político, e as guerras eram pouco mais perigosas que um jogo de futebol na América Latina. Normalmente um clã tinha rivalidade tradicional com outro clã. Conheciam-se perfeitamente e os seus campeões lutavam num clima festivo. Um ou dois podiam ser mortos mas os restantes iam para casa até ao próximo torneio.

Nos princípios do século XIX a era da vida e política despreocupada de Ama-Zulu mudou consideravelmente. O aumento populacional significou cada vez menos terra para que os novos clãs crescessem separadamente. Significou menos terra para pastagens e maiores disputas sobre a terra e os rebanhos. De modo que os Ama-Zulu começaram a lutar mais frequentemente e começaram a sentir a necessidade de lutarem mais efectivamente. Simultaneamente o chefe do clã mais antigo começou a

sentir necessidade de uma estrutura política que assegurasse a unidade, a maximalização dos recursos e a minimização dos conflitos interclãs.

Shaka dedicou-se aos problemas militares e políticos da Zululândia, que ele encarava como os lados opostos duma mesma moeda. Concluiu que o núcleo central devia conseguir superioridade militar e demonstrá-lo aos outros sectores. Isto conduziria à aceitação pacífica de um Estado político mais alargado ou os dissidentes seriam facilmente esmagados.

A era de conflitos e guerras em Zululândia nos princípios do século XIX obrigou a um maior número de confrontações militares, mas o tipo de guerra continuou o mesmo: o arremesso a longa distância de pequenos «umkhonto» ou dardos. Na luta corpo a corpo uma arma na mão é muito mais destrutiva — como descobriram os exércitos feudais da Europa e da Ásia, que por vezes passaram a utilizar a espada e a lança. Shaka, quando era um jovem soldado, teve a ideia de projectar uma curta e pesada azagaia que era usada simplesmente para apunhalar e não como arma de arremesso; por outro lado, forçou a utilização de sandálias de modo a adquirir maior rapidez nos embates contra o inimigo e maior destreza na luta corpo a corpo. Pela experiência, Shaka e os seus jovens seguidores, descobriram técnicas específicas de utilização dos seus escudos e azagaias com os melhores efeitos.

Realmente a arte da guerra compreende não só o recontro entre os soldados individuais mas (e mais importante) um tipo de tática e estratégia na relação das forças opostas tomadas no seu todo. Isto também atraíu a atenção de Shaka e a sua mais importante inovação consistiu na criação de «izimpi» (regimentos), que eram colocados de modo a garantir uma reserva atrás da vanguarda atacante e duas asas ou «horns» capazes de rodear os flancos do inimigo. Finalmente (e ainda o mais importante) o exército precisa ser treinado, disciplinado e organizado de modo a tornar-se uma unidade im-

portante na paz e na guerra. Shaka criou mesmo regimentos que incluíam indivíduos até os 40 anos de idade. Manteve os seus regimentos em constante exercício para que cada soldado se mantivesse apto e eficaz e para que o exército permanecesse um todo sincronizado com os desejos do seu comandante.

O exército Zulu era mais que uma força de combate. Era uma instituição educativa para os jovens e um instrumento na construção de lealdades que ultrapassavam os clãs e podiam ser considerados nacionais. Promovia-se pelo mérito e não pelo clã ou origem regional. O uso regular do ramo Zulu na família da língua Ngoní ajudou a criar também a consciência nacional. Os cidadãos de uma área de 12 000 milhas quadradas passaram a considerar-se Ama-Zulu e a relegar os seus nomes de clã para segundo lugar. A influência Zulu fez-se sentir ainda profundamente numa área muito mais extensa. A prevenção dos excessos das feitiçarias, dos adivinhos (izanus) e a paz interna que a Zululândia acabou por obter conduziu a um afluxo populacional de fora das suas fronteiras — uma contribuição positiva para os recursos do Estado Zulu.

Os viajantes europeus que nos deixaram relatos escritos da Zululândia dos tempos de Shaka ficaram impressionados pela sua limpeza (o mesmo que em Benim no século XV), e ficaram igualmente surpreendidos com a ordem social, ausência de roubos, sentimento de segurança, etc. (da mesma maneira que os árabes que viajavam pelo Sudão Ocidental nos tempos da grandeza imperial). Na realidade, higiene e segurança de pessoas e bens faziam parte da vida de Zulu havia muito tempo e sob Shaka, o que era realmente impressionante era a extensão dessas coisas debaixo da sombra protectora do Estado. Foram os europeus que se impressionaram realmente, e o testemunho europeu é a melhor evidência na medida em que há muito pouca margem para se julgar propaganda pró-africana. Um visitante europeu, que presenciou uma parada de 15 regimentos de Shaka, escreveu:

«É uma cena extraordinariamente excitante e surpreendente para nós, que nunca imaginámos que uma nação que chamámos «selvagem» pudesse ser tão disciplinada e ordenada.»

Há muito mais a dizer sobre as instituições políticas e militares de Ama-Zulu. Mas o que interessa aqui é compreender como foi possível um Shaka no século XIX, antes da implantação do domínio colonial.

Se Shaka tivesse sido um escravo de alguma plantação de algodão algures no Mississipi, ou de uma plantação de açúcar na Jamaica, teria tido uma orelha ou mão cortada por ser «um negro recalcitrante» ou, na melhor das hipóteses, ter-se-ia distinguido como dirigente duma revolta de escravos. Porque os únicos homens realmente grandes entre os «não livres» e os oprimidos são aqueles que lutam para destruir a opressão. Numa plantação de escravos, Shaka não teria constituído um exército Zulu e um Estado Zulu — isto é mais que certo. Nem nenhum africano poderia ter construído coisa alguma durante o período colonial por maior que fosse o seu génio. No seu caso, Shaka foi um pastor e um soldado. Como jovem, guardava o gado nas planícies abertas — livre para desenvolver o seu próprio potencial e aplicá-lo ao seu próprio ambiente. Shaka foi acabar de investir os seus talentos e energia criadora num memorável esforço de construção.

Não se dedicou a lutar por ou contra traficantes de escravos; não se preocupou com o modo de revender bens produzidos na Suécia e na França. Dedicou-se a desenvolver a área Zulu dentro dos limites impostos pelos recursos do seu povo.

É preciso reconhecer que coisas tais como as técnicas militares respondiam a necessidades reais que o trabalho dos indivíduos dava origem e tinha por base a acção da sociedade como um todo e que qualquer que sejam as realizações de um líder devem ser sempre determinadas pelas circunstâncias históricas e que o nível de desenvolvimento que sobredetermina a medida do que um indi-

víduo pode primeiro descobrir, aumenta ou desperdiça a sua potencialidade.

Para exemplificar o que acima se disse pode notar-se que Shaka decidiu criar a espada curta quando notou que as armas de arremesso quebravam-se quando utilizadas como armas no corpo a corpo. Mais importante ainda foi o facto de que Shaka se notabilizou devido ao esforço colectivo do Ama-Zulu. Shaka podia ordenar o fabrico duma arma melhor porque os Ama-Ngoni já trabalhavam o ferro havia muito tempo e em certos clãs havia mesmo ferreiros especializados. Foi devido à organização e capacidade agrícola de toda a sociedade que podia manter e alimentar um exército permanente de 30 000 homens, reequipá-los com armas de ferro e dotar cada soldado com os compridos escudos Zulus feitos de peles de animais.

Shaka não delinheu a arma de fogo, por maior génio que fosse — porque os requisitos experimentais e as bases científicas necessárias não existiam na sociedade Zulu. Mas conseguiu levar o seu povo a forjar melhores armas como acima foi referido, e encontrou-o receptivo a melhores práticas na selecção das reses quando criou as manadas reais especiais porque o povo tinha já um vasto conhecimento básico empírico e gostava de cuidar do gado.

No plano político e militar, Shaka seguia as peugadas do seu protector Dingizwayo e, em certa medida, as de Zwide, que foi um rival de Dingizwayo e de Shaka. Dingizwayo estabeleceu relações comerciais com os portugueses de Delagoa Bay em 1797 (principalmente marfim) e estimulou as artes e as técnicas. A sua principal inovação foi no exército quando instituiu um sistema de recrutamento baseado nos grupos de idade. Anteriormente cada localidade constituía a facção preponderante dum dado regimento, e, em caso de guerra, o povo acostumou-se a lutar lado a lado com os membros do seu próprio «kraal», localidade ou clã. Contudo, quando os homens dum mesmo grupo de idade passaram a lutar num

mesmo regimento isto deu lugar a um maior sentimento nacional e incrementou também o poder de Dingizwayo perante os chefes dos clãs menores.

Dingizwayo era o chefe do importante clã Ama-Mthethwa e conseguiu implantar a sua soberania no que mais tarde veio a ser a região Sul da Zululândia. Ao norte, Zwide do Ama-Ndwanwe tentava também a consolidação política. Shaka combateu num dos regimentos de jovens de Dingizwayo e decidiu firmemente conseguir a centralização do poder quando Dingizwayo encontrou a morte às mãos de Zwide em 1818. Mais tarde, Shaka retomou as técnicas políticas e militares de Dingizwayo e incrementou-as grandemente. Isto é desenvolvimento. A capacidade de construir sobre o que se herdou e avançar calmamente, precavendo-se a que outros nos venham «civilizar»!

CONCLUSÃO

As regiões atrás apresentadas, Yorubalândia, Daomé, os reinos interlacustres e Zululândia são exemplo de forças de vanguarda do desenvolvimento político que teve lugar em África até às vésperas da colonização. Não foram as únicas forças importantes, pois mesmo aonde os Estados eram territorialmente muito mais pequenos, puderam registar-se progressos na organização política.

As regiões mais avançadas na África do século xv mantiveram geralmente o seu padrão cultural, com raras excepções, como por exemplo o Congo. No Norte de África e na Etiópia, por exemplo, as estruturas feudais mantiveram-se intactas, apesar de ter havido uma queda considerável no crescimento contínuo. No Sudão Ocidental os Estados Hausa herdaram as tradições políticas e comerciais dos grandes impérios após a queda do Songhai no século xvii, e nos princípios do século xix ergueu-se o Califado Islâmico de Sokoto, cujo centro era a terra Hausa. O império Sokoto foi uma das maiores unidades políticas jamais estabelecidas no continente africano e

suportou muitos cismas internos devido à falta de mecanismos adequados para integrar tão vastos territórios. No Sudão Ocidental continuaram as tentativas tendentes à unidade com o Islamismo como o desejado factor unificador. Um Estado teocrático muçulmano foi erguido nos meados do século xix para além do Niger enquanto outro foi criado por Al Haj Omar no Alto Niger. O mais importante dentre todos foi o Estado Mandinga, talhado sob a direcção de Samori Toure em 1880. Samori Toure não era um intelectual como o famoso Uthman dan Fodio e Al Haj Omar que tinham, antes dele, criado Estados muçulmanos; mas Samori Toure foi um génio militar e um inovador político que progrediu mais depressa que os outros num estabelecimento de uma administração política aonde o sentido de lealdade podia prevalecer além e por cima dos clãs, localidade e grupos étnicos.

Zimbabwe progrediu também com pouca interferência europeia. O centro do poder local transferiu-se de Mutapa para Changamire e, talvez no século xix, os grupos Nguni (fugindo da investida dos Zulus) tenham saqueado Zimbabwe. Enquanto os Nguni foram bandos de guerreiros armados revelaram-se, como é óbvio, destruidores, mas nos meados do século xix, os Nguni tinham estabelecido as suas próprias técnicas de centralização do Estado em Moçambique e sobre o que agora constitui a Rodésia do Sul, e tinham-se misturado com a população local para estabelecer novos e maiores reinos — imbuídos dum sentido de nacionalidade parecido com o da terra Zulu.

Entretanto, também se verificaram importantes mudanças políticas através das vastas regiões de África Central. No século xv era baixo o nível de organização social na região entre o Congo e Zimbabwe. Foi precisamente nessa região que se levantaram esse grupo de Estados conhecidos como o complexo Luba-Lunda. Notabilizaram-se mais pela estrutura política que pela vastidão do seu território. As suas proezas ficaram famosas na medida em que sabotaram as actividades dos negreiros.

Na grande ilha de Madagáscar os vários pequenos Estados primitivos deram lugar no século XVII ao poderoso reino feudal de Merina. Na maior parte das vezes esquece-se Madagáscar nos estudos gerais sobre o continente africano apesar de (quer no campo cultural quer no físico) a África continua-se no povo Malgache. Eles também sofreram a sangria populacional provocada pelo tráfico de escravos. Porém o reino de Merina actuou muito melhor que outros reinos exportadores de escravos porque contrabalançava a perda de trabalho com um cultivo mais intenso da área dos pântanos altamente férteis e com uma maior criação do gado.

Esta situação servirá de advertência para que o desenvolvimento acompanhado de tráfico de escravos não seja superficial e illogicamente atribuída à exportação das populações e à deslocação subordinada à caça ao escravo. As bases do desenvolvimento político de Merina e de todos os outros reinos (quer se tenham ou não comprometido com a escravatura) repousam no seu próprio ambiente — nos seus recursos materiais, nas suas potencialidades humanas, tecnologia, relações sociais. Enquanto uma sociedade africana podia pelo menos manter a herança cultural, fruto de muitos séculos de mutação evolutiva então podia continuar a expandir a superestrutura e a garantir oportunidades a todos os grupos populacionais, às classes e aos indivíduos.

No princípio deste capítulo chamou-se a atenção para a necessidade de se reconciliar o reconhecimento do desenvolvimento africano até 1885, com a consciência das perdas que ocorreram simultaneamente para o continente devidas à natureza dos seus contactos com a Europa capitalista. Este ponto deve ficar bem claro neste capítulo. É claramente ridículo defender que os contactos com a Europa construíram ou beneficiaram a África no período pré-colonial. Falta a verdade, sugerir (como o fez uma vez o presidente Leopold Senghor) que o tráfico de escravos assolou a África como uma vassoura de fogo não deixando nada de pé. Na realidade a escravatura e o

comércio europeu representaram para a África em desenvolvimento um temporal que fez naufragar algumas sociedades, ajudou a realçar outras e dum modo geral fez atrasar o ritmo do desenvolvimento. Contudo (continuando mais tarde a metáfora), precisa notar-se que os capitães africanos continuaram a decidir antes de 1885, apesar de estarem já em movimento as forças que obrigaram a Europa capitalista a insistir e a substituí-los no comando.

4.4. O ADVENTO DO IMPERIALISMO E COLONIALISMO

Nos séculos que precederam ao domínio colonial, a Europa multiplicou a sua capacidade económica por saltos, enquanto a África parecia ter-se estagnado. Nos últimos anos do século XIX a África podia ainda ser descrita como em parte comunal e em parte feudal enquanto a Europa Ocidental tinha entrado completamente no Capitalismo. Para esclarecer a tese fundamental deste estudo, será necessário não só reconstituir o desenvolvimento da Europa e o subdesenvolvimento da África, mas também compreender como estas duas realidades podem ser integradas como partes dum sistema único — o imperialismo capitalista.

A economia europeia produzia mais bens através do uso dos seus próprios recursos naturais e trabalho, assim como o trabalho e o recurso do resto do mundo.

Houve muitas mudanças qualitativas na economia capitalista que acompanhavam e tornavam possível a expansão quantitativa da produção. As máquinas e as fábricas, por exemplo, tornaram-se, em vez da terra, na principal fonte de produção; o trabalho havia muito que deixara de ser organizado em bases estritamente familiares. Os camponeses foram brutalmente desapossados, e o trabalho de homens, mulheres e crianças era explorado rudemente. Foram esses os males principais do Capitalismo que convém não serem esquecidos, mas,

no balanço da comparação económica, o que é relevante é que o que foi uma ligeira diferença quando os portugueses aproaram à África Ocidental em 1444, era já um profundo abismo quando 440 anos após, os homens de estado europeus se sentaram em Berlim para decidir qual deles iria roubar que parte de Africa. Foi este abismo que criou a necessidade e a oportunidade para a Europa alcançar a era imperialista, colonizar e subdesenvolver a Africa.

O crescente fosso tecnológico e económico entre a Europa Ocidental e a Africa fazia parte da tendência fundamental do Capitalismo de concentrar e polarizar riqueza e pobreza em dois extremos opostos.

Dentro da própria Europa, algumas nações cresceram e se enriqueceram a expensas de outras. Inglaterra, França e Alemanha eram as nações mais prósperas. A pobreza prevalecia na Irlanda, Portugal, Espanha e no sul da Itália. Dentre as economias inglesa, alemã e francesa a polarização da riqueza era entre os capitalistas por um lado, os trabalhadores e alguns camponeses por outro. Os grandes capitalistas tornaram-se cada vez maiores e os pequenos foram eliminados. Em ramos muito importantes, como as indústrias do aço e ferro, têxteis e bancos privados, era evidente que duas ou três empresas monopolizavam a maior parte do negócio. Os bancos ocupavam também uma posição dominante na indústria como um todo, ao financiar as grandes firmas industriais.

As firmas monopolistas europeias disputavam constantemente o controlo sobre as matérias-primas, mercados e meios de comunicação. Disputavam também a dianteira no investimento a qualquer empreendimento lucrativo, relacionado com o seu ramo — quer dentro quer fora dos seus países. Na realidade, quando o seu raio de expansão se tornou limitado dentro das suas economias nacionais, voltaram a sua atenção para aqueles países de economia menos desenvolvida e que, por conseguinte, ofereciam pouca ou nenhuma resistência à penetração

do Capitalismo estrangeiro. A essa penetração do Capitalismo estrangeiro à escala mundial, desde os fins do século XIX, se chama Imperialismo.

Imperialismo significa expansão capitalista; significa que os capitalistas europeus (e norte-americanos e japoneses), foram forçados pela lógica interna do seu sistema concorrencial a procurar nos países subdesenvolvidos, o controlo do fornecimento das matérias-primas, dos mercados e campos de investimento lucrativo. Os séculos de comércio com a Africa contribuíram enormemente para essa situação quando os capitalistas europeus foram obrigados a encarar a necessidade de se expandirem largamente para fora das suas economias nacionais.

Houve certas regiões africanas em que os investimentos garantiam superlucros imediatos. As minas de Africa do Sul, os empréstimos aos governos do Norte de Africa, e a construção do canal do Suez estão nessa categoria. O canal do Suez assegurou também o aumento dos lucros, dos investimentos e do comércio europeu com a Índia. Contudo, o maior valor da Africa para a Europa no começo da era imperialista foi o ter-se tornado na fonte de matérias-primas, como o óleo de palma, o amendoim, o algodão e a borracha. A necessidade dessas matérias-primas era o resultado da expansão da capacidade económica da Europa, do aumento e renovação da sua maquinaria, e da explosão demográfica das suas cidades. Todas essas coisas se haviam desenvolvido nos quatro séculos anteriores; e, mais uma vez, há que repetir que um dos factores determinantes desse processo foi o comércio desigual com a Africa.

O Imperialismo é um fenómeno essencialmente económico e não exige necessariamente um controlo político directo, ou colonização. Aquando da conhecida «luta por Africa», os Europeus arrebataram tudo o que julgavam que desse lucro em Africa e, conscientemente, adquiriram muitas regiões não para exploração imediata, mas tendo em vista a exploração futura. Cada país europeu que tinha esses interesses a curto ou longo prazo passeou a

sua bandeira nas diferentes regiões africanas e estabeleceu o domínio colonial. O abismo que entretanto se cavara no período do comércio pré-colonial deu à Europa o poder de impor a dominação política em África.

O comércio pré-colonial, de escravos, marfim, ouro, etc., era conduzido das regiões costeiras africanas. Nas costas, os barcos europeus podiam dominar a cena e, se necessário, construir-se-iam fortes. Antes do século XIX a Europa fora incapaz de penetrar no continente africano, porque o balanço das forças à sua disposição não era o adequado. Mas a mesma evolução tecnológica que criou a necessidade de penetrar em África, criou também o poder de conquistar África. As armas de fogo da época imperialista representaram um salto qualitativo extraordinário. Os rifles de longo alcance e os canhões europeus tinham ultrapassado em muito as espingardas de carregar pela boca e os rifles de pederneira da era anterior. Os imperialistas europeus em África vangloriavam-se que, o que interessava, era o facto deles terem a metralhadora Maxim e os africanos não.

Curiosamente, os europeus tentaram muitas vezes justificar moralmente o Imperialismo e o Colonialismo pelas características da troca internacional tal como era conduzida até às vésperas do domínio colonial em África. Os ingleses foram os mais acérrimos defensores da tese segundo a qual o seu desejo de colonização derivava do seu empenho em pôr fim à escravatura. E realmente foi verdade que os ingleses opuseram-se à escravatura no século XIX com a mesma sanha com que a tinham defendido anteriormente. A evolução em Inglaterra tinha transformado a necessidade de escravos no século XVII, na necessidade no século XIX de preservar os remanescentes da escravatura em África para organizar a exploração local da terra e do trabalho. Portanto, a escravatura foi rejeitada quanto se tornou num freio para o desenvolvimento do sistema capitalista; e isso foi comprovado na África Oriental onde os árabes continuavam com o tráfico de escravos até aos fins do século XIX. Os ingleses

interessaram-se duma forma muito especial pelo fim da escravatura árabe e pela deposição de chefes árabes nos lugares onde haviam sido comerciantes de escravos. Contudo, naquela mesma altura, os ingleses combatiam chefes políticos na Nigéria, como Jaja e Nana, que tinham por si mesmo abandonado a escravatura e se concentravam noutros produtos, tais como o óleo de palma e a borracha. Da mesma maneira os alemães, na África Oriental, fingiam opor-se unicamente a chefes como os Bushiri, que se dedicavam ao tráfico de escravos mas hostilizavam também outros povos africanos que pouco se tinham comprometido com o tráfico de escravos. O factor comum que determinou a deposição das autoridades africanas no Este, Oeste, Norte, Centro e Sul da África foi o terem-se tornado empecilhos para as necessidades europeias. Esse era o único factor realmente importante. Os sentimentos antiescravatura não passavam, no melhor dos casos, de puramente marginais e, no pior, de calculada hipocrisia.

O rei Leopoldo da Bélgica também fez uso das desculpas antiescravatura para introduzir no Congo o trabalho forçado e a escravatura moderna. Acima de tudo, todos os europeus haviam desenvolvido teorias de supremacia cultural e racial, quando, entre os séculos XV e XIX, se comprometeram em genocídios e escravização de povos não brancos. Mesmo Portugal, um pobre e atrasado país europeu na era imperialista, pôde ainda presumir que o seu destino era civilizar nativos em África.

Existe uma interpretação curiosa da luta pela partilha de África que quase acaba por dizer que o Colonialismo tentou satisfazer a necessidade de África e não da Europa. A África, dizem eles, exigia colonização europeia se queria ultrapassar o estado a que chegou no século XIX. Como é evidente, essas pessoas não notam que essas teses acabam por sugerir que a África desenvolver-se-ia se tivesse sido maior a intervenção europeia que tinha já iniciado o seu subdesenvolvimento — que teria tido um maior desenvolvimento se tivesse perdido as suas últimas

rêsteas de liberdade de escolha: que havia sido perigosamente minada pelo tráfico pré-colonial — que teria tido um maior desenvolvimento, se a sua economia se tornasse mais integrada na europeia em termos inteiramente ditados pela Europa. Essas implicações e suas falácias falarão claro a qualquer pessoa que tente compreender o processo de desenvolvimento antes de emitir qualquer julgamento sobre qualquer período do desenvolvimento humano em África.

No século XIV, os chefes africanos empenharam-se na grande iniciativa de procurar formas mais largas de contacto cultural com a Europa. No caso da África Ocidental, isto significou a busca de substitutos para o tráfico de escravos. O Daomé, um dos mais comprometidos no tráfico de escravos, esteve entre aqueles Estados que utilizaram muitos dos últimos anos da sua independência na busca duma base mais saudável para troca cultural com a Europa.

Em 1850, Ghezo, o rei de Daomé, proclamou um édito pelo qual se determinava que todas as palmeiras jovens fossem limpas de parasitas e impunha várias penalidades pelo corte das palmeiras. Ghezo, que reinou de 1818 a 1857, foi um reformador que fez sinceros esforços para criticar a sua política, com a ajuda de grupos missionários e organizações antiesclavagistas, mas tornou-se logo muito claro que os europeus não estavam interessados em que Daomé se tornasse num grande Estado, e que, pelo contrário, criavam desculpas e condições subjectivas para justificar a sua pretendida colonização do povo de Daomé. Nestas circunstâncias, o último rei de Daomé, Glele, estabeleceu a sua capital em Abomey e prosseguiu a política que considerou mais de acordo com a dignidade e independência de Daomé. Glele atacou Abeokuta que continha convertidos que eram já «pessoas protegidas dos ingleses»; ordenou aos franceses que abandonassem Porto Novo, e resistiu, chegando até a derrotar os franceses em 1889.

No século XIX os grupos africanos que pouco tiveram que ver com o tráfico de escravos, intensificaram também os seus esforços para se integrarem num mundo mais largo. Gungunhana, o régulo Ngoni de Gaza em Moçambique, pediu um médico missionário suíço e manteve-o na corte durante vários anos, até que os portugueses conquistaram o seu reino em 1895. Depois da dominação colonial portuguesa, muito tempo passou antes de os africanos verem outro doutor!

As ideias de Muhammed Ali podiam ser hoje apresentadas, na moderna ciência social, como a criação de uma economia de autodesenvolvimento, viável para fornecer as bases de independência nacional. Tais ideias opõem-se diametralmente às exigências do sistema capitalista. Os industriais ingleses e franceses queriam ver o Egipto não como um produtor de têxteis mas como exportador de algodão em rama e um importador de manufacturas europeias. Os financeiros europeus queriam que o Egipto fosse uma fonte de investimentos, e na segunda metade do século XVIII tornaram o sultão do Egipto num pedinte internacional que hipotecou todo o Egipto aos monopolistas financeiros internacionais. Finalmente, os estadistas europeus queriam que o solo egípcio servisse de base estratégica para a exploração da Índia e Arábia. Por conseguinte, o canal do Suez é arrancado ao solo egípcio por egípcios, mas pertence aos ingleses e aos franceses que estenderam a dominação política ao Egipto e Sudão.

A educação foi inegavelmente uma das facetas da vida europeia, que manifestou um apreciável crescimento durante a época capitalista. Através da educação e do uso intensivo da palavra escrita, os europeus puderam transmitir uns aos outros os princípios científicos do mundo material que descobriam, assim como o corpo de várias reflexões filosóficas sobre o homem e a sociedade. Os africanos depressa apreciaram as vantagens da educação literária. Em Madagáscar, o rei de Merina esforçou-se muito no patrocínio da leitura e da escrita. Usaram a sua própria língua, o alfabeto árabe e pediram a

ajuda de missionários europeus. Este aproveitamento consciente de todas as fontes importantes só foi possível enquanto mantiveram a liberdade de escolha. A colonização, além de descurar as necessidades malgaches, erigia barreiras à «modernização» iniciada entre 1860 e 1870 pelos reis de Merina. Um exemplo semelhante encontra-se na história da Tunísia antes da queda do «eixo de Partition».

Em muitas regiões, o Capitalismo na sua forma imperialista aceitou que, em certa medida, a soberania se mantivesse nas mãos da população local. Isto aconteceu na Europa de Leste, na América Latina e, mais estritamente, na China. Contudo, os capitalistas europeus decidiram que a África seria directamente colonizada. Há muitos factos que provam que a acção não foi inteiramente planeada. Os ingleses e franceses, até 1850 ou 1860, teriam preferido dividir a África em informais esferas de influência. Isto quer dizer que houve um acordo entre cavalheiros que (dizia) a Nigéria fosse explorada pelos ingleses e o Senegal pelos franceses. Simultaneamente, os ingleses e os franceses comerciarão em menor medida com o império informal do outro. Mas em primeiro lugar havia desacordo sobre quem poderia explorar regiões africanas (especialmente a partir do momento em que a Alemanha pretendeu tomar parte na presa); em segundo lugar, quando uma potência europeia declarava protectorado ou colónia uma certa região, estabelecia impostos sobre os comerciantes europeus ou de outras nacionalidades, o que obrigava os seus rivais a, por seu lado, ter colónias e tarifas discriminatórias. Uma coisa conduz a outra e, pouco depois, as potências europeias discutiam o direito de estabelecer poder político directo sobre outras regiões africanas. Homens como Karl Peters, Livingstone, Stanley, Harry Johnston, de Braza, General Gordon e seus chefes na Europa, que não tinham ilusões nesse sentido, estavam literalmente lutando por África. Eles simplesmente tentaram evitar uma grande confrontação militar.

Em adição a estes factores que causaram a reacção em cadeia da luta acima descrita, os europeus estavam também realmente motivados à busca de domínio político sobre a África. O século XIX presenciou as mais violentas manifestações do racismo branco nas sociedades capitalistas, com os E. U. A. como o ponto fulcral e a Inglaterra comandando os países capitalistas da Europa Ocidental. A Inglaterra aceitou a função de garantir o estatuto de dominação dos colonos brancos das suas velhas colónias do Canadá, Austrália e Nova Zelândia; mas retirou o autogoverno das Índias Ocidentais, quando os plantadores brancos foram afastados das assembleias legislativas pelo povo negro (ou castanho). No tocante à África, os ingleses opuseram-se violentamente ao autogoverno negro, como foi o caso da Confederação Fante, na Costa do Ouro, em 1860. Tentou também enfraquecer a autoridade dos crioulos negros da Serra Leoa. Em 1874, quando a Fourah Bay College desejou e obteve a sua afiliação à Universidade de Durham, o «Times» declarou que o próximo agregado do Durham seria o Zoo de Londres! Um racismo penetrante, viciado, esteve sempre presente no Imperialismo como uma variante independente da racionalidade económica que o gerou. Era a economia que determinava que a Europa investisse em África e controlasse as matérias-primas e o trabalho no continente. O racismo confirmava que a forma de controlo seria a dominação colonial directa.

Os africanos resistiram por toda a parte ao domínio político estrangeiro e tiveram que ser submetidos por uma força superior. Mas uma minoria significativa insistiu na manutenção das suas relações comerciais com a Europa, pois que nesta medida eles estavam já dependentes da Europa. A mais dramática ilustração dessa dependência foi a resolução com que muitos africanos lutaram contra o fim da escravatura europeia.

Para a maioria dos principais Estados capitalistas europeus, a escravização de africanos tinha alcançado os seus objectivos nos meados do século XIX, mas, para

aqueles africanos que negociavam com escravos, o fim abrupto do tráfico em qualquer região representava uma crise da maior importância. Em muitas regiões, mudanças sociais importantes tiveram lugar para as adaptar efectivamente ao serviço do tráfico de escravos europeu — sendo um dos mais importantes o aparecimento da «escravatura doméstica» e de várias formas de subjugação de castas e classes. Chefes comerciantes africanos que acharam a sua existência ameaçada pelo primeiro diploma legal contra o tráfico de escravos, por exemplo a Lei Inglesa de 1807, encontraram maneira de contactar com europeus que ainda queriam escravos.

Na África ao sul do Sara, e especialmente na África Ocidental, a exportação de escravos declinou rapidamente quando os europeus conseguiram preparar-se para adquirir outras mercadorias. Logo que os habitantes duma região descobriam que havia outras mercadorias que os europeus podiam aceitar em vez do antigo comércio de escravos, esses habitantes esforçavam-se tremendamente para organizar essas alternativas: nomeadamente marfim, borracha, produtos de palma, amendoim, etc. Mais uma vez esses esforços demonstravam a determinação duma pequena mas decisiva proporção de africanos. Essa determinação baseava-se no desejo de adquirir mercadorias europeias muitas das quais tinham deixado de ser meras curiosidades ou objectos de luxo, e eram vistas como necessidades.

Os primeiros quatro séculos do comércio afro/europeu representaram as raízes do subdesenvolvimento africano no verdadeiro sentido da palavra. O Colonialismo floresceu rapidamente do ponto de vista europeu, porque vários dos seus elementos básicos estavam já enraizados na África do período pré-colonial. Um dos factores decisivos do sistema colonial foi a presença de africanos que serviam como agentes económicos, políticos e culturais dos colonialistas europeus. Esses agentes ou «compradores» serviam já os interesses europeus no período pré-colonial. O impacte do comércio com a Europa redu-

ziu muitos chefes africanos à posição de meros intermediários do comércio europeu; promoveu súbditos africanos ao mesmo estatuto de intermediários comerciais; criou um novo tipo de comerciantes de sangue mestiço — os filhos de pais europeus e árabes. Estes tipos, que podem todos ser chamados «compradores», desempenharam um papel fundamental na penetração da actividade europeia para o interior do continente, à medida que os europeus pensavam tomar o poder político. Um exemplo significativo do que acima se disse, foi a maneira como os colonialistas franceses usaram os africanos e os mulatos, na costa senegalesa, como agentes para o alargamento do controlo francês para milhares de milhas, por áreas que hoje são cobertas pelo Senegal, Mali, Chade, Alto Volta e Niger. Esses negros e mulatos viviam nos portos comerciais de Gorée, Dakar, St. Louis e Rufisque, e tinham antigos laços comerciais com o comércio atlântico.

Os africanos que se dedicavam ao comércio em proveito dos europeus não eram meros agentes comerciais, mas também agentes culturais na medida em que eram inevitavelmente influenciados, duma maneira profunda, pelos pensamentos e valores europeus. O desejo de educação europeia começou em África ainda antes do período colonial. Os chefes ribeirinhos e os comerciantes reconheciam a necessidade de penetrar mais profundamente no modo de vida dos homens brancos que vinham do além-mar. Os filhos mulatos dos comerciantes brancos, e os filhos dos chefes, foram os que se esforçaram mais para adquirir os valores brancos. Isto ajudava-os a conduzirem os seus negócios duma maneira mais eficaz. No século XVIII, um chefe da Serra Leoa explicava que desejava «aprender nos livros para ser tão bom malandro como os homens brancos», e muitos outros viam também as vantagens práticas da literatura. Contudo, o processo educacional implicava também adopção de valores que conduziam à subjugação posterior de África. Um africano educado nos primeiros tempos de África Ocidental,

escreveu uma tese Ph. D. em latim a justificar a escravatura. Isso não é de espantar. O reverendo Thomas Thompson, que foi o primeiro educador europeu da Costa do Ouro, escreveu em 1778 um panfleto intitulado *O comércio africano de escravos negros mostra-se conforme com os princípios da humanidade e as leis da religião revelada*.

Um dos mais espantosos factores da história da África Ocidental do século XIX foi a maneira como os africanos regressavam da escravatura, sob patrões europeus e ajudavam-nos no estabelecimento do domínio colonial. Isto foi especialmente verdade no caso dos africanos que regressavam das Índias Ocidentais, e do Norte da América para a Serra Leoa ou eram libertos dos barcos negreiros e desembarcavam na Serra Leoa. Isto aplica-se também, ainda que em menor medida, aos africanos que estiveram anteriormente no Brasil. Esses indivíduos assimilaram os valores capitalistas e, da mesma maneira que muitos missionários europeus, promoviam a espécie de actividade que acompanhava o domínio colonial. Num contexto bastante diferente, pode também argumentar-se que os árabes de Zanzibar e da África Oriental foram transformados em agentes do Colonialismo europeu. Mas eles resistiram, em primeiro lugar porque o Colonialismo europeu afectou as suas próprias ambições expansionistas sobre o continente africano, mas acabaram por conseguir arranjos que deram aos europeus os poderes últimos. Os europeus reduziram a pequena clique árabe em instrumentos políticos e económicos do Imperialismo.

A superioridade europeia sobre os árabes, no Este e no Norte de África e no Médio Oriente, demonstrou duma maneira conclusiva que o Imperialismo moderno é inseparável do Capitalismo e sublinha o papel da escravatura no contexto capitalista. Os árabes compraram escravos durante séculos, mas exploraram-nos num contexto feudal. Os escravos africanos, nas mãos dos árabes, tornaram-se criados domésticos, soldados e servos agrícolas.

O excedente por eles produzido não era reinvestido nem acumulado como capital, como nos sistemas escravagistas das Índias Ocidentais e da América do Norte, mas para o consumo da elite feudal. Na realidade muitas vezes mantinham-se escravos mais por prestígio social que para benefício económico.

As principais excepções a esta regra foram com Muhammed Ali, no século XIX, no Egipto e Zanzibar. O trabalho africano estava a ser explorado em plantações para produzir lucro. Também aconteceu isso nas plantações de palmeira na Arábia dessa altura. Mas a Europa explorava o trabalho africano, tendo em vista o lucro, haviam já três séculos e a contribuição que o sistema de plantações deu para o desenvolvimento do sistema capitalista foi tão grande que a África Ocidental tinha-se embrenhado no século XIX a uma exploração menor de Zanzibar e assegurou um firme domínio na economia do Egipto após a morte de Muhammed Ali, em 1849. Por outras palavras, os cravos-da-índia, algodão e contas produzidos antes da colonização em Zanzibar, Egipto e Arábia, respectivamente, iam agora fortalecer o comércio e a produção europeia. Consequentemente, não havia problema nenhum para os comerciantes capitalistas europeus à extensão do seu domínio sobre os traficantes de escravos feudais árabes e utilizá-los como agentes do Colonialismo na África Oriental.

Voltando mais uma vez à questão dos agentes indígenas da dominação colonial europeia em África, é preciso reconhecer que os europeus recrutaram africanos para servir nos exércitos que conquistaram África no período sangrento que durou desde 1880 até à Primeira Guerra Mundial, desencadeada pelos europeus em 1914. É uma característica muito vulgarizada do Colonialismo encontrar agentes de repressão dentre as próprias vítimas coloniais. Contudo, sem os séculos prévios da troca entre a Europa e a África, teria sido impossível para os europeus o fácil recrutamento dos askaris, carregadores, etc., que tornaram possível a sua conquista colonial.

Diz-se dos africanos residentes nos portos senegaleses, que foram os únicos a vestir uniformes franceses e lutar para estabelecer o domínio francês em outras partes da costa, como por exemplo no Daomé. Quando os ingleses derrotaram Asante, em 1874, tinham entre as suas forças tropas africanas das cidades costeiras que circundavam os fortes da Costa do Ouro. Esses africanos mantiveram um contacto tão extenso com os europeus que, já no século XVII se identificavam como «holandeses», «alemães» ou «ingleses» conforme o forte para que trabalhavam. Tinham lutado ao lado dum país europeu contra outro; nos fins do século XIX era problema fácil levá-los a lutar contra os seus irmãos africanos em proveito do poder colonial conquistador dos ingleses.

Nos territórios portugueses, as origens do exército e polícia coloniais negros retrocedem também ao período de tráfico pré-colonial. A volta dos fortes de Luanda e Benguela em Angola, Lourenço Marques e Beira em Moçambique, cresceram comunidades de negros, mulatos e mesmo indianos, que ajudaram a «pacificar» grandes regiões para os portugueses, depois da Conferência de Berlim. Comerciantes de Moçambique e do resto da África Central, Oriental e Ocidental que tinham mantido relações comerciais com os europeus na era pré-colonial eram os que se prestavam a fornecer carregadores para transportar os pesados canhões e o equipamento militar; eram os que forneciam aos colonialistas europeus as informações e conhecimentos de interesse militar que facilitavam a conquista, e eram os intérpretes, a voz dos europeus no solo africano.

Naturalmente, muitos africanos que não tinham nada que ver com o tráfico pré-colonial também se aliaram com os europeus recém-vindos. A esse respeito foi fundamental o nível do fosso da organização política, entre a Europa e a África. O desenvolvimento das unidades políticas em Estados cada vez maiores prosseguia a passo firme em África. Mas ao tempo da Conferência de Berlim, a África era ainda um continente com um número

elevado de agrupamentos sociopolíticos que não haviam ainda alcançado um propósito comum. Por conseguinte, para a Europa foi fácil introduzir no jogo a regra clássica: dividir para dominar. Foi nesse sentido que certos africanos se tornaram aliados involuntários da Europa.

Muitos chefes africanos desejaram aliar-se aos europeus para combater os seus vizinhos africanos com quem estavam em conflito. Poucos desses chefes apreciaram as implicações da sua atitude. Não puderam perceber que os europeus estavam ali para ficar; não puderam ver que os europeus estavam ali para conquistar, não alguns, mas todos os africanos. Esse entendimento parcial e incorrecto do mundo é por si um testemunho do subdesenvolvimento da África em relação à Europa, que nos fins do século XIX tinha decidido por si mesma dominar o mundo inteiro.

As divisões políticas em África não são prova de inferioridade ou atraso inacto. Era o estado de desenvolvimento em que o continente se encontrava — um ponto ao longo da grande estrada que outros povos haviam atravessado e na qual a Europa se movia. O impacto comercial da Europa atrasou o processo de fusão e expansão política, enquanto o tráfico com a África fortalecia os Estados nacionais europeus. Quando o Capitalismo europeu, na sua forma imperialista, começou a subjugar politicamente a África, os conflitos políticos normais da situação pré-capitalista africana transformaram-se em fraqueza que permitiu o estabelecimento da dominação colonial europeia.

Além disso, é inteiramente claro que, para se compreender o advento do Colonialismo em África, há que considerar a evolução prévia da história da Europa e de África e há que considerar as maneiras pelas quais os contactos comerciais influenciaram mutuamente os dois continentes de modo a que, o que hoje se chama período pré-colonial, se prova ser uma etapa preparatória do domínio colonial.

Aceita-se geralmente que a África foi colonizada por causa da sua fraqueza. O conceito de fraqueza deve ser aqui entendido de maneira a englobar a fraqueza militar e a capacidade económica inadequada, assim como certa fraqueza política, nomeadamente o carácter incompleto do estabelecimento dos Estados nacionais que deixou o continente dividido e a um nível inferior de consciência, em comparação com o resto do mundo, que tinha sido transformado num sistema único pela expansão das relações capitalistas.

GUIA BREVE DE LEITURA

A secção 3 deste capítulo, no que se refere à sociedade africana, é uma alínea do capítulo 2. E as obras gerais aí citadas servem também neste contexto. Muitos escritores africanos se têm dedicado ao período pré-colonial, o que é certamente uma forma de luta nacional. Há também mais e melhores monografias sobre certas áreas e assuntos determinados. Mas o advento do Imperialismo não foi ainda estudado seriamente dum ponto de vista africano e existe uma assinalável ausência de teorias que faça a ligação entre os numerosos factos que agora se sabe tiveram lugar em África entre 1500 e 1885.

J. Webster e A. Boahen: *Os anos revolucionários: África Ocidental desde 1800.*

CAPÍTULO V

O CONTRIBUTO DE ÁFRICA PARA O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DA EUROPA — O PERÍODO COLONIAL

«As colónias foram criadas pela metrópole e para a metrópole.»

Adágio francês

«As operações de comercialização e a administração de 14 produtos agrícolas são efectuadas, nos Estados Unidos, pela Lever House, com sede numa luxuosa área de Nova Iorque. Olhando para este elegante edifício de vidro, não podemos deixar de pensar nas tantas horas de trabalho miseravelmente pago e nas milhares de toneladas de óleo de palma, amendoim e cacau, que estão na base dessa construção.»

W. Altheus Hunton

5.1. A EXPATRIAÇÃO DA MAIS-VALIA AFRICANA SOB O COLONIALISMO

a) O capital e o trabalho africano

A África colonial viu-se integrada no sector da economia capitalista mundial, em que a mais-valia era sugada para alimentar o sector metropolitano. Como já vimos anteriormente, a exploração da terra e do trabalho é essencial para o avanço económico do homem, mas apenas quando o produto social permanece na região onde se efectua a exploração. O Colonialismo não foi apenas um sistema de exploração; a repatriação dos lucros para a chamada «mãe-pátria», constituindo o objectivo central deste sistema, foi uma das suas características específicas. Isto conduziu, logicamente, à expatriação sistemática da mais-valia, produzida pela força de trabalho africana, para fora do continente, e ao desenvolvimento da Europa como parte do mesmo processo dialéctico em que a África se via subdesenvolvida.

É indiscutível que a força de trabalho era barata em África e que a massa da mais-valia extraída do trabalhador africano era enorme. No Colonialismo, o trabalhador recebia um salário extremamente pequeno — geralmente insuficiente para o manter fisicamente vivo — e, por conseguinte, tinha de cultivar produtos agrícolas para sobreviver. Isto aplicava-se em particular ao trabalho nas fazendas, nas minas e a certos empregos nas cidades. Na altura da imposição do domínio colonial europeu, os africanos eram capazes de viver razoavelmente à custa do cultivo da terra. Ainda que muitos mantivessem o contacto com as culturas agrícolas, nos anos seguintes, a verdade é que tiveram de trabalhar fora das suas terras, devido a terem de pagar elevados impostos ou porque eram obrigados directamente a tal. Na Europa, após o Feudalismo, o trabalhador não tinha nenhuns meios de subsistência para além da venda da sua força de trabalho aos capitalistas. Em certa medida, o capi-

talista era «responsável» na manutenção da sobrevivência do trabalhador, pagando-lhe um «salário para viver». Na África não se passou assim. Os europeus pagavam os salários mais baixos possíveis, deixando à legislação repressiva a tarefa de manter essa situação.

Conjugaram-se vários factores que explicam o facto de o trabalhador africano ter sido muito mais cruelmente explorado do que o seu colega europeu, no actual século. Primeiramente, verificamos que a potência colonial estrangeira detinha o exclusivo do poder político, após ter esmagado toda a oposição por meio de um exército superior. Em segundo lugar, a classe operária africana era muito fraca, muito dispersa, e muito instável devido às tendências migratórias. Terceiro, enquanto o Capitalismo explorar todos os trabalhadores indiferenciadamente os capitalistas europeus na África tinham justificações adicionais, de carácter racista, para actuarem injustamente para com o trabalhador africano. A teoria racista de que os negros eram inferiores aos brancos levava à conclusão de que os primeiros mereciam salários mais baixos; é interessante verificar que as populações árabes e berberes do Norte de África, ainda que tendo a pele clara, eram tratadas como «negras» pelos racistas brancos franceses. A influência dos factores referidos dificultou extraordinariamente a organização dos trabalhadores africanos. A classe trabalhadora defende-se da tendência natural dos capitalistas em explorar até aos limites físicos através da organização e da resistência. Quando os trabalhadores africanos compreenderam a necessidade da acção sindical, viram-se atingidos por numerosos obstáculos levantados a essa actividade pelas autoridades coloniais.

Os salários recebidos pelos trabalhadores na Europa e na América do Norte eram muito mais elevados do que os pagos aos trabalhadores africanos, para categorias idênticas. Na Nigéria, o mineiro de Enugu recebia 4\$00 por dia pelo trabalho no subsolo e 2\$50 pelos trabalhos realizados à superfície. Um salário tão miserável como

este seria inaceitável para um mineiro escocês ou alemão, que recebia numa hora aquilo que o mineiro de Enugu ganhava ao fim de uma semana de trabalho. Existia a mesma disparidade em relação aos estivadores. Os registos da Farrel Lines, importante companhia americana de navegação, indicam que em 1955 cinco sextos do total despendido com as operações de embarque e desembarque de carga entre os portos de África e da América destinavam-se aos trabalhadores americanos, contra apenas um sexto para os africanos. Note-se que o mesmo volume de carga era embarcado nos dois continentes. Os salários pagos aos estivadores americanos e aos mineiros europeus asseguravam, já de si, uma elevada taxa de mais-valia para os capitalistas. Queremos aqui destacar apenas a intensidade da exploração de que eram vítimas os trabalhadores africanos.

Estas discrepâncias são «atenuadas» pelos defensores do Colonialismo, que se apressam a dizer que o nível e o custo de vida nos países «civilizados» era incomparavelmente superior ao das colónias. Todavia, não nos dizem estes senhores que esse nível de vida mais elevado se tornou possível pela exploração colonial, e que não existia justificação para manter os níveis de vida dos africanos num ponto tão baixo, numa altura em que era possível melhorá-los. O nível de vida do trabalhador africano no continente é rapidamente ilustrado pelos salários e pelo estilo de vida dos brancos em África.

Os governos coloniais proibiram a admissão de africanos a empregos de categorias superiores; e, sempre que sucedia um branco e um negro ocuparem o mesmo posto, o branco recebia um ordenado consideravelmente superior. Isto acontecia em todos os níveis, desde os lugares na administração civil até aos mineiros. Nas colónias britânicas da Costa do Ouro e da Nigéria os assalariados africanos eram melhor pagos do que os seus irmãos em muitas outras partes do continente, mas estavam restringidos, na administração civil, aos empregos inferiores. No período anterior à última Guerra Mundial, os funcioná-

rios civis europeus recebiam na Costa do Ouro uma média de 2400\$00 por mês, com alojamento e outras regalias. Os africanos obtinham um salário médio de 240\$00, por um trabalho muito mais duro. Houve casos em que um europeu ganhava tanto como o conjunto dos seus 25 auxiliares africanos. Além do serviço na administração civil, os africanos conseguiram empregar-se na construção de edifícios, nas minas e como criados domésticos — empregos todos mal remunerados. Era a exploração desenfreada, sem limites. Em 1934, morreram 41 africanos num acidente numa mina de ouro na Costa do Ouro, e a companhia capitalista apenas deu 180\$00 de indemnização aos familiares dependentes de cada trabalhador.

Nas regiões em que os colonos europeus se fixavam em grande número, as diferenças salariais eram facilmente perceptíveis. No Norte de África os salários dos argelinos e marroquinos eram 16 % a 25 % dos recebidos pelos europeus. Na África Central a proporção era muito pior, nomeadamente no Quênia e no Tanganica. Comparando os salários e o nível de vida dos colonos brancos com os dos africanos, depara-se um contraste agudo. Enquanto o lorde Delamere era proprietário de 100 000 acres das terras do Quênia, o africano tinha de possuir um passe para, na sua própria região, poder mendigar um emprego de 50 a 60 escudos por mês. O máximo da brutal exploração encontrava-se nas regiões setentrionais do continente; na Rodésia do Sul, por exemplo, os trabalhadores agrícolas raramente recebiam mais de 45\$00 por mês. Os mineiros obtinham um pouco mais, caso fossem semi-especializados, mas em contrapartida tinham de suportar condições de trabalho ainda mais duras. Os mineiros não especializados na Rodésia do Norte ganhavam, muitas vezes, 28\$00 por mês. Um motorista de camionetas na famosa cintura do cobre, era considerado semiqualficado. Numa mina, os europeus recebiam 2100\$00 por mês, ao passo que pelo mesmo trabalho os africanos obtinham 180\$00.

Em todos os territórios coloniais, os salários foram reduzidos durante o período da crise que abalou o mundo capitalista durante os anos trinta, não tendo sido restabelecidos senão depois da Última Guerra Mundial. Na Rodésia do Sul, em 1949, o salário mínimo dos empregados africanos nas áreas municipais foi aumentado de 140 para 300 escudos por mês. Foi um considerável aumento em relação aos anos anteriores, mas os trabalhadores brancos (com um horário de trabalho de 8 horas, enquanto os negros trabalhavam entre 10 a 14) recebiam um salário mínimo de 70\$00 por dia, com direito a alojamento e outras regalias...

Os rodesianos apresentavam uma versão em miniatura do sistema do «apartheid», que oprime a classe operária mais numerosa do continente. Na União Sul-Africana, os mineiros negros trabalhavam em condições desumanas, a grandes profundidades, que não seriam suportadas pelos mineiros na Europa. Consequentemente, os trabalhadores negros sul-africanos exploravam ouro de depósitos que, noutras paragens, seriam considerados não comerciais. E também neste caso era apenas o sector branco da classe operária que recebia aumentos nos salários. Mesmo os próprios funcionários oficiais admitiram que as companhias mineiras podiam pagar aos brancos salários mais elevados do que em qualquer outra parte do mundo devido aos superlucros tornados possíveis pelo pagamento aos trabalhadores negros de uma mera razão. (1)

No essencial, eram os accionistas das companhias mineiras quem mais beneficiavam com esta situação. Vivendo comodamente na Europa e na América do Norte, recebiam dividendos fabulosos do ouro, diamantes, manganês e urânio, etc. ..., extraídos do subsolo sul-africano pelos trabalhadores negros. Durante anos, a própria Im-

(1) Como se sabe, estas condições ainda perduram. Contudo, o presente capítulo apresenta as situações no passado, pois reporta-se à época colonial.

prensa burguesa elogiava a África Austral como região propícia aos investimentos superfabulosos. Desde o início da corrida à África, foram acumuladas elevadas fortunas, com base no ouro e nos diamantes da África Austral, por pessoas como Cecil Rhodes (2). No século actual, tanto os investimentos como a saída de mais-valia tiveram um grande aumento. Os investimentos afluíram especialmente ao sector mineiro e ao mercado financeiro, onde os lucros eram maiores. Nos meados da década de 50, os investimentos britânicos na África do Sul eram calculados em 5160 milhões de escudos e rendiam um lucro líquido de 15 %, ou seja 7740 milhões de escudos, por ano. Muitas companhias tinham lucros bastante acima desta média. A companhia De Beers tinha lucros fenomenais nos anos 50 — entre 1560 a 1740 milhões de escudos.

O complexo dos interesses mineiros da África Austral não se reduzia à África do Sul; estendia-se pelo Sudoeste Africano, Angola, Moçambique, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul e Congo. O Congo foi uma fonte de imensa riqueza para a Europa, pois só desde o início da colonização até 1960 o rei Leopoldo da Bélgica viu a sua fortuna aumentada em 1200 milhões de escudos, oriundos da borracha e do marfim. O período da exploração mineira começou bastante cedo e ganhou uma grande amplitude quando, em 1908, o controlo político passou do rei Leopoldo para o Estado belga. Os belgas calcularam o conjunto dos capitais estrangeiros investidos no Congo, entre 1887 a 1953, em 342 000 milhões de escudos. O valor da mais-valia expatriada no mesmo período, derivada unicamente dos lucros realizados no Congo, foi calculado em 258 000 milhões de escudos. Tal como o verificado em todas as regiões do continente, a aproximação do desagregamento do sistema colonial foi acompanhada por uma intensificação da expatriação da mais-valia. Nos cinco anos que antecederam a independência, a saída de

(2) Administrador colonial britânico, Cecil Rhodes foi o campeão da política imperialista inglesa. (N. Trad.)

cio de financeiros franceses e suíços. Verificou-se no porto francês de Marselha um processo similar, que levou à transferência do capital provindo do tráfego de escravos para o comércio directo entre a África e a França. Terminada a Primeira Guerra Mundial, a maioria das pequenas empresas marsehesas viram-se integradas na poderosa C. F. A. O., que importava para a África Ocidental Francesa todas as mercadorias europeias susceptíveis de serem absorvidas pelo mercado local, exportando os produtos agrícolas, fruto do trabalho dos camponeses. A C. F. A. O. também tinha capital britânico e alemão e estendia-se à Libéria e às colónias britânicas e belgas. Calcula-se que a S. C. O. A. e a C. F. A. O. tiveram lucros acima dos 90 % nos anos «bons» e 25 % nos piores anos.

Na Grã-Bretanha, o porto de comércio de escravos de Liverpool foi o primeiro a dedicar-se ao óleo de palma nos princípios do século XIX, quando o tráfego de escravos se tornou difícil ou impossível. Isto significa que as companhias de Liverpool deixaram de explorar a África pela deslocação dos escravos de uma região para outra. Em vez disso, passaram a explorar a força de trabalho e as matérias-primas de África *dentro* da África. Durante o século XIX e no período colonial, Liverpool prosperou largamente devido à importação de produtos dos camponeses africanos. Este porto britânico, servindo os distritos industrializados de Manchester e Cheshire, controlava uma grande parte do comércio britânico e europeu com a África no período colonial — tal como o sucedido no período de tráfego de escravos. Glasgow também tinha grandes interesses no comércio colonial, tal como os grandes homens de negócios de Londres. Em 1929, Londres tomou a posição de Liverpool como principal porto no comércio com a África.

Como já referimos, a U. A. C. era a companhia britânica mais conhecida entre as empresas comerciais. Era uma filial da Unilever, gigantesco monopólio anglo-holandês; tinha agências em todas as colónias britânicas de

África Ocidental e, em menor grau, na África Oriental. A Unilever também controlava a Compagnie du Niger Français, a Compagnie Française de La Côte d'Ivoire, a S. C. K. N. no Chade, a N. O. S. O. K. O. no Senegal, a N. S. C. A. na Guiné Portuguesa e a John Walken & Co. Ltd. no Daomé. Ainda que algumas outras empresas britânicas e francesas não se encontrassem em todas as colónias, a verdade é que entrincheiravam-se bem nas áreas particulares onde actuavam, como é o caso da John Holt na Nigéria.

Na África Oriental, o comércio externo realizava-se através de empresas mais reduzidas que as da África Ocidental, mas mesmo assim havia cinco ou seis, muito maiores que as restantes, que se apropriavam de lucros elevadíssimos. Uma das mais antigas era a Smith Mackenzie, uma filial da companhia escocesa Mackinnon and Mackenzie, que foi pioneira na colonização britânica de África Oriental e que também tinha interesses na Índia. Também foram empresas comerciais famosas as de A. Baumann, Wigglesworth and Company, Dalgetty, Leslie & Anderson, Ralli Bros., Michael Cotts, Jos Hansen, The African Mercantile e Twentsche Overseas Trading Co. Algumas delas fundiram-se antes de terminar o período colonial, e todas tinham várias outras filiais, bem como estavam ligadas a companhias mais poderosas nas metrópoles. A U. A. C. também tinha uma fatia na actividade de importação da África Oriental, após ter adquirido a companhia Galey and Roberts, fundada em 1904 por colonos brancos.

É fácil compreender o modo de apropriação da mais-valia na África Oriental, onde havia uma centralização dos seus mecanismos em Nairobi e no porto de Mombaça. Todas as grandes firmas tinham sede em Nairobi, possuindo escritórios em Mombaça que asseguravam contactos com armazéns, navios, seguros, etc. No Uganda e no Tanganica, as grandes companhias tinham filiais em Kampala e em Dar-es-Salaam. Até ao início da última guerra, era relativamente pequeno o volume de merca-

dorias providas de África Oriental; porém, a partir dessa altura, cresceu rapidamente. Por exemplo, o valor das importações do Quênia aumentou de 24 milhões de escudos para 204 milhões em 1950 e 420 milhões em 1960. Claro que o montante das exportações cresceu paralelamente, sendo as grandes companhias os principais beneficiários do aumento do comércio externo.

Com base em investimentos relativamente pequenos, as companhias comerciais fizeram grandes fortunas nas regiões em que predominavam as culturas dos camponeses, não necessitando de despende dinheiro com o cultivo dos produtos. O camponês africano dedicava-se ao amanho da terra, em função das necessidades das companhias, por vários motivos. Alguns, aproveitavam freticamente a oportunidade para poderem continuar a adquirir bens de consumo europeus, aos quais se tinham acostumado durante o período pré-colonial. Muitos outros tinham em vista receber dinheiro, pois tinham de pagar diversos impostos em moeda, ou então eram obrigados a trabalhar pelos brancos. Temos muitos exemplos de africanos que foram efectivamente forçados a cultivar pela força das armas e do chicote, como no Tanganica sob o domínio alemão, nas colónias portuguesas, na África Equatorial Francesa e no Sudão Francês ⁽³⁾. Em qualquer destas situações, raramente acontecia o camponês estar completamente dependente do dinheiro recebido. As companhias comerciais, sabendo que este e a família poderiam subsistir com base nas suas culturas, aproveitavam-se desse facto para não se sentirem na obrigação de pagar preços suficientes para a manutenção do camponês. Quer dizer, as companhias estavam simplesmente a receber tributos de um povo conquistado, sem se preocuparem sequer em saber em que condições eram produzidas essas contribuições «voluntárias».

⁽³⁾ Estes factos chamavam mais dramaticamente a atenção do mundo exterior sempre que os africanos recorriam à violência. As guerras de Maji Maji, no Tanganica, estalaram a partir da revolta dos plantadores do algodão, bem como a revolta nacionalista em Angola, em 1961.

As companhias comerciais também dispunham em África dos seus próprios meios de transporte, como por exemplo barcos a motor e camionetas. Mas, geralmente, tinham a preocupação de transferir os custos do transporte das cargas para os camponeses, através dos intermediários libaneses ou indianos. Estas companhias capitalistas sujeitavam os camponeses a uma pesada situação, pois controlavam quer os preços das colheitas como os das mercadorias importadas, como ferramentas, roupas e bicicletas, preferidas pelos africanos. Por exemplo, a U. A. C. e outras companhias comerciais da Nigéria reduziram drasticamente os preços dos derivados das palmeiras em 1929, enquanto o custo de vida aumentava devido aos consideráveis acréscimos dos preços das mercadorias importadas. Em 1924, o preço do óleo de palma era de 50\$00 por galão. Em 1928 descia para 28\$00 e no ano seguinte estava em 4\$50! Ainda que nos anos de crise as companhias comerciais recebessem menos por cada tonelada de óleo de palma, a taxa de lucro aumentou, o que mostra o grau de exploração a que estava submetido o camponês africano. A U. A. C. apresentava belos lucros a meio da crise: 37 817 250\$00 em 1934, com dividendos de 15 % para as acções correntes.

Em toda a parte na África colonial repetia-se este panorama. Em Sukumaland (Tanganica), o preço do algodão descia em 1930 de 2\$40 para 48 centavos por libra. As colónias francesas foram atingidas um pouco mais tarde, pois a depressão só afectou a zona monetária francesa depois de 1931. Nessa altura, os preços do amendoim senegalês desceram para mais de metade. O café e o cacau desceram ainda mais, visto serem luxos para o comprador europeu. Mais uma vez se nota que a C. F. A. O. e a S. C. O. A. encontravam preços mais baixos ao exportarem matérias-primas para a Europa, mas nunca tiveram quaisquer perdas. Em vez disso, foram os camponeses e os trabalhadores de África que se ressentiram, principalmente no trabalho forçado. Os camponeses africanos dos territórios franceses eram obrigados a agru-

parem-se nas chamadas sociedades cooperativas, que os forçavam a cultivar determinados tipos de algodão e a aceitar quaisquer preços por elas impostos.

Mal passara a depressão, já a Europa estava em guerra. Então, os governos ocidentais arrastaram o povo africano a bater-se pela liberdade! As companhias comerciais não deixaram passar a oportunidade de aumentar a taxa de exploração, em nome de Deus e do País. Na Costa do Ouro, pagavam 600\$00 pela tonelada de sementes de cacau, em comparação com os 3000\$00 de antes da guerra. Simultaneamente, o preço das mercadorias importadas duplicou ou triplicou. Muitos bens de consumo tornaram-se inacessíveis ao homem médio. Na Costa do Ouro, uma peça de tecido de algodão, que antes da guerra era vendida a 48\$00, passou a custar 360\$00 em 1945. Na Nigéria, o metro de caqui passou de 12\$00 para 52\$00...

Os mais afectados pela alta de preços foram os trabalhadores urbanos que tinham de adquirir as necessidades quotidianas com dinheiro. O descontentamento operário alastrou ainda mais na altura do pós-guerra. Realizaram-se diversas greves, e na Costa do Ouro o boicote às mercadorias importadas, em 1948, tornou-se o prelúdio da autodeterminação, sob N'Krumah. Todavia, também os camponeses reagiram. No Uganda, os cultivadores de algodão já não podiam, em 1947, suportar esta situação. Como não podiam tratar directamente com as grandes companhias britânicas, procuraram negociar com os indianos e outros intermediários. Assim marcharam em direcção às debulhadoras de algodão pertencentes aos indianos e fizeram manifestações defronte do palácio do Kabaka, chefe hereditário que muitas vezes não passava de um agente britânico no Uganda.

Para assegurar a manutenção da taxa de exploração no ponto mais alto, as companhias de comércio acharam conveniente formar associações, que fixavam o preço ao trabalhador africano, reduzindo-o ao mínimo. Acessoriamente, intervinham noutros sectores da vida económica,

de modo a aumentar a mais-valia. Em Marrocos, para darmos um exemplo, a Compagnie General du Maroc possuía grandes fazendas, criação de gado, carpintarias, minas, pescarias, caminhos de ferro, portos, estações de abastecimento de energia. As companhias gigantes como a C. F. A. O. e a U. A. C. também tinham os seus tentáculos. Os interesses da C. F. A. O. iam desde as plantações de amendoim até acções na empresa de navegação Fabre & Frassinot. No Gana e na Nigéria, a U. A. C. estava em todo o lado. Controlava o comércio a grosso e a retalho, possuía fábricas de manteiga, de sabão, oficinas, rebocadores, barcos costeiros, etc. Algumas dessas actividades exploravam directamente o trabalhador africano, mas em todos os casos era da força de trabalho dos povos de África que provinham os tão almejados lucros.

Por vezes, as companhias que compravam os produtos agrícolas encarregavam-se da sua transformação. É o caso dos primeiros fabricantes ingleses de produtos derivados do cacau e do chocolate, a Cadbury e a Fry, que compravam esses produtos na costa ocidental de África. A Brooke Bond cultivava e exportava o chá. Muitas companhias comerciais de Marselha, Bordéus e Liverpool também transformavam na metrópole produtos como o sabão e a margarina. A U. A. C. dedicava-se completamente a essa actividade transformadora, enquanto o poderoso grupo Lesiur comprava em África as matérias necessárias à produção em França de óleos e gorduras. Podemos, todavia, diferenciar as operações comerciais das industriais. As últimas representavam a fase final de um longo processo de exploração da força de trabalho dos camponeses africanos, e era, em certos aspectos, a fase mais prejudicial.

Para a produção de uma colheita, os camponeses tinham de trabalhar arduamente. O preço dessas longas horas de trabalho era representado pelo preço do produto. Se tivermos em conta que os produtos primários de África sempre foram adquiridos a baixos preços, com-

preenderemos perfeitamente que os compradores dessas matérias-primas se entregavam a uma exploração desenfreada dos camponeses.

Podemos ilustrar esta conclusão através do exemplo do algodão, uma das culturas mais espalhadas em África. A produção do camponês do Uganda seguia para uma fábrica inglesa em Lancashire ou então para uma localizada na Índia, pertencente aos britânicos. O dono da fábrica de Lancashire, ainda que pagasse o mínimo possível aos operários, via-se limitado, na exploração, por vários factores, ao passo que a exploração da força de trabalho do camponês ugandês era ilimitada, devido à acção do poder colonial. Assim, os ugandeses mourejavam por uma razão. Além disso, o preço de uma camisa de algodão, fabricada na Inglaterra e exportada para o Uganda, era tão elevado que raramente se tornava acessível ao camponês que tinha cultivado esse mesmo algodão.

A diferença entre os preços das exportações africanas de matérias-primas e os dos produtos manufacturados importados, constituía uma forma de troca desigual. Essa desigualdade de troca deteriorou-se pelo período colonial. Em 1939, apenas se podia comprar 60 % das mercadorias, que pelo mesmo preço, eram adquiridas na década de 1870-1880, antes do domínio colonial. Em 1960, o conjunto das mercadorias europeias adquiríveis com a mesma quantidade de matérias-primas africanas decresceu ainda mais. Não havia lei económica que justificasse os preços tão reduzidos a que eram transaccionados os produtos primários. Paradoxalmente, os países industrializados vendiam certos produtos primários, como madeiras e trigo, por preços muito elevados. Isto apenas se explica pelo facto de a troca desigual ser imposta aos africanos pela supremacia política e militar dos colonizadores, tal como acontece com certos tratados internacionais impostos a pequenos Estados, como os da América Latina, pelo Imperialismo americano.

A natureza desigual do comércio entre as metrópoles e as colónias espelhava-se no conceito de «mercados de protecção», que significava que até um produtor metropolitano deficiente podia encontrar um mercado garantido na colónia onde a sua classe detivesse o poder político. Por outro lado, tal como já se tinha verificado amiúde durante o período pré-colonial, os fabricantes europeus enviavam produtos que na metrópole seriam considerados de inferior qualidade, como foi o caso dos têxteis exportados. Os agricultores europeus também estavam nesse esquema, vendendo manteiga barata, enquanto os pescadores escandinavos se desfaziam das sobras do bacalhau. Não sendo um mercado com grande poder de absorção para os produtos metropolitanos, especialmente se compararmos com outros continentes, a África tinha o atractivo de os preços de compra e de venda serem impostos pelos capitalistas europeus, o que lhes permitia um fácil acesso à mais-valia africana, contrariamente ao que aconteceria caso os africanos estivessem em posição de igualdade, no estabelecimento dos preços.

c) Os serviços bancários e as companhias marítimas

As companhias comerciais e os interesses industriais não esgotavam os canais de sucção da mais-valia. As companhias marítimas ocupavam um lugar importante, que não se deve subestimar. As maiores companhias marítimas pertenciam, naturalmente, às potências colonialistas, em especial à Grã-Bretanha. Eram largamente soberanas, sendo muito apreciadas pelos governos, que as encaravam como fonte de superlucros, estimuladoras da indústria e do comércio, transportadoras de correio e colaboradoras da marinha, no tempo de guerra. Os camponeses africanos não tinham possibilidades de estabelecer qualquer controlo sobre as tabelas dos fretes, muito mais elevadas do que as estabelecidas pelas companhias que

operavam noutras paragens. O preço de 1 tonelada de farinha, enviada de Liverpool para a África Ocidental, era de 140\$00, enquanto da mesma cidade para a América do Norte (portanto, a distância semelhante) era de 28\$00. As taxas dos fretes variavam naturalmente com o volume da carga, mas o preço de 200\$00 para o cacau, fixado no princípio do século quando as exportações ainda eram pequenas, não diminuiu com o aumento da carga. As companhias marítimas cobravam cerca de 1100\$00 por tonelada pelo café transportado do Quênia para Nova Iorque, nos anos cinquenta. Teoricamente, era o comerciante que pagava os fretes, mas em termos práticos quem suportava esse custo era o camponês, dado que o comerciante pagava com base nos lucros realizados pela exploração do camponês. Os fazendeiros brancos, por seu turno, pagavam também esses preços após a exploração dos assalariados africanos.

As companhias marítimas obtinham uma elevada taxa de lucro por um processo semelhante ao das associações comerciais. Formaram as chamadas Conference Lines, que autorizavam os armadores a dividir as cargas na melhor base possível. Os lucros eram enormes e a especulação atingiu um grau tão elevado que até os comerciantes começaram a protestar. De 1929 a 1931, a U. A. C. (apoiada pela UNILEVER) envolveu-se numa guerra económica com a West African Conference (que aglutinava a companhia britânica de Elder Dempster, a Holanda West Africa Line e a German West Africa Line. Nessa ocasião, o comércio monopolista obteve uma vitória sobre o monopólio das companhias marítimas; mas tratava-se de uma luta entre comadres, enquanto os explorados se viam numa situação sempre pior. Com efeito, o grande prejudicado era o camponês africano, pois quer os comerciantes quer os armadores aplainavam as divergências descendo o preço dos produtos primários, comprados aos africanos.

Na penumbra da cena colonial estavam os bancos, as companhias de seguros e outros financeiros. Dissemos

«na penumbra», visto que o camponês nunca entrava directamente em contacto com essas instituições, não se apercebendo geralmente das suas funções de exploração. O camponês ou o trabalhador não tinham acesso ao crédito bancário devido a não oferecerem «segurança», isto é, não terem «padrinhos». Os bancos e os estabelecimentos financeiros apenas operavam com os capitalistas, pois só estes podiam oferecer garantias aos banqueiros nos créditos a conceder (4). Na época imperialista, os banqueiros tornaram-se os aristocratas do mundo capitalista, aparecendo em primeiro plano. É fenomenal a massa de mais-valia produzida pelos trabalhadores e camponeses africanos que passou para os cofres dos banqueiros metropolitanos. Os lucros desses bancos foram muito mais elevados do que os das companhias mineiras, e cada novo investimento era fonte de alienação dos frutos do trabalho africano. Além do mais, todos os investimentos nas colónias tinham, de facto, a participação dos grandes monopólios financeiros, visto que mesmo a menor companhia comercial estava intimamente ligada a um grande banco. Os lucros dos investimentos coloniais eram incomparavelmente mais elevados do que os do sector metropolitano, o que fazia com que os financeiros não largassem o bolo.

Durante os primeiros anos do Colonialismo, os bancos eram pequenos e relativamente independentes, em África. Isto acontecia, por exemplo, com o Banque de Senegal, formado em 1853, e com o Bank of British West Africa, que iniciou a sua actividade como ramo da companhia de navegação Elder Demster. Contudo, os grandes estabelecimentos bancários da Europa, que adquiriram a partir de 1880 um certo controlo sobre os territórios coloniais, arrancaram em força quando verificaram que o volume das transacções capitalistas tornava justificável tal actividade. Em 1901, o Banque de Senegal transfor-

(4) «Por vezes era o próprio governo que, legislativamente, proibia esse crédito, como por exemplo aconteceu no Uganda com a Law Credit Act (1931).» (N. Trad.)

mou-se no Banque de l'Afrique Occidental (B. A. O.), adquirindo ligações com o poderoso Banco da Indochina que por sua vez era uma criação especial de vários banqueiros franceses. Em 1924, o Banque Commerciale de l'Afrique (B. C. A.) apareceu nos territórios franceses, ligado com o Crédit Lyonnais e com o B. N. C. I. Por essa altura, o Bank of British West Africa era financeiramente apoiado pelos Lloyds Bank, Westminster Bank, Standard Bank e National Provincial Bank, todos de Inglaterra. O Barclays, outro importante banco inglês, actuou directamente em África. Assim, comprou o Colonial Bank e instalou-se com a designação de Barclays DCO (isto é, Domínio Colonial).

O Bank of British West Africa (que se tornou em 1957 no Bank of West Africa) e o Barclays tinham parte de leão nas operações bancárias efectuadas na África Ocidental britânica, do mesmo modo que o BAO e o BCA partilhavam as colónias ocidentais francesas e a África Equatorial. Em 1949, verificou-se também na África Ocidental uma fusão dos capitais bancários franceses e britânicos: a formação do British and French West Africa Bank. A exploração francesa e belga também se estendia à esfera financeira, visto que a Sociétés Generale tinha capitais dos dois países. Este poderoso grupo apoiava bancos na África francesa e no Congo. Os bancos internacionais como o Barclays serviam também outros poderes coloniais com pouca força económica, que viam assim uma forma de aumentar o dinamismo dos bancos nacionais. Na Líbia operavam o Banco di Roma e o Banco di Napoli, enquanto o Banco Ultramarino era o mais activo nos territórios coloniais portugueses.

Na África Austral, o banco mais dinâmico era o Standard Bank of South Africa Ltd., fundado em 1862 na colónia do Cabo pelos donos das casas comerciais que tinham estreitas relações com Londres. Com sede em Londres, este banco fez larga fortuna financiando as explorações do ouro e dos diamantes, e por meio da gestão

da pilhagem de Cecil Rhodes e De Beers. Em 1895, o Standard Bank estendia-se pela Bechuanalândia, Rodésia e Moçambique, sendo também o segundo banco britânico a actuar na África Oriental britânica. Os lucros obtidos eram formidáveis. Num livro editado oficialmente pelo Standard Bank, o escritor concluía, com modéstia, o seguinte:

«Neste livro temos prestado pouca atenção às actividades do Standard Bank, cujo notável êxito financeiro resulta, inevitavelmente, do esforço desenvolvido pela sobrevivência.»

Em 1960, o Standard Bank teve um lucro líquido de £ 1 181 000 e distribuiu 14 % dessa quantia aos accionistas, muitos deles vivendo na Europa ou então na África do Sul, enquanto o povo trabalhador da África do Sul e da África Oriental nada via... Por outro lado, esses bancos europeus transferiam as reservas das filiais em África para as sedes de Londres, com o fim de os investir no mercado monetário londrino. Esta era uma forma rápida de expatriação da mais-valia africana para as metrópoles.

O primeiro banco estabelecido na África Oriental, em meados de 1880-1890, foi uma filial de um banco britânico que actuava na Índia. Designou-se mais tarde de National & Grindlays. Os alemães fundavam no vizinho Tanganica, em 1905, o German East African Bank, mas os britânicos obtiveram o monopólio quase absoluto das actividades bancárias na África Oriental, após a Primeira Guerra Mundial. No conjunto, existiam durante o período colonial 9 bancos estrangeiros na África Oriental, dos quais os três maiores eram o National & Grindlays, o Standard Bank e o Barclays.

A África Oriental oferece-nos um exemplo ilustrativo do modo como os bancos estrangeiros actuaram para espoliar as riquezas de África. A grande parte dos serviços bancários e financeiros eram prestados aos colonos brancos, que estavam completamente à vontade.

Quando estes se sentiram inquietos nos finais do período colonial, apressaram-se a enviar o seu dinheiro para a Grã-Bretanha. Por exemplo, quando a Grã-Bretanha decidiu em 1960 conceder autonomia ao Quênia, os brancos que viviam no Tanganica transferiram, por motivos de «segurança», uma soma de cerca de 160 000 contos para Londres. Essa quantia, tal como as remetidas pelos brancos, representava a exploração da força de trabalho dos africanos.

d) O papel da administração colonial na exploração

O Estado colonial também participou directamente na exploração económica e no empobrecimento de África, adicionalmente às companhias privadas. Nos países colonizadores, os Ministérios das Colónias coordenavam estreitamente a actividade dos governadores na África, no desempenho de certo número de funções. Eis a enumeração das principais:

- a) Protecção dos interesses nacionais contra a competição dos outros capitalistas.
- b) Arbitrar os conflitos entre os próprios capitalistas.
- c) Garantir condições óptimas para a exploração da força de trabalho dos africanos pelas companhias privadas.

A última função enunciada era, sem dúvida, a mais crucial. Por essa razão, os governos coloniais estavam sempre a levantar a tecla da «manutenção da lei e da ordem», ou seja, a manutenção das excelentes condições para a expansão do Capitalismo e a pilhagem de África. A imposição de impostos surge nesta perspectiva.

Um dos principais objectivos do sistema tributário colonial era o fornecimento das verbas necessárias à boa administração da colónia, enquanto objecto de explora-

ção. Os colonizadores europeus asseguravam o financiamento pelos africanos do sustento dos governadores e da polícia, cuja função se resumia, afinal, em os oprimir e impedir de manifestar o mais leve sinal de descontentamento. Os impostos e os direitos alfandegários foram aplicados no século XIX com o fim de permitir aos poderes coloniais cobrir as despesas das forças armadas enviadas na conquista da África. Com efeito, os governos coloniais não gastaram sequer um tostão nas colónias. Todas as despesas eram cobertas pela exploração da força de trabalho e dos recursos naturais do continente; a manutenção da máquina administrativa colonial era uma forma de despende o rendimento produzido pela força de trabalho dos africanos. Neste aspecto, as colónias francesas eram vítimas especiais. Particularmente desde 1921, os rendimentos locais fornecidos pelos impostos cobriam as despesas, formando ainda um fundo de reserva.

Após a constituição da polícia, exército, serviços administrativos e judiciais no solo africano, os poderes coloniais ficaram em posição de intervir muito mais directamente do que anteriormente na vida económica do povo. Um dos maiores problemas em África, sob uma perspectiva capitalista, foi induzir os africanos a tornarem-se assalariados ou produtores autónomos. Em algumas regiões, como na África Ocidental, os africanos tinham-se prendido tanto às manufacturas europeias, durante o período inicial de comércio, que, voluntariamente, estavam dispostos a percorrer grandes distâncias para participarem na economia monetária colonial. Mas esta não foi a regra geral. Muitas vezes, os africanos não encontravam incentivos monetários suficientes para modificarem o seu modo de vida, que se processaria necessariamente caso se tornassem trabalhadores ou produtores agrícolas. Nestes casos, o Estado colonial intervinha, utilizando a lei, os impostos e a força ostensiva para obrigar os africanos a trilharem um caminho favorável aos lucros capitalistas.

Quando os poderes coloniais expropriaram as terras dos africanos, alcançaram simultaneamente dois objectivos: satisfizeram os próprios cidadãos (que desejavam concessões mineiras ou a terra para plantações) e criaram as condições necessárias para que os africanos, despojados das terras, tivessem de trabalhar não apenas para pagar os impostos mas principalmente para poderem sobreviver. Em regiões de fixação de colonos, como no Quênia e na Rodésia, os governos coloniais também impediam os africanos de cultivar a terra, de modo a que a sua força de trabalho estivesse directamente disponível para os brancos. O coronel Grogan, colono branco no Quênia, confessou-o rudemente quando, referindo-se aos Kibuyus, afirmou: «Nós roubámos as suas terras. Agora, temos de roubar os braços. O trabalho compulsivo é o corolário da nossa ocupação neste país.»

Naquelas regiões onde a terra ainda pertencia aos africanos, a administração colonial obrigava os africanos a produzirem colheitas, por mais baixos que fossem os preços. A técnica favorita era a aplicação de impostos. Foram aplicados impostos em dinheiro sobre numerosos objectos: gado, casas e sobre o próprio povo. O dinheiro necessário à liquidação tributária era obtido pelo cultivo de produtos agrícolas, pelo trabalho nas fazendas dos europeus ou nas minas. A África Equatorial francesa ilustra-nos o modo de actuação do Colonialismo. Nessa região, os oficiais franceses proibiram o povo Mandja (agora na República do Congo) de caçar, de modo a encaminhá-los para as plantações de algodão. Os franceses aplicaram esta proibição, ainda que na área houvesse pouco gado e a caça fosse o principal recurso na alimentação do povo.

Finalmente, quando tudo isso falhava, os poderes coloniais recorriam frequentemente ao trabalho forçado, com base em preceitos legais, visto que tudo o que a administração colonial decidia fazer era «legal». As leis e regulamentos que forçavam os camponeses da África Oriental inglesa a cultivarem produtos como o algodão e o amen-

doim em quantidades superiores a um mínimo obrigatório, eram com efeito medidas coercivas do Estado colonial, ainda que formalmente não fossem enquadradas na classificação de «trabalho forçado».

A forma mais simples de trabalho forçado consistia na realização de «trabalhos públicos» — construção de mansões para os governadores, aquartelamentos para as tropas e residências para oficiais. A construção de estradas, caminhos de ferro e portos, elementos da infraestrutura necessária aos investimentos capitalistas, absorvia uma boa parte desse trabalho forçado. Apontando apenas para o exemplo da colónia britânica da Serra Leoa, verificamos que a construção do caminho de ferro, iniciada nos finais do século XIX, utilizou o trabalho forçado de milhares de camponeses compulsivamente retirados das aldeias onde viviam. O trabalho árduo e as condições desumanas levaram à morte um grande número desses trabalhadores. Nos territórios britânicos, esta espécie de trabalho forçado (incluindo o trabalho das crianças) estava de tal forma espalhado que as autoridades puderam dar-se ao «luxo» de decretar em 1923 o «Native Authority Ordinance», restringindo o emprego do trabalho forçado aos caminhos de ferro e construção de estradas. Encontrava-se sempre maneira de contornar este tipo de legislação «humanitária». Em 1930, todas as potências coloniais assinaram a «Convenção do Trabalho Forçado», mas raramente a seguiram nos anos subsequentes.

O Governo francês utilizava um método astucioso para obter trabalho «voluntário»: primeiro, pedia aos africanos que se alistassem no exército francês, e depois servia-se deles como trabalhadores não remunerados. Em vastas regiões do Sudão francês e da África Equatorial francesa vigoravam, extensivamente, regulamentos de trabalho forçado semelhantes. Nessas áreas, devido ao facto de as plantações não estarem bem estruturadas, o principal método para obtenção da mais-valia consistia em obrigar as populações a trabalharem em plantações

ou culturas situadas mais perto da costa. O Alto Volta, o Chade e o Congo Brazzaville foram, sob o Colonialismo, grandes fornecedores de trabalho forçado. Em 1921, foi iniciada a construção do caminho de ferro de Brazzaville para Ponta Negra, que apenas terminou em 1933. Em cada ano de construção, cerca de 10 000 «voluntários» africanos que viviam anteriormente em locais por vezes distantes mais de 1000 quilómetros, trabalharam em condições tão esgotantes que tinham de ser anualmente «renovados», visto que por ano morriam de fome e doenças cerca de 25 %!

Para além do facto de os «trabalhos públicos» terem um valor directo para os capitalistas, o governo colonial ajudava também os capitalistas privados fornecendo-lhes trabalhadores recrutados à força. Isto aconteceu em particular nos primeiros anos do Colonialismo, mas continuou a suceder em medida variável até à Segunda Guerra Mundial, perdurando mesmo em certas regiões até aos finais do Colonialismo. Nos territórios britânicos renovou-se essa prática durante a depressão económica de 1929-1933 e durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, o trabalho forçado foi reintroduzido no Quénia e no Tanganica para permitir o funcionamento normal das fazendas dos colonos. Na Nigéria, foram as companhias de estanho que beneficiaram especialmente da legislação sobre o trabalho forçado, que lhes permitia o pagamento de 2\$00 por dia aos trabalhadores, além das rações para alimentação. Durante grande parte do período colonial, o Governo francês prestou a mesma espécie de serviço às grandes companhias de madeiras, que tinham extensas concessões no Gabão e na Costa do Marfim.

Os regimes coloniais português e belga foram os mais descarados a obrigar directamente os africanos a trabalharem para os capitalistas privados, em condições equivalentes às da escravatura. No Congo, o rei Leopoldo teve a honra de iniciar, no século anterior, o brutal trabalho forçado. Foram tantos os congolese assassinados e mutilados pelos oficiais e pela polícia de Leopoldo que,

mesmo dentro de panorama geral semelhante, os regimes europeus não deixaram de desaprovar os «excessos» cometidos. Quando o rei entregou o território ao Governo belga, em 1908, já tinha realizado uma elevada fortuna; e o Governo belga, por seu turno, mas refreou a intensidade da exploração no Congo.

Os portugueses, que tiveram no tráfego de escravos o pior papel, foram também por várias vezes condenados pela opinião pública internacional. Uma característica peculiar do Colonialismo português foi a de ter servido de fornecedor de trabalho forçado não só para os seus próprios cidadãos como também para outros capitalistas fora do limite dos territórios coloniais portugueses. Para as minas de África do Sul seguia um grande contingente de angolanos e moçambicanos, que trabalhavam para sobreviver, enquanto os capitalistas da África do Sul pagavam uma certa soma ao Governo português por cada trabalhador enviado⁽⁶⁾.

No exemplo anterior, os portugueses cooperavam com os capitalistas de outras nacionalidades na maximização da exploração da força de trabalho africana. Durante o período colonial, registaram-se cooperações deste tipo, bem como de competição entre os poderes coloniais metropolitanos. Em termos gerais, o governo europeu devia intervir quando os lucros da sua burguesia nacional estivessem a ser atingidos pela actividade de outras nações. Vendo bem, o único propósito em estabelecer administrações coloniais na África era garantir a protecção dos interesses económicos dos monopólios nacionais. Deste modo, o Governo belga legislou no sentido de assegurar que a carga entre a Bélgica e o Congo fosse principalmente transportada pelas companhias marítimas belgas; e o Governo francês estabeleceu elevadas taxas alfandegárias para os amendoins transportados para a França por navios estrangeiros, o que na prática era um meio

(6) A saída de africanos para a África do Sul ainda se processa nos nossos dias.

de assegurar que esse transporte fosse efectuado somente por barcos franceses. No essencial, essas medidas faziam variar a mais-valia produzida, em detrimento de um ou de outro. Mas isso também queria dizer que o grau total de exploração era também maior, pois se tivesse sido permitida a concorrência entre os europeus, teria descido o custo dos serviços e subido o preço pago pelos produtos agrícolas.

Nos casos em que a «mãe-pátria» era um território atrasado, os africanos eram ainda mais prejudicados com a exclusividade comercial com a metrópole. Nas colónias portuguesas, os camponeses africanos obtinham preços mais baixos pela produção agrícola, pagando também quantias mais elevadas pelos artigos importados. Mesmo a Grã-Bretanha, a maior potência colonialista em África, também se viu a braços com a concorrência dos capitalistas mais dinâmicos da Alemanha, dos Estados Unidos e do Japão. Os comerciantes e industriais britânicos pediram ao governo que colocasse barreiras alfandegárias contra essa competição. Por exemplo, a exportação de tecidos japoneses para a África Oriental inglesa passou de 25 milhões de metros, em 1927, para 63 milhões em 1933, o que levou Walter Runciman, presidente da Junta de Comércio britânica, a pedir ao Parlamento a imposição de pesadas taxas às mercadorias japonesas exportadas para as colónias britânicas de África. Isto significou que os africanos tiveram de pagar preços mais elevados pelos tecidos, visto que naturalmente as fibras britânicas eram mais caras, o que conduziu a uma maior alienação dos frutos da força de trabalho dos africanos.

A actuação das «Juntas de Comércio de Produtos» fornece-nos uma perfeita ilustração da identidade de interesses entre os governos coloniais e os seus cidadãos burgueses, em África. A origem das «Juntas de Comércio» reside na movimentação registada em torno do cacau, na Costa do Ouro. Com efeito, em 1937, os plantadores de cacau recusaram-se, durante vários meses, a vender as colheitas caso o preço não fosse aumentado. Aparente-

mente, os africanos obtiveram resultados favoráveis quando o Governo britânico concordou em formar uma «Junta de Comércio», com a função de comprar o cacau aos camponeses, eliminando assim os grandes interesses como a U. A. C. e a Cadbury que, até então, tinham sido os compradores. Assim, foi constituída a West African Cocoa Control Board, em 1938, mas o Governo britânico utilizou-a como uma capa para esconder os capitalistas e permitir-lhes a continuação dos lucros fabulosos.

Teoricamente, uma «Junta de Comércio» devia pagar um preço razoável pela cultura dos camponeses, vendendo-a depois à Europa de modo a conservar um lucro para o melhoramento da agricultura e para pagar aos camponeses preços estáveis, caso os preços de mercado mundial baixassem. Na prática, as «Juntas de Comércio» pagavam um baixo preço, fixado por muitos anos, numa altura em que no mercado mundial subiam os preços do cacau! Os benefícios não iam assim para os africanos, como a «teoria» estipulava, mas sim para o próprio Governo britânico e para as companhias privadas. Grandes companhias como a U. A. C. e a John Holt recebiam quotas que podiam preencher, à confiança total das «Juntas». Estas, enquanto agentes governamentais, não estavam expostas a ataques directos, sendo os lucros realizados com mais segurança.

Esta ideia de constituição de «Juntas de Comércio» foi apoiada pelos círculos dirigentes da Grã-Bretanha porque, tendo-se desencadeado a guerra precisamente nessa altura, o Governo britânico estava ansioso por tomar medidas que assegurassem quantidades mínimas, no momento necessário, de certos produtos coloniais, dado o número limitado de navios dedicados à actividade comercial, durante a guerra. Também estava ansioso por salvar os capitalistas privados, duramente afectados pelos acontecimentos relacionados com a guerra. Por exemplo, o sisal da África Oriental tornou-se de importância vital para a Grã-Bretanha e os aliados na guerra, após o corte

feito pelos japoneses ao abastecimento de fibras das Filipinas e das Índias Orientais Holandesas. Na verdade, mesmo antes de a guerra se ter iniciado já o sisal era comprado a granel pelo Governo britânico, com o fim de ajudar os fazendeiros europeus da África Oriental que tinham perdido os mercados da Alemanha e de outras partes da Europa. Do mesmo modo, as oleaginosas (como os produtos da palmeira e os amendoins) eram comprados por uma «Junta de Comércio» constituída em Setembro de 1939, na previsão da falta de manteiga e óleos.

Relativamente às colheitas dos camponeses, estas eram compradas pelas «Juntas» a preços muito inferiores aos praticados no mercado mundial. Por exemplo, a Junta de Comércio da África Ocidental pagava 960\$00 aos nigerianos pela tonelada do óleo de palma, em 1946, e vendia-a por 5 300\$00, através do Ministério da Agricultura, preço mais próximo da média no mercado mundial. Os amendoins eram adquiridos pelas «Juntas» a 900\$00 por tonelada e posteriormente vendidos na Grã-Bretanha por 6 600\$00. Ainda por cima a administração colonial aplicava taxas de exportação às transacções das «Juntas», o que era um imposto indirecto sobre os camponeses. Esta situação atingiu um ponto tal, que muitos camponeses tentaram sair da «protecção» das «Juntas». Na Serra Leoa, o preço do café era tão baixo, em 1952, que os produtores escoavam as colheitas para os territórios franceses vizinhos. Mais ou menos na mesma altura, os camponeses nigerianos trocavam o óleo de palma pela recolha da borraça ou pelo corte de madeiras, produtos que não estavam sob a alçada das «Juntas».

Se se aceitar que o governo é sempre instrumento de uma determinada classe, compreende-se perfeitamente que os governos coloniais estivessem em conluio com os capitalistas na sucção da mais-valia para a Europa. Mas, mesmo no caso de não se aceitar esta premissa (marxista), seria impossível ignorar a evidência que constitui o facto de as administrações coloniais trabalharem como comissões de total defesa dos interesses dos grandes capi-

talistas. Os governadores das colónias tinham de ouvir os representantes locais e os gerentes das companhias. Havia também representantes das companhias que estendiam a sua influência simultaneamente por várias colónias. Antes da Primeira Guerra Mundial, o indivíduo com mais poderes na África Ocidental Britânica era Sir Alfred Jones — presidente da Elder Dempster Lines, presidente do Bank of West Africa e presidente da British Cotton-Growing Association. Nos últimos anos da década de 40, o governador da África Ocidental Francesa empenhava-se particularmente em agradar a Marc Rucart, pessoa com grandes interesses em várias companhias de comércio francesas. Exemplos semelhantes poderiam ser citados para cada colónia, ao longo da sua história, ainda que em algumas delas a influência dos colonos brancos chegasse a ser maior que a dos homens de negócios da metrópole.

Os accionistas europeus das companhias dominavam não só o Parlamento como também a própria administração. O presidente da Junta de Comércio do Cacau, integrada no Ministério da Agricultura, não era outro senão John Cadbury, director da Cadbury Brothers, que na altura participava nas associações exploradoras dos cultivadores do cacau na África Ocidental. Anteriores empregados da Unilever arranjaram boas posições no departamento de óleos e gorduras do Ministério da Agricultura, continuando a receber «gratificações» da Unilever! O departamento de óleos e gorduras controlava a distribuição das quotas das compras feitas pelas Juntas de Comércio à Associação de Comerciantes de África Ocidental, dominada pela U. A. C., filial da Unilever.

Não causa admiração que o Ministério da Agricultura enviasse uma instrução a um proeminente comerciante libanês, na qual o «aconselhava» a assinar um contrato imposto pela U. A. C. Não causa admiração que o governo ajudasse as companhias na manutenção dos baixos preços em África e assegurasse o trabalho forçado nas áreas necessárias. Não causa admiração que a Unilever

vendesse sabão, margarina, etc., a preços lucrativos, dentro de um mercado controlado pelo Governo britânico.

Claro que os governos metropolitanos asseguravam também a entrada nos cofres do Estado de uma certa parte da mais-valia colonial. Todos tinham várias espécies de investimentos directos nas companhias capitalistas. O Governo belga investiu na exploração mineira, enquanto o Governo português era accionista da Companhia dos Diamantes de Angola. O Governo francês sempre se esforçou por participar no mercado financeiro. Quando os bancos coloniais estavam em dificuldades, podiam contar com o socorro do Governo francês, que comprava uma parte das acções. O Governo britânico talvez tenha sido o que menos procurou envolver-se directamente nos negócios das companhias, mas fê-lo nas minas da Nigéria Oriental, do mesmo modo que nos caminhos de ferro.

As Juntas de Comércio de Produtos ajudaram o poder colonizador a controlar as colheitas. Vemos que a Junta de Comércio do Cacau vendia este produto, por um preço baixo, ao Ministério Britânico da Agricultura; o Ministério, por sua vez, vendia-o aos fabricantes britânicos, realizando um lucro que atingiu, nalguns anos, 660 milhões de escudos. A operação mais lucrativa da referida «Junta» era, porém, a venda a preços muito elevados aos Estados Unidos, com um grande mercado. Esses lucros nunca iam parar ao camponês africano, mas serviam para o comércio britânico obter preciosos dólares.

A partir de 1943, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos empenharam-se naquilo que poderíamos designar por «reciprocidade de créditos». Isto é, naquela situação de guerra os créditos fornecidos pelos Estados Unidos à Grã-Bretanha eram parcialmente pagos através das matérias-primas transportadas das colónias britânicas para os Estados Unidos. Nesse contexto, a madeira e a borracha da Malásia ocupavam um lugar importante, enquanto a África fornecia uma larga variedade de produtos, quer minerais quer agrícolas. A seguir à madeira e à bor-

racha, o café estava na terceira posição como fornecedor de dólares. Assim, em 1947, o cacau de África Ocidental trouxe cerca de 100 milhões de dólares para a balança de pagamentos britânica. Além disso, a África do Sul detinha quase completamente a produção de diamantes no mundo, vendendo-os aos Estados Unidos e passando à Grã-Bretanha os dólares necessários. Em 1946, Harry F. Oppenheimer declarou aos colegas directores da De Beers Consolidated Mines que «as vendas dos diamantes em bruto tinham fornecido 300 milhões de dólares americanos à Grã-Bretanha, durante a guerra».

O governo colonial efectuava as maiores manipulações no campo da circulação monetária, para garantir a transferência das riquezas de África para os cofres metropolitanos do Estado. Na esfera colonial britânica, as moedas e as notas eram inicialmente emitidas por bancos privados. Depois, essa função foi confiada ao West African Currency Board e ao East African Currency Board, fundados respectivamente em 1912 e 1919. A circulação emitida para as colónias por estes departamentos tinha de ser coberta por reservas em esterlino, provenientes do dinheiro ganho em África. O sistema funcionava do seguinte modo: quando uma colónia tinha excedentes de divisas estrangeiras (principalmente) nas exportações, esses excedentes eram convertidos, na Grã-Bretanha, em libras esterlinas. Era emitida para circulação uma quantia equivalente de moeda para a África Ocidental ou Oriental, enquanto as libras esterlinas eram investidas pelo Governo britânico, trazendo um lucro ainda maior para a Grã-Bretanha. Os bancos comerciais trabalhavam em íntima colaboração com o governo metropolitano e com os departamentos monetários para fazerem funcionar o sistema. Estabeleceram conjuntamente uma complexa rede financeira com o fim comum de enriquecer a Europa à custa de África.

A contribuição das colónias para as reservas em esterlino constituiu uma oferta para o tesouro britânico, não recebendo as colónias quaisquer benefícios por tal.

Nos finais dos anos 50, a reserva em esterlinos de uma pequena colónia como a Serra Leoa atingira o montante de £ 60 milhões; em 1955, o Governo britânico conservava £ 210 milhões, oriundos da venda do cacau e de minérios da Costa do Ouro. O Egipto e a Síria também foram grandes «contribuintes» da Grã-Bretanha. Em 1945, a contribuição total da África para a balança britânica foi de £ 446 milhões, elevando-se esse número, dez anos depois, para £ 1446 milhões — mais de metade da reserva total em ouro e dólares da Grã-Bretanha e da Commonwealth, que atingira então £ 2120 milhões. Pessoas como Arthur Creechjones e Olivier Lyttleton, grandes figuras na orientação da política colonial britânica, admitiram que a Grã-Bretanha estava a viver, nos primeiros anos da década de 50, das receitas em dólares das colónias.

O Governo britânico foi excedido pelo seu homólogo belga na apropriação de rendimentos das colónias, especialmente durante e depois da última guerra. Após a ocupação da Bélgica pelos alemães, foi formado em Londres um governo no exílio. Godding, secretário colonial desse regime exilado, admitiu que:

«Durante a guerra, o Congo conseguiu financiar todas as despesas do Governo belga em Londres, incluindo os serviços diplomáticos, bem como o custo das nossas forças armadas na Europa e na África, no total de cerca de 2400 milhões de escudos. De facto, graças aos recursos do Congo, o Governo belga em Londres não necessitou de pedir emprestado um único xelim ou dólar, permanecendo intacta a reserva belga em ouro.»

O Banco Nacional da Bélgica recebeu, desde a guerra, os excedentes em divisas estrangeiras provenientes do Congo. Além da rapina efectuada pelos capitalistas privados sobre as riquezas do Congo, o Governo belga também beneficiava directamente com a torrente dos milhões de francos por ano.

Apreciarmos o Colonialismo francês nesta matéria equivaleria a repetir as observações efectuadas a respeito dos britânicos e dos belgas. A Guiné era considerada uma colónia «pobre», mas em 1952 rendeu à França um milhar de milhões de francos (velhos) em divisas estrangeiras, obtidos a partir da bauxite, café e bananas. As técnicas financeiras francesas eram ligeiramente diferentes das de outros poderes coloniais. A França tendia a utilizar com maior intensidade os bancos comerciais, preocupando-se pouco com departamentos monetários. Também afectou mais duramente os africanos fazendo levar para fins militares. O Governo francês vestia os africanos com uniformes militares franceses, utilizando-os como carne para canhão na luta contra outros africanos, contra outros povos colonizados como os vietnamitas e também nas guerras na Europa. Os orçamentos coloniais tinham de suportar as despesas destes soldados enviados para a morte, mas caso regressassem com vida recebiam pensões fornecidas pelas reservas africanas.

Em resumo, o Colonialismo significou uma grande intensificação da exploração na África — num grau muito superior ao existente nas sociedades africanas anteriores. Simultaneamente, o seu objectivo central era a exportação massiva da mais-valia.

5.2. O FORTALECIMENTO DOS ASPECTOS TECNOLÓGICOS E MILITARES DO CAPITALISMO.

a) Exame introdutório dos benefícios não monetários da Europa, derivados do Colonialismo

Ainda há autores burgueses que asseguram que o Colonialismo não trouxe vantagens de maior aos europeus, do mesmo modo que outros afirmam que o tráfico de escravos não foi lucrativo. Não vale a pena dedicarmos-nos à refutação directa de tal ponto de vista, pois perderíamos tempo precioso, que pode ser melhor empregue. A secção anterior comprova o grau dos benefícios monetários realizados em África pelas potências coloniais. Mas a contribuição de África para o Capitalismo europeu não se resume às remessas monetárias. O sistema colonial per-

mitiu também um rápido desenvolvimento da tecnologia e da ciência nas metrópoles imperialistas. Também permitiu as modernas técnicas de organização das empresas capitalistas e do Imperialismo, no conjunto. Sem dúvida que o Colonialismo forneceu ao Capitalismo sangue novo e prolongou a sua existência na Europa Ocidental, berço do sistema.

No início do período colonial, a aplicação da ciência e da técnica à produção tinha já uma base sólida na Europa, situação relacionada, como explicámos anteriormente, com o comércio ultramarino. A Europa entrava então na idade da electricidade, da metalurgia e da proliferação dos produtos químicos. Esta fase atingiu níveis elevados durante o período colonial. Os inventos eléctricos atingiram um campo qualitativamente novo, o da electrónica, fabricando-se instrumentos miniaturizados e computadores, registando-se também um progresso notável nas telecomunicações. A indústria química estava a preparar uma larga variedade de substitutos sintéticos para as matérias-primas, e apareceu um novo ramo de produtos petroquímicos. A combinação de metais pelas inovações da metalurgia significou que se podia obter materiais mais resistentes ao calor, mais leves e dúcteis... Nos finais do Colonialismo, a Europa estava nas vésperas de uma nova época — a do poder nuclear.

É do conhecimento comum que o fosso entre os rendimentos das metrópoles e os das colónias aumentou, pelo menos de 15 a 20 vezes, durante o período do Colonialismo. A causa disso deve-se, antes do mais, ao avanço técnico-científico nas metrópoles, que determinou diferentes graus de produtividade. Por conseguinte, é necessário compreender o papel do colonialismo para esse progresso científico na Europa, concretizado na aplicação à indústria.

Seria um grande simplismo afirmar que o Colonialismo em África, ou em qualquer outra região do mundo, *determinou* o desenvolvimento da ciência e da técnica na

Europa. A tendência para as inovações técnicas e a renovação do capital fixo é inerente ao próprio Capitalismo, devido à sede de lucros e à concorrência. Contudo, seria extremamente correcto dizer-se que a colonização da África e de outras partes do mundo formou um laço indispensável num complexo de factores que tornaram possível a transformação da base material do Capitalismo europeu. Sem esse laço, o Capitalismo europeu não teria atingido o nível registado em 1960. Por outras palavras, o «fosso» entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas teria sido outro.

Os lucros do Colonialismo em África misturaram-se com os provenientes de outras fontes, no financiamento das pesquisas científicas. Isto aconteceu, no sentido geral de que o desenvolvimento da sociedade capitalista no presente século permitiu mais dinheiro e disponibilidade para a investigação. Por outro lado, o desenvolvimento do Capitalismo na fase imperialista foi acompanhado pela divisão do trabalho *dentro das metrópoles capitalistas* num ponto tal que a investigação científica se torna um ramo da divisão do trabalho, e sem dúvida dos mais importantes. A sociedade europeia passou da investigação científica individual, encarada como independente, para uma situação em que é controlada directamente pelos governos, exércitos e capitalistas privados, sendo assim consolidada e «orientada». Um exame cuidadoso revela que as fontes de financiamento e as orientações das pesquisas estavam largamente influenciadas pela situação colonial. Primeiro, há que recordar que a mais-valia realizada pela Europa em África representava *capital monetário*. Assim, os departamentos monetários de África Ocidental e Oriental investiam os lucros nos fundos governamentais (de variadas aplicações), enquanto os bancos comerciais e as companhias de seguros investiam nas obrigações públicas, hipotecas e acções. Este capital, adquirido nas colónias, espalhava-se nas metrópoles por muitos sectores, beneficiando indirectamente indústrias afastadas da exploração colonial.

Contudo, é mais fácil descrever o impacte da exploração colonial nas indústrias directamente relacionadas com os produtos coloniais. Essas indústrias tinham de improvisar máquinas mais eficientes na transformação das matérias-primas importadas. Para a extracção do óleo de palma tiveram de se adaptar novas máquinas, ao passo que o café de inferior qualidade era transformado, através de um processo especial, numa nova solução a que se designou «café instantâneo». Os comerciantes e industriais também estudaram maneiras de modificar as matérias-primas coloniais, de modo a diversificar a utilização nas fábricas europeias, quer em qualidade quer em quantidade. Podemos apontar como exemplo o cuidado demonstrado pelos holandeses em Java e pelos americanos na Libéria para obter novas variedades da borracheira, de modo a torná-la mais resistente às pragas. Nos últimos tempos, o esforço para uma melhor qualidade das matérias-primas é acompanhado pela procura de novos produtos, que deixassem o Capitalismo menos dependente das regiões coloniais, como fontes das matérias-primas, o que levou ao aparecimento dos produtos sintéticos.

Podemos apreciar facilmente que certas modificações técnicas e inovações, na esfera da navegação, estão relacionadas com o facto de uma grande parte dos navios se destinarem a estabelecer ligações entre as metrópoles e as colónias. Assim, os barcos necessitaram de câmaras frigoríficas para transportar mercadorias deterioráveis; tinham de ter depósitos especiais para volumes ou cargas líquidas como o óleo de palma; e o transporte do petróleo do Médio Oriente, Norte de África e outras regiões do Globo levou à construção de novas espécies de navios: os petroleiros. A configuração dos barcos e a natureza das cargas afectaram, por seu turno, as instalações portuárias das metrópoles.

Mesmo no caso de ser remota ou quase inexistente a relação com o Colonialismo, podemos todavia ainda dizer que o Colonialismo foi um factor determinante para

a revolução da técnica na Europa. À medida que, no actual século, a ciência se desenvolveu, as suas conexões tornaram-se variadas e complexas. É impossível descobrir a origem completa de cada ideia ou invenção, mas reputados historiadores da ciência afirmam que o desenvolvimento do saber e a sua aplicação quotidiana dependem de um grande número de forças, que actuam na sociedade como um todo, e não apenas das ideias fornecidas dentro dos diferentes ramos da ciência. Com o desenvolvimento do Imperialismo, um dos factores mais poderosos (para o desenvolvimento da ciência) é precisamente emanado das áreas coloniais ou semicoloniais.

As considerações anteriores aplicam-se plenamente a qualquer discussão dos aspectos militares do Imperialismo; a defesa do império foi um dos estímulos mais importantes para o crescimento do material bélico, numa sociedade que tendia já para a militarização, desde a época feudal. A grande rivalidade naval entre a Grã-Bretanha, a Alemanha, a França e o Japão, antes e durante a Primeira Guerra Mundial, exemplifica a amplitude concedida à ocupação militar europeia. A disputa das colónias e dos sectores de investimento desenvolveram a marinha, surgindo novos tipos de barcos de guerra, como os cruzadores e os submarinos. No fim da Segunda Guerra Mundial, a investigação militar, subsidiada pelos Estados capitalistas a partir dos lucros da exploração internacional, tinha-se tornado um dos ramos mais desenvolvidos da pesquisa científica.

Durante o período que medeou entre as duas guerras, a maior contribuição de África para a evolução das estruturas da Europa centrou-se no fortalecimento do Capitalismo monopolista. Duse Muhammed Ali e du Bois, panafricanistas de renome, tinham já reconhecido, antes da guerra de 1914, que o capital monopolista era o elemento motor da expansão imperialista. Lenine, esse grande dirigente revolucionário, fez a análise mais completa e conhecida desse fenómeno económico. As suas análises foram comprovadas pela prática, pois à medida que

avançava o período colonial tornou-se cada vez mais claro que os grandes beneficiários com essa situação eram os monopólios, especialmente mais ligados às actividades financeiras.

A África (conjuntamente com a Ásia e a América Latina) contribuiu para o processo de concentração e centralização, pelo qual a concorrência entre as pequenas empresas deu lugar ao domínio de um pequeno número de monopólios sobre as diversas actividades económicas. Foi na rota mercantil da Índia que as companhias de navegação iniciaram, em 1875, a Conference Lines. Esta actividade em regime de monopólio espalhou-se rapidamente ao comércio da África do Sul e alcançou na África Ocidental, nos primeiros anos do século, um nível muito elevado. Foi nesta região que tanto a França como a Inglaterra alcançaram uma experiência considerável nas «associações» e noutras formas de partilha de mercados, a acompanhar a absorção das pequenas empresas pelas grandes, intensificada sobretudo no início da última fase do Colonialismo (9).

Foi na África Austral que emergiram, de modo estruturado, as grandes companhias e sociedades gigantes, multinacionais tanto pela composição das acções como pela dispersão das suas actividades económicas num grande número de regiões. Os capitalistas isolados, como Oppenheimer, fizeram grandes fortunas na África Austral, mas esta região nunca esteve no período dos homens de negócios individuais e familiares, que caracterizaram, até ao início do presente século, as actividades económicas na Europa e na América. As grandes companhias mineiras formavam um todo complexo, racionalizadas em função do pessoal, produção, venda e publicidade, tendo inclusivamente poderes para efectuar prisões durante longos períodos. Em todas as latitudes, foram as forças produtivas internas que conduziram o Capitalismo na sua expansão e domínio. Foi o sistema que se expandiu.

(9) Ver página 210, 5.1.

Mas complementarmente podemos ver que a África, e em particular a África Austral, contribuíram em especial para o fortalecimento superestrutural do Capitalismo, realizado também por indivíduos que, tendo planeado a exploração de África nos fins do século passado, conseguiram impor o domínio racista sobre os povos negros de África, até aos nossos dias.

A Europa estava, já desde o século XIV, na direcção estratégica do comércio mundial e dos aspectos organizativos das transacções de mercadorias entre os continentes. No Imperialismo, o poder da Europa aumentou, pois este estágio concretizou-se em investimentos, e estes (com ou sem domínio colonial) forneceram aos capitalistas europeus o controlo sobre a produção em cada continente. A soma de benefícios para o Capitalismo aumentou, visto que a Europa podia determinar a quantidade e a qualidade das diferentes matérias-primas necessárias para os interesses globais do Capitalismo, e da burguesia em particular. Por exemplo, o aparecimento da indústria do chocolate na Europa e na América do Norte resultou da complementarização do açúcar das Índias Ocidentais com o cacau de África. No campo da metalurgia pôde combinar-se o minério de ferro da Suécia, Brasil ou Serra Leoa com o manganês da Costa do Ouro ou o cromo da Rodésia do Sul, obtendo-se diversos metais. Poderíamos multiplicar quase indefinidamente estes exemplos, de forma a cobrir o conjunto da produção capitalista durante o período colonial.

Como afirmou John Stuart Mill, o comércio entre a Inglaterra e as Índias Ocidentais, no século XVIII, era semelhante ao comércio entre a cidade e o campo. No presente século, essa relação ainda é mais vincada, no sentido de a cidade (a Europa) exercer uma acção parasitária sobre o campo (África, Ásia e América Latina). Quando se apontava que a função das colónias devia residir na produção de matérias-primas e compra de manufacturas, o que no fundo se queria aplicar era uma *divisão internacional do trabalho* que abrangesse os tra-

balhadores de todo o mundo. Até essa altura, os membros de cada sociedade tinham de desempenhar funções específicas no processo produtivo — uns caçavam, outros faziam as peças de vestuário, outros construíam casas, etc. Porém, com o Colonialismo, os capitalistas determinavam as actividades dos trabalhadores em todo o Globo. Os africanos tinham de extrair os minérios do subsolo, cultivar o solo, colher produtos naturais e realizar trabalhos mesquinhos como as reparações de bicicletas. Na Europa, na América do Norte e no Japão os trabalhadores tinham de transformar os minérios e as matérias-primas e fabricar as bicicletas.

A divisão internacional do trabalho trazida pelo Imperialismo e pelo Colonialismo garantiu a elevação do nível da ciência e da técnica nas nações capitalistas. A força física foi principalmente utilizada para a extracção dos minérios e o cultivo do solo africano, mas a transformação em metais e a produção de mercadorias na Europa veio a desenvolver a técnica e a ciência, com o decorrer do tempo. Tomemos o ferro e a indústria do aço, como exemplo. Os modernos processos de transformação do aço derivam do sistema de Siemens e de Bessemer, que existiam já na segunda metade do século passado. Ambos os processos sofreram grandes modificações, evoluindo as operações intermitentes para os grandes fornos eléctricos, de produção contínua. Mais recentemente, a automatização e o aparecimento de processos mais modernos estão a reduzir o número de trabalhadores especializados necessários. No conjunto, o avanço tecnológico e científico foi imenso, comparado com o registado nos anos anteriores ao Imperialismo.

O minério de ferro não foi dos produtos mais exportados de África, podendo, por conseguinte, parecer um exemplo irrelevante. Todavia, o ferro teve muito peso na economia da Serra Leoa, Libéria e Norte de África. Pode servir-se deste exemplo para ilustrar o modo pelo qual a divisão internacional do trabalho permitiu o avanço da técnica e da ciência nas metrópoles. Além do mais,

recordemos que a África foi uma importante fonte de minérios que, como o manganês e o cromo, permitiram a formação de diversas ligas metálicas. O manganês era essencial no processo Bessemer. Era extraído em diversas regiões de África; a mina Nouta, na Costa do Ouro, continha o maior depósito do mundo. As minas da Costa do Ouro e do Norte de África pertenciam a companhias americanas, que utilizavam este minério na metalurgia dos Estados Unidos. O cromo da África do Sul e da Rodésia do Sul também desempenhava um papel semelhante.

A columbite era um dos outros minérios africanos úteis para a formação de ligas metálicas. Altamente resistente ao calor, tinha na formação de ligas para motores de aviões uma das suas principais utilidades. Foi o rápido desenvolvimento da indústria e da técnica europeia que, antes do mais, levou a columbite a assumir tal importância, pois até 1952 era um produto secundário extraído nas minas de estanho da Nigéria. A partir dessa altura, estimulou fortemente a técnica europeia na esfera dos motores de aviões.

Conforme a divisão internacional do trabalho vigente no colonialismo, foram, obviamente, os trabalhadores americanos, canadianos, britânicos e franceses que tiveram acesso aos empregos relacionados com a utilização da columbite, enquanto o mineiro nigeriano extraía da terra o minério. Devido a certos factores, a procura da columbite desceu bastante após alguns anos, contribuindo para formar o «fosso» entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Também o cobre se enquadra primorosamente no aspecto que estamos a tratar. A exportação do minério requeria o trabalho de mineiros africanos não especializados, processando-se a transformação na Europa. O cobre foi o principal minério de exportação de África. Excelente condutor da electricidade, tornou-se indispensável para a indústria capitalista da energia eléctrica. É componente essencial dos geradores, motores, locomotivas

eléctricas, telefones, telégrafos, automóveis, construções, rádios, frigoríficos e muitos outros objectos. Há uma tendência para caracterizar uma era tecnológica em função da principal fonte de energia. Assim, hoje fala-se de uma era nuclear, visto que o potencial da energia nuclear é enorme. A Revolução Industrial que se processou na Europa durante os séculos XVIII e XIX foi a era do carvão. De um modo semelhante, a época colonial foi a era da electricidade. Por conseguinte, as exportações vitais do cobre do Congo, Rodésia do Norte e outras regiões da África contribuíram fortemente para o avanço tecnológico da Europa. Numa posição estratégica, as suas múltiplas aplicações trouxeram um benefício incalculável para o desenvolvimento capitalista.

Temos de fazer, de novo, uma referência especial aos aspectos militares, no presente contexto. Os minérios africanos desempenharam um papel decisivo quer em relação às armas convencionais quer relativamente ao aparecimento das armas atómicas e nucleares. Foi do Congo belga que, durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos começaram a extrair o urânio, requisito essencial para o fabrico da primeira bomba atómica. Pelo fim do período colonial, a interligação entre a indústria e a máquina de guerra tinha-se tornado tão grande nos países colonizadores, que qualquer contribuição a uma influía necessariamente na outra. Por isso, o grande contributo da África para aquilo que inicialmente parecia apenas visar fins pacíficos, como o fio de cobre e as ligas metálicas, recaíu ultimamente sobre materiais explosivos, porta-aviões, etc.

A colonização e o domínio do mundo inteiro pelos brancos apenas se tornou possível quando as armas de fogo europeias alcançaram um certo grau de eficácia no século XIX. Similarmente, a invenção de um manancial de novos instrumentos de destruição produziu um certo desencorajamento psicológico, que se reflectiu na actividade prática, na luta pela independência dos povos colonizados. Quando a polícia e as forças armadas locais eram inca-

pazes de assegurar a manutenção da legislação metropolitana e colonial, o Colonialismo dedicava-se, sem contemplos, a uma política de «terra queimada». O fortalecimento do aparelho militar das potências europeias foi, na perspectiva dos colonizados, duplamente prejudicial, visto que não só aumentou o fosso tecnológico entre a metrópole e a colónia como também influenciou a luta dos povos africanos pela libertação.

A divisão internacional do trabalho do período colonial também permitiu um crescimento das oportunidades de emprego na Europa, além dos milhões de colonos brancos e desterrados que viviam à custa de África. Os produtos agrícolas eram exportados de forma a permitirem a existência de indústrias de transformação na Europa. O número de empregos criados na Europa e na América do Norte pela importação dos minérios da África, Ásia e América Latina pode calcular-se pela existência em grande número de trabalhos de metalurgia, fábricas de automóveis, alumínio, fio de cobre, etc. A actividade mineira afectou o subsolo, bem como a técnica agrícola empobreceu os solos africanos; na Europa, em contrapartida, as importações dos minérios e produtos agrícolas permitiram a formação de grandes complexos industriais.

Nas primeiras fases da organização social, a produção estava atomizada. Quer dizer, as famílias mantinham uma autonomia económica, formando uma célula em luta pela sobrevivência. Com o decorrer do tempo, a produção adquiriu um carácter cada vez mais social e interdependente. Na economia feudal desenvolvida, o fabrico de um par de sapatos envolvia inicialmente o rebanho, um curtidor de peles e, finalmente, um sapateiro — diferentemente do verificado com o camponês, que matava o animal e fazia, por si só, um par de sapatos, na fase da comunidade auto-suficiente. Um dos índices de desenvolvimento de uma sociedade é-nos fornecido pelo grau de socialização da produção, em especial pela especialização e coordenação.

É indiscutível que a produção no Capitalismo europeu adquiriu um carácter cada vez mais social. Integrou nela o mundo inteiro; tendo um importante estímulo na exploração colonial, a produção capitalista integrava diversos sectores, desde a agricultura ao sistema bancário. Mas a *distribuição* não tinha um carácter social. Os frutos da actividade produtiva eram apropriados por uma classe minoritária constituída por brancos da Europa e da América do Norte. Esta é a chave do processo dialéctico de desenvolvimento e de subdesenvolvimento, que se processou durante o período colonial.

b) *O exemplo da UNILEVER, um dos principais beneficiários com a exploração dos africanos*

Do mesmo modo que tivemos de analisar a actividade dos bancos e das companhias para podermos compreender os mecanismos de exploração, teremos também de continuar a prestar atenção a essas actividades para verificarmos os benefícios não monetários fornecidos pela África ao Capitalismo europeu. Vamos agora apresentar, a título exemplificativo, um resumo dos traços marcantes do desenvolvimento de uma companhia — a UNILEVER —, relacionando-os com a exploração dos recursos e dos povos de Africa.

Em 1885, na altura em que a África era retalhada na Conferência de Berlim, um tal William H. Lever começou a fabricar sabão em Merseyside, perto de Liverpool, em Inglaterra. Atribuiu ao seu sabão o nome publicitário de «Sunlight»⁽¹⁾, e à medida que o negócio prosperava crescia o município de Port Sunlight, na região em que estava instalada a fábrica. Dez anos depois da fundação, a fábrica vendia já 40 000 toneladas de sabão por ano, só na Inglaterra, estando em preparação fábricas noutras partes da Europa, na América e nas colónias britânicas, e a formação de um serviço de exportações em grande

(1) Luz do Sol, em português literal. (N. Trad.)

escala. Apareceram então as conhecidas marcas «Lifebuoy», «Lux», «Vim», e passados mais dez anos a Lever vendia 60 000 toneladas de sabão na Grã-Bretanha, e tinha além disso fábricas no Canadá, nos Estados Unidos, na África do Sul, na Suíça, na Alemanha e na Bélgica. Contudo, o sabão não «crescia» em nenhum desses países. O elemento base na sua produção era a estearina, obtida a partir de óleos e gorduras. Os produtos primários necessários, exceptuando o sebo dos animais e o óleo da baleia, vinham dos trópicos: nomeadamente o óleo da semente de palma, óleo de amendoim e copra. A África Ocidental era a maior região produtora da palma e também exportava grandes quantidades de amendoim.

Em 1887, a companhia austríaca Schdit, que viria mais tarde a ser incorporada no complexo Unilever, construiu na Áustria o primeiro engenho triturador da semente da palma, fornecida por uma companhia de comércio de óleos, de Liverpool. Isto não aconteceu por acaso, pois enquadra-se na lógica do Imperialismo e no acesso à África como reservatório de matérias-primas para a Europa. Em 1902, Lever enviou a África os seus próprios «exploradores», os quais chegaram à conclusão que o Congo seria a região mais favorável à obtenção dos produtos da palma, visto que o Governo belga estava disposto a oferecer grandes concessões de terras com inúmeras palmeiras. A Lever conseguiu as concessões desejadas e adquiriu a maquinaria necessária à extracção do óleo das sementes da palma.

Mas as principais exportações do óleo da palma vieram de regiões litorais a norte do Congo. Por consequência, em 1910, Lever comprou uma pequena empresa de Liverpool instalada na Nigéria, a McIver. Seguidamente foram também adquiridas pequenas companhias na Serra Leoa e na Libéria. Claro que a Lever (na altura designava-se Lever Bros⁽²⁾) não «descuroou» nenhuma colónia de África Ocidental. O primeiro grande golpe nas

(2) Bros é um diminutivo de «brothers» (irmãos). (N. Trad.)

companhias rivais registou-se quando a Lever comprou por 48 milhões de escudos a Niger Company, em 1920. Em 1929, a African e a Eastern, as últimas grandes companhias rivais, associaram-se à Unilever; como resultado surgiu a United Africa Company (U. A. C.).

Durante a guerra de 1914, a Lever iniciou o fabrico da margarina, que requeria os mesmos produtos que o sabão, em particular os óleos e gorduras. Nos anos subsequentes verificou-se uma grande concentração das fábricas deste tipo, em resultado das contínuas fusões e associações. Os grandes nomes da produção do sabão e da margarina no continente europeu eram duas companhias holandesas, a Jurgens e a Van der Bergh, e as companhias austríacas de Schidt e Centra. De início, as companhias holandesas alcançaram uma posição dominante; mas em 1929 foram integradas pela Lever, que, entretanto, tinha estado atarefada na absorção de quase todas as companhias. Com a fusão de 1929, a Lever tornou-se um poderoso monopólio, separada por motivos de conveniência da Unilever Ltd. (registada na Grã-Bretanha) e da Unilever N. V. (registada na Holanda).

Trabalhando a partir de óleos e gorduras, a actividade da Unilever dependia em larga medida da sua filial U. A. C., formada nesse ano. A U. A. C. nunca deixou de crescer. Em 1933 absorveu a importante companhia comercial de G. B. Ollivant, e em 1936 comprou a Swiss Trading Company na Costa do Ouro. Nessa altura, não dependia apenas das palmeiras espontâneas do Congo, pois tinha as suas próprias plantações. As fábricas da Lever nos Estados Unidos retiravam os fornecimentos de óleo principalmente do Congo, e em 1925 as fábricas de Boston apresentavam um lucro de 1 500 000 escudos.

A Unilever prosperou em tempo de guerra e em tempo de paz. Apenas teve perdas na Europa Oriental, onde o advento do Socialismo levou à nacionalização das fábricas. Pelos fins do período colonial, era uma força mundial, vendendo sabões tradicionais, margarina, toucinho, óleo de cozinha, conservas alimentícias, velas, glicerina e ar-

tigos de higiene como as pastas dentífricas. Onde residia a manutenção desta organização gigantesca? Deixemos a própria Unilever responder, através do seu Departamento de Informações, em Londres.

«O que chama mais a atenção no desenvolvimento da Unilever, no período pós-guerra, é o progresso registado pela United Africa Company. Mesmo nos piores anos de depressão, a Unilever nunca deixou de investir na U. A. C., mais devido à sua confiança geral no futuro de África do que por considerações específicas sobre os objectivos imediatos da U. A. C. A recompensa por esta confiança surgiu com o período de prosperidade dos produtores primários, no pós-guerra, que tornou a África um mercado elástico para todas as espécies de mercadorias, desde ervilhas congeladas a automóveis. O centro de gravidade da Unilever situa-se na Europa, mas a companhia depende, em larga medida, da sua maior filial (a U. A. C., que tem um movimento de 2100 milhões de escudos, ou seja, a Unilever e o progresso de África Ocidental estão indissociavelmente ligados).»

Em alguns casos, as companhias da Lever em África tiveram perdas, num plano de curto prazo. Assim, decorreram alguns anos até que as plantações do Congo fossem fonte de lucro, após a amortização do capital inicialmente investido. Também se passou um certo período, depois da compra da Niger Company, em que a Lever não via a «recompensa» dessa operação; também a S. C. K. N. no Chade jamais chegou a alcançar lucros elevados. Mas, mesmo nos piores anos financeiros, as filiais (incluindo a U. A. C.) eram activos valiosos, atendendo a que permitiam às fábricas da Unilever um controlo sobre uma fonte segura de matérias-primas essenciais. Claro que a própria U. A. C. também fornecia apreciáveis dividendos, mas é nossa intenção chamar aqui a atenção não sobre

os lucros financeiros da U. A. C. ou da Unilever mas essencialmente sobre o modo como a exploração de Africa contribuiu para o desenvolvimento técnico da Europa.

Quer a indústria do sabão quer a da margarina tinham os seus problemas científicos e técnicos específicos, que tinham de ser resolvidos. O avanço científico constitui, a maior parte das vezes, uma resposta às necessidades reais. Os óleos para a margarina e para a cozinha tinham de ser desinfectados; era necessário um substituto para o toucinho natural; e, quando a margarina começou a sofrer a concorrência da manteiga barata, surgiu a necessidade de encontrar formas de produzir uma margarina de elevada qualidade, altamente vitaminada. Em 1916, dois técnicos da Lever publicaram num jornal científico britânico os resultados de experiências mostrando o crescimento de animais alimentados com margarina altamente vitaminada. Esses técnicos contactaram com cientistas da Universidade de Cambridge que estudaram o assunto, e em 1927 estava preparada uma margarina vitaminada para consumo humano.

Quanto ao sabão (e em menor escala a margarina), foi essencial encontrar um processo de transformar os óleos em gorduras — em particular o óleo da baleia, mas também óleos vegetais. Este processo chamado hidrogenação, despertou a atenção dos cientistas nos primeiros anos do presente século. As companhias rivais de sabão, incluindo a Lever e outras companhias europeias que mais tarde se fundiram para formar a Unilever, financiavam as investigações dos cientistas.

Os detergentes oferecem-nos um dos exemplos mais significativos nas diversificações tecnológicas da transformação das matérias-primas coloniais. O próprio sabão é um detergente ou «artigo para lavagem», mas o sabão ordinário enferma de várias limitações, tais como a tendência para a decomposição em água pesada e em ácidos. Estas limitações apenas poderiam ser superadas pelos detergentes desprovidos da base gordurenta dos

anteriores sabões. Quando a Alemanha se viu privada das reservas coloniais de óleos e gorduras na primeira guerra imperialista, os cientistas alemães encetaram as primeiras experiências para a produção de detergentes sem o alcatrão de carvão. Mais tarde, nos anos 30, as companhias da indústria química começaram a fabricar detergentes semelhantes numa escala maior, especialmente nos Estados Unidos. A Unilever e a Procter & Gamble foram duas das firmas que imediatamente se lançaram na investigação de detergentes. A segunda companhia tinha a sede em Cincinnati, nos Estados Unidos.

Poderá a princípio parecer estranho que os detergentes, fazendo concorrência aos sabões ordinários, tivessem sido promovidos pelas fábricas de sabão. Todavia, é normal os interesses monopolistas transferirem-se para novos campos que complementarizam ou até substituem as actividades primitivas. É necessário para esses interesses evitar que todo o seu capital fixo se amarre a produtos que desaparecem de moda. As companhias de sabão não podiam deixar a produção de detergentes entregue às companhias químicas, pois assim ficariam afectadas na produção de sabões e não teriam produtos nos mercados. Por isso, a Unilever desenvolveu grandes esforços na produção de detergentes, conservando num grau apreciável os óleos vegetais, mas modificando-os quimicamente. As investigações neste ramo não foram deixadas ao acaso ou a técnicos individuais. Em 1960, a Unilever tinha 4 laboratórios principais — dois na Inglaterra, um na Holanda e o outro nos Estados Unidos. Estes quatro laboratórios, juntamente com outras pequenas unidades de investigação, empregavam mais de 3000 pessoas, das quais cerca de um terço eram cientistas e técnicos qualificados.

Podemos traçar com certa precisão os múltiplos efeitos derivados da Unilever e da sua exploração colonial. Quando as sementes da palma eram esmagadas, os resíduos formavam uma pasta, excelente para a alimentação do gado. Um produto derivado da indústria do sabão

era a glicerina, utilizada no fabrico de explosivos. Os europeus matavam-se uns aos outros com alguns desses explosivos, mas outros destinavam-se a utilizações pacíficas, nas minas, pedreiras e na construção. Alguns outros produtos estavam relacionados com o sabão, através da base comum de óleos e gorduras; é o caso dos cosméticos, shampôs, perfumes, cremes de barbear, pastas de dentes e tintas. Como afirmou um escritor, esses produtos acessórios «serviam para alargar a base comercial de actuação da Unilever, dando forma aos conhecimentos técnicos relativos aos óleos e gorduras». Além disso, tais actividades criavam centenas de milhar de novos empregos para os trabalhadores europeus.

O fabrico do sabão e da margarina requeria outras matérias-primas, além dos óleos e gorduras. A produção do sabão consumia grandes quantidades de soda cáustica, de modo que em 1911 a Lever comprou terrenos em Cheshire adequados à transformação desse álcali. Os gigantes capitalistas viviam à custa do Colonialismo e o Imperialismo podia dar-se ao luxo de actuar desse modo. Assim, quando a Lever precisou de abrasivos, a companhia comprou uma mina de calcário na Boémia; e quando a Unilever quis assegurar fornecimentos de papel de embrulho, comprou uma fábrica de papel.

O transporte foi um outro problema básico que estimulou o crescimento europeu. Um mês após a compra da Niger Company, em 1920, a Lever envolvia-se num projecto para trabalhos em Mersey, de modo a receber as cargas dos navios vindos de África Ocidental. A U. A. C. foi pioneira em obter navios fabricados para transportar o óleo de palma em grandes tanques, e Van der Bergh planeou comprar um estaleiro para construção de navios para a sua companhia, alguns anos antes da fusão. Esse projecto não se materializou, mas a Unilever adquiriu de facto vários navios para sua utilização, incluindo navios vindos directamente dos estaleiros e construídos com adaptações.

A Unilever também estava ligada à distribuição a retalho. Os seus produtos tinham de ser vendidos às donas de casa, e as companhias alemãs que se juntaram à Unilever decidiram que deveriam ter os seus próprios armazéns comerciais, com vista a garantir as vendas. Em 1922, a Jurgens tinha o controlo de uma cadeia de armazéns na Inglaterra, apropriadamente chamados Home and Colonial⁽⁹⁾. A Van der Bergh (naquela altura rival) não ficava atrás, pois detinha posição maioritária de acções na rede de armazéns pertencentes a Lipton, conhecido pelos seus chás. Todas estas lojas passaram para a Unilever. As actividades dos grandes armazéns cedo deixaram de ser consideradas como um mero escoamento de produtos, e tornaram-se um fim em si.

Por vezes, os efeitos múltiplos não parecem estar ligados. À primeira vista, não há nenhum motivo que explique a razão pela qual a Lever detivesse uma rede de estabelecimentos de venda de peixe, designados Mac Fisheries! Pouco há de comum entre o sabão, salsichas e sorvetes — mas a Lever comprou a Walls como uma fábrica de salsichas e mais tarde a Walls abriu uma fábrica de sorvetes. A ligação de fundo reside no facto de o capital procurar a dominação. Cresce, estende-se e procura deter tudo o que se vislumbre. A exploração de África forneceu ao capital monopolista europeu excelentes oportunidades de satisfazer as suas tendências para a expansão e dominação.

Antes de deixarmos a Unilever, temos de observar, para finalizar, a versatilidade desta companhia no sistema capitalista. A apresentação de uma companhia em duas, a Unilever Ltd. e a Unilever N. V., foi um artificio inicialmente utilizado quando a Schicht e a Central da Europa Central se associaram com as companhias holandesas de margarinas de Jurgens e de Van der Bergh, e foram adoptadas duas designações para diminuir os

⁽⁹⁾ Nacional e Colonial, em tradução literal. (N. Trad.)

impostos. A Unilever compreendia duas grandes companhias com os mesmos corpos directivos e com processos de transferência de lucros. Todas as companhias envolvidas na fusão tinham larga experiência na racionalização do trabalho do pessoal, na produção e nas técnicas de mercado. A Schicht foi uma das primeiras a trabalhar com um sistema contabilístico aperfeiçoado e com um controlo financeiro. O próprio Lever tinha sido pioneiro na técnica de publicidade de massas na Europa e no competitivo mercado dos Estados Unidos. A Unilever herdou e aperfeiçoou as técnicas de produção e de publicidade, de modo a obter um consumo massivo.

Avaliam-se melhor os aperfeiçoamentos organizativos numa perspectiva de longo prazo, como por exemplo comparando a requintada organização internacional da Unilever com as companhias dos séculos XVI e XVIII, com dificuldades na escrituração. A eficiente contabilidade e os métodos de negócios que, como alguns pretendem, caracterizariam as companhias capitalistas, não caíram do céu. Resultam da evolução histórica, e nessa evolução a exploração de África desempenhou um papel fundamental — desde o período das companhias dos séculos XVII e XVIII passando pelo período colonial.

c) As contribuições do Colonialismo para os poderes colonizadores individualizados

Para analisarmos os benefícios não monetários retirados do Colonialismo pelos colonizadores, será mais fácil demarcarmos o campo de relações entre cada colónia e a «mãe-pátria», além da análise que já efectuámos em relação às actividades das companhias. Segundo a visão tradicional das metrópoles europeias, o Colonialismo teria trazido para as colónias uma larga gama de efeitos positivos, ainda que variáveis de colónia para colónia. Portugal, o mais fraco poder colonialista em África, nada seria sem as suas colónias, e no entanto chega a insistir que Angola, Moçambique e a Guiné foram, desde sempre,

parte integrante de Portugal, tal como qualquer província do país europeu chamado Portugal. Por vezes, a França também propagandeou a mesma doutrina em relação à Argélia, Martinica e Vietname, que seriam a «França Ultramarina».

Nem a Grã-Bretanha nem a Bélgica avançaram quaisquer teorias de uma Grã-Bretanha maior ou da Bélgica ultramarina; mas na prática tinham a mesma determinação que as outras potências colonialistas em assegurarem que a exploração colonial não abrandasse. Poucos sectores da vida nacional destes países da Europa Ocidental foram insensíveis aos benefícios, durante décadas, trazidos pela exploração brutal das colónias. Depois de visitar, em 1960, Bruxelas, um nigeriano escreveu:

«Vi pelos meus próprios olhos os sumptuosos palácios, museus e outros edifícios públicos, construídos à custa do marfim e da borracha do Congo.»

Nos nossos dias, também os escritores e investigadores africanos têm ficado atónitos ao encontrarem os incalculáveis tesouros pilhados de África em exposição no Museu Britânico; também em Paris, Berlim e Nova Iorque se encontram colecções de arte africana. Constituem alguns dos índices que, juntamente com a riqueza monetária, ajudam a qualificar de «desenvolvidas e civilizadas» as metrópoles.

No caso do contributo dos soldados africanos, era muito claro e decisivo o apoio dado pelas colónias aos colonizadores. Sem as tropas coloniais não existiriam as «forças britânicas» que combateram na frente asiática na Guerra de 1939-45, pois eram os indianos e outros colonizados, incluindo africanos e habitantes das Índias Ocidentais, que preenchiam as fileiras dessas divisões. A utilização pela metrópole dos habitantes das colónias, para fins militares, é uma das características gerais do Colonialismo. Os romanos serviram-se de soldados dos povos vencidos para conquistar outras nacionalidades, do

mesmo modo que para defender Roma dos inimigos. A Grã-Bretanha aplicou o mesmo em relação à África, desde os primeiros anos do século XIX, quando o West Indian Regiment atravessou o Atlântico para proteger os interesses britânicos na costa ocidental africana. O West Indian Regiment tinha soldados negros, irlandeses (também colonizados) como oficiais subalternos e oficiais ingleses. Nos fins do século XIX também incluía um grande número de africanos da Serra Leoa.

O West African Frontier Force constituiu a força mais importante utilizada pelos ingleses na conquista da África Ocidental. Os soldados eram africanos e os oficiais ingleses. Em 1894, juntou-se o West African Regiment, formado para ajudar a suprimir o movimento contra os impostos, verificado na Serra Leoa, expressão da resistência geral contra a imposição do domínio colonial. Na África Central e Oriental, o King's African Rifles foi a divisão que aliciou os africanos a lutarem pela Grã-Bretanha. Os regimentos africanos completavam, de várias maneiras, o aparato militar metropolitano. Primeiro, eram utilizados como forças de emergência para abafar os movimentos nacionalistas nas diversas colônias. Segundo, serviam para a luta contra outros europeus em África, nomeadamente durante a Primeira e Segunda Guerras. E em terceiro lugar, eram levados para os campos de batalha na Europa ou fora de África.

O papel dos africanos nas operações militares europeias foi brilhantemente exemplificado pela campanha da África Oriental, durante a Primeira Guerra Mundial, em que a Grã-Bretanha e a Alemanha lutaram pelas possessões da África Oriental. No início da guerra, os alemães tinham no Tanganica uma força regular de 216 europeus e 2540 africanos. Durante a guerra, foram alistados 3000 europeus e 11 000 africanos. Pelo lado britânico, a principal força era o K. A. R., compreendendo principalmente africanos da região e da Niassalândia. Em Novembro de 1918, os batalhões do K. A. R. tinham mais de 35 000 homens, dos quais nove em cada dez eram africanos.

Quase desde o início da campanha da África Oriental, os britânicos enviaram forças expedicionárias de punjabes e sikhs, bem como regimentos compostos por soldados da África Ocidental. Também se incluíam alguns sudaneses e habitantes das Índias Ocidentais. No princípio, ainda houve um pequeno número de colonos brancos que participaram na guerra, pois estavam convencidos de que era um piquenique; mas meses depois tinham uma extrema relutância em se juntar às forças armadas locais. Por conseguinte, os africanos lutavam contra os africanos para ver qual a potência colonial que ia passar a dominá-los. A Alemanha e a Grã-Bretanha apenas tinham de fornecer os oficiais. De acordo com os livros de História, os «britânicos» venceram a campanha da África Oriental.

A França foi a potência colonial que maior número de soldados africanos alistou. Em 1912, fazia-se em grande escala o recrutamento de africanos no exército francês. Durante a Guerra de 1914-1918, foram recrutados 200 000 soldados na África Ocidental francesa, através de métodos semelhantes aos da caça aos escravos. Estes soldados «franceses» lutaram contra os alemães no Togo e nos Camarões, bem como na própria Europa. Calcula-se em 25 000 o número de africanos «franceses» que perderam a vida nos campos de guerra europeus, e muitos outros voltaram mutilados, pois eram usados como carne para canhão na guerra dos capitalistas.

A França era tão sensível às vantagens militares que se podiam obter do domínio colonial, que quando uma delegação dos Camarões foi enviada a França pela Sociedade das Nações, os franceses insistiram no privilégio de utilizarem as tropas africanas dos Camarões para fins não directamente relacionados com a defesa deste território. Naturalmente que também utilizou ao máximo os soldados africanos, na última guerra. Foram sem dúvida os africanos que salvaram a França, depois das derrotas iniciais, quando a França e a maior parte da África francesa caiu sob o domínio dos alemães e do governo (fascista) de Vichy. Na África Equatorial francesa,

Felix Eboué, um negro leal às forças de De Gaulle, mobilizou «voluntários» na luta contra os fascistas franceses e alemães. A África forneceu a base e muitas das forças que desencadearam a contra-ofensiva que ajudou o general De Gaulle e a «França Livre» a voltarem ao poder na França.

Não terminou com a Segunda Guerra Mundial a utilização de tropas africanas pelos franceses. Na repressão sangrenta sobre as forças nacionalistas de Madagáscar, em 1948, participaram africanos das colónias da África Ocidental francesa. Também foram enviados soldados africanos para lutarem contra o povo da Indochina, até 1954; e, ainda mais tarde, foram utilizadas contra o movimento de libertação argelino tropas africanas, particularmente do Senegal.

Ainda não foram efectuados estudos completos sobre o papel dos africanos nos exércitos das potências coloniais, nos mais variados quadrantes. Contudo, tudo nos indica que estes estudos revelar-nos-iam um modelo bastante semelhante ao descrito pelos historiadores que observaram a posição dos soldados negros nas forças armadas dos Estados Unidos. Os soldados negros sofreram uma enorme discriminação, ainda que tivessem prestado uma incalculável contribuição para a conquista de importantes vitórias alcançadas pelos exércitos dos Estados Unidos e das potências coloniais. Temos amostras dessa discriminação nos regulamentos semelhantes ao que proibia o uso de sapatos aos soldados africanos do West African Regiment e no facto de serem frequentes motins nas campanhas na Europa, do mesmo modo que os soldados negros que combatiam pelos Estados Unidos continuaram a revoltar-se na guerra do Vietname.

Alguns africanos militavam no exército colonial com orgulho, pois pensavam erradamente que o exército poderia ser uma forma de demonstrarem a coragem e a dignidade dos africanos, e, talvez, como recompensa dos seus esforços pudessem alcançar a independência. Desde o início que esta esperança não tinha qualquer base, pois

os colonialistas sempre utilizaram os soldados africanos como peões para preservar o Colonialismo e o Capitalismo em geral. Um exemplo demonstrativo dessa situação têm-lo quando John Chilembwe dirigiu um levantamento nacionalista africano na Niassalândia (agora Malawi), em 1915. A Niassalândia era então uma colónia britânica, e ainda que os britânicos estivessem na altura em guerra com os alemães, na África Oriental, destacaram imediatamente uma coluna da K. A. R. para deter Chilembwe. No entanto, antes de a coluna ter chegado, um oficial alemão organizou a resistência dos colonos brancos do Niassa contra o grito de liberdade de Chilembwe. Evidenciando a verdade, comentou um escritor:

«Enquanto os seus compatriotas travavam na Europa a guerra mais sangrenta até então, na África os europeus eram, acima de tudo, homens brancos — e só acessoriamente alemães e britânicos. John Chilembwe representava algo que, inesperadamente, poderia estragar as suas ambições coloniais.»

Os colonialistas utilizaram diversas e curiosas formas para fortalecerem o potencial e a técnica militar. Por exemplo, o Norte de África e o Sara tornaram-se laboratórios das técnicas de guerra, no período em que Rommel e Montgomery lutavam pela hegemonia. Os etíopes foram utilizados como cobaias pelos fascistas italianos, que os submetiam a «experiências» com gases venenosos. Isto aconteceu após a descarada invasão a esta pequena parcela de África, que ainda conservava alguma espécie de independência política. Então, os italianos argumentaram que era absolutamente essencial à Itália partilhar os frutos do Colonialismo, como se se tratasse de ganhar um lugar ao sol. É significativo que quer a Grã-Bretanha quer a França, de tanto já terem lucrado com a exploração colonial, encontraram dificuldades em rebater os clamores italianos.

A Grã-Bretanha e a França dominaram a maior parte da África colonial tendo também os maiores impérios noutras regiões do mundo. Toda a existência e desenvolvimento do Capitalismo na Grã-Bretanha e na França, entre 1885 e 1960, está indissociavelmente ligado à colonização, com particular relevo na África. As colónias africanas representavam mais-valia extraída em grande escala; levaram a inovações e saltos qualitativos na técnica e na organização das empresas capitalistas; e também apoiaram o sistema capitalista, tanto no plano interno como externo, com soldados ditos «voluntários». Por vezes, parece que estas duas principais potências coloniais alcançaram tantos benefícios com a colonização que acabaram por sofrer com a «utilização excessiva dessa mama».

Certamente que se pode argumentar que, no caso de Inglaterra, o Colonialismo permitiu que a indústria britânica se desenvolvesse vagarosamente, e que, nalgumas esferas decisivas da produção e distribuição, o crescimento fosse lento. As instalações industriais construídas no século XIX não foram renovadas ou substituídas, e registou-se um fraco dinamismo na produção de novas mercadorias. Em contraste, a Alemanha foi obrigada a viver dos seus próprios recursos e potencialidades quando, após a Primeira Guerra Mundial, se viu despojada das colónias. Em todo o caso, ainda que constituindo uma situação com certo relevo no mundo colonial, este aspecto é irrisório, se tivermos em conta que o Colonialismo baseou-se na dominação política externa e restringiu-se a algumas regiões do mundo. O Imperialismo, contudo, abarcou todas as colónias, estendeu-se a todo o mundo (excepto onde foi extirpado pelas revoluções socialistas), e permitiu a participação de todas as nações capitalistas. Por consequência, a falta de colónias por parte de alguma nação capitalista não foi uma barreira que impedisse a extração dos frutos da exploração do mundo colonial e semi-colonial, que era um apêndice do Capitalismo metropolitano.

d) *O Colonialismo como estado das economias metropolitanas e do sistema capitalista*

A formação da Unilever é um índice que nos mostra que o Colonialismo não se limitou a ser uma questão de laços entre determinada colónia e a sua «mãe-pátria», mas sim entre as colónias, de um lado, e as metrópoles de outro. Na Unilever, o capital alemão juntou-se ao britânico na exploração de África, enquanto o holandês se encaminhava para as Índias Orientais. A «recompensa» espalhou-se pelo sistema capitalista numa forma tal, que mesmo as nações capitalistas sem colónias beneficiaram também com o saque. As fábricas da Unilever que se estabeleceram na Suíça, Nova Zelândia, Canadá e Estados Unidos participaram na expatriação da mais-valia africana, beneficiando assim o seu próprio desenvolvimento.

A Alemanha sempre teve interesses na África colonial, mesmo após se ver desprovida das colónias pelas outras nações capitalistas, em 1918. A marinha mercante alemã renovou-se nos anos 20 e desempenhou um papel activo na África Oriental, Ocidental e Austral. Os estabelecimentos financeiros alemães também tinham contactos com a África; o Twentsche Bank, na África Oriental, era o mais importante instrumento alemão. As companhias holandesas de navegação associaram-se com as alemãs e as britânicas na West African Conference Line, enquanto os armadores escandinavos eram conhecidos pelo «aluguer» de barcos «errantes» que transportavam cargas entre a Europa e a África, em concorrência com as companhias estabelecidas. A velha Eats African Trading Company era apoiada pelo capital dinamarquês. A Suíça, que não tinha colónias em África, mas possuía avultados capitais na S. C. O. A., desempenhou um importante papel financeiro no Imperialismo e conservou-se à margem das guerras entre os outros países capitalistas, de modo que pôde continuar a ter relações comerciais com ambos os lados e adquirir, por esse meio, o produto colonial. Resta o Japão — uma potência capitalista e imperialista com

colónias na Ásia e grande interesse em manter relações com a África. Os capitalistas japoneses tentaram vender mercadorias a preços mais baixos que os parceiros europeus, mas o comércio efectuado com a África nem por isso deixou de ser desigual e desvantajoso para os africanos.

Para compreendermos completamente o período colonial, é necessário pensarmos em termos da «partilha económica de África». Diferentemente da divisão política do século XIX, a partilha económica não teve limites claros ou visíveis. Consistiu nas proporções em que as nações capitalistas dividiram entre si os benefícios monetários e não monetários da África colonial. Por exemplo, Portugal tinha duas grandes colónias na África Austral, mas Moçambique e Angola estavam divididas, economicamente, entre várias potências colonialistas, por oferta do Governo português, uma vez que os capitalistas portugueses eram demasiado fracos para, por si sós, explorarem estes vastos territórios.

O Congo e a África do Sul, territórios riquíssimos, estavam economicamente divididos de modo característico. De início, o Congo era designado por «Estado Livre do Congo» sob o rei Leopoldo da Bélgica. Isto queria dizer que tinha de ser uma região de comércio livre e aberta aos investimentos dos capitalistas de todas as nacionalidades. Na prática, o rei Leopoldo tomou medidas administrativas no sentido de monopolizar a riqueza do Congo, e esta foi uma das principais razões que levaram a comunidade capitalista internacional a actuar contra Leopoldo, em 1908. Quando a Bélgica tomou conta da administração do Congo, garantiu também que a maior parte da mais-valia e outros benefícios entrasse na Bélgica. Contudo, os interesses capitalistas não belgas conseguiram penetrar através dos investimentos no sector mineiro; e à medida que avançava o período colonial, os britânicos, franceses e americanos iam apanhando fatias maiores do bolo.

Durante muito tempo, a África do Sul foi, para o Imperialismo, a fonte mais importante de matérias-pri-

mas. A Grã-Bretanha tinha já penetrado na África do Sul na altura em que o ouro e os diamantes foram descobertos, no século XIX, em vésperas da partilha (1885). Os britânicos fizeram acordos com os colonos boers, que se dedicavam essencialmente à agricultura e cujo principal interesse residia na exploração e na dominação da população africana e de outros grupos de emigrantes não brancos. Por conseguinte, a partilha económica e política de África forneceu à Grã-Bretanha a parte de leão, ao passo que os boers conservaram o poder político necessário à institucionalização do Racismo. Quando os capitalistas de outras nações estabeleceram relações, pelo comércio e investimentos, com a África do Sul, esses capitalistas estiveram de acordo com as relações sociais racistas e fascistas existentes na África do Sul, contribuindo para o seu fortalecimento.

A partilha económica de África não impediu o aparecimento de novas retaliações, uma vez que as proporções dos espólios que iam para os diferentes países capitalistas estavam em constante mutação. Temos de fazer uma referência especial aos Estados Unidos, cuja proporção nos benefícios de África aumentou constantemente durante o período colonial.

Com o decorrer do tempo, os Estados Unidos retiravam uma parte cada vez maior no comércio desigual entre as colónias e as metrópoles. O montante do comércio dos Estados Unidos com a África cresceu precisamente de mais de 28 milhões de dólares em 1913, para 150 milhões de dólares em 1932 e 1200 milhões em 1948, representando esta última cifra quase 15 % do comércio externo de África. No comércio dos Estados Unidos com a África Ocidental, passou-se de 38 milhões de dólares em 1938 para 163 milhões em 1946 e 517 milhões em 1954.

A África do Sul era, no entanto, o melhor parceiro comercial da América em África, fornecendo aos Estados Unidos ouro, diamantes, manganês e outros minérios, e comprando maquinaria pesada em troca. Além do comércio directo com os Estados Unidos, uma boa parte

do ouro sul-africano era revendido, em Londres, a compradores americanos, do mesmo modo que o cacau da Costa do Ouro e da Nigéria era revendido aos Estados Unidos.

O comércio intercontinental determinou a necessidade de serviços de navegação e a América não deixou esses serviços nas mãos de capitalistas de outras nações. James Farrel, presidente da United States Steel Export Company, adquiriu uma companhia de navegação com a África, devido à sua «confiança no futuro do continente negro». Também entidades da U. A. C. disseram exactamente o mesmo, e é óbvio que, tal como os outros, Farrel referia-se ao brilhante futuro do Capitalismo metropolitano na exploração de África. Mas ainda é melhor ver estes indivíduos falarem sobre eles próprios. O vice-almirante Cochrane da Marinha dos Estados Unidos era um grande admirador das linhas de navegação da Farrel. Em 1959, escreveu uma introdução a um estudo sobre as actividades da Farrel em África, na qual dizia:

«Assistimos a uma competição internacional para assegurar o fornecimento das matérias-primas, essenciais para a nossa economia industrializada. A Farrel Lines está a escrever a história marítima americana. Está a demonstrar clara e irrefutavelmente que os barcos pertencentes a uma nação estimulam, de facto, o comércio dessa nação... a demonstrar que a importância da frota americana para a riqueza e prosperidade dos Estados Unidos.»

Os capitalistas americanos não se limitaram a um mero comércio com a África, mas adquiriram também consideráveis posições dentro das colónias. É do conhecimento comum que a Libéria era em tudo, excepto no nome, uma colónia americana. Os Estados Unidos ajudaram formalmente o Governo liberiano com créditos,

mas o que acontecia era que com esses créditos os americanos aproveitaram a oportunidade para se apoderarem dos rendimentos das alfândegas liberianas, e para espoliar milhares de metros quadrados da terra liberiana e, de um modo global, dominar o fraco Governo da Libéria. A Firestone Rubber Company controlava os principais investimentos nesse país. A Firestone fez lucros tão elevados com a borracha que foi ponto central de um livro patrocinado pelos capitalistas americanos, com o fim de mostrar como os negócios americanos floresciam no ultramar. Entre 1940 e 1965, esta companhia retirou da Libéria borracha no valor de 160 milhões de dólares, enquanto em contrapartida o Governo liberiano recebeu 8 milhões de dólares. Nos anos anteriores, ainda era menor a percentagem do valor que ia para o Governo liberiano, e, mesmo na melhor das épocas, o lucro médio retirado pela Firestone era três vezes superior ao rendimento liberiano.

Mas os benefícios não monetários para a economia capitalista americana eram muito superiores do que os monetários. O vice-almirante Cochrane, na referida introdução, foi ao fundo da questão quando mencionou as matérias-primas essenciais para o funcionamento do aparelho económico dos Estados Unidos. A Firestone adquiriu as plantações na Libéria precisamente porque a Grã-Bretanha e a Holanda tinham elevado o preço da borracha proveniente da Malásia e das Índias Orientais Holandesas. Na Libéria, a indústria americana da borracha obteve uma fonte lucrativa tanto em anos de paz como de guerra — uma fonte barata e completamente controlada pelos Estados Unidos. Uma das aplicações mais imediatas da borracha estava na indústria automóvel, e por isso não admira que Henry Firestone fosse um grande amigo e colega de negócios de John Ford. A borracha da Libéria transformou a cidade de Akron (Ohio) num poderoso centro de fabrico de pneus, que por sua vez seguiam para a fábrica ainda maior de construção de carros da Ford, em Detroit.

Os investimentos americanos em África nos últimos 15 anos foram efectuados, de certo modo, em detrimento das potências colonizadoras de então, ainda que ultimamente o fossem também no interesse do Capitalismo dos países da Europa Ocidental. Este paradoxo explica-se pelo facto de os Estados Unidos se terem tornado, após o termo da Segunda Guerra Mundial, a potência capitalista e imperialista dominante no mundo. Possuía as colónias de Porto Rico e as Filipinas, mas muito mais importante do que isso eram os investimentos imperialistas espalhados na América Latina e, em menos medida, na Ásia e na África. Nos anos 30, os investimentos estrangeiros americanos ultrapassaram lentamente os da Grã-Bretanha, que estava à frente da França, Alemanha e do Japão. A Guerra de 1939-1945 acelerou extraordinariamente a modificação a favor da América.

A Europa sofreu severas perdas, mas como as batalhas não se travaram no solo americano, a capacidade produtiva dos Estados Unidos, longe de ser afectada, cresceu. Por conseguinte, depois de 1945, o capital americano deslocou-se para África, Ásia e para a própria Europa, apresentando uma nova agressividade e confiança, devido ao facto de os outros rivais capitalistas estarem ainda fortemente abalados. Em 1949, quer os banqueiros britânicos quer os franceses não tiveram outra alternativa senão convidar os financeiros americanos a investir no continente africano, uma vez que a Grã-Bretanha e a França não tinham, por si sós, capitais suficientes. O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, controlado pelos americanos, tornou-se um importante instrumento para a influência americana em África, e um dos processos utilizados para a nova partilha económica do continente.

As investigações do dr. Kwame Nkrumah revelaram que os investimentos privados directos dos americanos, em África, passaram de 110 milhões de dólares em 1945 para 789 milhões em 1958, sendo a maioria provenientes de lucros anteriores. Segundo cálculos oficiais, os lucros

realizados pelas companhias norte-americanas, entre 1946 a 1959, em África, rondam pelos 1234 milhões de dólares.

Ao considerarmos a questão da retaliação económica, o que é relevante é a *taxa de crescimento* dos investimentos e lucros norte-americanos, comparada com as da Grã-Bretanha, França, Bélgica, etc. Por exemplo, em 1951 os investimentos americanos atingiam o montante de 313 milhões de dólares, quase três vezes mais do que o registado cinco anos atrás, e nos cinco anos subsequentes os investimentos mais que duplicaram. Paralelamente, os investimentos britânicos e franceses aumentaram muito mais vagarosamente.

Todavia, ainda que os Estados Unidos estivessem a suplantar os outros colonialistas, todos continuaram a beneficiar dos progressos verificados na economia capitalista americana, em termos de ciência, técnica, organização e poderio militar. Como assinalámos anteriormente, quando uma colónia de África contribuía para o funcionamento das indústrias metalúrgicas europeias ou para a indústria de electricidade, esse contributo reflectia-se noutros aspectos da sociedade, pois os referidos sectores desempenhavam posições dominantes na economia capitalista. Do mesmo modo, os Estados Unidos eram um país que estava na vanguarda do desenvolvimento capitalista. Por exemplo, as inovações técnicas passaram para a Europa Ocidental através da cedência de patentes e outros métodos.

Em virtude da sua posição de Estado capitalista dominante na arena internacional, os Estados Unidos tiveram, em contrapartida, de assumir responsabilidades activas na manutenção da estrutura imperialista, nos seus aspectos económico, político e militar. Após a guerra, os Estados Unidos deslocaram-se para a Europa Ocidental e para o Japão, com o fim de aumentar a sua influência e fornecer uma transfusão sanguínea ao Capitalismo dessas regiões. E uma boa quantidade desse «sangue» era, de facto, africana. Não se trata precisamente do facto de a América ter realizado lucros (rela-

tivamente) pequenos em África, no século XIX e nos princípios do século XX; o que acima de tudo devemos ter em mente é que a América do Norte foi a parte do sistema capitalista europeu que mais directamente beneficiou com o massacre dos índios e com a escravatura dos africanos. A contínua exploração dos povos africanos dentro das suas fronteiras, nas Caraíbas e na América Latina, devem também ser apresentadas como prova da avidez imperialista. Os Estados Unidos foram dignos sucessores da Grã-Bretanha, como força dirigente e policial do sistema colonial-imperialista, a partir de 1945.

Após a última guerra, os Estados Unidos ajudaram, através do Plano Marshall, o Capitalismo da Europa Ocidental; dentro desse plano, foi anunciado que peritos americanos exploravam a riqueza africana, especialmente mineira. O dinheiro do Plano Marshall era canalizado (através das Comissões Económicas para a África) para companhias como a Mines de Zelliga, que explorava a grafite e o zinco do Norte de África; e, ao mesmo tempo, esse dinheiro permitiu aos americanos adquirirem o lote de controlo das acções na companhia. Assim, em 1954, Morgan dos Estados Unidos partilhava com Rothschild da Europa uma boa parte do lucro líquido de 1250 milhões de francos velhos (816 milhões de dólares), realizados pela Mines de Zelliga, nesse ano. Similarmente, o Governo belga recebeu uma ajuda substancial dos Estados Unidos para aplicar no Congo um programa económico de 10 anos, de 1950 a 1959; e, como preço de tal ajuda, os monopólios americanos estabeleceram o controlo sobre algumas companhias do Congo. No comércio externo do Congo, os Estados Unidos ocuparam o segundo lugar, após a Bélgica, sendo concedida uma larga gama de facilidades aos capitalistas americanos.

Esta situação existia onde quer que os capitalistas americanos absorvessem os capitalistas britânicos, franceses e belgas na África colonial, fornecendo os fundos sem os quais as nações da Europa Ocidental não teriam

revivido nem teriam aumentado a sua exploração de África.—que foi o que fizeram durante o período 1945-1960.

No decorrer das últimas décadas do Colonialismo, as possessões coloniais serviram o Capitalismo como válvulas de segurança em tempo de crise. A primeira grande ocasião em que tal se registou foi durante a grande depressão económica de 1929-1934. Durante esse período, aumentou o trabalho forçado em África e diminuíram os preços pagos pelas culturas dos africanos. Os salários dos trabalhadores diminuíram e as mercadorias importadas tiveram aumentos substanciais. Foi uma altura em que os trabalhadores dos países metropolitanos também sofreram terrivelmente; mas os colonialistas fizeram o máximo para transferir o fardo da depressão da Europa para as colónias.

A grande depressão económica não afectou a grande União Soviética, onde o Socialismo registou um grande desenvolvimento; mas o resultado, reflexo da irracionalidade de um modo de produção determinado, estendeu-se a todo o sistema capitalista. A sede de lucros levou à discrepância entre a produção e a capacidade aquisitiva do povo, e como resultado, a produção e o emprego diminuíram drasticamente. Os africanos nada tinham a ver com os males inerentes ao Capitalismo; mas os europeus, quando estavam em dificuldades, não tinham escrúpulos em intensificar a exploração de África. A depressão económica não foi uma situação em que a Grã-Bretanha pudesse beneficiar à custa da Suécia ou em que a Bélgica ficasse favorecida em detrimento dos Estados Unidos. Todos estes países estavam em maus lençóis, e foi esta a razão pela qual as vantagens das colónias, para além de beneficiarem as potências colonialistas, favoreceram as nações capitalistas em geral.

Durante a última Grande Guerra, mais uma vez, as colónias tiveram de ajudar as metrópoles. Como observámos anteriormente, para fornecer as matérias-primas a um baixo preço às metrópoles, o povo africano tinha

de efectuar grandes sacrificios. Também foi decisiva a importância militar de África. Os africanos lutaram e morreram em vários campos de batalha durante a guerra, e o continente tinha uma importância estratégica chave. Em Novembro de 1942 foi aberta uma terceira frente em África (seguidamente às frentes europeia e asiática), importante para a vitória final.

Por motivos geográficos, a África controlava as comunicações com o Mediterrâneo e o Atlântico Sul, condicionando as duas entradas ocidentais para o Oceano Índico. Como acentuou um observador militar, «a África foi decisiva para a vitória final». Com a ajuda das tropas e dos recursos africanos, as grandes potências coloniais conservaram o controlo sobre o continente, perante os ataques dos italianos, que apenas possuíam a Líbia, a Somalilândia e (sumariamente) a Etiópia. Os alemães, claro, não tinham então colónias em África e tinham de utilizar aquilo que lhes era oferecido pelos italianos e pelo governo fascista de Vichy.

Contrariamente à Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial não foi apenas entre potências capitalistas. A Itália, a Alemanha e o Japão, Estados agressores, eram fascistas. Os Governos de Portugal, Espanha e África do Sul, também seguiam essa ideologia, embora por motivos oportunistas quer Portugal quer os boers sul-africanos achassem mais conveniente ser aliados da Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e outras democracias burguesas.

O Fascismo é uma aberração do Capitalismo. Fortalece a tendência imperialista, inerente ao Capitalismo, para a dominação, e restaura o princípio da propriedade privada. Simultaneamente, o Fascismo fortalece desmesuradamente o Racismo institucionalizado já alimentado pelo Capitalismo, quer contra os judeus (como no caso de Hitler) quer contra os povos africanos (como na ideologia de Salazar e dos líderes da África do Sul). O Fascismo destrói as conquistas políticas contidas no sistema

democrático burguês como as eleições livres, igualdade perante a lei, parlamentos, etc., e também glorifica o autoritarismo e a aliança reaccionária da Igreja com o Estado. Em Portugal e Espanha, foi a Igreja Católica — na África do Sul foi a Igreja Reformada Holandesa.

Do mesmo modo que o seu progenitor, o Capitalismo, o Fascismo opõe-se totalmente ao Socialismo. A Alemanha e a Itália fascistas atacaram conjuntamente os outros Estados capitalistas e a União Soviética, que era ainda o único Estado socialista no mundo, em 1939. A derrota do Fascismo foi, por conseguinte, uma vitória para o Socialismo e, ao mesmo tempo, impediu que as outras nações capitalistas retrocedessem para o Fascismo.

Quando terminou a última guerra mundial, a África desempenhou um papel de relevo na reconstrução da Europa. Nessa crise, os Estados Unidos desempenharam uma importante função, como já observámos; mas, apesar do reduzido capital, as nações colonialistas também recorreram directamente às colónias. É significativo que o Capitalismo europeu dos últimos 40 anos tivesse reconhecido o potencial da África como um salvador para as economias abaladas, conforme numerosas declarações na altura publicadas.

Em 1946 que o Ministério das Colónias no gabinete francês foi rebaptizado para «Ministério da França Ultramarina» e os africanos colonizados foram eufemisticamente designados «franceses ultramarinos». Nessa altura, o ministro francês da Educação admitiu claramente que

«A França seria apenas um pequeno Estado na Europa sem os 75 milhões de franceses ultramarinos, cujo potencial se revelou ao mundo de um modo notável (referindo-se ao papel de África na guerra).»

Um pouco mais tarde, quando a França elaborava o seu Plano de Quatro Anos (1949-1952), fizeram-se declarações semelhantes a esta:

«Marrocos terá uma participação activa na reconstrução da França, através do fornecimento de manganês, cobalto e chumbo, bem como mercadorias enlatadas e produtos agrícolas.»

No fim da última guerra, tanto a Grã-Bretanha como a França instalaram agências de «desenvolvimento» para as suas colónias. Eram conhecidas, na esfera britânica, por Colonial Development and Welfare (Desenvolvimento e Prosperidade Colonial), com a sigla C. D. & W., enquanto a FIDES era a agência francesa. Tinham, como principal função, fornecerem créditos, com o fim de «ajudarem» as colónias a reconstruírem as metrópoles. Por outras palavras, a crise da reconstrução do pós-guerra exigiu uma intensificação ainda maior na exploração dos recursos coloniais.

A crise que a Europa Ocidental enfrentou nos anos do pós-guerra não era uma crise vulgar. A burguesia tinha de reconstruir Estados capitalistas numa altura em que o Socialismo já tinha sido «testado» na União Soviética e num período em que o Exército Vermelho dos soviéticos ajudara a vinda ao poder de grupos socialistas na Europa Oriental. Foi a maior transformação jamais enfrentada pela burguesia, pois (diferentemente do Fascismo) o Socialismo atacou o princípio básico da propriedade privada dos meios de produção. Além do mais, os princípios socialistas faziam sentir a sua influência mesmo nos mais remotos locais das colónias do pensamento socialista, bem como de utilizar os recursos coloniais para afastar aquilo a que se convencionou chamar a «ameaça comunista».

Na luta capitalista para afastar a influência do Socialismo como um modo de produção e meio de vida, a África desempenhou, pelo menos, duas funções-chave —

uma consistiu em fornecer bases para os militaristas capitalistas, e a outra foi fornecer uma larga variedade de matérias-primas essenciais para a indústria do armamento. As matérias-primas mais vitais foram o urânio e outras substâncias radioactivas para armas atómicas e mais tarde nucleares, incluindo a bomba de hidrogéneo. Quase rivalizando em importância com o urânio estavam alguns minérios raros (como o lítio da Rodésia) necessário para metais especiais empregues em aviões, tanques, armas, bombas, etc.

Os poderes coloniais tinham já alguns pequenos estabelecimentos militares em cada colónia, e até ao final da época colonial sempre consideraram necessário fortalecer esse poderio. Por exemplo, no orçamento francês de 1955 estava consagrada uma verba especial de 6 mil milhões de francos (16,8 milhões de dólares) para o aperfeiçoamento das instalações militares nas colónias, e nomeadamente para as bases estratégicas em Dakar e Djibuti. Tempos antes, os belgas tinham acabado de construir uma grande área próximo de Kamina, no Congo.

A crescer a essas bases regulares há muito estabelecidas nas colónias, os poderes imperialistas conseguiram implantar bases militares nos territórios africanos apoderados durante a guerra. Nesse contexto, os Estados Unidos tiveram importante papel, pois eram o principal esteio do sistema de defesa capitalista, na forma da Organização do Tratado do Atlântico Norte (O.T.A.N.). Assim, após ajudarem na reconquista do Norte de África das mãos dos fascistas, os Estados Unidos conseguiram construir grandes bases aéreas em Marrocos e na Líbia. Na Eritreia italiana, os americanos instalaram grandes estações de radar; a Etiópia concedeu-lhes bases militares.

Ainda que formalmente independente, a Libéria tinha pequena margem de actuação, devendo aceitar a massiva presença militar dos americanos, como uma consequência lógica da exploração económica e domínio dos americanos. Quando os Estados Unidos acordaram em

construir o porto em Monróvia, em 1943, obtiveram a concessão de «estabelecer, usar, manter e controlar os dispositivos navais, aéreos e militares, na região à volta do porto e nas proximidades em geral, consideradas necessárias para a protecção dos interesses estratégicos dos Estados Unidos no Atlântico Sul». No decorrer da guerra, o campo de aviação liberiano de Robertsfield, mostrou-se de considerável valor para os Estados Unidos e mais tarde continuou a ter utilidade militar. Para estreitar ainda mais essas ligações, os Estados Unidos estabeleceram, em 1951, aquilo a que se designou chamar um pacto de assistência militar com a Libéria.

É desnecessário dizer que nos anos 50 os africanos, considerados na sua maioria sujeitos coloniais, não tinham o mínimo controlo sobre a utilização do seu solo para fins militares. O conjunto do Norte de África tinha-se virtualmente tornado uma esfera de operações da O.T.A.N. cujas bases visavam a União Soviética. Os povos africanos poderiam facilmente ter sido envolvidos numa guerra nuclear, sem pressentirem absolutamente nada desse perigo. Efectivamente, os poderes coloniais apenas realizaram conferências militares em cidades como Dakar e Nairobi, nos primeiros anos da década de 50, convidando os brancos da África do Sul e da Rodésia e o Governo dos Estados Unidos. Mais uma vez a evidência comprova a cínica utilização da África no fortalecimento económico e militar do Capitalismo, e consequentemente o reforço da exploração dos recursos africanos.

Para além de salvarem o Capitalismo em períodos de crise, as colónias e territórios dependentes também tinham o efeito de prolongar a sua existência, amortecendo as contradições e conflitos internos, inerentes ao Capitalismo. A principal contradição do Capitalismo sempre foi, desde o início, a que opunha os capitalistas aos operários. Para manter o sistema funcional, os capitalistas tinham constantemente de elevar a taxa de mais-valia. Simultaneamente, os operários europeus adquiriam um

crescente domínio sobre os meios de produção nas fábricas e minas, aprendendo a trabalhar colectivamente nas grandes empresas e nas suas próprias estruturas sindicais. Se a burguesia continuasse a privá-los da maior parte dos frutos do seu trabalho e a oprimi-los social e politicamente, então, estas duas classes entrariam em conflagração. Já nos meados do século XIX Marx tinha previsto a que luta de classes emergia na Revolução pela qual os operários sairiam vitoriosos. Os capitalistas receberam terrivelmente esta possibilidade, pois tinham bem presente que eles próprios também tinham derrubado o Feudalismo através da Revolução. Contudo, o Imperialismo introduziu um novo factor nesta situação, de modo a adiar a confrontação entre os operários e os capitalistas nas metrópoles.

Apenas na Rússia teve lugar uma revolução operária, quando a Rússia estava na cauda da Europa, não se podendo considerar uma das metrópoles capitalistas florescentes. Este próprio facto ilustra o modo como o Capitalismo se estabilizou em países como a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha, através da exploração das colónias e de outras semicolónias como a América Latina, onde os Estados só eram independentes no plano formal.

A mais-valia extraída de África era parcialmente utilizada para oferecer alguns benefícios aos trabalhadores europeus, actuando como um suborno, com o fim de os tornar menos revolucionários. Esse suborno revestia a forma de salários mais elevados, melhores condições de trabalho e extensão dos serviços sociais. Os lucros do Colonialismo eram difundidos por toda a sociedade europeia de muitas maneiras. Muitas empresas capitalistas apresentavam produtos de consumo a baixos preços, aliviando de certo modo a dona de casa europeia. Por exemplo, o café instantâneo trouxe esta bebida ao alcance do trabalhador mediano. Entretanto, o capitalista continuava a enriquecer, assegurando a manutenção dos preços das colheitas dos produtores da Costa do Marfim

ou da Colômbia. Desta forma, o Colonialismo estava a beneficiar todas as classes e camadas da Europa Ocidental e de outras metrópoles capitalistas.

Os trabalhadores europeus pagaram um elevado preço pelos poucos benefícios materiais que receberam como migalhas do bolo colonial. A classe dominante controla os meios de informação. Os capitalistas desinformaram e deseducaram os trabalhadores das metrópoles ao ponto de estes se tornarem aliados na exploração colonial. Aceitando ser conduzidos como carneiros, os operários europeus estavam a perpetuar a sua própria escravidão. Deixaram de lutar pelo poder político e contentaram-se em mendigar pequenos aumentos salariais, que eram geralmente anulados pela contínua alta do custo de vida. Deixaram de ser criativos e permitiram que a decadência cultural burguesa se apoderasse deles. Deixaram de formular qualquer juízo crítico sobre questões cruciais como as da guerra e paz, acabando, por conseguinte, por asfíxiar não apenas os povos coloniais mas também eles próprios.

O Fascismo foi um monstro nascido de pais capitalistas. O Fascismo surgiu como o produto final de séculos de exploração, dominação e Racismo capitalista — exercidos principalmente fora da Europa. É altamente significativo que muitos colonos e oficiais coloniais desempenharam um papel predominante no fascismo. O «apartheid» sul-africano não é outra coisa senão o Fascismo. Estava a enraizar-se já desde o período inicial da colonização branca no século XVII, e particularmente após a indústria mineira ter enquadrado a África do Sul na órbita capitalista, no século XIX. Um outro exemplo do potencial fascista do Colonialismo têm-lo quando a França foi ocupada pela Alemanha nazi em 1940. Os fascistas franceses colaboraram com Hitler no estabelecimento daquilo a que se chamou o Governo de Vichy em França, e os colonos franceses de África apoiaram activamente o regime de Vichy. Exemplo mais recente foi a ideologia fascista cultivada pelos colonos da Argé-

lia, que não só se opuseram à independência da Argélia, sob o domínio dos argelinos como também se esforçaram por derrubar os mais progressistas ou liberais dos governos da França metropolitana.

Podemos encontrar dentro da própria Europa algumas relações específicas e altamente significativas entre o comportamento colonialista e a destruição dos poucos contributos trazidos pelo Capitalismo para o desenvolvimento humano. Por exemplo, quando o coronel Von Lettow regressou do comando das forças alemãs da África Oriental na Primeira Guerra Mundial, foi promovido a general do exército alemão. Pois foi esse mesmo Von Lettow que dirigiu o massacre dos comunistas alemães em Hamburgo, em 1918. Este foi um ponto de viragem na história alemã, pois uma vez liquidados os operários mais progressistas estava claramente delineado o caminho para a deformação fascista do futuro. Ao suprimir brutalmente a guerra dos Maji Maji na Tanganica e ao efectuar um genocídio sobre o povo herero da Namíbia (Sudoeste Africano), a classe dominante alemã adquiria a experiência que mais tarde utilizou contra os judeus e os operários alemães e todos os progressistas.

Quando a ditadura fascista foi implantada em Portugal, em 1926, inspirou-se seguidamente no passado colonial português. Depois de Salazar se tornar, em 1932, ditador, determinou que o seu «Estado Novo» seria baseado no trabalho dos «povos inferiores», referindo-se, como é claro, aos africanos. Complementarmente, os trabalhadores e camponeses portugueses estavam submetidos ao terror policial, à pobreza e à desumanidade, pagando (e estão ainda a pagar) um alto preço pelo Fascismo interno e o Colonialismo externo.

O Colonialismo fortaleceu o domínio das classes dominantes da Europa Ocidental, e do Capitalismo no conjunto. Particularmente, nas suas últimas fases, forneceu um sopro de vida a um modo de produção agonizante. Sob qualquer ponto de vista diferente do da classe mino-

6.1. OS SUPOSTOS BENEFÍCIOS DO COLONIALISMO PARA ÁFRICA.

a) Serviços socioeconómicos

Perante a evidência da exploração europeia de África, muitos escritores burgueses aceitariam, pelo menos parcialmente, que o Colonialismo foi um sistema que servia os interesses das metrópoles. Contudo, afirmariam então que também era necessário ter em conta qual a contribuição dos europeus para os africanos, resultando daí a necessidade de fazer uma «folha de balanço do Colonialismo». Nessa folha de balanço colocariam os «créditos» e os «débitos», e concluiriam muitas vezes que o bom excedia o mau. Esta conclusão peculiar pode ser facilmente posta em causa, mas também se deve prestar atenção ao facto de que o próprio processo de dedução é viciado. A dedução tem uma certa persuasão sentimental. Apela para o sentimento comum de que «no fim de contas deve haver dois modos de encarar uma questão». A justificação sugere que, por um lado, houve uma exploração e uma opressão mas, por outro lado, os governos coloniais fizeram muito em benefício dos africanos e desenvolveram a África. A nossa opinião é de que isto é completamente falso. O Colonialismo teve uma só face — foi um bandido armado.

O que fizeram os governos coloniais em prol dos interesses dos africanos? Supostamente, construíram linhas férreas, escolas, hospitais e serviços similares. A soma total destes serviços foi extremamente pequena.

Durante as três primeiras décadas de Colonialismo, quase nada foi feito que pudesse ser remotamente considerado como um serviço para o povo africano. Foi, de facto, só depois da última guerra que foram criados serviços sociais enquadrados dentro de um plano de acção. Não é necessário ilustrar quão pequenos eles eram. Em sùmula, as estatísticas que mostram que a África de hoje é subdesenvolvida são as estatísticas represen-

tando a situação final do Colonialismo. Nesse capítulo, os números no fim da primeira década de independência africana em esferas como a saúde, a habitação e a educação são muito superiores aos números herdados pelos governos e Estados recentemente independentes. Seria um acto extremamente fraudulento encarar apenas as miseráveis amenidades sociais fornecidas durante a época colonial, passando por cima da exploração, para concluir que o lado bom excedia o lado mau.

O Capitalismo trouxe serviços sociais para os trabalhadores europeus — em primeiro lugar como resultado de ter fornecido tais serviços à burguesia e à classe média e, mais tarde, como acto deliberado de um determinado plano de acção. Nada remotamente comparável aconteceu em África. Em 1934, muito antes de se ter alcançado um estado de bem-estar para a Grã-Bretanha, as despesas para serviços sociais nas Ilhas Britânicas eram de 500\$00 por pessoa. No Ghana os gastos eram de 1\$50 por pessoa, e tal já era considerado elevado dentro dos padrões coloniais. Na Nigéria e na Niassalândia não chegavam a \$80 por cabeça. Nenhum dos outros poderes coloniais excedia estes números e alguns deles eram mesmo inferiores.

Neste quadro os portugueses sobressaem, pois eram os que mais se gabavam e menos faziam. Portugal gabava-se de que Angola, Guiné e Moçambique tinham sido possessões lusas durante 500 anos, ao longo dos quais tinha estado em curso uma «missão civilizadora». Após quinhentos anos em que o homem branco teve de acarretar o fardo de civilizar os «nativos africanos», os portugueses não tinham conseguido treinar um único médico africano em Moçambique, e no leste angolano a maior parte das pessoas não ultrapassavam a idade de trinta anos. No que se refere à Guiné-Bissau, vemos logo alguma coisa, já que são os próprios portugueses a admitir que a Guiné-Bissau tinha sido mais negligenciada do que Angola e Moçambique!

Mais ainda, os escassos serviços sociais em África durante o período colonial estavam escalonados de um modo que reflectia o padrão de dominação e exploração. Em primeiro lugar, os colonos brancos e os expatriados queriam manter o nível de vida da burguesia ou das classes liberais das metrópoles. Todos eles estavam decididos a viver luxuosamente em África, porque muitos vinham da pobreza na Europa e não podiam aspirar a comodidades nas suas próprias terras. Em colónias como a Argélia, o Quênia e a África do Sul é sobejamente conhecido que os brancos criaram uma infra-estrutura que lhes permitia uma vida descansada e ociosa. Significa isto que o total dos benefícios fornecidos em qualquer destas colónias não pode, de modo algum, ser um índice para apurar o que os africanos beneficiaram com o Colonialismo.

Na Argélia, os números de mortalidade infantil entre os colonos brancos era de 39 para 1000; mas subia para 170 por 1000 no caso dos argelinos que viviam nas cidades. Em termos práticos, tal significava que os serviços de maternidade e sanitários estavam completamente virados para o bem-estar dos colonos. Do mesmo modo na África do Sul, todas as estatísticas sociais têm de ser reduzidas a pelo menos dois grupos — brancos e negros — se as quisermos interpretar correctamente. Na África Oriental britânica havia três grupos: em primeiro lugar os europeus, que recebiam o maior quinhão; em seguida os indianos, que levavam a maior parte do restante; e em terceiro lugar os africanos, que surgiam em último lugar no seu próprio país.

Nos países predominantemente negros é também um facto que a maioria dos serviços sociais ia para os brancos. A parte sul da Nigéria era um dos territórios coloniais que mais teria recebido da benevolente «mãe-pátria». Ibadan, uma das cidades mais densamente povoadas em África, só tinha 50 europeus antes da última guerra. Para esta minoria privilegiada, o Governo colonial inglês possuía um serviço hospitalar de 11 camas

completamente equipado. Havia 34 camas para meio milhão de negros. A situação repetia-se noutras zonas, de tal modo que os 4000 europeus que viviam no país na década de 1930 tinham 12 hospitais modernos, enquanto os 40 milhões de negros, ou seja a população africana, possuía 52 hospitais.

Os vícios do sistema colonial no que se refere à prestação de serviços sociais tornaram-se dramaticamente mais claros no caso das actividades económicas que obtiveram grandes lucros e sobretudo na indústria mineira. O trabalho nas minas prejudica grandemente a saúde dos trabalhadores. Nos países europeus os mineiros só recentemente tiveram acesso a um tipo de serviços médicos e de segurança que pudesse salvaguardar as suas vidas e a saúde. Na África colonial, a exploração dos mineiros era totalmente irresponsável. Em 1930, nos campos de ouro de lupa no Tanganica surgiram várias epidemias, nomeadamente o escorbuto. Centenas de trabalhadores morreram. Não devemos ficar admirados por terem ignorado facilidades que teriam salvo algumas vidas, porque em primeiro lugar o salário que recebiam não era suficiente para poderem comer convenientemente.

Grande parte das classes trabalhadoras da África do Sul estava numa lamentável situação. A Comissão de Tuberculose de 1912 comunicou que nas aldeias nativas

«Difícilmente se encontra uma família em que pelo menos um dos membros não esteja a sofrer ou a morrer de tuberculose. Os serviços hospitalares são tão inadequados que os casos de tuberculose incurável e outros são simplesmente mandados para casa para aí morrer — e espalhar a infecção. Nalgumas áreas um só médico tem de prestar assistência a 40 000 pessoas. Os nativos têm de pagar o tratamento médico. Não há provisões para os doentes pobres. Cerca de 65 % das crianças nativas morrem antes dos dois anos.»

Isto foi em 1912, quando já estavam fundadas as bases do império de ouro e diamantes da África do Sul. Desde então os aldeamentos indígenas aumentaram, piorando as condições de vida das populações que os habitavam — ao mesmo tempo o Governo dedicou-se à prossecução da odiosa política do «apartheid», que significou a separação por raças de modo a melhor explorar o povo africano.

Muitos africanos fixaram-se nas cidades porque, ainda que más, as condições de vida sempre eram um pouco melhores do que no campo. Instalações sanitárias modernas, electricidade, água potável, ruas pavimentadas, serviços médicos e escolas eram tão raros no fim do período colonial como o tinham sido no princípio — no que se refere à maior parte da África rural. No entanto, era o campo que fornecia rendosas colheitas e que assegurava a força de trabalho indispensável à continuação do sistema. Lá, os camponeses pouco ou nada sabiam dos supostos «créditos» da folha de balanço colonial.

Como até os serviços sociais dos aldeamentos se destinavam simplesmente a manter e a facilitar a exploração, não eram facultados a africanos cujo trabalho não estivesse directamente a recair sobre um produto exportável para as metrópoles. Quer isto dizer que nenhuma parte da riqueza dos africanos explorados podia ser desperdiçada para a assistência dos seus irmãos que estavam fora da economia monetária.

Existem vários exemplos para provar o que acima dissemos. As colónias mais «prósperas» recebiam melhores serviços sociais sob o regime colonial. Assim, o rand na África do Sul e o Katanga no Congo tinham de tomar providências para as *suas* classes trabalhadoras que eram relativamente numerosas. Durante muitos anos os colonialistas não se preocuparam com tal assunto, mas, em última análise, perceberam que, para seu próprio interesse, poderiam obter muito maiores lucros do trabalhador africano que estivesse em boas condições de saúde e que tivesse um certo grau de cultura, cultura essa directa-

mente relacionada com assuntos industriais. Esta mesma linha de pensamento já tinha previamente levado a classe capitalista na Europa a ser um pouco mais permissiva, deixando que parte da produção dos trabalhadores fosse destinada a conservá-los vivos e em boas condições de saúde.

Nos países africanos fornecedores de produtos agrícolas existia uma situação semelhante, pelo que a tendência mais generalizada era a de um decréscimo de serviços socioeconómicos nas colónias ou nos territórios que pouco produziam susceptível de ser enviado para as metrópoles. Isto vem explicar a razão pela qual os africanos na Costa do Ouro, Uganda e Nigéria podiam ser considerados «mais privilegiados» do que os do Daomé, Tânger e Chade.

Dentro dos próprios países, considerados «per si» existiam variações regionais de vulto que dependiam do grau em que as diferentes partes do país estavam integradas na economia monetária capitalista. Assim, a parte norte do Quênia ou o sul do Sudão pouco tinham a oferecer aos colonialistas e essas zonas foram simplesmente ignoradas pelos poderes coloniais no que se refere a estradas, escolas, hospitais, etc. Muitas vezes, mesmo a nível de distrito de uma determinada colónia, havia discriminação no que se refere à prestação de serviços sociais, tendo como única base para essa discriminação a contribuição das populações para uma mais-valia. Por exemplo, as grandes plantações e as grandes companhias construíam hospitais para os seus trabalhadores, porque uma conservação mínima da saúde era um bom investimento económico. Geralmente, tais hospitais destinavam-se unicamente aos trabalhadores que vendiam a sua força de trabalho às grandes companhias capitalistas. Os outros africanos que não contribuíam directamente para o enriquecimento dessas mesmas companhias eram pura e simplesmente ignorados e postos totalmente à margem.

A Declaração de Arusha exprimia simples e fortemente uma das mais profundas verdades da experiência colonial em África quando afirmava que:

«Fomos muito oprimidos, fomos muito explorados e não nos prestaram qualquer atenção.»

A combinação de serem oprimidos, serem explorados e não lhes ser prestada qualquer atenção está demonstrada de maneira inequívoca no padrão da infra-estrutura económica das colónias africanas, nomeadamente no aspecto de estradas e linhas férreas. Estas tinham uma distribuição geográfica directamente relacionada com a necessidade que certas regiões tinham de ser abertas para exportar/importar actividades ou produtos. Onde quer que fosse impossível arranjar produtos para exportação não seria, conseqüentemente, necessário construir estradas ou linhas férreas. A única excepção que podemos referir é que, por vezes, eram construídas estradas e linhas férreas para facilitar a mobilidade de tropas que tornariam mais fáceis as conquistas e a opressão.

Durante o período colonial os meios de comunicação não foram criados para que os africanos pudessem visitar os seus amigos ou familiares. Mas mais importante ainda é que eles não surgiram para facilitar o comércio dentro da comunidade africana. Não havia estradas que ligassem as diferentes colónias e as diferentes regiões de uma mesma colónia e que desse modo estivessem, de facto, ao serviço das necessidades de desenvolvimento sentidas pelos africanos. Elas eram construídas para extrair ouro ou manganês, café ou algodão. Eram construídas para facilitar os negócios às companhias de madeiras, às companhias comerciais, às firmas de concessões agrícolas e aos colonos brancos. Qualquer contribuição para os interesses dos africanos era puramente accidental. Mais ainda, em África não era o capital mas sim o trabalho que permitia e assegurava a continuação da produção. De facto, com um pequeno investimento de capital os poderes

coloniais conseguiram mobilizar milhares e milhares de trabalhadores. Os salários eram pagos a agentes policiais e a quadros do exército e o trabalho efectuava-se dada a existência da lei colonial, a ameaça de recorrer à força ou o seu uso efectivo. Tomemos como exemplo a construção de caminhos de ferro. Na Europa e na América a construção de caminhos de ferro exigia grandes investimentos de capital. Os salários pagos durante a construção eram bastante elevados e ainda eram oferecidos pagamentos extras para que os trabalhadores acabassem o trabalho o mais depressa possível. Na maior parte dos territórios africanos, os colonialistas que queriam ver instalada uma linha de caminho de ferro ofereciam chicotadas como forma de pagamento e novas chicotadas no caso de se ter de recorrer a trabalho extra.

Já fizemos referência ao elevado custo em vidas africanas na construção da linha férrea do Congo (francês) de Brazzaville a Ponta Negra. A maior parte das condições intoleráveis são explicadas por um não investimento de capital, sobretudo no que se refere a equipamento. Por isso, o trabalho humano tinha de substituir os «bulldozers», os guindastes, etc. Aquando da construção do aeroporto de Embakasi, em Nairobi, sucedeu algo de semelhante. Como foi construído durante o período colonial (iniciado em 1953) e subsidiado pelos Estados Unidos, costuma-se louvar os colonialistas pela sua existência. Mas seria muito mais certo dizer que o povo do Quênia o construiu com as suas próprias mãos sob o controlo europeu.

Embakasi, que originariamente cobria uma superfície de 7 milhas quadradas e tinha 4 pistas, foi descrito como sendo o primeiro aeroporto internacional do mundo construído apenas pela força física. Vários milhares de africanos suspeitos de terem relações com os Mau-Maus estavam lá «trabalhando sob vigilância de guardas armados num projecto de escavação de um milhão de toneladas, enchendo crateras, removendo meio milhão de tonela-

das de pedra tendo como únicos instrumentos pás, martelos de pedra e as suas próprias mãos nuas».

As instituições financeiras da África colonial descuravam por completo os interesses dos africanos e eram ainda piores do que o sistema de comunicações orientado pelos europeus. Os bancos davam pouco crédito. Na África Oriental britânica, os empréstimos a africanos foram desencorajados pela «Lei do crédito para os nativos» (restrição) de 1931. As companhias de seguros preocupavam-se quase que exclusivamente com os interesses dos colonos brancos e das firmas capitalistas. A orientação de converter as reservas africanas em moeda corrente das metrópoles também pode ser citado como um «serviço» prejudicial para os africanos. As casas de conversão e os bancos centrais que faziam tais serviços negavam aos africanos o acesso aos seus próprios fundos criados por exportações.

Por outro lado, as reservas coloniais na Grã-Bretanha, na França e na Bélgica representavam os empréstimos africanos para investimentos de capital na Europa.

É necessário analisar de novo a glorificada noção de que o «capital europeu» foi investido na África colonial e na Ásia. O próprio dinheiro de que o sistema capitalista dispunha para investimentos era o resultado do precedente roubo aos trabalhadores e camponeses da Europa e do Mundo em geral. No caso de África, o capital que foi investido no comércio durante o século XIX era parte do capital resultante do tráfico de escravos. Na Europa, o Governo português foi o primeiro a embarcar nativos de África e o último a deixar o tráfico de escravos. Muitos dos lucros deixaram de estar nas mãos dos portugueses tendo passado a enriquecer os cofres britânicos e alemães; mas o tráfico de escravos feito pelos portugueses ajudou-os mais tarde a financiar campanhas coloniais, tais como uma participação capitalista conjunta nas companhias agrícolas e mineiras em Angola e Moçambique.

Como já referimos atrás, muitas das empresas de grandes cidades portuárias europeias que se viraram para a importação de produtos agrícolas africanos para a Europa, tinham-se previamente dedicado ao tráfico de escravos. O mesmo se pode dizer de muitas firmas na Nova Inglaterra (Estados Unidos da América). A maior parte dos grandes «nomes» na época colonial eram companhias capitalistas cujo capital original provinha do tráfico de escravos ou da própria escravatura. Lloyd's, a grande companhia de seguros e casa bancária, está neste caso, tendo conseguido expandir-se à custa dos lucros obtidos dos territórios de escravos nas Índias Ocidentais durante os séculos XVII e XVIII; e o ubíquo Barclay's Bank tem os seus antecedentes no tráfico de escravos. Worms et Compagnie é um exemplo francês do mesmo fenómeno. No século XVIII, Worms tinha fortes laços com o tráfico francês de escravos, e desenvolveu-se até se tornar uma das mais importantes casas financeiras, tendo negócios com o império francês na África e na Ásia, com particular concentração em Madagáscar e no Oceano Índico.

O exemplo da Unilever e da U. A. C., completamente esclarecido no capítulo anterior, também reforça o que temos vindo a dizer no sentido de demonstrar que a África estava a ser explorada pelo capital obtido a partir do trabalho africano. Quando os irmãos Lever tomaram conta da Niger Company, em 1929, tornaram-se herdeiros de uma das companhias que mais notoriamente exploraram os africanos durante o século XIX. A Niger Company tinha sido uma concessão com poderes governamentais e policiais de 1885 e 1879. Nesse período a companhia explorou escandalosamente os nigerianos. Mais, a Niger Company era um monopólio que tinha comprado firmas mais pequenas e dirigira todo o capital destas pequenas empresas para o tráfico de escravos. Do mesmo modo, aquando do aparecimento da U. A. C., resultante da fusão com a Eastern and African Trading Company, estava associada com outros debentores de

capital directamente relacionados com o tráfico de escravos europeu. O capital de que dispunham as grandes companhias comerciais francesas C. F. A. O. e S. C. O. A. tem as mesmas origens.

O processo de acumulação e de reprodução de capital na África Oriental não é tão forte e evidente como na África Ocidental. Em primeiro lugar, tanto os árabes como os europeus participavam no tráfico de escravos de África Oriental. Em segundo lugar, os alemães intervieram em 1885, embora não tivessem tido qualquer influência anteriormente; enquanto os franceses (que tinham estado à frente do tráfico de escravos na África Oriental durante os séculos XVIII e XIX) concentraram mais os seus esforços na colonização das ilhas do Oceano Índico do que nos territórios continentais da África Oriental. Em terceiro lugar, o colonialismo alemão não foi além da guerra de 1914-18. Mesmo assim, no que se refere aos colonizadores britânicos, o capital e os lucros da Companhia da África Oriental reapareceram na firma comercial de Smith McKenzie.

O capital investido na África colonial nos últimos anos era a continuação do capital colonial do século XIX, em conjunto com novos afluxos de capital das metrópoles. Se se fizesse um inquérito exaustivo acerca das origens das novas fontes de capital, concluir-se-ia que bastantes delas estão fortemente ligadas à exploração de povos não europeus. Contudo, não é necessário provar que qualquer das firmas ligadas ao comércio em África tinham previamente tido ligações com o tráfico de escravos europeus e com uma precedente exploração do continente africano. É suficiente recordar que a primeira fonte de acumulação de capitais europeus foi o ultramar, e que os lucros das companhias coloniais ultrapassam grandemente o capital investido nas colónias.

Um escritor burguês conservador ao escrever da África colonial fez as seguintes observações acerca das indústrias sul-africanas de ouro e de diamantes:

«Não entrando em linha de conta com o capital original (na indústria de diamantes), todo o capital para despesas era fornecido pelos lucros. A indústria dava ainda largos lucros para as firmas internacionais que negociavam em diamantes. Estas tinham uma importância capital, porque grande parte da riqueza acumulada pelas companhias de diamantes era usada mais tarde para o desenvolvimento da indústria do ouro do rand.»

Do mesmo modo, em Angola, a companhia de diamantes Diamang foi um investimento rapidamente coberto, sendo a partir daí uma fonte de capitais. Só os lucros globais dessa companhia nos anos de 1954 e 1955 atingiram o montante do capital investido e ainda o ultrapassaram em 40 %. O excesso sobre os custos de investimentos e manutenção era, evidentemente, enviado para Portugal, para a Bélgica e para os Estados Unidos da América, onde os accionistas da Diamang residiam; e por isso pode dizer-se que Angola estava a investir nesses países.

Neste sentido, as colónias eram o gerador de capital e não os países para os quais convergia o capital estrangeiro.

O capital estava sempre em movimento das metrópoles para algumas partes das dependências, de colónias para outras colónias (via metrópoles), de uma metrópole para a outra e das colónias para as metrópoles. Mas, tendo em conta os grandes lucros criados pelos povos não europeus desde os tempos da escravatura, o fluxo de lucros era das colónias para as metrópoles. O que num ano recebia o nome de «lucros» voltava como «capital» no seguinte. Mesmo os escritores progressistas criaram uma impressão errada ao falar das «exportações» de capital da Europa para a África e ao falar do papel assumido pelo capital estrangeiro. O que era estrangeiro no capital da África colonial era a sua posse e não a sua fonte inicial.

Os apologistas do Colonialismo apressam-se a dizer que o dinheiro para escolas, hospitais, etc., em África era fornecido pelo contribuinte britânico, francês, belga, etc., conforme os casos. É contra a própria lógica, tendo em conta que os lucros de uma determinada colónia num dado ano totalizavam vários milhões de dólares, afirmar que os escassos milhares de dólares destinados a serviços sociais numa colónia eram o dinheiro dos contribuintes europeus. A verdadeira situação pode ser exposta correctamente nos seguintes termos: os trabalhadores e os camponeses africanos produziam bens e serviços de um determinado valor para o Capitalismo europeu. Uma pequena proporção dos frutos dos seus esforços eram retidos por eles sob a forma de salários, pagamentos em dinheiro e serviços sociais extremamente limitados. Tais medidas eram essenciais para a manutenção do Colonialismo. O resto destinava-se aos variadíssimos beneficiários do sistema colonial.

Não pode haver dúvidas quanto aos dados que possuímos e que nos permitem demonstrar cabalmente que na maior parte dos casos o Colonialismo teve como fim o desenvolvimento das metrópoles, deixando umas escassas migalhas nas colónias, resultantes da grande exploração do território africano. Os arquivos coloniais britânicos estão repletos de relatórios de comissões reais destinadas a investigar este ou aquele facto. Esses relatórios (que na maior parte dos casos não eram tidos em conta) fornecem-nos as melhores evidências de que os regimes coloniais nunca tinham em conta os interesses dos africanos. Na década de 1930 houve várias revoltas nos territórios das Índias Ocidentais devido às condições em que viviam nessas regiões os descendentes dos africanos, após terem servido como escravos. A comissão real, ao investigar este assunto, achou-o tão chocante que o relatório final não foi publicado durante a guerra, pois revelava que, de facto, o Colonialismo não era em nada melhor do que o Fascismo contra o qual a Grã-Bretanha estava a lutar. Foi a partir destas investigações que surgiu a

ideia de criar o Desenvolvimento e Bem-Estar Colonial (CD&W). Nesse sentido, foi aprovada uma lei em 1940, mas só em 1944 se obtiveram e foram enviados para as administrações coloniais os fundos para o Desenvolvimento e Bem-Estar Colonial.

Os franceses tinham também algo de semelhante ao CD&W na designação de FIDES, criado em 1946. Desde os tempos mais remotos da expansão colonial, havia dois tipos de explicações fornecidas pelas metrópoles. Um era muito franco e estava relacionado com várias casas comerciais nas cidades europeias. Dizia, simplesmente, que os europeus estavam na cartada colonial porque era muito lucrativo e era isso o que interessava. Contudo, havia outros elementos que pensavam ser necessário argumentar algo acerca do bem-estar dos «nativos não civilizados». Tal era a continuação das anteriores justificações da escravatura que referiam a necessidade de trazer os ateus africanos para terras cristãs.

Como o Colonialismo foi muito atacado durante as suas últimas décadas fizeram-se esforços mais visíveis para lhe apagar o passado. Tanto o CD&W como o FIDES faziam parte das relações públicas de propaganda do Colonialismo, tentando negar e mascarar os vícios do sistema colonial.

O mais importante é que tanto o CD&W como o FIDES nasceram das condições do pós-guerra na Europa, na altura em que as nações capitalistas ocidentais se estavam a virar para as colónias no sentido de as «salvar» do Socialismo e mesmo da competição com os Estados Unidos da América. Bevin, um famoso dirigente trabalhista, atraçou a sua classe e tornou-se num dos porta-vozes do capitalismo britânico quando afirmou que:

«As outras duas potências mundiais, os E. U. A. e a Rússia Soviética têm enormes recursos. Se a Europa Ocidental quiser equilibrar a balança de pagamentos e arranjar um equilíbrio mundial é

essencial que os recursos (africanos) sejam desenvolvidos e postos à disposição (da Europa).»

Qualquer estudo detalhado acerca das operações do CD&W e do FIDES revela claramente que não estavam nada interessados no desenvolvimento africano e antes se preocupavam com o bem-estar da Europa capitalista.

Os já referidos fundos para desenvolvimento enviados para África iam quase que exclusivamente para a criação de uma infra-estrutura económica e para a prestação de certos serviços sociais. Dos empréstimos do CD&W entre 1946 e 1956, menos de 1 % foi dedicado à indústria. No caso do FIDES, de 1949 a 1953 a verba destinada ao desenvolvimento industrial não chegou a atingir 0,5 %. Os fundos para a agricultura eram um pouco mais elevados, embora esta fosse, como é óbvio, a principal actividade em que os africanos se ocupavam. A administração colonial da Nigéria lançou um «Plano de 10 anos», esperando receber elevadas somas do CD&W. Nesse plano foi votada uma verba de 1 824 000 libras de um total de 53 000 000 de libras para a agricultura. A maior parte desse empréstimo para a agricultura destinava-se à construção de uma escola agrícola e ao pagamento de salários a «peritos» ingleses.

Outras colónias inglesas lançaram planos de 10 anos, que tinham as mesmas deficiências que o da Nigéria, e não passando de meros remendos económicos. Eram uma série de projectos desligados, lançados por departamentos governamentais diferentes como uma extensão para as actividades que até então existiam. Sendo assim, não se podia esperar que tais planos pudessem vir a trazer algo de novo, pois ignoravam completamente aspectos que podiam favorecer o desenvolvimento, tais como o estímulo do comércio interno entre os diversos países africanos.

A maior parte dos fundos para «desenvolvimento» iam para as colónias sob a forma de empréstimos para portos, caminhos de ferro, instalações eléctricas, sistemas

de conduta de água, trabalhos de engenharia, armazéns, etc., que eram necessários para uma exploração mais eficiente a longo prazo. A curto prazo, tais trabalhos de construção forneciam saídas para o aço, o betão, a maquinaria eléctrica e os materiais para linhas férreas dos países europeus. Um quinto dos fundos do FIDES foram empregues em conhecidos serviços públicos em Dakar, que serviam os interesses da indústria francesa e empregavam grandes quantidades de expatriados. Mesmo as escolas construídas com os fundos do «FIDES» eram desnecessariamente dispendiosas por unidade, já que tinham de obedecer a certos requisitos de modo a garantir emprego aos expatriados brancos. Incidentalmente, os empréstimos estavam de tal modo «comprometidos» que o dinheiro tinha de ser empregue na compra de materiais manufacturados na metrópole dominante.

Os fundos de «desenvolvimento» eram empenhados no mercado monetário europeu pelos governos em causa e, de facto, os governos metropolitanos nacionais forneciam proveitosos empregos de capital aos seus próprios banqueiros. Em 1956 o Governo francês iniciou um esquema que era uma forma descarada de promover os interesses dos seus capitalistas privados, enquanto financiava alguns dos escassos serviços para o «desenvolvimento e bem-estar dos africanos». O esquema envolvia a criação de uma instituição chamada SDOM — (Sociedades Financeiras para o Desenvolvimento dos Territórios Ultramarinos). SDOM não era mais do que uma associação de capitalistas privados, interessados financeiramente no petróleo do Norte de África e que tinha bastantes ajudas governamentais para alcançar os seus objectivos.

Houve muitos aspectos que desmascararam a burla do CD&W aos olhos dos observadores cuidadosos e interessados. A secretaria colonial criou um conselho para o ajudar (CD&W) na distribuição dos fundos e empréstimos, conselho esse que era inteiramente dominado por

membros da burguesia britânica, incluindo os directores do Barclays Bank. Uma vez que os fundos do CD&W não eram sequer adequados para os planos de 10 anos das colónias, o Governo britânico começou a encorajar a administração colonial a pedir empréstimos ao mercado monetário aberto de modo a que pudesse obter os fundos que lhe faltavam para a prossecução dos empreendimentos planeados. Eis outro modo de garantir que o trabalho e os recursos africanos fornecessem mais-valia para enriquecer os capitalistas europeus.

O Barclays Bank foi um dos primeiros a aproveitar esta oportunidade para emprestar dinheiro aos regimes coloniais como suplemento para os fundos do CD&W. Aquele banco criou uma «Corporação para o Desenvolvimento do Ultramar» destinada a «ajudar» a África. O presidente do Barclays Bank afirmava que

«O desenvolvimento do império colonial e o bem-estar dos seus habitantes são algo que diz respeito a todos os cidadãos (da Grã-Bretanha).»

Essa a linguagem das relações públicas, que se coadunava perfeitamente à sórdida hipocrisia praticada pelos brancos desde que eles começaram a matar e a capturar escravos em nome da civilização e do Cristianismo.

Como parte constitutiva da hipocrisia do Colonialismo, entrou em moda falar acerca da forma como a Europa tinha trazido a África até ao século XX. Esta afirmação tem implicações nas esferas socioeconómicas e políticas e facilmente se pode demonstrar que ela está errada não só em alguns como em todos os aspectos.

Diz-se muitas vezes que o Colonialismo modernizou a África com a introdução de aspectos dinâmicos do Capitalismo, tais como a propriedade privada de terras, a propriedade privada de meios de produção e as relações monetárias. Aqui é necessário distinguir entre *elementos capitalistas* e *Capitalismo enquanto um sistema global*. O Colonialismo introduziu alguns elementos capitalistas

em África. Em termos gerais, onde o sistema comunitário entrava em contacto com a economia monetária, a última impunha-se. O trabalho nos campos e o trabalho assalariado desviaram da comunidade a base de produção e distribuição.

Um provérbio sul-africano dizia que «O homem branco não tem família, a sua família é o dinheiro». Esta é a profunda revelação da diferença entre as sociedades capitalistas e as sociedades pré-capitalistas; e quando o Capitalismo entrou em contacto com as sociedades africanas (grande parte das quais ainda em regime comunitário), introduziu as relações mercantis, relegando para segundo lugar as relações familiares. Contudo, o Colonialismo não transformou a África numa sociedade capitalista semelhante às metrópoles. Se o tivesse feito, poder-se-ia criticar as brutalidades e desigualdades do Capitalismo, mas não se poderia dizer que o Colonialismo não tinha conseguido fazer avançar a África de modo a acompanhar o desenvolvimento histórico da humanidade.

O Capitalismo, como o sistema no interior das metrópoles ou epicentros, estruturava-se com base em duas classes principais: em primeiro lugar, os capitalistas — burguesia — que possuíam as fábricas e os bancos (os maiores meios de produzir e distribuir a riqueza); em segundo lugar, os trabalhadores — proletariado — que trabalhavam nas fábricas da referida burguesia. O Colonialismo não criou uma classe detentora de capital ou de fábricas entre os africanos ou mesmo dentro de África; nem sequer criou um proletariado urbano que se pudesse dizer significativo (particularmente fora da África do Sul). Por outras palavras, o Capitalismo, na forma de Colonialismo, não conseguiu levar a cabo em África o que tinha feito na Europa, ou seja mudar as relações sociais e libertar as forças produtivas.

É bastante óbvio que os capitalistas não estão interessados em criar outros capitalistas, novos rivais. Antes pelo contrário, a tendência do Capitalismo na Europa desde o começo era a da concorrência, eliminação e

monopólio. Por isso, quando foi alcançado o estágio imperialista, os capitalistas metropolitanos não tinham intenção de deixar campo aberto a rivais nas dependências. Contudo, apesar das intenções das metrópoles, surgiram alguns capitalistas locais na Ásia e na América Latina. A África é uma excepção relevante no sentido em que, comparada com outros povos colonizados, raros eram os africanos que tinham acesso mesmo aos investimentos.

Parte da explicação para a falta de capitalistas africanos em África deve-se ao facto de terem chegado grupos minoritários que, não tendo laços familiares locais, se podiam manter no estágio de acumulação primária requerido pelo Capitalismo. Homens de negócios libaneses, sírios, gregos e indianos surgiram das fileiras de pequenos comerciantes e tornaram-se pequenos ou, muitas vezes, grandes capitalistas. Nomes como Raccah e Leventis eram bastante conhecidos na África Ocidental, tal como Madhvani e Vissam se tornaram bastante conhecidos como capitalistas na África Oriental.

Havia rivalidades entre as classes médias e os colonialistas europeus, mas estes últimos preferiam encorajar as minorias do que ver africanos a afirmarem-se. Por exemplo, na África Ocidental, os comerciantes da Serra Leoa eram desencorajados quer na sua própria colónia quer em qualquer outra colónia britânica em que decidissem estabelecer-se. Na África Oriental, havia esperanças entre os ugandeses, em particular, de poder adquirir eiras para o descaroçamento do algodão e desempenhar algumas das funções capitalistas relacionadas com a cultura do algodão e outras actividades. Contudo, quando em 1920 foi nomeada uma Comissão de Desenvolvimento para promover o comércio e a indústria, esta favoreceu em primeiro lugar os europeus e depois os indianos. Os africanos foram proibidos por lei de possuir eiras para o descaroçamento do algodão.

Se olharmos para África como um todo, vemos que os poucos comerciantes africanos a quem era permitido

exercer uma certa actividade, estavam no final da escala e não podem ser considerados «capitalistas» na verdadeira acepção da palavra. Não ganhavam o suficiente para investir em larga escala na agricultura, no comércio, nas minas ou na indústria. Estavam dependentes do capital possuído pelos europeus e do capital local possuído pelos grupos minoritários.

O facto do capitalismo europeu não ter conseguido criar capitalistas africanos não é talvez tão chocante como a sua ineficácia para criar uma classe operária e difundir complexos industriais através da África. Pela sua própria natureza, o Colonialismo não estava interessado em que se estabelecessem indústrias em África para além da agricultura e das esferas extractivas das minas e do fornecimento de madeiras. Sempre que as forças internas pareciam empurrar no sentido da industrialização da África, eram deliberadamente bloqueadas pelos governos coloniais que agiam sob as ordens dos industriais metropolitanos. Em 1927 criaram-se no Senegal moinhos de óleo e amendoim que começaram as exportações para França. Em breve se estabeleceram restrições devido aos protestos dos moleiros de óleo em França. Do mesmo modo se desencorajaram, na Nigéria, os moinhos de óleo criados pelos libaneses. O óleo era enviado para a Europa ainda como matéria-prima para a indústria, mas os industriais europeus não aceitavam de bom grado que a simples fase de reduzir os amen-doins a óleo se realizasse em solo africano.

Surgiram variadas contradições incoerentes ao longo do período colonial em África, resultantes da política de não industrialização. Os sudaneses e os ugandeses tinham plantações de algodão mas importavam artigos manufacturados de algodão, a Costa do Ouro tinha plantações de cacau e importava cacau em lata e chocolate, etc.

O reduzido operariado da África colonial preenchia empregos como os de trabalho agrícola e serviço doméstico. Era na sua maior parte não especializado, con-

trastando com a necessidade sentida pelo Capitalismo de trabalhadores especializados. Quando se tratava de projectos que requeriam peritos técnicos, os europeus encarregavam-se de supervisionar o trabalho, andando de um lado para o outro de capacete e calções brancos. Com certeza que em 1889 os africanos não tinham os conhecimentos técnicos desenvolvidos na Europa durante os séculos XVIII e XIX. Esta diferença é, em parte, o resultado do tipo de relações entre a África e a Europa no período pré-colonial. Contudo, o que é mais significativo durante o período colonial é o número incrivelmente reduzido de africanos que conseguiam adquirir especializações «modernas». Nalguns sítios tais como a África do Sul e as Rodésias isto devia-se à discriminação racial nos empregos, de modo a garantir as melhores colocações para os brancos. No entanto, mesmo quando não havia brancos, a falta de especialização entre os africanos era parte integrante do impacte capitalista no continente.

Já foi demonstrado como a presença de indústria na Europa encorajou e multiplicou as técnicas científicas. A outra face da moeda via-se em África: a falta de indústria significava o não desenvolvimento das técnicas. Mesmo na indústria mineira, acordou-se que o trabalho mais especializado seria efectuado fora de África. Por vezes esquece-se que o trabalho valoriza os objectos através da transformação dos produtos naturais. Por exemplo, embora os diamantes de gema tenham um valor muito maior do que a sua utilidade prática, este valor não lhes advém simplesmente de serem raros. Tinha de se realizar trabalho para localizar os diamantes. É este o trabalho especializado de um geólogo, e os geólogos eram, como não podia deixar de ser, europeus. Tinha de se trabalhar para arrancar os diamantes, trabalho este quase exclusivamente físico. Só nesta fase entravam em cena os africanos da África do Sul, da Namíbia, de Angola, do Tanganica e da Serra Leoa. Subsequentemente, desenvolvia-se o trabalho de lapidar e polir

os diamantes. Uma pequena parte deste serviço era feita por brancos na África do Sul e a maior parte por brancos em Bruxelas e Londres. Era na mesa do lapidador especializado que o diamante bruto se tornava em gema e aumentava de valor. Durante o período colonial os africanos não eram autorizados a aproximar-se dessa técnica.

Grande parte do dinamismo do Capitalismo reside no facto que a riqueza fomentava uma riqueza ainda maior. As indústrias mais importantes tinham certos produtos secundários, incrementavam o uso de matérias-primas locais, expandiam a indústria de transportes e de construção, etc. — como já vimos no caso da Unilever.

Segundo as palavras dos economistas, estas eram as benéficas «ligações retrógradas e avançadas». Dado que as indústrias que usavam matérias-primas africanas se situavam fora de África, não podia, pois, haver «ligações retrógradas e avançadas» benéficas *dentro* de África. Depois da II Guerra Mundial, a Guiné começou a exportar bauxite. Nas mãos dos capitalistas americanos e franceses, a bauxite transformava-se em alumínio. Nas metrópoles destinava-se à manufactura de condutores eléctricos, cigarreiras, utensílios de cozinha, polidores, estruturas leves e material aeronáutico. A bauxite da Guiné estimulava as companhias de navegação europeias e o poder hidroeléctrico na América do Norte. Na Guiné, as minas da bauxite colonial deixavam buracos no solo.

No que se refere ao ouro, as implicações financeiras na Europa eram imensas, e o ouro africano desempenhava um papel importante no desenvolvimento do sistema monetário, das indústrias e da agricultura nas metrópoles. Mas, como a bauxite e outros minerais, o ouro é um recurso limitado. Uma vez que é tirado do subsolo de um país, é uma perca absoluta que não pode ser substituída. Este simples facto é muitas vezes ignorado desde que a produção continue como acontece, por exemplo, na África do Sul; mas alertamo-nos dramaticamente quando sabemos que, de facto, os minerais

desapareceram durante o período colonial. Por exemplo, no sul do Tanganica, a partir de 1933, os ingleses extraíam ouro o mais rapidamente possível de um local chamado Chunya. Em 1953 tinham esgotado as reservas de ouro e tinham-no exportado para o estrangeiro. No fim do período colonial, Chunya era um dos locais mais atrasados em todo o território do Tanganica, o qual era, por sua vez, conhecido como a pobre Cinderela de África Oriental. Se isso era modernização, e dado o preço cobrado em exploração e opressão, então os africanos teriam estado muito melhor no mato.

A industrialização não significa somente fábricas. A própria agricultura foi industrializada nos países capitalistas e socialistas pela aplicação intensiva de princípios científicos à irrigação, fertilizantes, ferramentas, selecção de colheitas, adubos, etc. O fracasso mais concludente do Colonialismo em África foi o não ter conseguido transformar a tecnologia da produção agrícola. O argumento mais convincente para refutar a «tese» superficial de que o Colonialismo «modernizou» a África, é o facto que a grande maioria dos africanos entrou para o Colonialismo com uma enxada e saiu do Colonialismo com essa enxada. Algumas plantações capitalistas introduziram maquinaria agrícola e o estranho tractor passou para as mãos de agricultores africanos, mas a enxada continuou a ser a alfaia com predominância na agricultura. O Capitalismo podia revolucionar a agricultura na Europa, mas o mesmo não podia fazer em África.

Nalguns distritos, o Capitalismo criou certos retrocessos tecnológicos na agricultura. Nas reservas da África do Sul, grandes quantidades de africanos estavam aglomerados em terras inadequadas e eram forçados a dedicar-se a uma agricultura intensiva, usando técnicas que só podiam ser aplicadas a um tipo de culturas rotativas. Na prática, isto era uma forma de retrocesso técnico porque a terra produzia cada vez menos, e acabava por se ir consumindo ao longo deste

processo. Se os africanos tinham pouca produtividade no cultivo das terras dos seus antepassados, num modo lato de cultivo rotativo também se obtinha o mesmo efeito negativo. Além do mais, algumas das novas culturas, como o amendoim e o algodão, exigiam muito do solo. Em países como o Senegal, o Níger e o Chade, que se encontravam praticamente já numa zona desértica, o cultivo contínuo levava a um empobrecimento do solo e a um alargamento do deserto.

As noções racistas brancas estão tão enraizadas na sociedade capitalista que justificaram o falhanço da agricultura africana baseando-se na inferioridade dos africanos. Seria muito mais verdadeiro dizer que foi devido aos intrusos brancos, embora a explicação básica se deva encontrar não na má vontade pessoal dos colonialistas ou na sua origem rácica, mas sim nos vícios inerentes ao sistema capitalista/colonialista.

A falta de melhoria de condições das alfaias e dos métodos agrícolas que favorecessem os camponeses africanos não era resultado de uma decisão erradamente tomada pelos países que estabeleciam a política colonial. Era um elemento integrante do Colonialismo como um todo, baseado na compreensão de que a divisão internacional do trabalho se deveria fazer no sentido de concentrar o trabalho especializado nas metrópoles e empregar a força humana de nível inferior nas dependências. Foi também resultado do uso considerável da força (incluindo os impostos) nas relações de trabalho em África. As pessoas podem ser forçadas a executar o trabalho manual simples mas pouco mais. Isto foi provado quando os africanos foram usados como escravos nas Índias Ocidentais e na América. Os escravos estragavam as ferramentas e sabotavam o trabalho e tal só podia ser controlado por uma inspecção extra e mantendo ferramentas e técnicas produtivas muito elementares. A mão-de-obra escrava não servia para as actividades industriais, de tal modo que nos E. U. A. o Norte entrou em guerra em 1861 para acabar com a escla-

vatura no Sul e poder difundir por todo o lado o modo de produção verdadeiramente capitalista. Seguindo a mesma linha de pensamento, torna-se claro por que razão o trabalho agrícola forçado em África se tinha de manter em formas bastante simples, o que acarretava ganhos muito pequenos.

No regime colonial os capitalistas não pagavam a um africano de modo a que ele se pudesse sustentar a si e à família. Isto pode ser facilmente verificado se virmos os ordenados ganhos pelos africanos nas plantações. O salário recebido por um camponês africano raramente atingia os 750\$00 anuais e na maior parte dos casos era inferior a metade da soma referida. Daí o camponês ter de pagar as ferramentas, as sementes e o transporte; além disso tinha de pagar a intermediários antes de poder dizer que o que lhe restava do dinheiro era seu. Geralmente os camponeses que se ocupavam da cultura do café, do cacau e da colheita de palma recebiam salários mais elevados do que aqueles que estavam a trabalhar em plantações de algodão ou andavam na colheita do amendoim; mas, mesmo os vulgares agricultores de cacau em Akwafim ou de café em Chagga nunca conseguiam obter dinheiro em quantidade suficiente que lhes permitisse alimentar, vestir e alojar as suas famílias. Por isso, e como suplemento, continuava a agricultura de subsistência de inhames e bananas. Era assim que o camponês conseguia comer, e os escassos tostões que ganhava destinavam-se ao pagamento de impostos e à compra de elevado número de coisas que não podiam ser adquiridas sem dinheiro nas lojas dos comerciantes — sal, tecido, petróleo, etc. Se tivessem sorte podiam ter acesso a placas de zinco, bicicletas, rádios, máquinas de coser e podiam pagar as propinas da escola. É necessário deixar bem claro que os africanos incluídos nesta última categoria eram extremamente poucos.

A falta de trabalho especializado era uma das razões por que o camponês africano recebia tão pouco pelas

suas colheitas. Tal não é a única explicação, mas a verdade é que um produto como o algodão aumentava bastante de valor à medida que ia passando pelos processos complexos de manufactura na Europa. Karl Marx, ao clarificar como os capitalistas se apropriavam da parte da jornada de trabalho de cada trabalhador, utilizou o exemplo do algodão. Explicou que o valor do algodão manufacturado incluía o valor do trabalho da cultura do algodão em bruto, mais parte do valor do trabalho efectuado pelas fiandeiras, mais o trabalho que entrava na própria manufactura. De um ponto de vista africano, a primeira conclusão que devemos tirar é que o trabalho dos camponeses no solo africano estava a ser explorado pelo industrial que usava as matérias-primas africanas na Europa ou na América. Em segundo lugar, é necessário ver que a contribuição africana em trabalho era muito menos valorizada que a contribuição europeia em trabalho especializado. Verificou-se que uma hora de trabalho de um camponês numa plantação de algodão do Chade era equivalente a menos de um centímetro de tecido de algodão e que precisaria de trabalhar 50 dias para ganhar o necessário para comprar 3 metros do tecido feito em França a partir do seu próprio algodão. Mais, o trabalhador têxtil francês (usando teares modernos) tecia 3 metros de algodão em escassos minutos! Tendo em conta que o francês não estava mais próximo de Deus (que fez todo o mundo em 6 dias e descansou no sétimo), teria, pois, de haver factores no sistema capitalista/colonialista que permitiam a grande disparidade do valor relativo do trabalho no Chade e em França. Em primeiro lugar, o camponês do Chade era defraudado no comércio, pois vendia barato e comprava caro; por isso recebia uma porção diminuta do valor que tinha criado com o seu trabalho. Isto acontecia porque todo o poder político estava concentrado nas mãos dos colonialistas e não devido à existência de «forças de mercado» misteriosas como os economistas burgueses nos impingiam. Era uma consequência da domi-

nação monopolista, quer económica quer política. Em segundo lugar, o tempo que o camponês do Chade levava no seu trabalho era maior porque o Colonialismo não lhe permitia que adquirisse ferramentas de modo a poder reduzir o número de horas necessárias à produção de uma dada quantidade de algodão em bruto.

Em certa medida, teria sido do interesse dos poderes coloniais terem sido empregues melhores técnicas agrícolas em África que levassem ao aumento do volume e da qualidade da produção. Todos os regimes coloniais fizeram certas investigações científicas relativamente à agricultura tropical. Contudo, a investigação estava quase que totalmente virada para as colheitas mais rendosas, tinha um raio de acção bastante limitado e era mais facilmente aplicável às grandes plantações do que às pequenas propriedades dos camponeses africanos sem capital. Durante o período colonial as somas miseráveis dedicadas ao desenvolvimento agrícola em África contrastam flagrantemente com as somas cada vez mais elevadas dedicadas no mesmo período à investigação na Europa — com enormes benefícios quer para a indústria quer para a agricultura.

Lado a lado com as infundadas alegações de modernização socioeconómica vinham as alegações dos defensores do Colonialismo que diziam que o domínio europeu tinha trazido o desenvolvimento e a emancipação política. Um dos velhos argumentos para justificar esta afirmação é que a África era um caos no século XIX e que «tribos» como os Ngani e os sobas de Yao e Samai matavam à esquerda, à direita e ao centro. Consequentemente a África foi salva por Livingstone e Stanley. Na maior parte dos casos, tais argumentos de selvaria não são usados nas obras da presente geração de estudiosos europeus de África, uma vez que se sabe

não corresponderem à realidade. Contudo, alguns escritores ainda apregoam que:

«os Bantus só puderam ser salvos das lutas destruidoras e do seu atraso económico e técnico pela imposição de um governo estável (europeu).»

Outro suposto benefício dos colonialistas seria o de terem desenvolvido o nacionalismo em África. É uma alegação superficial e enganadora que ignora completamente os numerosos Estados existentes em África aquando do início da colonização e a direcção da sua evolução. O nacionalismo é uma forma de unidade que cresce a partir da experiência histórica. É um sentimento de unidade que emerge de grupos sociais que tentam controlar o que os rodeia e defender as suas posições de grupos que com eles queiram competir. O estado de nação impõe também a ordem e mantém a estabilidade dentro das suas fronteiras, geralmente a favor de uma determinada classe. Todas estas características existiam nos Estados africanos do século XIX. Em alguns eram muito maiores que as colónias definidas arbitrariamente pelos europeus.

É verdade que o presente nacionalismo africano adoptou as fronteiras marcadas pelos imperialistas. Isto foi uma consequência inevitável do facto de a luta pela recuperação da independência africana estar condicionada pela rede administrativa das referidas colónias. Seria, no entanto, mostrar uma total ignorância do passado africano dizer que o Colonialismo modernizou politicamente a África através da criação de Estados nacionais, sobretudo quando se afirma que um tal nível de organização e estabilidade não teria sido alcançado de outro modo.

Um dos argumentos colonialistas, que é até certo ponto aceitável, diz-nos que o Capitalismo e o domínio colonial trouxeram uma maior liberdade individual para muitos africanos. Os jovens que ganhavam um salário

e os indivíduos que trabalhavam nos campos para receber algum dinheiro tornavam-se independentes das exigências corporativas das famílias. É discutível até que ponto isso foi um fenómeno válido, mas poder-se-ia dizer que ele se assemelhava ao modo como na Europa os capitalistas libertaram os indivíduos das restrições da sociedade feudal e das limitações impostas por pessoas de conduta moral bastante tacanha. Contudo, que liberdade alcançava um africano quando se afastava do que achava serem as obrigações familiares? A escolha de opções era severamente determinada pelos colonialistas e o africano só era «livre» para participar na economia monetária e no sector cultural, orientado pelos europeus, ao nível mais baixo e não criativo.

Há uma escola de historiadores de África que é mais lisonjeadora e diz que tentar ver o Colonialismo como algo de totalmente negativo é subvalorizar a iniciativa dos africanos. Segundo dizem, os africanos lançaram-se ousadamente para o mercado de trabalho, para o trabalho agrícola assalariado, para o comércio nalguns casos, para o campo educacional e para as igrejas. No entanto, tais iniciativas eram meras respostas às opções criadas pelos colonialistas. A verdadeira iniciativa histórica de todo um povo requer que ele tenha o poder de decidir a direcção para onde deseja ir. Este último aspecto teve de aguardar até à década de 60.

Dentro de qualquer sistema social os oprimidos conseguem uma certa margem de manobra. Por exemplo, sob o regime de escravatura na América e nas Índias Ocidentais, os africanos conseguiram agir de modo a alcançar pequenas regalias. Lisonjeando os patrões, que eram arrogantes e intolerantes, conseguiam enganá-los facilmente. Do mesmo modo, sob o Colonialismo, muitos africanos entravam no jogo para alcançar certos objectivos. Ocupando lugares de intérpretes, polícias e oficiais do tribunal, os africanos conseguiam, por vezes, fazer valer a sua vontade acima da dos europeus. Contudo, tal não se deve confundir com uma efectiva participa-

ção política ou mesmo com o exercício das liberdades individuais. Num regime de escravatura o poder estava nas mãos dos donos dos escravos; durante o Colonialismo o povo estava nas mãos dos colonialistas. A perda de poder pelos vários Estados africanos significou uma subsequente perda da liberdade de cada indivíduo.

Do ponto de vista dos colonizados, o Colonialismo era uma negação da liberdade. Mesmo em termos quantitativos o Colonialismo não trouxe liberdade política para os africanos sequer comparável com o pouco que tinha sido alcançado pelo Capitalismo em relação ao Feudalismo. Nos seus aspectos políticos, o Capitalismo nas metrópoles incluía constituições, parlamentos, liberdade de imprensa, etc. Apesar de limitadas na aplicação à classe operária europeia, tais instituições existiam nas metrópoles desde a Guerra da Independência Americana e a Revolução Francesa. No entanto, Jules Ferry, um ex-ministro francês das colónias, explicou que a Revolução Francesa não tinha sido feita a pensar nos negros de África. As liberdades burguesas, a igualdade e a fraternidade não se destinavam aos súbditos coloniais. Os africanos eram obrigados a trabalhar à baioneta, à cacetada e a tiro.

6.2. O CARÁCTER NEGATIVO DAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS, POLÍTICAS E ECONÓMICAS.

Até agora tentámos provar que os benefícios do Colonialismo foram bastante reduzidos e que não foram ofertas dos colonialistas — foram, antes, o resultado, na maior parte dos casos, do trabalho e dos recursos africanos. De facto, o que os colonialistas apelidaram de «desenvolvimento de África» mais não foi que uma expressão cínica para descrever «a intensificação da exploração colonial para desenvolver a Europa capitalista». Já demonstrámos cabalmente que eram falsos os argumentos usados para provar que a Europa desenvol-

veu a África, proporcionando-lhe ordem social, nacionalismo e modernização económica. Contudo, tudo o que já dissemos não é ainda suficiente para a afirmarmos que o Colonialismo teve um impacto negativo no desenvolvimento de África. Ao abordar o aspecto de que o Colonialismo foi negativo tentaremos virar as atenções para o modo como o prévio desenvolvimento africano foi travado e impedido de progredir. A par desta interrupção e bloqueamento, nada foi introduzido, que pudesse ter um valor compensatório.

A colonização de África durou cerca de 70 anos na maior parte das regiões do continente. Este período é extremamente curto se o integramos no contexto do desenvolvimento histórico universal. Contudo, foi precisamente durante esses anos que noutras partes do mundo se verificaram grandes modificações. Como já apontámos, os países capitalistas revolucionaram a tecnologia para entrar na era nuclear. Entretanto, foi instaurado o Socialismo, elevando a Rússia semifeudal/semicapitalista a um nível firme de crescimento económico, jamais experimentado em qualquer país capitalista. O mesmo aconteceu na China e na Coreia do Norte, não só garantindo o bem-estar e a independência nacional como reformulando as relações sociais internas de um modo muito mais justo que anteriormente. E tendo em conta estas transformações decisivas que devemos analisar os acontecimentos em África. Marcar passo ou mesmo caminhar vagarosamente enquanto os outros países se desenvolviam rapidamente equivale a recuar. Certamente, em termos relativos, a posição de África face aos colonizadores tornou-se cada vez mais desvantajosa nas esferas políticas, económicas e militares.

O carácter decisivo do curto período de tempo de Colonialismo e as suas consequências negativas para a África advêm precisamente do facto de a África ter perdido *poder*. O PODER é determinante na sociedade humana, sendo básico nas relações dentro de um grupo e/ou entre grupos. Implica a capacidade de defender o

interesse de cada um e, se necessário, impor a sua vontade pelos meios possíveis. Nas relações entre povos a questão do poder determina claramente até que ponto um povo respeita os interesses de outro e eventualmente até que ponto um povo consegue sobreviver como unidade cultural e física. Quando uma sociedade se encontra forçada a depor o seu poder nas mãos de outra sociedade, isto é em si uma forma de subdesenvolvimento.

Durante os séculos de comércio pré-colonial havia por parte dos africanos um certo controlo sobre a vida política, social e económica apesar das relações comerciais desvantajosas com os europeus. O pouco controlo que os africanos tinham sobre os assuntos internos desapareceu completamente com o Colonialismo. O Colonialismo foi mais que um mero controlo comercial. Os europeus fizeram todos os possíveis para se apoderarem das instituições sociais dentro de África. Os africanos deixaram de poder escolher os seus objectivos culturais e perderam todo o controlo sobre o treino dos novos membros da sociedade. Tais factos foram, sem dúvida, importantes passos atrás.

O tunisiano Albert Memmi fez a seguinte afirmação:

«O golpe mais sério sofrido pelos colonizados foi serem afastados da história e da comunidade. A colonização usurpa qualquer controlo livre, quer no que se refere à guerra quer no que se refere à paz, qualquer decisão que contribua para os seus destinos, para o destino do mundo e toda a responsabilidade cultural e social.»

Embora à primeira vista esta afirmação possa parecer exagerada, é inteiramente verdadeira. O afastamento da história é a consequência lógica da perda do poder representado pelo Colonialismo. O poder, actuando de forma autónoma, é a garantia de uma participação activa e consciente na história. Ser colonizado é ser afastado da história, institucionalizando ao mesmo tempo

um sentido de passividade. Um exemplo claro de que a África colonial era um objecto passivo está presente na atracção que certos antropólogos brancos sentiam ao estudar a «sociedade primitiva africana». O Colonialismo determinava que a participação africana na realização da história fosse semelhante à dos escravos — ou seja, objectos que se examinam com um microscópio e que são examinados para fins específicos.

Em termos políticos, o impacte negativo do Colonialismo foi dramático. De um dia para o outro os Estados africanos perderam o poder, a independência e o significado — quer fossem grandes impérios quer fossem pequenos Estados. Certas regras tradicionais foram mantidas, e por vezes a estrutura formal de alguns reinos não se alterou, mas a estrutura da vida política era bastante diferente. O poder político tinha transitado para as mãos de senhores estrangeiros. É claro que numerosos Estados africanos já tinham passado em séculos anteriores por fases de ascensão e declínio. No entanto, a lei colonial era diferente. Enquanto perdurou, nem um só Estado africano teve possibilidade de florescer.

Para ser concreto, deve-se acentuar que o Colonialismo esmagou pela força os Estados feudais que ainda existiam no Norte de África; de facto, os franceses destruíram os enormes Estados de Muslim, no Sudão Ocidental, bem como o Daomé e os reinos de Madagáscar; de facto, os ingleses destruíram o Egipto, o Sudão Mahdista, Asante, Benin, os reinos de Yoruba. A Suazilândia, Matabeleland, o Lozi e os reinos dos lagos da África Oriental foram também destruídos como grandes Estados. Deve-se ainda notar que a multiplicidade de Estados mais pequenos que estavam em vias de crescimento foram varridos da face de África pelos belgas, portugueses, ingleses, franceses, alemães, espanhóis e italianos. Finalmente, aqueles que conseguiram sobreviver não passavam de fantoches. Por exemplo, o Sultão de Marrocos continuou a ter uma existência formal debaixo

do regime colonial que começou em 1912; o mesmo se pode dizer do Bey de Tunis; o importante é que Marrocos e a Tunísia se encontravam na mesma posição de territórios colonizados como a Argélia, de onde tinham sido eliminados os senhores feudais.

Por vezes, os chefes africanos escolhidos para servir como agentes do Colonialismo não passavam, como é lógico, de fantoches. Os franceses e os portugueses tinham o costume de escolher os seus próprios «chefes» africanos; os ingleses foram para Holland e criaram «chefes por alvará»; e todos os poderes coloniais acharam conveniente criar legisladores «superiores». Na maior parte dos casos, a população local odiava tais fantoches coloniais. Eram chefes tradicionais como o Sultão de Sokoto, o Kabaca do Buganda e o Asantehene de Asante que conservavam grande prestígio aos olhos dos africanos, mas não tinham poder para actuar para além dos limites impostos pelo Colonialismo; caso contrário, ver-se-iam «hóspedes do Governo de Sua Majestade» nas ilhas Seychelles.

Podemos mesmo dizer que a lei colonial significou a completa eliminação do poder político africano em todo o continente, uma vez que a Libéria e a Etiópia já não podiam agir como estados independentes dentro do contexto do Colonialismo espalhado por todo o continente. Particularmente a Libéria teve de se curvar de tal modo perante as pressões políticas, económicas e militares estrangeiras como nenhum outro Estado que se considerasse genuinamente independente o faria; e, embora a Etiópia tenha mantido uma posição firme até 1936, a maior parte das nações não estavam dispostas a considerar a Etiópia como um Estado soberano, por ser africano e porque os africanos deviam ser considerados como súbditos coloniais.

O modo como foi travado o desenvolvimento africano tem alguns aspectos que só podem ser completamente analisados depois de cuidadosamente estudados e depois de se retirar a venda que os colonizadores puse-

ram nos olhos dos seus súbditos. Um dos assuntos importantes a tratar é o papel da mulher na sociedade. Até hoje, a sociedade capitalista não conseguiu resolver a desigualdade entre o homem e a mulher que se apresentou em todos os modos de produção antes de se ter alcançado o Socialismo. Ocasionalmente os colonialistas davam certas hipóteses de educação e emancipação às mulheres em África, mas, objectivamente, houve uma deterioração da condição da mulher devido ao estatuto colonial.

Se olharmos de maneira realista para o papel da mulher na África independente pré-colonial vemos duas tendências contrastantes mas combinadas. Em primeiro lugar, as mulheres eram exploradas pelos homens através de sistemas poligâmicos criados para captar o poder de trabalho das mulheres. Como sempre, a exploração era acompanhada pela opressão; e há provas que por vezes as mulheres eram tratadas como animais de carga, como por exemplo nas sociedades africanas de Muslim. Contudo, havia uma tendência contrária que assegurava a dignidade das mulheres, em maior ou menor grau, em todas as sociedades africanas. Os direitos da mãe eram um aspecto particularmente importante nas sociedades africanas; as mulheres tinham uma série de privilégios que lhes advinham do facto de serem as bases da reprodução.

Mais ainda, algumas mulheres tinham verdadeiro poder político, exercido quer através da religião quer dentro do aparelho político-constitucional. Em Moçambique a viúva de um rei Ngumi tornava-se a sacerdotiza encarregada do santuário sobre a campa do seu esposo morto e o rei escolhido tinha de a consultar sobre todos os assuntos importantes. Nalguns casos, embora escasos, as mulheres eram chefes de Estado. Entre os Losveder do Transval, a pessoa mais importante era a «Rainha da Chuva», que exercia conjuntamente funções políticas e religiosas. Uma das funções mais frequentes em que as mulheres tinham papel de relevo era a de «Rai-

nha Mãe» ou «Rainha Irmã». Na prática, tal lugar era ocupado por uma mulher de sangue real, que podia ser mãe, irmã ou tia do rei — isto em regiões como o Mali, Asante ou Buganda. Tinha uma influência considerável, e havia ocasiões em que a «Rainha Mãe» detinha o verdadeiro poder e o rei (homem) não passava de um boneco.

Sob o Colonialismo, as mulheres africanas perderam os seus privilégios sociais, religiosos, constitucionais e políticos ao mesmo tempo que continuava a exploração que, na maior parte dos casos, se intensificou. Intensificou-se porque a divisão do trabalho baseada no sexo não foi, na maior parte dos casos, respeitada. Tradicionalmente, os homens africanos faziam o trabalho pesado de abatimento de árvores, limpeza de campos, construção de casas, etc., além das práticas de guerra e da caça. Quando foram obrigados a deixar as suas terras para procurar empregos, as mulheres ficaram para trás tendo de se encarregar de todos os trabalhos necessários para a sua subsistência, das crianças e mesmo da dos homens, no que diz respeito a provisões alimentares. Mais, a partir do momento em que os homens tinham maior e mais fácil acesso ao sector monetário, o valor da força de trabalho das mulheres tornou-se bastante inferior em relação ao dos homens dentro do novo sistema do Colonialismo: o trabalho dos homens era «moderno» — o das mulheres era «tradicional» e «retrógrado». Por isso, a deterioração da condição das mulheres africanas encontrava-se directamente relacionada com a perda do poder político pela sociedade africana como um todo e com a consequente perda do direito de decidir quais os trabalhos com mérito e a quem deveriam ser atribuídos.

Uma das mais importantes manifestações de estagnação histórica na África colonial foi a que geralmente se rotula de «tribalismo». Tal conceito, na sua acepção mais comum, é geralmente entendido como significando que os africanos têm uma lealdade básica muito mais forte

para com a sua tribo do que para com a nação e que cada tribo ainda sente certa hostilidade contra as tribos vizinhas. Os exemplos referidos pela imprensa capitalista e pela intelectualidade burguesa são os do Congo e da Nigéria. Segundo as suas declarações, sugerem que os europeus tentaram criar uma nação a partir dos povos congolezes e nigerianos, mas não o conseguiram porque as diferentes tribos mantinham os antigos ódios tribais; e, logo que o poder colonial desapareceu, os nativos voltaram a matar-se uns aos outros. A este fenómeno, os europeus acrescentam muitas vezes a palavra *atavismo*, para dar a noção de que os africanos estavam a voltar à selvajaria primitiva. Mesmo uma visão rápida do passado africano mostra que tais afirmações são exactamente o oposto da verdade.

É necessário discutir brevemente o que se entende por «tribo» — um termo que se tem evitado nesta análise, em parte porque geralmente acarreta noções derogatórias, em parte devido à sua falta de definição e às diferentes acepções em que tem sido empregue na literatura sobre a África. Seguindo o princípio da vida em família os africanos estavam organizados em grupos com antepassados comuns. Teoricamente, a «tribo» era o grupo mais largo de pessoas que se diziam descendentes de um antepassado comum em dada altura, num passado remoto. Geralmente, podia-se, por isso, dizer que tal grupo pertencia à mesma etnia e a sua linguagem teria bastante em comum. Para além disso, os membros da «tribo» não eram na maior parte das vezes membros da mesma unidade política e raramente exerciam o mesmo tipo de actividade no que se refere a comércio, acções guerreiras, etc. Por vezes os Estados africanos eram constituídos por parte dos membros de um dado grupo étnico ou (mais usualmente) por uma amálgama de membros de diferentes comunidades étnicas.

Todos os grandes Estados de Africa do século XIX eram multi-étnicos e a sua expansão estava continuamente a deixar para trás como algo do passado a lealdade «tri-

bal», substituindo-a por laços nacionais e de classe. Contudo, em todas as partes do mundo a substituição de laços étnicos por laços nacionais e de classe é um processo histórico moroso; e permanecem invariavelmente por longos períodos certos grupos de indivíduos com lealdades regionais específicas que lhes advêm de laços de cultura, língua e semelhança. Na Ásia, os Estados feudais do Vietname e de Burma alcançaram um grau considerável de homogeneidade nacional durante os séculos que precederam o poder colonial. Mas havia certas «tribos ou minorias» que se mantinham fora da esfera do Estado-nação e da cultura e economia nacionais.

Em primeiro lugar, o Colonialismo bloqueou qualquer tentativa de evolução de solidariedade nacional, porque destruiu os Estados africanos ou asiáticos que eram os principais agentes para liquidar os laços em fragmentação. Em segundo lugar, como as lealdades regionais e étnicas, que se agrupam sob o nome de «tribalismo», não podiam ser resolvidas efectivamente sob um regime colonial, estas tendiam a aumentar. De facto, por vezes os regimes coloniais viam que era vantajoso estimular as rivalidades «tribais» de modo a manter os povos colonizados afastados da sua principal contradição com os senhores europeus — isto é, a técnica clássica de «dividir para reinar». Os belgas recorreram várias vezes a tal processo; os brancos racistas na África do Sul tinham cuidadosamente preparado um plano em 1950 para «desenvolver» as populações africanas como os Zulu, os Xhosa e os Sotho de modo a barrar caminho à marcha mais geral para uma solidariedade africana nacional e de classe.

Geralmente costuma analisar-se a guerra civil na Nigéria como tendo sido um assunto tribal. Aceitar tal explicação significaria alargar a definição de tribo, passando esta a incluir a Shell Oil e a Gulf Oil! Mas, independentemente disto, deve-se acentuar que nunca na história da Nigéria independente pré-colonial houve um massacre dos Ibos pelos Hausas ou qualquer incidente que possa sugerir que os povos se degladiavam entre si

até ao século XIX por causas étnicas. É certo que havia guerras, mas tinham uma base racional de rivalidades comerciais, contendas religiosas e choques de expansão política. O que veio a ser chamado tribalismo no começo da nova época de independência política na Nigéria foi em si um produto do modo como os habitantes foram educados sob o Colonialismo com vista à exploração. Foi o produto de vícios administrativos, de separações regionais entruncadas, de diferente acesso por certos grupos étnicos à cultura e economia coloniais.

Na África Oriental, o Uganda e o Quênia são também casos em que aparentemente o factor tribal continuou a ser relevante. Não há dúvida que a existência do reino Buganda dentro do Estado independente do Uganda levantava certos problemas. Mas, mesmo aplicando ao Buganda a noção errada de tribo, continua a ser verdade que o problema do Buganda era um problema colonial. Foi criado pela presença dos missionários e dos ingleses, pelo estabelecimento dos ingleses (Mailo) em 1900 e pelo modo como a Inglaterra transformou a classe dominante do Buganda em «subimperialistas» dentro da colónia do Uganda.

No Quênia, o tipo de Colonialismo era diferente do do Uganda, devido à presença de colonos brancos. Nenhum grupo africano tinha qualquer influência na capacidade de poder alcançar lugares na Administração Colonial, uma vez que os colonos brancos preenchiam completamente os cargos. Os colonos brancos guardavam para si a melhor terra e tentavam então criar um novo mundo com o trabalho africano. Contudo, a comunidade africana que se mantinha fora do sector imediatamente colonizado pelos brancos continuava a reger-se por princípios tribais. Uma das variadíssimas comissões reais do colonialismo britânico publicou em 1939 um relatório acerca do Quênia. Um historiador queniano contemporâneo comentou tal relatório do seguinte modo:

«As recomendações da comissão, que foram aceites pelo Governo britânico, implicavam que o

Quênia se deveria dividir em dois blocos raciais — africanos e europeus. E no sector africano, todo o desenvolvimento económico, social e político deveria assentar em bases tribais. Assim o Racismo foi institucionalizado.»

A actividade humana dentro de pequenos grupos baseada simplesmente em relações de afinidade (tal como a tribo) é uma fase bastante transitória pela qual passaram todos os continentes na fase do Comunalismo. Quando deixou de ser transitório e foi institucionalizada em África, foi porque o Colonialismo interrompeu o desenvolvimento africano. Isto está contido na referência de Memmi quando afirma que os africanos foram afastados da história. Pensadores revolucionários africanos, como Franz Fanon e Amílcar Cabral, exprimiram os mesmos sentimentos embora de modo um pouco diferente, quando disseram que o Colonialismo transformou os africanos em *objectos da história*. Os africanos colonizados, como os escravos do período pré-colonial, foram empurrados para posições que serviam os interesses europeus e prejudicavam o continente africano e os seus povos. Mais à frente, examinaremos com mais pormenor algumas das implicações socioeconómicas de tal situação.

O comércio pré-colonial tinha iniciado o processo de desintegração das economias africanas e de empobrecimento tecnológico. A lei colonial acelerou este processo. Conta-se várias vezes que para fazer uma chamada telefónica de Accra, na colónia britânica da Costa do Ouro, para Abidjan, na colónia francesa adjacente da Costa do Marfim, era necessário fazer primeiro a ligação com o operador em Londres e então com o operador em Paris, que arranjaria linha para Abidjan. Isto demonstra claramente que a economia da Costa do Ouro estava integrada na economia britânica e que a economia da Costa do Marfim estava integrada na economia francesa, enquanto as nações vizinhas africanas poucas ou nenhuma relações económicas tinham entre si. A seguinte conclusão

a que chegou a Comissão Económica para a África das Nações Unidas em 1959 vai de encontro a este ponto:

«A característica mais evidente do sistema de transportes em África é o isolamento comparativo em que foram desenvolvidos dentro das fronteiras de países ou territórios individuais. Isto está presente na falta de ligação entre territórios e países dentro da mesma sub-região geográfica.»

Um certo comércio africano manteve-se para além das fronteiras coloniais. Por exemplo, o centenário comércio de nozes de cola e de ouro das florestas da África Ocidental para o Norte de África nunca parou completamente. Além disso, novas formas de comércio africano surgiram, especialmente no que diz respeito a abastecimentos alimentares de cidades ou zonas agrícolas onde havia insuficiência de comida. O comércio podia realizar-se dentro de uma colónia ou podia mesmo ultrapassar fronteiras. Contudo, o somatório total de energia que ia para a expansão do comércio interafricano era extremamente reduzida em comparação com o comércio que era orientado para exportação. Uma vez que o comércio interafricano não trazia benefícios para os europeus não era por estes encorajado, e até ao fim do período colonial só 10 % do comércio africano era interno.

É também de acentuar que foi negada à África a oportunidade de desenvolver laços comerciais com outras partes do mundo que não fossem a Europa e a América do Norte. Persistiu certo comércio através do Oceano Índico, mas de um modo geral pode dizer-se que as estradas em África conduziam a portos de mar e os cargueiros destinavam-se à Europa e à América do Norte. Hoje em dia, tal desequilíbrio faz parte do padrão de subdesenvolvimento e dependência.

O impacte prejudicial do Capitalismo sobre a tecnologia africana é ainda mais claramente mensurável durante o período colonial do que nos séculos anteriores. Apesar do

tráfico de escravos e da importação de artigos europeus, grande parte das indústrias artesanais africanas tinham ainda certa vitalidade no começo do período colonial. Não tinham tido avanços tecnológicos, não se tinham expandido, mas tinham sobrevivido. A produção em massa da fase mais recente do Capitalismo abafou as indústrias africanas de tecido, sal, sabão, ferro e mesmo a olaria.

No Norte de África, as indústrias artesanais tinham atingido um grau de desenvolvimento bastante grande antes do Colonialismo, e abrangiam uma produção que ia desde o trabalho dos metais até aos lanifícios. Tal como nas cidades da Europa feudal, floresciam lojas de artesanato em cidades argelinas como Orão, Constantina, Argel e Tlemcen. Porém, o colonialismo francês destruiu as indústrias artesanais e lançou milhares de homens no desemprego. O mesmo tinha acontecido na própria Europa quando as novas máquinas tinham tirado o emprego aos artesãos em locais como Lancashire e Lyon, mas nesse caso as novas máquinas tornaram-se a base de um modo de produção que veio a prevalecer e os que anteriormente eram artesãos independentes voltaram para as fábricas como proletários para aprender novos ofícios e expandir a capacidade produtiva da sua sociedade. Em África ficou-se pela simples destruição sem qualquer tipo de substituição. Na altura em que foi alcançada a independência política, o que ainda restava de artesanal tinha sido reduzido para atracções turísticas e não para a satisfação das verdadeiras necessidades do povo africano.

Além disso, como no caso do tráfico de escravos europeu, deve-se relacionar a destruição da tecnologia no Colonialismo com as barreiras levantadas no caminho da iniciativa africana. A grande maioria dos africanos, lançada para a economia monetária colonial, fornecia simplesmente trabalho manual, que estimulava mais a transpiração do que a iniciativa científica. Os africanos ligados a actividades comerciais alcançavam, por vezes, um certo sucesso ainda que bastante limitado. É sabido que as ven-

dedeiras dos mercados da África Ocidental eram muito desembaraçadas, mas este expediente destinava-se a fins muito limitados. O problema que se colocava aos capitalistas e trabalhadores na Europa quando produziam insecticida a partir do píetro africano era que o expediente se devia voltar para uma direcção técnica. Mas o problema que se colocava a uma vendedeira africana pela necessidade de conseguir mais um tostão em cada lata de sardinhas importada resolvia-se, por vezes, com um pouco mais de esforço, com um pequeno toque de desonestidade e por vezes recorrendo ao «juju».

O Colonialismo levou o ferreiro africano a pôr de lado o processo de extracção de ferro do solo e a começar a trabalhar os pedaços de metal importados da Europa. A única compensação para essa interrupção teria sido o fornecimento de técnicas modernas de extracção e preparação do ferro. Contudo, tais técnicas foram mantidas fora de África, na base da divisão internacional do trabalho no Imperialismo. Como já vimos atrás, a não industrialização de África não foi casual. Foi deliberadamente reforçada quando se impediu a transferência de máquinas especializadas para a África, o que teria arrastado uma concorrência com a indústria europeia da época.

No período de desenvolvimento africano que precedeu o Colonialismo, algumas áreas moveram-se mais rapidamente que outras e criaram as bases para um enriquecimento numa vasta base regional. A Nigéria do Norte foi uma delas; e sofreu um adormecimento durante o período colonial. Os ingleses isolaram-na do resto do mundo Muslim e fossilizaram as relações sociais para que os servos não pudessem aspirar a uma mudança à custa da aristocracia governante.

Em todos os continentes e dentro dos próprios Estados, alguns aspectos de desenvolvimento eram mais notórios que outros e por isso apontavam uma pista para o resto da sociedade. Numa fase tardia da sociedade feudal europeia as cidades representaram esse papel; do

mesmo modo a indústria eléctrica foi um estímulo para o desenvolvimento da sociedade capitalista nas primeiras décadas deste século. O Colonialismo não forneceu à África qualquer estímulo para desenvolvimento. Por exemplo, uma cidade colonial em África era essencialmente um centro de administração e caracterizava-se pela ausência de indústria. As cidades atraíam largo número de africanos, mas nada mais lhes podiam dar que uma vida instável baseada no trabalho não especializado e no emprego irregular. As cidades europeias tinham bairros de lata, mas a miséria das cidades nos países subdesenvolvidos é um fenómeno especial — foi uma consequência directa da incapacidade dessas mesmas cidades desenvolverem e expandirem a sua base produtiva. Felizmente a África nunca esteve tão por baixo neste aspecto como a Ásia e a América Latina.

Em vez de fomentarem o desenvolvimento e crescimento, as actividades coloniais como o trabalho nas minas e nos campos aceleraram o processo de destruição da vida «tradicional» africana. Em variadíssimos locais do continente, aspectos vitais da cultura foram severamente afectados, nada lhes foi contraposto e só foi deixada uma concha sem vida. As forças capitalistas que estavam por detrás do Colonialismo tinham como interesse quase que exclusivo a exploração do trabalho africano. Mesmo certas áreas que não estavam directamente envolvidas na economia monetária exportavam trabalho. Ao extrair este trabalho, intervinham no factor que era o verdadeiro suporte da sociedade, uma vez que a vida «tradicional» africana, quando despojada da sua força e padrão de trabalho habituais, deixava de ser «tradicional».

Durante a época colonial, apareciam na África Central e na África Austral variadíssimas aldeias fracamente povoadas onde viviam mulheres, crianças e velhos. Dedicavam-se à agricultura de subsistência que não era suficientemente produtiva; por seu lado, os colonistas ocupavam grandes áreas com plantações em per-

manente desenvolvimento. Contudo, foi precisamente o impacto do Colonialismo que deixou tantas cidades desertas e a morrer de fome, porque os homens robustos tinham ido trabalhar para qualquer outro lado. Nenhuma região privada da sua população trabalhadora efectiva podia aspirar a qualquer tipo de desenvolvimento.

Havia algumas zonas dentro das diferentes colónias suficientemente afastadas das cidades e da administração colonial que não se dedicavam a trabalhar em grandes plantações nem forneciam força de trabalho. No Sul do Sudão, por exemplo, havia populações que continuavam a viver uma vida semelhante à que tinham tido nos séculos anteriores. Mesmo para estas sociedades tradicionais africanas não existia qualquer hipótese de desenvolvimento. Estavam isoladas pelo poder que os colonialistas detinham no resto do continente. Não podiam estabelecer relações com outras partes de África. Estavam sujeitas ao enquadramento crescente pela economia monetária e cada vez mais eram olhadas como relíquias. O exemplo clássico deste tipo de obstrução ao desenvolvimento histórico encontra-se nos Estados Unidos da América, onde a população indígena — índios (vermelhos) — que conseguiu sobreviver aos massacres dos brancos foi colocada em reservas e condenada à estagnação. As reservas índias na América do Norte são museus vivos para serem visitados por turistas brancos curiosos.

Na África do Sul e na Rodésia a tática de criar «reservas nativas» foi seguida abertamente. Dentro da reserva o mais importante meio de produção era a terra. Mas a quantidade e a fertilidade de terra que lhe era destinada era completamente inadequada e insuficiente para a subsistência dos numerosos africanos que lá eram metidos à força. As reservas eram fontes de trabalho barato e válvulas de escape para aqueles que não podiam ser acomodados na economia monetária da parte sul racista da África. Mais para o norte, não havia áreas conhecidas como «reservas», excepto no Quénia colonial e em menos quantidade no Tanganica. No entanto, a eco-

nomia monetária estava constantemente a transformar o sector tradicional, lançando-o para um tipo de vida comum ao de qualquer reserva.

A economia monetária do Colonialismo era um sector em constante crescimento. Tal não pode ser negado. Contudo, já foi indicado que esse crescimento era limitado, encarando globalmente o continente. O crescimento no chamado sector moderno tinha efeitos adversos no sector não monetário. Deve-se acentuar que o carácter do crescimento em África sob o Colonialismo era tal que não constituía desenvolvimento — isto é, não alargava a capacidade de actuação da sociedade sobre a natureza que a rodeava, não estimulava as relações entre os membros da sociedade e não protegia a população de forças exteriores. Isto está implícito na incapacidade do Capitalismo em estimular o trabalho especializado em África. Um sistema que se mantém numa acumulação de especialidades não desenvolve ninguém. Tal está também implícito no modo como a África está dividida em compartimentos económicos sem qualquer ligação uns com os outros, de modo que, mesmo apesar do volume da actividade comercial dentro de cada colónia ter podido aumentar, não houve um desenvolvimento comparável àquele que ligou os vários Estados dos E. U. A.

Nos últimos tempos, os economistas têm estado a reconhecer na África colonial e pós-colonial um padrão que tem sido rotulado de «crescimento sem desenvolvimento». Esta frase tem agora aparecido como título de livros sobre a Libéria e a Costa do Marfim. Significa que os bens e os serviços de um certo tipo estão em crescimento. Pode ser exportado café ou borracha, podem ser importados mais carros com os lucros, e podem ser construídas mais bombas de gasolina para abastecer os carros. O lucro vai para o estrangeiro e a economia torna-se cada vez mais dependente das metrópoles. Não houve integração económica em nenhuma colónia africana nem sequer tentativas no sentido de permitir uma economia auto-suficiente, virada para os seus próprios objectivos.

Por isso, houve um crescimento no sector de importação e exportação, mas as únicas coisas que se desenvolveram foram a dependência e o subdesenvolvimento.

Outra revelação de crescimento sem desenvolvimento sob o Colonialismo foi a grande dependência numa ou duas exportações. O termo da «monocultura» é usado para descrever os regimes coloniais que estavam concentrados à volta de um só tipo de cultura. A Libéria (no sector agrícola) era uma monocultura dependente da borracha, a Costa do Ouro do cacau, o Daomé e parte sudoeste da Nigéria do óleo de palma, o Sudão do algodão, o Tanganica do sisal e o Uganda do algodão. No Senegal e na Gâmbia, o amendoim representava perto de 85 % a 90 % das receitas monetárias. De facto dizia-se que duas colónias africanas apenas cultivavam amendoins!

Todos os povos agrícolas têm uma alimentação básica, mais uma variedade de outros suplementos.

Historiadores, agrónomos e botânicos, todos contribuíram para mostrar a grande variedade de tais alimentos na economia africana pré-colonial. Havia numerosas culturas no continente africano e várias espécies de comidas e os africanos não hesitaram em introduzir plantas alimentares de origem asiática ou americana. A agricultura diversificada era parte constitutiva da tradição africana. A monocultura foi uma invenção colonialista.

Aqueles que justificam a divisão do trabalho colonial sugerem que ela «era natural» e que respeitava as capacidades relativas de especialização das metrópoles e das colónias. A Europa, a América do Norte e o Japão tinham capacidade para se especializarem na indústria; a África teria a seu cargo a agricultura. Por isso, era uma «vantagem comparativa» para uma parte do mundo produzir máquinas, enquanto outra(s) parte(s) se dedicavam à cultura pura e simples do solo. Esse tipo de divisão arrogante do mundo não era novo. No século XV, as monarquias feudais de Portugal e Espanha queriam todo o mundo para elas e fizeram com que o Papa traçasse uma linha, definindo de maneira clara o que pertencia a cada

uma. Mas a Grã-Bretanha, a Holanda e a França afirmaram não estarem de modo algum convencidas de que Adão tivesse feito um testamento em que deixasse a Terra a Portugal e à Espanha. Do mesmo modo se pode perguntar se haverá algum testamento que declare que a ria Gambia deveria herdar a cultura do amendoim enquanto o rio Clide (da Escócia) se tornaria um local de construção de navios.

A monocultura não era natural. Foi uma consequência das necessidades e maquinações imperialistas, alargadas a áreas que eram formalmente consideradas politicamente independentes. A monocultura era uma característica das regiões que estavam sob o domínio imperialista. Certos países da América Latina como a Costa Rica e a Guatemala foram de tal modo forçados pelas firmas capitalistas dos Estados Unidos da América a concentrarem-se na produção de bananas que eram correntemente conhecidos como «República das bananas». Em África, esta concentração em uma ou duas culturas base para venda ao estrangeiro teve efeitos bastante prejudiciais. Por vezes, efectuava-se a monocultura excluindo as culturas alimentares básicas — causando assim epidemias de fome. Por exemplo, na Gâmbia (antes do período colonial) cultivava-se o arroz, mas dado que grande parte das melhores terras foram dedicadas à cultura do amendoim, teve de se começar a importar arroz em larga escala e tentar vencer a epidemia de fome que alastrava pelo país. Em Azante, a concentração da cultura de cacau acarretou receios de epidemia de fome numa região previamente famosa pela cultura de inhames e outros produtos alimentares.

No entanto, a ameaça de epidemias de fome era uma pequena desvantagem comparada com a extrema vulnerabilidade e insegurança da monocultura. Quando a cultura era afectada por factores internos como doenças, registavam-se consequências catastróficas, como no caso do cacau da Costa do Ouro quando foi atacada pela doença do inchamento nos anos 40. Além disso, em qualquer al-

tura as flutuações dos preços (controlados externamente) deixavam o produtor africano incapaz de actuar face às manobras capitalistas.

De um ponto de vista capitalista, as monoculturas eram necessárias, pois tornavam as economias coloniais completamente dependentes das compras desses produtos efectuadas pelos capitalistas metropolitanos. No fim do tráfico de escravos europeu, só uma minoria dos africanos estava suficientemente comprometida com o comércio capitalista e suficientemente dependente das importações europeias para desejar continuar manter a todo o custo relações com a Europa. O Colonialismo aumentou a dependência africana face à Europa em termos do número de pessoas integradas na economia monetária e em termos do número de aspectos da vida socioeconómica em África com origem na ligação com as metrópoles. Criou-se assim uma situação ridícula em que as firmas comerciais europeias, as companhias mineiras, as companhias de navegação, os bancos, as companhias de seguros e as plantações exploravam a África e ao mesmo tempo levavam os africanos a sentir que sem essas firmas não viria nenhum dinheiro ou bens da Europa e que por isso a África estava em dívida para com os seus exploradores.

O factor de dependência fazia-se sentir em todos os aspectos da vida nas colónias e deve ser encarado como o maior vício das consequências negativas sociais, políticas e económicas do Colonialismo em África, sendo principalmente responsável pela perpetuação da relação de tipo colonial na época neocolonialista.

Finalmente devemos prestar atenção a uma das consequências mais importantes do Colonialismo no desenvolvimento africano, que é o efeito do enfezamento dos africanos como seres humanos. O Colonialismo criou condições que não só levaram a epidemias de fome periódicas como a uma subalimentação constante, a uma deterioração física do povo africano. Se pensarmos que um juízo deste tipo é extravagante, é só porque a propaganda

burguesa sempre tentou fazer crer, mesmo aos próprios africanos, que a fome e a subalimentação tinham sido, desde tempos imemoriais, o estado constante da maioria dos africanos. Uma criança negra com as costelas à mostra, com uma cabeça enorme, o estômago saliente, olhos quase a saltar das órbitas e de braços e pernas da grossura de galhos, foi a imagem favorita de um «poster» lançado por uma operação de caridade inglesa conhecida como OXPAM. O «poster» representava um caso de Kwashiorkor — doença provocada por uma subalimentação extrema. A OXPAM apelava para que o povo europeu ajudasse a salvar as crianças africanas e asiáticas da Kwashiorkor e de outras doenças. A OXPAM nunca se preocupou em dizer que era o Capitalismo e o Colonialismo que criava as epidemias de fome, o sofrimento e a miséria das crianças em primeiro lugar.

Há um excelente estudo do fenómeno da fome no mundo por um cientista brasileiro, Josué de Castro. Mostra as condições alimentares e de saúde dos africanos durante o período independente pré-colonial, e faz então comparações com as condições coloniais. O estudo indica claramente que o regime alimentar africano era bastante mais variado anteriormente, sendo baseado numa agricultura diversificada não permitida durante o Colonialismo. Em termos de deficiências nutritivas específicas, os africanos que mais sofriam sob o Colonialismo eram os que mais contribuíam para a economia colonial, nomeadamente os trabalhadores urbanos.

Para evitar mal-entendidos publicamos a seguir certas observações de Josué de Castro (completadas por outros estudos):

I — Os investigadores que estudaram as condições de nutrição dos africanos «primitivos» na África Tropical são unânimes em considerar que não apresentavam sinais clínicos de deficiência alimentar. Uma das indicações mais claras da superioridade do regime alimentar do indígena africano é a magnífica condição dos seus dentes.

Um investigador que observou seis grupos étnicos no Quênia não encontrou um único caso de doenças dentárias, nem sequer uma só deformação no arco dental. Mas quando esses mesmos povos foram transplantados e colocados debaixo do regime alimentar «civilizado» colonialista, os seus dentes começaram imediatamente a ficar estragados.

II — No Egipto, os camponeses ou «fellahins» tinham sempre sofrido epidemias de fome periódicas, mas sob o Colonialismo esta situação deteriorou-se até se transformar num flagelo crónico. Foi a intervenção britânica que deteriorou o regime alimentar dos camponeses; e a comparação com períodos anteriores mostra que antigamente havia uma muito maior variedade de legumes e de frutos.

III — O Kwaskiakor (dos «posters» OXPAM) surge sempre que havia um contacto contínuo dos africanos com os europeus. Um Comité de Nutrição do Império Colonial viu que havia falta de gordura animal e proteínas na Gâmbia. A falta de proteínas de boa qualidade é um dos principais factores que leva ao aparecimento do Kwaskiakor; e comparando de novo com o que os europeus viram na Gâmbia, desde o século XV, chegamos à conclusão que as deficiências de alimentação surgiram depois da vinda dos estrangeiros. A Gâmbia não só tinha uma grande variedade alimentar no período pré-colonial, como era um país de criação de gado onde a carne era consumida em grande quantidade. Durante os séculos XVII e XVIII foram vendidas milhares e milhares de peles de animais aos europeus e as populações locais comiam a carne. Como podiam, pois, ter deficiências de gordura animal?

IV — Estudos sobre a Africa Equatorial têm revelado sinais frequentes de deficiências alimentares causadas pela ausência de comidas frescas entre os africanos que

entravam para o serviço dos colonos. Estas incluem Beri-beri, raquitismo e escorbuto. O raquitismo é uma doença típica de climas temperados, para a qual contribui a falta de sol. Depois do Colonialismo ter destruído o padrão alimentar, variado, da África Tropical nem o próprio sol era suficiente para conservar direitos os ossos das crianças. No que se refere ao escorbuto, está directamente relacionado e identificado com o marinheiro inglês cuja alcunha era o «Limey», pois comia grandes quantidades de limão para se precaver da falta de comida fresca durante as longas viagens marítimas. Contudo, surgiu uma epidemia de escorbuto no centro do Tanganica na época colonial — entre os trabalhadores das minas do ouro, cujos salários e condições de trabalho não lhes permitiam comer citrinos nem ter acesso a comidas frescas.

V — Na África do Sul, o estabelecimento dos brancos e o Capitalismo transformaram o regime alimentar africano — deixaram de comer carne e cereais para passar a comer farinhas. A pelagra ou «pele áspera» era desconhecida na África do Sul até 1514. Subsequentemente, tornou-se um flagelo entre os africanos, porque deriva da falta de leite e de carne.

VI — Um relatório oficial sobre a Bazutolândia (agora Leshoto) dizia nomeadamente:

«De acordo com o que dizem os residentes há larga data, a estrutura física e as condições de saúde do povo da Bazutolândia não são o que eram. Em todas as vilas, dispensários, escolas e centros de recrutamento há sintomas de nutrição deficiente. O escorbuto e as condições subcórnicas são frequentes; a pelagra alastra e as pessoas perdem a capacidade de resistir às doenças. A ideia geral é que a lepra está associada com o regime alimentar deficiente.

Para confirmar o argumento de que o Colonialismo teve um efeito desastroso sobre os africanos enquanto

entidades físicas (e mentais), é proveitoso olhar para os povos africanos que conseguiram manter até hoje o seu próprio padrão de existência no que se refere a comida. O Hasai, o Galla Hancali, Batutsi e a Somália, todos estão nessa categoria. O seu físico é geralmente tão soberbo, a sua resistência e capacidade física tão grandes, que se tornaram objectos de pesquisas científicas para descobrir como e porquê conseguem eles trabalhar muito mais do que os capitalistas bem alimentados que estão a morrer de doenças cardíacas.

Vejamos agora as invasões europeias em Africa no que se refere à medicina, à cirurgia clínica e à imunização. Seria absurdo negar que foram aspectos objectivamente positivos, embora limitados. Contudo, elas têm de ser consideradas em oposição a todos os atrasos que a África deve ao Colonialismo, bem como em oposição às contribuições que a África deu à Europa. A ciência europeia destinava-se às necessidades da sua própria sociedade, e particularmente às da burguesia. A burguesia não morria de fome nem tinha deficiências alimentares. Por isso, a ciência burguesa não considerava estas realidades como necessidades que tinham de ser satisfeitas e ultrapassadas nem para os seus próprios trabalhadores, quanto mais em prol dos africanos. Isto é só uma aplicação específica do princípio genérico que a exploração de Africa estava a ser utilizada para criar um grande fosso entre a África e a Europa capitalista. A exploração e a desvantagem comparativa são os ingredientes do subdesenvolvimento.

6.3. EDUCAÇÃO PARA O SUBDESENVOLVIMENTO.

A educação é um factor crucial em qualquer tipo de sociedade para a preservação das vidas dos seus membros e para a manutenção da estrutura social. A educação promove as mudanças sociais sob certas circunstâncias. A maior parte da educação é informal, sendo

adquirida pelos pais através do exemplo e do comportamento dos membros mais velhos da Sociedade. Em circunstâncias normais ela [emerge naturalmente] eleva-se do ambiente; o processo de aprendizagem relaciona-se directamente com o sistema produtivo social. Entre os Bemba do que hoje é a Rodésia do Norte, as crianças de 6 anos podiam chamar pelos seus nomes e sem nenhuma hesitação sessenta espécies de árvores, mas não sabiam quase nada acerca de flores ornamentais. A explicação é simplesmente porque o conhecimento das árvores era uma necessidade imposta pelo ambiente da agricultura do «corte e queima» e por uma situação em que numerosas necessidades familiares eram satisfeitas por produtos agrícolas. As flores, porém, não interessavam à sobrevivência.

Na verdade, o aspecto fundamental da educação pré-colonial africana era o seu interesse para os africanos, aspecto esse que contrasta flagrantemente com a que mais tarde se introduziu. Os factores que seguem podem ser considerados os mais importantes da educação indígena: os seus laços estreitos com a vida social, quer no sentido material quer no espiritual, sua natureza colectiva; seu carácter multifacetado; e o seu desenvolvimento progressivo em conformidade com o progresso físico, emocional e mental da criança. Não havia separação nenhuma entre a educação e a actividade produtiva, entre a educação manual e a intelectual. Finalmente através de uma grande variedade de meios não formais a educação pré-colonial africana acompanha as realidades da sociedade pré-colonial e produzia personalidades bem formadas que se integravam naturalmente na sociedade africana.

Alguns aspectos dessa educação eram formais: significa isso que havia um programa específico e uma divisão consciente entre professores e alunos. Na África pré-colonial quer a educação formal quer a informal interligavam-se directamente com os propósitos da sociedade. Os programas do ensino limitavam-se a certos

períodos da vida do indivíduo, nomeadamente ao período da iniciação ou «vinda da idade». Muitas sociedades africanas tinham cerimoniais de circuncisão para varões ou para ambos os sexos e antes das cerimónias preenchia-se algum tempo com um programa educativo. O espaço de tempo variava de algumas semanas a vários anos. Um conhecido exemplo deste último foi a escola de iniciação fundada pela comunidade Poro da Serra Leoa. Um outro tipo de educação era também ministrada em períodos mais avançados da vida como por exemplo na passagem de um grupo de idade a outro ou na integração a uma nova comunidade. Funções especializadas como a caça, a organização de rituais religiosos e a prática da medicina implicavam uma educação formal dentro da família e do clã. Todas essas práticas educativas datam dos tempos comunais em África mas persistiram na maior parte das sociedades feudais e pré-feudais e eram encontradas nas esferas do Colonialismo.

O padrão educacional africano ia-se enriquecendo à medida que o modo de produção evoluía em direcção ao Feudalismo. O aumento proporcional da educação formal devido ao desenvolvimento tecnológico obrigou, por exemplo, a uma maior especialização formal. Ao lado da caça e das práticas religiosas a divisão do trabalho obrigou à criação de guildas que serviam para transmitir as técnicas da fundição, da tecelagem, da alfaiataria, da cerâmica, do comércio profissional, etc. A ascensão do poder militar levou a uma educação formal nessa esfera, como por exemplo nos casos atrás citados do Daomé, Rwanda e Zulo. Uma máquina estatal com uma classe dominante bem definida encoraja sempre a utilização da história como forma de glorificação da classe no poder. Assim, existia no século XIX uma escola de história no Estado Yoruba de Keta onde um professor metia na cabeça dos seus alunos a longa lista dos reis de Keta e as suas glórias. Como é evidente, a simples memorização limitava uma educação deste tipo

e foi uma das razões porque a educação avançou muito mais naqueles Estados africanos onde se conheceu o uso da escrita.

No Norte de África ao longo do Nilo, na Etiópia, no Sudão Ocidental, em que uma maioria de africanos aprendeu a ler produziu-se uma situação comparável à da Ásia e Europa de antes do último quartel do século XIX. Como em outras partes do Mundo, a escola em África estava intimamente ligada à religião de modo que havia uma educação Corânica nos países islâmicos e uma educação dominada por monges e prelados na Etiópia cristã. A educação muçulmana era particularmente alargada no ensino primário mas abarcava também o secundário e o universitário. No Egipto havia a Universidade de Al-Azhar, em Marrocos a de Fez, no Mali a de Timbuctu — todas testemunhando o alto nível alcançado pela educação africana antes da conquista colonial.

Os colonizadores não introduziram a educação em África. Introduziram sim um tipo mais de instituições educacionais formais que suplementaram em parte e em parte substituíram as que já existiam. O sistema colonial estimula também valores e práticas da educação informal.

O principal propósito do sistema educacional colonial era treinar africanos para servir como homens da administração a um plano extraordinariamente baixo e fornecer mão-de-obra para as firmas capitalistas privadas, pertencentes a europeus. Isso significa na prática a selecção de alguns africanos para participar no domínio e na exploração do continente e no seu todo. Não era um sistema de educação proveniente das condições concretas da sociedade africana nem destinada a promover uma utilização mais racional dos recursos materiais e sociais. Não era um sistema educativo destinado a transmitir aos jovens o orgulho e a confiança de membros da sociedade africana mas sim a implantar um sentimento de submissão face ao europeu e ao capitalista.

A educação europeia estava dominada pela classe capitalista. As mesmas relações de classe foram transferidas imediatamente para África; e na bagagem da educação colonial, incluem-se o Racismo e a jactância cultural albergadas pelo Capitalismo. A escola colonial ministrava uma educação para a subordinação a exploração, confusão mental e o desenvolvimento de subdesenvolvidos.

O sistema escolar europeu encontrou muitas dificuldades nos primeiros 40 anos, mais ou menos, de Colonialismo. Durante esse período os missionários ensinavam para os seus próprios fins de cristianização e foi só nos anos 20 que as potências coloniais procederam a uma série de estudos sobre as possibilidades educacionais em África. Só depois disso se poderia falar de uma educação colonial sistematizada, apesar de ele só ter atingido as suas dimensões máximas após a II Grande Guerra.

A educação era uma série de limitações dentro de outras limitações. A primeira limitação prática era político-financeira, o que significa [quer dizer] as políticas de utilização das finanças e não o valor do dinheiro. Os governos metropolitanos e as suas administrações africanas diziam que não havia dinheiro bastante para a educação. Nos fins de 1958, a British Colonial Office disse da Rodésia do Norte:

Até que haja mais dinheiro disponível para a construção de escolas não pode esperar-se nenhum progresso rápido, e as perspectivas [esperanças] de se proporcionar uma educação primária completa a todas as crianças são ainda muito remotas.

É espantoso que a Rodésia do Norte com a sua enorme riqueza de cobre não tivesse dinheiro suficiente para educar africanos! Não pode com certeza afirmar-se se os colonialistas tentavam enganar os outros ou se pensavam fazer-se a si mesmos de parvos; o mais

provável é que a maioria dos colonos brancos da Rodésia se enquadrassem na segunda hipótese porque eles argumentavam que os africanos não pagavam tantos impostos por cabeça como os europeus e, por conseguinte, não podiam esperar educação e outros serviços mantidos por impostos pagos por europeus. Isso é mais uma vez o erro básico de se acreditar que a riqueza de um país advém não da produção mas dos impostos. O solo africano e o trabalho africano produziam grande riqueza na Rodésia do Norte mas as crónicas africanas sob o Colonialismo tinham pouco acesso a essas riquezas através da sua educação.

No Quênia, em 1946, só 2,26 % do rendimento era gasto em educação. Na Nigéria, então colónia inglesa, só 3,4 %. Até 1960 essas percentagens aumentaram uma, duas, três ou quatro vezes; mas eram tão diminutas no princípio, que se mantiveram ainda insignificantes.

Visto que eram despendidas somas tão desprezíveis, outra limitação básica que daí advinha era a quantitativa, no sentido de que muitos poucos africanos iam à escola. Em toda a África Equatorial francesa (Chade, República Centro Africana, Gabão e Congo Brazaville) havia só 22 000 alunos recenseados em 1935, o que representava já um salto extraordinário se comparado com os números dos cinco anos anteriores. Em 1938, a França proporcionava educação a 77 000 alunos na África Ocidental francesa, que contava então uma população de pelo menos 15 milhões.

É esclarecedor o facto de que em 1945 frequentaram nas escolas independentes islâmicas mais de 80 000 estudantes da África Ocidental francesa, um número não muito mais pequeno do que frequentava na mesma altura as escolas construídas pelos franceses. Por outras palavras, foi unicamente nos momentos finais do Colonialismo que o poder dominante europeu começou a fornecer aos africanos dos ex-estados islâmicos da África Ocidental instituições educacionais que tivessem uma frequência maior que a das instituições tradicionais.

Os governos franceses do Norte e do Oeste de África davam de vez em quando algum apoio financeiro às escolas primárias corânicas e às medresas ou escolas secundárias islâmicas.

Em termos gerais, porém, a escola pré-colonial africana foi pura e simplesmente ignorada e tendia a desaparecer. Na Argélia as instruções educacionais árabo-islâmicas sofreram severamente durante as guerras de conquista francesa, enquanto outras foram suprimidas deliberadamente após a vitória francesa. Por todo o Norte de África francesa as velhas universidades islâmicas foram duramente afectadas porque o Colonialismo as privou da base económica que as suportava. Neste, como em muitos outros aspectos da vida africana, devem ser contrabalançados o que os colonialistas introduziram e o que eles bloquearam e destruíram no seu aspecto real e potencial.

No tocante às actividades educacionais, as colónias inglesas apresentam-se em média melhores que as francesas em grande parte devido às iniciativas dos missionários e não às do governo em si. Gana, Nigéria e Uganda foram as que mais conseguiram no plano educacional. É evidente que isto é num sentido puramente relativo visto que os números absolutos nunca foram muito grandes. Serra Leoa estava melhor colocada no plano educacional que a África Ocidental francesa porque antes da última guerra 7 em cada 100 crianças iam à escola enquanto na África Ocidental francesa iam 5 em cada 100. Quanto às colónias inglesas o seu brilhante recorde em algumas colónias é apagado pelas condições educacionais miseráveis proporcionadas aos africanos do Quênia, Tanganica, territórios da África Central e da própria África do Sul que permaneceu um longo período sob a administração inglesa.

Uma outra limitação do sistema educacional das colónias em África sonogado pelas médias estatísticas é a grande desigualdade de oportunidades entre as diferentes regiões duma mesma colónia. Em muitas delas só

os africanos que viviam dentro ou junto das principais cidades desfrutavam de oportunidades de ir à escola. Em Madagáscar, por exemplo Tananarive, a cidade capital, tinha muitas escolas. Na Gâmbia a percentagem de letrados era enorme nas cidades Bathurst e diminuta no campo; no Uganda a região urbanizada do Buganda monopolizava praticamente a educação. Generalizando, a desigualdade dos níveis educacionais reflectem a desigualdade da exploração económica e a diferente integração monetária dos vários sectores económicos. Assim, na Costa do Ouro, as regiões nortenhas eram negligenciadas a nível educacional porque não ofereceram aos colonialistas nenhum produto para exportação. O mesmo aconteceu à vasta região do Sul do Sudão. No Tanganica, qualquer mapa que mostre as áreas de café e algodão coincidiria com um mapa que mostrasse a incidência da educação colonial. Isto significa que àqueles a quem os colonialistas não podiam explorar, não eram oferecidas nem as migalhas da educação.

Uma análise cuidadosa da contribuição educacional do Colonialismo mesmo em termos puramente quantitativos faz sucumbir a sua maior parte na insignificância. Precisa notar-se que houve uma proporção extremamente grande de «chumbados», uma grande percentagem dos quais nunca chegaram a terminar a escola. Nos grandes países capitalistas, os E. U. A., por exemplo, verifica-se uma grande percentagem de reprovações no nível liceal e universitário; na África colonial as reprovações verificam-se no ensino primário a uma proporção de 50 % dos inscritos. Por cada estudante que completa a educação primária outro não o consegue. Isso só acontece na escola primária porque raramente existem outros tipos de escolas — outra das razões do atraso é esta ausência de escolas secundárias, técnicas e universitárias.

Educam-se africanos nas escolas coloniais para serem jovens padres ou pastores. Aprender muito seria simultaneamente supérfluo e perigoso para padres e pastores. Por conseguinte, a educação secundária era coisa rara e

formas de ensino superior foram virtualmente inexistentes durante todo o período colonial. O que existia aproveitava principalmente a não africanos. Em 1959, o Uganda gastava cerca de 11 libras por aluno africano, 35 por indiano e 156 por cada criança europeia — devendo-se largamente a diferença à educação nas escolas secundárias dos filhos dos capitalistas e dos intermediários. No Quênia a discriminação era ainda mais acentuada e o número de crianças europeias era bastante alto. Em 1960, mais de 11 mil crianças europeias frequentavam ali a instrução e desses, três mil frequentavam a escola secundária. A colônia de povoamento da Argélia evidenciava as mesmas características. Só 20 % dos alunos liceais em 1954 eram chamados «muçulmanos» o que queria dizer na realidade «argelinos» como grupo distinto do europeu. Outras minorias desfrutavam de melhores condições que a população indígena. Os judeus, por exemplo, desempenhavam no Norte de África, especialmente na Tunísia, o papel de intermediários e os seus filhos eram educados nos liceus.

Nos países africanos aonde a colônia branca não foi numerosa, também as estruturas educacionais eram racistas, no que se refere a oportunidades a todos os níveis e especialmente oportunidades para educação mais elevada. O liceu do Senegal tinha, em 1946, 723 alunos, dos quais 174 africanos. Mais tarde fundou-se em Dakar uma universidade (para servir toda a África Ocidental francesa); e mesmo nos anos 50, nas vésperas da independência, mais de metade dos estudantes eram franceses.

Dos portugueses ainda não se falou porque não há quase nenhuma educação nos seus territórios coloniais para poder falar-se dela. Os dados estatísticos foram negados durante muitos anos e quando publicados nos fins do período colonial, as cifras eram muitas vezes aumentadas. O que se não pode negar é que as crianças dos territórios coloniais portugueses tenham tido mais do que uma oportunidade em cem para frequentar mais que a primeira ou a segunda classes. As escolas secundárias que existiram destinavam-se principalmente a eu-

ropeus e indianos, estes trazidos principalmente de Goa. Espanha e Itália dominaram pequenos territórios coloniais em África. Eram tão atrasados quanto Portugal no contexto da Europa capitalista e proporcionaram aos seus súbditos coloniais uma muito reduzida educação primária e nenhuma educação liceal.

A Bélgica é um caso mais ou menos à parte no que se refere à educação colonial. Apesar de diminuto, a Bélgica era um país relativamente desenvolvido e industrializado e dominou numa das regiões mais ricas de África: o Congo. A nível colonial os povos do Congo e do Ruanda Krundi tiveram fácil acesso à educação primária apesar de que avançar mais seria impossível. Isso resultava de política deliberada, seguida pelo Governo belga e a Igreja Católica. O «nativo» africano devia ser civilizado gradualmente. Proporcionar-lhes educação secundária seria como pedir a uma criança que mastigasse carne quando ainda devia estar a comer flocos de aveia! Além disso, os belgas estavam tão interessados no bem-estar das massas africanas que argumentavam que um africano educado não era apto a servir o povo! Consequentemente, foi só em 1948 que uma comissão belga recomendou o estabelecimento nas colônias de liceus para africanos. Por isso não é de espantar que o Congo, no momento de reaquisição da independência, tivesse somente 16 «licenciados» numa população de mais de 18 milhões de habitantes.

Os pedagogos falam muito da «pirâmide educacional», organigrama que reúne os vários planos educacionais, escola primária na base, depois o ensino secundário, os cursos médios, com o ensino técnico e universitário — sendo este último tão reduzido que pode ser representado por um mero ponto, no topo da pirâmide. Em África a base primária é muito larga e a pirâmide ainda se inclina incrivelmente porque são poucos os alunos das escolas primárias que podem ultrapassar esse nível. Só em algumas colônias inglesas a educação era completada por uma educação superior realmente significativa. Na

Africa Ocidental existiam os colégios Achiota e Yaba, aparte Fourah Bay que era uma escola de nível superior. Ibadan e a Universidade do Gana existiam também alguns anos antes do fim do domínio colonial. No Sudão havia o Colégio Gordon, que veio a dar a Universidade de Cartoum, e na Africa Oriental havia a Universidade de Makarere.

Os dados seguintes, referentes a 1958, podem ilustrar a pirâmide educacional na Rodésia do Sul, onde a educação para africanos não era muito favorecida. Os jardins de infância tinham um total de 227 000 inscritos. 77 000 entravam para a primeira classe das escolas primárias e 10 000 completavam a VI classe; 3000 educandos inscreviam-se nos liceus mas só 13 completavam a XII classe. Não houve nesse ano licenciados na Universidade em Salisbury, recentemente fundada, mas houve 3 em 1960.

A palavra final da quantidade da educação providenciada pela Europa à Africa é-nos dada pelos dados estatísticos referentes aos primeiros anos da soberania dos novos Estados africanos. Alguns estudiosos convencionaram um índice estatístico de educação em que as oportunidades de educação são referidas em números de 1 a 100, do mais pobre ao mais avançado. Nesse quadro, a maioria dos países africanos jaz abaixo da marca 10. Os países exploradores desenvolvidos e os Estados socialistas estão geralmente acima dos 80. Uma publicação da UNESCO, dedicada à educação na *África Negra Independente*, dizia:

«Dessa população (170 milhões, mais ou menos) pouco mais de 25 milhões estão em idade escolar e desses cerca de 13 milhões não têm oportunidade de ir à escola — e dos 12 milhões de privilegiados menos de metade completa a sua educação primária. Três em cada 100 crianças conseguem conhecer o interior dum liceu enquanto não mais de dois em cada mil têm oportunidade de frequentar uma educação superior na própria Africa.

A proporção de analfabetos é avaliada em 80 a 85 %, quase duas vezes mais que a média mundial.»

Os brancos imperialistas servem-se desse quadro real para troçar dos «analfabetos nativos» e argumentam mais que esse analfabetismo faz parte do «círculo vicioso da pobreza». Ainda por cima as mesmas pessoas jactam-se de haver educado a Africa. É difícil entender como podem sustentar ambas as coisas. Se a Africa independente ainda não pode (como é facto) beneficiar da educação moderna, é mais que evidente que 75 anos de exploração colonial tenha algo a ver com esse estado de coisas; e o absurdo é tanto maior quando se compara com o quanto que a Africa produziu nesse período, grande parte do qual servia para desenvolver todos os aspectos da sociedade capitalista europeia incluindo as suas instituições culturais. Cecil Rhodes pôde ter os recursos para deixar um legado para bolsas de estudo para estudantes brancos que quisessem frequentar a Universidade de Oxford, depois de ter feito uma fortuna na exploração de Africa e dos africanos.

Os africanos que tinham acesso à educação eram forçados a encarar certos problemas qualitativos. O seu nível era pobre devido à predominância dos padrões europeus. Os livros, os métodos de ensino foram todos levados à Africa no século XIX; as escolas coloniais permaneceram, duma maneira geral, sublimemente indiferentes ao século XX. As novas ideias que enriqueciam os sistemas metropolitanos nunca chegavam às colónias. Particularmente, a evolução fantástica das ciências não atingia as salas de aula africanas porque poucas eram as escolas onde se falassem de temas científicos. Por outro lado, a alta evolução da técnica de educação não teve nenhum reflexo na Africa colonial.

Houve numerosos absurdos na transplantação da versão europeia da educação para a Africa. Quando as crianças Bemba acima mencionadas iam à escola, não

encontravam programa algum que se relacionasse com o seu modo de vida familiar. Em vez disso ouviam falar de flores, de rosas europeias, etc. O dr. Kopi Busia fez, há alguns anos, a seguinte declaração:

«Ao fim do meu primeiro ano de escola secundária (Mantsipim, Cape Coast, Gana) fui para casa a Wenchi, nas férias do Natal. Não tinha estado em casa havia quatro anos e, nessa visita, tornei-me horrorosamente consciente do meu isolamento. Compreendia a nossa comunidade menos que os rapazes da minha idade nunca tivessem estado na escola. No decurso dos anos, enquanto passava pelo colégio e universidade, sentia cada vez mais que a educação que eu recebia ensinava-me mais e mais sobre a Europa e cada vez menos sobre a minha própria sociedade.»

Na realidade, Busia sabia tão pouco da sociedade africana que propôs que os africanos independentes «dialogassem» com a minoria branca fascista e racista que mantém o «apartheid» na África do Sul.

Algumas das contradições entre o conteúdo do ensino colonial e a realidade africana eram realmente incongruentes. Numa tarde quente, em algumas escolas da África Tropical, classes de crianças de pele negra aprendiam a sua lição de Geografia sobre as estações do ano: Primavera, Verão, Outono e Inverno. Ouvimos falar dos Alpes e do rio Reno mas nada sobre as montanhas de Atlas ou sobre o rio Zambeze. Se esses estudantes fossem duma colónia inglesa, escreveriam sem a menor dúvida que «nós derrotámos a armada espanhola em 1588» — no tempo em que Hawkins raptava africanos e a Rainha Isabel I o armava cavaleiro por fazer isso. Se fossem duma colónia francesa, aprenderiam que «os gauleses, nossos antepassados, tinham olhos azuis» e seriam convencidos que «Napoleão foi o nosso maior general», o mesmo Napoleão que instituiu a escravatura

nas Caraíbas, na ilha de Guadalupe e somente não fez o mesmo no Haiti porque as suas forças foram derrotadas por um estratega e tático talvez ainda maior, o africano Toussaint L'Ouverture.

Da mesma maneira, os europeus aplicaram descuidadamente o seu currículo sem nenhuma referência às condições africanas; mas muitas vezes fizeram isso deliberadamente com o intento consciente de confundir e mistificar. No ano de 1949 um Principal Education Officer no Tanganica recomendava cuidadosamente que os africanos fossem bombardeados na escola primária com propaganda sobre a família real inglesa. O tema do rei (inglês) como um irmão devia ser sublinhado com ênfase sílaba a sílaba e mencionado em cada lição. Mais tarde determinou que se mostrasse às crianças africanas muitas fotografias da princesa inglesa e dos seus cavalos em Sandrighan, no castelo de Windsor.

O povo de que se falava sobre o passado africano resumia-se às actividades dos europeus em África. Essa mistificação está hoje suficientemente desmascarada para levar a jovem geração de alunos africanos a sorrir à ideia que os europeus «descobriram» o monte Quénia, o rio Nilo, etc. Mas, durante o período colonial, o paradoxo era que qualquer um que tivesse a oportunidade de ser educacionalmente alienado podia sentir-se afortunado porque essa alienação era um meio de promoção pessoal dentro da estrutura criada pelos capitalistas europeus dentro e para África. Para os franceses, belgas e portugueses qualquer educação nas colónias, a qualquer nível destinava-se a «civilizar os nativos africanos» e, como é evidente, só um nativo civilizado podia sonhar com um emprego mais ou menos digno, e reconhecimento por parte dos colonialistas. Para os franceses um africano, depois de receber educação francesa, tinha uma hipótese de se tornar «assimilado» a pessoa que podia ser assimilada ou incorporada na cultura superior francesa. Os portugueses usaram a palavra «assimilando», que significava frequentemente a mesma coisa;

a lei colonial portuguesa distinguia entre nativo e assinalado. O último era às vezes chamado civilizado («o que é civilizado») porque se tornou capaz de ler e escrever o português. Essa categoria era então recompensada com algum privilégio. Uma grande ironia é o facto de em Portugal, em 1960, cerca de metade da população ser analfabeta e, por conseguinte, se fosse submetida à mesma classificação teria que ser considerada «incivilizada».

Entretanto os belgas seguiam o mesmo esquema. Chamavam «evoluídos» aos seus «educandos Bantos» do Congo (Aqueles que evoluíam «de selvajaria» à civilização, obrigado, belgas).

Os ingleses recusaram toda e qualquer distinção entre os africanos educados e não educados mas encorajavam na mesma a imitação cultural. O governador Cameron, do Tanganica, em 1920, era conhecido como um governador «progressista». Mas quando foi atacado por tentar preservar a personalidade africana na estrutura educacional, negou a acusação e afirmou que a sua intenção era que os africanos deixassem de pensar como africanos e se tornassem um «inglês inteligente». Os estudantes que vinham de Livingstónia e da Missão Blantyre, no Malawi, eram largamente conhecidos por escoceses negros por causa dos esforços dos missionários escoceses. Na Serra Leoa a influência cultural branca data do século XVIII e os crioulos da Serra Leoa conseguiram ultrapassar mesmo o resto dos influenciados do povo negro. Os crioulos não se satisfaziam com um nome cristão inglês ou mesmo com um sobrenome europeu; tinham que escolher dois apelidos europeus e ligá-los com um hífen. Como é mais que claro, em termos práticos a educação em África com todos os seus valores torcidos implicava que o punhado de educação aumentava em proporção das necessidades do Colonialismo, de africanos para o serviço civil ou para firmas capitalistas privadas. Porém, criticou-se acerba e justamente a educação colonial por não ter implantado liceus nem formado mais

universitários durante o período colonial. E além disso pode dizer-se que entre os mais educados se encontram os africanos mais alienados de todo o continente. Os que conseguiram ser assimilados. A cada estádio educacional eles eram bombardeados, submergidos pelos valores do sistema capitalista branco; e após serem assalariados podiam dar-se ao luxo de manter um estilo de vida importado do exterior e acesso a facas e garfos, apartamentos de 3 peças, piano, que transformava ainda mais a sua mentalidade. Há um famoso «calypso» das Índias Ocidentais que, satirizando os seus dias de estudante, recorda que se tivesse sido um bom aluno, e estudado mais, teria aprendido mais e obrigado a ser louco. Infelizmente o sistema escolar colonial produzia muitos loucos e palhaços fascinados pelas ideias e modo de vida da classe capitalista europeia. Alguns alcançaram um tal ponto de alienação da realidade africana, de um modo de viver africano, que, com Blaisé Diagne, do Senegal, gorjearam alegremente que são e serão sempre «europeus».

É incontestável a conclusão a que chegou Abdou Mounini, pedagogo africano, que «a educação colonial corrompe o pensamento e a sensibilidade dos africanos e enche-os de complexos anormais». Isso significa (segue-se) que aqueles que eram europeizados eram desafrikanizados na mesma proporção, como consequência da educação colonial e da atmosfera geral da vida nas colónias. Nos nossos dias citam-se muitos exemplos do tratamento humilhante a muitos aspectos da cultura africana no período colonial, com base no imperialismo cultural e no racismo branco. O que raras vezes se comenta é o facto de milhares de africanos terem sido vítimas do Fascismo às mãos dos portugueses e espanhóis, à dos italianos, e do regime francês de Vichy no breve período dos fins de 1930-1940, e às mãos dos ingleses e boers durante este século inteiro. Os poderes coloniais fascistas foram estados capitalistas atrasados aonde a máquina governativa policial aliada à Igreja

Católica e à classe capitalista reprimiu os operários e camponeses portugueses e espanhóis para os manter ignorantes. Compreensivelmente os fascistas colonialistas quiseram fazer a mesma coisa ao povo trabalhador africano e, em adição, deram curso livre ao seu Racismo sobre os africanos como Hitler havia feito aos judeus.

A administração italiana na Líbia, assim como a maioria das administrações coloniais, desnaturou a cultura africana. Contudo, com a subida ao poder do Fascismo, com Mussolini, o desinteresse deu lugar à hostilidade activa especialmente em relação à língua árabe e à religião muçulmana. Os portugueses e os espanhóis desprezaram sempre a língua e a religião africanas. Os jardins de infância e as escolas primárias para africanos nas colónias portuguesas não passaram de agências de difusão da língua portuguesa. Muitas escolas eram controladas pela Igreja Católica, como reflexo da união estreita entre a Igreja e o Estado no Portugal fascista. Na pouca conhecida colónia espanhola da Guiné (Rio Muni), a pouca educação proporcionada aos africanos baseava-se na eliminação da linguagem local e nas tentativas de infundir nos seus corações o «sagrado temor de Deus». As escolas na África colonial eram usualmente baptizadas com o nome de santos ou com o nome de chefes exploradores e governadores do poder colonizador. Segue-se esta prática na Guiné espanhola, o que obriga as crianças do Rio Muni a frequentar a Escola José António, o que equivalia dizer Escola Adolfo Hitler se a colónia fosse alemã, porque a escola foi assim baptizada em honra a José António, fundador do partido fascista espanhol.

Outro aspecto da educação colonial e do padrão cultural que carece investigação é o modo como o Racismo e o desprezo europeus eram expressos não só pela hostilidade para com a cultura africana mas também pelo paternalismo e respeito por factores negativos e estáticos. Muitos colonialistas gostariam de reservar perpetuamente tudo o que fosse africano se lhes parecesse

exótico e intrigante. Essas pessoas conseguiram, pura e simplesmente, afastar a vida africana dos aspectos benéficos potenciais do mundo internacional. O tipo de trabalho que Albert Schweitzer levou a cabo no Gabão deu-nos um excelente exemplo. Tinha a seu cargo um hospital sujo e anti-higiénico com cães, gatos, cabras e galinhas correndo dentro, sob o pretexto de respeitar a cultura e o ambiente africano. Nos fins de 1959, um amigo e colega de Albert Schweitzer defendia assim o seu hospital:

«Agora sobre animais domésticos no hospital. As pessoas ficam chocadas pela falta de formalidade com que as pessoas e os animais se misturam, e apesar disso não ser talvez defensável numa perspectiva higiénica; essa mistura ajuda muito o «charme» do lugar.»

O escritor era um cirurgião dentista de Nova Iorque que teria decerto um ataque se um gato ou uma galinha penetrasse na sua clínica em Nova Iorque. Ele sabia muito bem que as visitas das cabras, cães e gatos no hospital de Schweitzer «facilitavam a proliferação de vida microbiana nas suas mais horrorosas variedades», mas defendia a sua coabitação com africanos porque era um dado cultural, algo exótico que convinha preservar.

Na esfera educacional, os belgas prosseguiam uma política de linguagem que talvez conte com o apoio dos nacionalistas contemporâneos porque insistiam que a educação primária fosse ministrada numa das cinco principais línguas do território. Na prática, contudo, eles serviam-se dessa decisão aparentemente progressista para ratificar a supremacia dum grupo sobre o outro e evitar aos educandos um campo mais vasto de conhecimento, porque os missionários transferiam para a língua local unicamente o que achassem aconselhável. A política de falso respeito pela cultura africana atingiu a sua expressão mais alta na África do Sul com a famosa lei de

Educação Banto em 1953, que tentava promover as diferenças entre os Zulos, SOTTO, Xhosa, Venda, etc., diferenças essas que faziam parte dum anterior estado de desenvolvimento mas que teriam sido ultrapassadas se não fora a intervenção europeia, ou se, sob o domínio colonial, não fossem tomadas medidas especiais para manter as anacrónicas entidades tribais.

Nem todos os professores e administradores coloniais apoiavam conscientemente a tese segundo a qual os africanos deviam ser educados em vez de escravizados. Muito pelo contrário, a grande maioria pensava estar a fazer um grande favor aos africanos; muito poucos eram suficientemente esclarecidos para terem a consciência de que havia a necessidade dum programa escolar menos divorciado da realidade africana. Em 1928 o próprio ministro da Educação de França ficou chocado ao saber que se ensinava aos africanos que os gauleses, seus antepassados, tinham olhos azuis. Na década de 1920, os franceses e ingleses formaram instrutores coloniais e comissões de educação que instigaram que se desse maior importância aos programas escolares em África. Sugeriram também o uso da língua local. Mais escolas primárias, mais educação para raparigas e o fim da orientação do colarinho-branco nas escolas. Contudo, a nobreza manifestamente progressista dessas recomendações não mudava o facto de que a educação colonial era um instrumento [que servia] ao serviço da classe capitalista europeia na sua exploração da África. E tudo o que os educadores coloniais pensassem e dissessem não poderia alterar esse factor básico.

Recomendar que as raparigas africanas frequentassem a escola é mais que uma política educacional justa. Mantém tremendas implicações sociais e pressupõe que a sociedade poderá empregar utilmente as mulheres educadas. A própria sociedade capitalista metropolitana não conseguiu libertar as mulheres, oferecer-lhes iguais oportunidades de educação nem empregos responsáveis com salários iguais aos dos homens. Face a isso, seria utó-

pico pensar que a sociedade colonial poderia interessar-se seriamente pelas mulheres especialmente perante a necessidade de transformar as consciências nessa matéria que era ainda caracteristicamente feudal e pré-feudal. Em parte nenhuma a economia de subsistência, ou a exportação de produtos primários, conseguiu rendimentos sociais para educar as mulheres. Os homens preencheram todos os empregos civis, como nas metrópoles capitalistas. Por conseguinte, o sector desemprego, extremamente limitado, não podia oferecer nada às mulheres educadas e educação moderna tornava-se um luxo, do qual poucas mulheres africanas puderam desfrutar.

Outra sugestão progressista feita por alguns educadores coloniais foi o de se incentivar o ensino técnico e agrícola. Mas a educação técnica genuína era hipótese a afastar porque o propósito fundamental da economia colonial não permite o desenvolvimento em África de indústrias e técnicas.

Somente em casos raros, como no Congo, se precisou de africanos tecnicamente preparados durante os últimos anos da dominação colonial porque a exploração mineira atingiu um estado tão avançado que houve a premente necessidade de ministrar ensinamentos técnicos rudimentares aos operários africanos. Uns poucos, canguezes e congolezes receberam especialização técnica ao nível do ensino secundário. Foi bastante significativo que nesses casos a iniciativa tenha partido das companhias privadas porque os seus lucros estavam ameaçados de modo que as escolas técnicas não passavam dum prolongamento do seu processo de produção. Contudo, na maior parte dos casos, a necessidade de operários especializados para a indústria e exploração mineira em África era prevenida pela importação de europeus.

A agricultura não era encarada como uma indústria científica como na Escandinávia e Nova Zelândia, onde os brancos trabalhavam a terra em bases intensamente capitalistas. Como atrás se notou, a produção agrícola em África era estimulada com um mínimo de gastos por

parte dos europeus e nenhum investimento em tecnologia moderna. Por conseguinte, quando os conselheiros educacionais sugeriram educação agrícola que viesse ao encontro das necessidades africanas, isso significava nenhuma adição do conhecimento africano. Em muitas escolas coloniais a agricultura tornou-se numa apologia para uma sujeição. Fazia parte do trabalho pesado da instituição. Os professores não tinham nenhuma preparação agrícola e por isso nada de científico poderiam ensinar. O que as crianças aprenderam era a repugnar o trabalho pesado do *Shamba* que, na prática, era usado como forma de castigo.

As primeiras comissões para a educação atribuíram grandes prioridades aos aspectos moral e religioso da instrução, aspectos esses que estavam em franca decadência na própria Europa. É evidente que o papel da Igreja Católica no processo educativo merece uma atenção especial. Os missionários cristãos fizeram parte integrante das forças colonizadoras, tal como da mesma forma o explorador, os comerciantes e os soldados. Talvez se possa afirmar que numa dada colónia os missionários tenham servido de batedores a outras forças colonialistas ou vice-versa, mas não há nenhuma dúvida que os missionários tenham sido na prática agentes do Colonialismo quer se considerem quer não, como tais. O aventureiro imperialista sir Henry Johnston não gostava dos missionários mas admitia em seu abono que «cada missão era um (estágio) de colonização».

Na Europa, a Igreja manteve durante muito tempo o monopólio da educação desde os tempos feudais até à era capitalista. Esse estado de coisas estava a sofrer uma transformação na Europa nos fins do século XIX; mas quanto à colonização europeia, a Igreja manteve a sua liberdade de manipular o sistema educacional em África. A igreja teve muito da responsabilidade da força ou de fraqueza desse sistema.

Os religiosos serviram sempre, dentro e fora da igreja ou da escola como instrumentos para a implan-

tação dos valores durante a época colonial. Ensina-ram uma moral de relações humanas que podia apelar para os melhores instintos dos africanos assim como influenciaram anteriormente outros europeus. Como é natural, entre a conduta europeia e os princípios cristãos a ela associados abria-se um abismo. Pelo que tocava aos africanos é também verdade que os motivos que os levavam muitas vezes a aceitar o Cristianismo nada tinha que ver com o conteúdo de religião. Na verdade, a igreja como fonte de educação era muito mais atractiva para muitos convertidos que como centro religioso.

Qualquer coisa que a igreja ensinasse, qualquer que fosse a sua extensão, deverá ser considerada como uma contribuição à educação formal e informal na África colonial e os seus ensinamentos devem ser enquadrados num contexto social. O papel da igreja era fundamentalmente o de preservar as relações sociais do Colonialismo como prolongamento do seu papel na preservação das relações capitalistas na Europa. Por isso, a Igreja Católica dedicou-se a ensinar a humildade, a obediência e o conformismo. Desde os primeiros dias da escravatura nas Índias Ocidentais tinha-se posto à igreja a condição de não excitar os escravos africanos com doutrinas de igualdade perante Deus. Nesses dias eles ensinavam aos escravos, cantar que todas as coisas eram lindas e belas e que o senhor de escravos no seu palácio devia ser aceite como obra de Deus da mesma maneira que o escravo a viver na sua choça miserável e trabalhando 20 horas por dia debaixo do chicote. Semelhantemente, na África colonial, as igrejas podem ser ligadas com a pregação de que se deve oferecer a outra face à exploração e com a mensagem de que tudo é bom no outro mundo. Somente a Igreja Reformada Holandesa da África do Sul era abertamente racista mas todas as outras também o eram na medida em que os seus membros europeus não eram diferentes dos outros brancos que estavam embebidos do racismo e imperialismo cultural como con-

sequência dos séculos anteriores de contacto entre os europeus e o resto do Mundo.

As igrejas, muitas vezes, ao servir o Colonialismo, desempenhavam o papel de árbitro, o que era culturalmente correcto. Crenças ancestrais africanas eram atribuídas ao diabo (que de qualquer forma era negro) e levou muito tempo para que algumas igrejas europeias aceitassem considerar as crenças africanas, seitas religiosas e não uma feitiçaria e magia... Contudo, na sua hostilidade perante as manifestações culturais africanas, a Igreja Católica realizou certas tarefas progressistas. Práticas tais como o sacrifício de gémeos e o sofrimento de ordálio foram proibidas pelos missionários europeus e constituíam reflexos de ideias supersticiosas enraizadas nos primeiros tempos do desenvolvimento africano, quando fenómenos como o nascimento de gémeos não podiam ser explicados cientificamente e, por conseguinte, provocavam o terror religioso.

É notório que em África muitos anos antes da partilha colonial, muitas formações sociais e pessoas que sofreram com os preconceitos sociais e religiosos fossem os primeiros convertidos da Igreja Cristã. O que uma (sector) parte da população aceitava, era rejeitada por outra e, actualmente, o imperialismo cultural e a igreja suscitam forte oposição. Atacavam-se vários costumes ancestrais, poligamia, por exemplo, sem se analisar a sua função económica e social. Com a monogamia, os missionários cristãos introduziram não um princípio religioso mas principalmente uma faceta da sociedade capitalista europeia. Para que a sua propaganda fosse eficaz, a actividade europeia tinha de incidir na transformação dos padrões da família extensa das sociedades africanas. (Isso levava muito.) O processo tinha de ser necessariamente moroso, e, no entanto, muitos africanos aceitavam os aspectos religiosos enquanto rejeitavam os apêndices culturais e os próprios missionários.

Muito se escreveu sobre a tendência conhecida na África colonial como movimento das igrejas independen-

tes. Foi uma tendência que contou com a adesão de milhares de cristãos africanos que romperam com as igrejas europeias (especialmente Igrejas Protestantes) e fundaram os seus próprios lugares de culto dirigidos por cristãos africanos. Os motivos foram vários. Algumas igrejas independentes foram altamente nacionalistas, como por exemplo a fundada por John Chilembwe, que conduziu em 1917 a um levantamento nacionalista armado na Niassalândia (Malawi). Outras apareceram como a resposta daqueles africanos que desejavam ser pastores ou padres à discriminação praticada contra eles por missionários brancos. A aversão pela maneira como os europeus obrigavam os africanos a identificar-se aos europeus foi sempre um factor constante. Uma igreja independente zulu, revoltando-se contra essa conduta, punha à população local a seguinte questão: são zulos ou judeus? Vocês estavam lá quando sacrificaram o vosso Mestre? Contudo, muitos africanos acabaram por aceitar o princípio desumano de auto-alienação. A identificação com os europeus (fossem eles gentios ou judeus) foi uma das traves mestras da educação informal da época colonial.

Talvez se possa dizer, para terminar, que o princípio mais importante de educação colonial foi o individualismo capitalista. Do ponto de vista histórico, este princípio como muitos outros aspectos da superestrutura de crenças duma sociedade, teve o seu lado positivo e o negativo. A burguesia europeia foi progressista quando defendeu o individuo do controlo excessivo da família e do pai e contra os regulamentos [ordenamentos] colectivos da sociedade feudal e da igreja. Contudo, quando se implantou o sistema capitalista, passou a proteger os direitos dos proprietários individuais contra os direitos da massa dos operários e camponeses explorados. Aquando do impacte capitalista em África no período colonial, a ideia do individualismo atravessava já uma fase reacçãoária.

Quando os princípios individualistas se aplicaram à terra, isso implicou que as noções de propriedade privada e transferência por venda se tornassem prevalentes em algumas regiões do continente. A ideia de que o trabalho individual devia beneficiar a pessoa e não uma entidade colectiva mais vasta, como o clã ou o grupo étnico. Assim a prática de trabalho colectivo e a distribuição social igualitária, deram lugar a tendências acumuladoras. Superficialmente podia parecer que o individualismo trouxe progresso. Alguns indivíduos conseguiram grandes «shambas» de café, cacau ou algodão e outros ascenderam a funções proeminentes na administração colonial; através da educação conseguiram muito, como indivíduos tornaram-se modelos de realização social. Qualquer modelo de plena realização pessoal é um modelo educativo que dirige os pensamentos e os actos dos jovens e dos velhos. Sob o Colonialismo, o modelo de realização social era o modelo de queda e subdesenvolvimento de toda a sociedade africana.

Um mito comum [vulgar] da sociedade capitalista é a ideia de que um indivíduo, trabalhando duramente, consegue tornar-se um capitalista. Nos Estados Unidos é corrente referir-se a indivíduos como John D. Rockefeller como alguém que subiu «dos andrajos à riqueza». Para completar a moral da história do sucesso de Rockefeller seria necessário referir pormenorizadamente os milhões de pessoas que tiveram que ser explorados para que um homem se tornasse multimilionário. A aquisição das riquezas não se deve ao duro trabalho de ninguém ou os escravos africanos que trabalharam na América e nas Índias Ocidentais teriam sido o grupo mais rico do Mundo. O individualismo capitalista deve ser visto como contrário ao trabalho duro e não recompensado das massas.

O individualismo foi mais destrutivo na África colonial que na sociedade capitalista metropolitana. Nesta se pode dizer que a vitória da classe burguesa benefi-

ciou indirectamente as classes trabalhadoras através do avanço tecnológico e a elevação do nível de vida.

Mas na África o colonialista não trouxe esses benefícios mas intensificou, pura e simplesmente, o grau de exploração e manteve a exportação do excedente. Na Europa o individualismo desenvolveu um dinamismo empreendedor e aventureirista do tipo do que conduziu (dirigiu) a conquista europeia do resto do Mundo. Em África, quer a escola formal quer o sistema informal de valores do Colonialismo destruíram a solidariedade social e promoveram a pior forma de individualismo alienado sem responsabilidade social. Isso retardou o processo político através do qual a Sociedade tentava readquirir a sua independência.

Até agora defendeu-se aqui consistentemente que o desenvolvimento se enraíza no ambiente natural, nas técnicas de produção e nas relações sociais que derivam do trabalho do povo. Existem ainda as chamadas «teorias conspirativas da história» que sustentam que os acontecimentos históricos de todas as épocas nada mais são que as secretas intrigas de um ou outro grupo. Essas perspectivas não podem ser recomendadas para o estudo das relações da África com a Europa. Contudo, no que se refere à política educacional, encontram-se elementos de um plano consciente de um grupo de europeus para controlar o destino de milhões de africanos durante um período considerável que se estende para o futuro. O planeamento da educação colonial para o domínio da África é exibido mais às claras pelos franceses porque os seus políticos e administradores tinham o hábito de exprimir abertamente os seus pensamentos sobre África. Por conseguinte, as palavras dos próprios colonialistas franceses serão aqui citadas para ilustrar como o sistema colonial de educação não deixaria os pontos políticos vitais ao acaso mas estava desenvolvendo conscientemente uma política hostil à reconquista da liberdade pelo povo africano.

Desde o período da luta imperialista por África, os chefes franceses chegaram à conclusão que era imperioso abrir algumas escolas nas regiões de África que a França reclamava, para que a língua e a cultura francesa fossem aceites por alguns africanos que assim se identificariam mais com a França do que com a Inglaterra e Portugal ou algum outro rival da Europa. Isso foi particularmente verdade nas disputadas zonas fronteiriças. Eugenne Etienne, um ministro francês dos princípios da era colonial, defendia que a extensão da língua francesa era necessária como «uma medida de defesa nacional». Desde 1854 que se fundou a Alliance Française como um instrumento do imperialismo cultural e educacional reconhecido e aprovado pelo Governo francês. Os relatórios da Alliance Française mostram claramente que eles achavam-se a si próprios uma arma do imperialismo francês, que lutava para o fortalecimento do seu poder. Nos fins do século XIX, por exemplo, a Alliance Française escreveu o seguinte, sobre as escolas da Costa da Guiné:

«Eles têm de combater nessa região a formidável influência das escolas inglesas de Serra Leoa. A luta entre as duas línguas torna-se mais intensa à medida que se afasta em direcção ao sul, invadido por nativos ingleses e os seus pastores metodistas.»

Como atrás se viu para o caso de Portugal e Espanha, a difusão da língua do poder colonizador europeu era considerada da maior importância. A Bélgica, por seu lado, encorajava as línguas locais como meio de divisão e retardamento. Somente em Tanganica, sob dominação alemã, houve uma reacção positiva às potencialidades do Swahili como uma língua de ensino de modo que houve ali um posterior impulso dessa língua que, aliás, já era difundida pelo comércio, relações políticas, e contactos pessoais.

Além da língua, o pilar do imperialismo cultural em muitas colónias foi a religião. A igreja nas colónias francesas nunca desempenhou um papel tão importante como nas outras da África colonizada por países predominantemente católicos, e mesmo as igrejas protestantes nas colónias inglesas desempenharam um papel muito mais vital que a igreja nas colónias francesas. A explicação reside no facto de a revolução burguesa em França no século XVIII ter sido muito mais anticlerical que qualquer outra revolução burguesa, e a Igreja Católica ter sido completamente separada do Estado em França em 1905, depois de muitos anos de relações frias. Não obstante, quando a França viu que as escolas da missão ajudavam a Inglaterra a entrincheirar-se em África, o Governo francês pediu a ajuda da sua própria Igreja Católica para assegurar interesses nacionais.

Do ponto de vista de colonizador, quando as fronteiras de uma colónia estivessem traçadas firmemente, o principal problema passava a ser o de assegurar a cumplicidade de africanos para desenvolver uma política favorável aos interesses das metrópoles. Havia sempre a possibilidade do uso da força para esses propósitos, mas a força bruta era reservada mais do que utilizada nos negócios do dia-a-dia. Somente a educação poderia lançar as bases para uma política de sorrisos da administração colonial. Havia em primeiro lugar o problema elementar da língua como meio de comunicação entre os europeus e os africanos. Na maior parte dos casos, os europeus serviam-se de intérpretes para dar a conhecer as suas ordens, mas era sabido que os intérpretes africanos buscavam sempre uma oportunidade para autopromoverem-se e modificar ou mesmo sabotar as ordens. Havia um ditado na África colonial francesa «tradução igual a traição» e, a única forma de prevenir isso era ensinar o francês à grande massa do povo.

Eis aí o aspecto prático de educação para africanos para serem melhores trabalhadores da mesma forma

que na Europa os trabalhadores recebiam educação para que se tornassem mais eficientes e pudessem produzir trabalho extra para os capitalistas. Na África colonial, a burguesia europeia concluiu que um pouco de educação poderia maximizar o valor do trabalho. Albert Sarraut um ministro colonial francês, sublinhou em 1914 o que chamou a utilidade económica de educar as massas (africanas). Vários anos atrás os franceses haviam feito uma exposição especificamente dedicada ao assunto, em Madagáscar. Uma lei de 1899 indicava que o propósito da escolarização era:

Fazer dos povos malgaches súbditos fiéis e obedientes da França e facultar uma educação que seja industrial, agrícola e comercial para que os colonos e os vários serviços públicos da colónia satisfaçam as suas necessidades de pessoal.

Na realidade, não seria necessário educar as massas porque unicamente uma minoria da população africana era integrada na economia colonial de modo a exigir que as suas capacidades fossem desenvolvidas pela educação. Na verdade, os franceses dedicaram-se à selecção de uma minoria completamente subjugada pelo imperialismo cultural francês e destinada a auxiliar a França na administração das suas vastas possessões coloniais em África! William Ponty um dos primeiros governadores-gerais da África Ocidental francesa, falava em formar «uma elite de jovens destinados a auxiliar os nossos próprios esforços». Em 1919 Henry Simon (então ministro das Colónias) delineava um programa para educação secundária em África que visava «fazer dos melhores elementos indígenas, franceses perfeitos».

A expressão mais clara das implicações políticas de educação colonial da França foi dada em 1930; e, nessa altura, havia já uma certa prática a condizer com as palavras. Brevié, o governador-geral da África Ocidental francesa em 1930, lutou para a extensão da escolarização primária a um nível mais elevado «para nos

auxiliar na nossa obra de colonização». Brevié era encorajado pelo facto de ter aparecido nessa altura «uma elite nativa, cujos sinais de zelo por uma completa e exclusiva cultura francesa eram já visíveis». Por isso, como o apoio do inspector-geral para a educação, esse governador delineou planos para que os estudantes africanos pudessem frequentar as escolas secundárias para que se tornassem quadros coloniais. Qualquer sistema sociopolítico carece dos seus quadros. Esse foi o papel desempenhado pelos grupos de idades mais jovens nos exércitos de Shaka e esse foi o papel desempenhado pelos Komsomol ou jovens comunistas na União Soviética. Ser um quadro implica não somente o treinamento para uma tarefa prática mas também uma orientação política para servir como um elemento dirigente do sistema. Os franceses e outros colonialistas compreenderam muito bem esse facto. Foi assim que Brevié o imprimiu.

Não se trata unicamente de um problema de se aumentar a nossa fornada de aprendizes, empregados de escritório e operários conforme as necessidades fluctuantes do momento. O papel desses quadros nativos é muito mais vasto.

Somente no Norte de África, com o seu interesse numa colónia de povoamento branco, os franceses não acharam necessário fomentar uma elite local para agir sob as ordens da metrópole e do governador, não obstante ter emergido na Argélia um certo número de súbditos, os chamados Beni Oui Oui literalmente, os «Homens do Sim Sim» que aceitavam sempre obedecer às instruções francesas em contraposição aos interesses da maioria dos seus irmãos. Outro aspecto assinalável da política francesa na esfera educacional foi a maneira como eles forçaram os filhos dos chefes a frequentarem as suas escolas. Era simultaneamente uma tentativa deliberada de conquistar a lealdade dessas pessoas que detiveram anteriormente o poder político na África independente e uma tentativa de continuidade da fase

pré-colonial. Como os próprios franceses o disseram, através da educação dos filhos dos chefes tradicionais «estabelecer-se-ia assim um elo entre os quadros nativos formados por nós e aqueles que a comunidade nativa reconhece».

Em 1935 uma equipa de educadores ingleses visitou a África francesa e admitiu, com um misto de inveja e admiração que a França conseguira criar uma elite de africanos, à imagem e semelhança dos franceses — elite essa que colaborava para que se perpetuasse a dominação colonial francesa. Todos os poderes coloniais produziram quadros semelhantes para administrar e defender os seus impérios coloniais em África e no Mundo.

Depois da II Grande Guerra, tornou-se claro que a dominação colonial não poderia ser mantida perpetuamente, na mesma forma, em África. A Ásia cortara já as cadeias e a África mostrava-se em convulsões. Quando a consciência de que o fim estava próximo se generalizou, os poderes metropolitanos voltaram-se para os seus quadros coloniais e entregaram-lhes as rédeas do poder na África politicamente independente. É preciso reafirmar que a decisão de que a África devia ser livre não coube aos poderes coloniais mas ao povo de África. Não obstante, na mudança do Colonialismo para o que hoje se chama neocolonialismo houve elementos conspirativos. Em 1960, MacMillan, o então primeiro-ministro britânico, fez a declaração muito citada que «um vento de mudança perpassava pela África». Essa foi a maneira burguesa de exprimir o que o primeiro-ministro chinês depressa verificou: «A África está madura para a revolução.» Na sua tentativa de retardar ou desvirtuar a revolução africana, os poderes colonizadores voltaram-se para o grupo que haviam previamente criado para um propósito diferente — a elite de africanos educada de uma perspectiva colonial de entre os quais seleccionava, quanto possível aqueles que eram mais capazes para a administração política —, e dei-

xaram nas mãos desses quadros de confiança ou outros semelhantes o aparelho militar e administrativo.

Houve já alguns europeus esclarecidos que tinham consciência desde longa data que o sistema educativo colonial servir-lhes-ia se e quando a independência política fosse reconquistada em África. Pierre Foncin, por exemplo, um dos fundadores da Alliance Française, declarou no princípio deste século que seria necessário ligar as colónias às metrópoles por laços psicológicos muito fortes tendo em vista o dia em que a sua progressiva emancipação terminasse numa forma de federação como era provável para que fossem e continuassem a ser franceses na linguagem, pensamento e espírito. Mesmo assim, foram os ingleses que primeiro chegaram à conclusão que era necessário curvar-se perante o inevitável e reconhecer a independência africana. Quando os franceses introduziram uns poucos de delegados africanos no próprio parlamento francês numa tentativa de manter os territórios africanos ligados à França, os ingleses começaram a preparar a transferência para certos africanos seleccionados.

Nas metrópoles capitalistas havia (e ainda há) escolas de elite que forneceram a massa de dirigentes políticos. São bem conhecidas as escolas públicas de Eton, Harrow, Rugby e Winchester como campos de treino da classe dominante inglesa e são consideradas por certas autoridades como mais importantes que as universidades para onde vão invariavelmente muitos dos estudantes dessas escolas secundárias. Em França, a nível secundário, era, e ainda é, uso encontrar estudantes que emergem de escolas como o Liceu Louis le Grand e a Escola Normal Superior Rue d'Ulm, e são futuros membros de gabinetes ministeriais e chefes do executivo nesses países. Na América do Norte, a despeito do mito de que qualquer pessoa pode triunfar, uma grande proporção da classe dominante frequenta escolas particulares, tais como os colégios privados para rapazes de Groton, St. Paul's, St. Mark's e Philips Exeter.

Nas condições de África, qualquer um que frequentasse a escola no período colonial passava virtualmente a fazer parte da elite porque o número dos que podiam desfrutar desse prestígio, mesmo a nível de escola primária, era muito diminuto. Além disso havia em cada colónia pelo menos uma escola secundária ou instituto superior que desempenhou o papel de fornecer à África o seu pessoal político administrativo na era da sua independência política. Os nomes do pessoal dos gabinetes ministeriais e das secretarias permanentes dos países africanos podem ser encontrados nas listas de inscrição de escolas tais como o Gordon College (Sudão), Alliance High School (Quênia), King's College Budo (Uganda), Tabora Secondary School (Tanzânia), Livingstonia (Malawi), William Ponty (Senegal), Sierra Leone Grammar School, Mfantsipim (Gana), o Liceu Gallieni (Madagáscar) e algumas outras. Além disso havia instituições para-universitárias e importantes universidades, tais como Makerere, Fourah Bay e Achimota.

Em retrospectiva, é hoje muito claro que um dos aspectos mais significativos do sistema educativo colonial era o proporcionado pelas forças armadas e polícias. Exércitos coloniais, como os King's African Rifles, o Exército Livre Francês e a Força Pública Congoleza, produziram sargentos que se tornaram em coronéis e generais da África independente e, em várias ocasiões, em chefes de Estado. Os polícias também conseguiram uma promoção rápida, apesar de sempre a sua posição política ter sido sempre mais fraca que a dos próprios militares. Assim como os seus correspondentes civis a futura elite militar e policial fora treinada para ser simples pessoal menor dos senhores coloniais; mas quando a independência esteve à vista, foram julgados [capazes] portadores dos requisitos necessários para serem quadros coloniais — aptos a fazerem parte da classe dominante da África neocolonial. Em certas ocasiões inclusive, os poderes coloniais, nos últimos tempos do período colonial, treinaram alguns africanos nas mais altas instituições de

violência científica metropolitanas, nomeadamente o Sandhurst Military Academy e a Hendon Police School na Inglaterra e a St. Cyr, Academia Militar da França. Esses que foram seleccionados para tal treinamento tornaram-se na elite militar, correspondendo àqueles civis africanos que frequentaram a universidade, quer em África quer no estrangeiro.

Não é de espantar, a maior parte do que para a África derivou do sistema educacional colonial. Os sistemas educativos destinam-se a funcionar como escoras duma dada sociedade e os educados mais jovens aplicam automaticamente os seus valores sociais, que aprenderam, quando chega a sua vez de tomar decisões na Sociedade. Em África, os colonialistas treinaram o pessoal menor administrativo, professores, N'cos, arrumadores de bagagem dos comboios, etc., para a preservação das relações coloniais, e não é de espantar que tais indivíduos transportem os valores coloniais para o período após a reconquista da independência. Os colonialistas, contudo, desenvolveram toda a acção possível para se garantirem de que assumiriam os poderes políticos dos novos Estados e manejariam as administrações africanas, as pessoas mais favoráveis às suas posições. Essa maneira de interpretar os acontecimentos pode ser acusada de unilateralidade por muitos europeus e mesmo africanos. Isso é verdade, num certo sentido, e a sua unilateralidade é deliberada. É a apresentação do que o sistema educativo colonial pôde alcançar *nos termos do que se propôs alcançar*. O outro lado do problema não é o bem que pode ser creditado aos educadores coloniais, mas muito mais o bem que resultou mau grado os esforços e intenções dos colonizadores e por causa da luta do povo africano.

6.4. DESENVOLVIMENTO POR CONTRADIÇÃO

No Colonialismo, o único desenvolvimento positivo foi o seu fim. O propósito desta secção é esboçar dum modo

breve como esse desenvolvimento se processou, com uma referência especial ao papel do sector educativo.

Em contraste com a interpretação subjectiva do que no Colonialismo foi bom por um lado e mau por outro, há uma outra interpretação que estuda os desígnios e realizações dos colonizadores e os contradésígnios e as realizações do povo africano. Algumas vezes a única função dos africanos era manipular as instituições coloniais o melhor que pudessem; mas, apareceram concomitantemente certas contradições na sociedade colonial que só poderiam ser resolvidas pela reaquisição pelos africanos da sua soberania como povo.

A análise baseada no estudo das contradições é característica do marxismo. Assim os historiadores soviéticos entendem da maneira que se segue a desintegração do Colonialismo:

«O Colonialismo bloqueou o desenvolvimento dos povos escravizados. Para facilitar a exploração colonial os imperialistas obstruíram deliberadamente o progresso económico e cultural nas colónias, preservaram formas obsoletas de relações sociais e fomentaram a discórdia entre as nacionalidades e as tribos. Contudo, a racionalidade dos superlucros obrigou ao desenvolvimento da indústria extractiva, das plantações e fazendas capitalistas e a construção de portos, caminhos de ferro e estradas nas colónias. Isso fomentou o aparecimento de mudanças sociais nas colónias em contradição com a vontade dos colonialistas — brotaram novas forças sociais, um proletariado agrícola e industrial, uma burguesia nacional e um sector intelectual.»

Entre os diferentes grupos da população africana dentro do chamado sector moderno que a actividade capitalista criou, o maior é o campesinato assalariado. Os camponeses pobres africanos suportaram muitos agravos dos

colonialistas, a começar pelo baixo preço dos produtos agrícolas até, algumas vezes, à expropriação dos terrenos. Os assalariados agrícolas e os trabalhadores urbanos perderam definitivamente a sua terra e resistiram à escravatura salarial. Para conseguir isso tiveram que se organizar assim como o proletariado europeu o fez desde a sua formação; e, em virtude da sua organização compacta, os trabalhadores africanos fizeram sentir muito mais a sua força que o seu número limitado permitiria prever. Por fim a preponderância numérica dos camponeses e dos que trabalhavam no sector de subsistência manifestou-se nos partidos de massas. Mas, enquanto os camponeses dependeram sempre de revoltas esporádicas e boicotes para manifestar os seus descontentamentos, os assalariados desenvolveram um processo de luta muito mais contínuo de contratação colectiva, reivindicações, greves, etc.

O mais reduzido dos grupos sociais era a elite culta ou intelectual. Como se notou atrás, o número de africanos que frequentavam as escolas no período colonial era tão reduzido que qualquer um que frequentasse a escola tornava-se num privilegiado e passava a pertencer à elite. Havia somente um número muito reduzido de advogados e médicos, concentrados principalmente no Norte e no Ocidente de Africa. Pode dizer-se que, de um modo geral, a intelectualidade era formada por estudantes, clérigos e professores. O grupo de intelectuais reuniu-se com o dos dirigentes sindicais (dos trabalhadores organizados) aos estratos dirigentes de Africa tradicional, aos ex-militares e polícias e com os comerciantes e agricultores independentes.

Contudo, a minoria educada desempenhou na luta pela independência em África um papel desproporcionado com o seu número porque chamaram a si esse papel e foram encarregados de articular os interesses de todos os africanos. Foram também solicitados para providenciar a organização política que combinaria todas as con-

tradições do Colonialismo e isolar a contradição principal que era a que opunha a colónia à metrópole.

A contradição entre a massa culta e os colonialistas não era a mais agudizada. Nos últimos tempos os colonizadores estavam a conseguir desviar e satisfazer as aspirações da maioria da inteligência africana sem favorecer de modo algum a maioria operária e camponesa que constituía a parte mais explorada e oprimida. Contudo, as diferenças que ainda subsistiam entre o colonizador e o africano culto foram decisivas.

Já se disse atrás que a educação colonial abrangeu unicamente um número muito restrito de africanos, que se limitava aos níveis mais elementares e que a sua pedagogia e conteúdo ideológico se destinavam essencialmente a servir os interesses da Europa e não os de África. Mesmo assim, não fora o esforço dos próprios africanos, seria muito mais reduzido o número dos privilegiados. As oportunidades de frequentar a escola primária seriam muito mais limitadas e o seu conteúdo ideológico seria muito mais pernicioso se as actividades das massas africanas não estivessem em permanente contradição com os desígnios dos colonizadores. A educação para a escravatura não conseguiu levar avante os seus propósitos; em vez disso choviam contradições aos mais diversos níveis — que conduziram à independência e, em alguns casos, ao aparecimento duma nova era socialista no fim do Colonialismo.

Se há algo de glorioso na história da educação colonial em África, esse algo não reside nas migalhas regateadas pelos exploradores europeus mas no tremendo vigor com que os africanos domaram os princípios do sistema que os havia subjugado. Houve na maioria das colónias um período inicial de indiferença em relação à educação escolar mas imediatamente se compreendeu que a escola representava a única via aberta ao progresso dentro da sociedade colonial e os africanos passaram a exigir e empurraram os colonialistas para muito mais longe do que eles a princípio pensavam ir.

Quando os africanos recusavam dedicar-se à pequena produção agrícola, favoreciam geralmente os fins capitalistas europeus. Mas as iniciativas africanas no domínio da educação produziam resultados antagónicos, pelo menos quanto a alguns dos propósitos da exploração colonial.

Os franceses exprimiam muitas vezes os seus pontos de vista sobre a educação nas suas colónias africanas. Os administradores franceses debruçaram-se também sobre os esforços dos africanos para ultrapassar o número de quadros que os franceses tinham em mente e estavam preparados para subsidiar com impostos africanos. Em 1930, o governador-geral da África Ocidental francesa informou:

«Cada nova escola que é aberta torna-se imediatamente superlotada. Por toda a parte a totalidade dos nativos clama por educação. Aqui, um chefe quer uma escola e constrói-a de sua livre vontade; ou, então, uma vila ou outra se oferece para suportar os custos da manutenção duma escola. Em certas regiões da Costa do Marfim, os camponeses pagam aos professores do seu próprio bolso. Os nossos alunos percorrem muitas vezes distâncias de 20 a 50 quilómetros.»

O entusiasmo africano na busca de mais e melhor educação não se limitava a uma determinada região do continente; manifestou-se, é certo, mais cedo e mais intensamente numas partes que noutras. A Costa do Ouro e a Serra Leoa, por exemplo, têm uma tradição de educação europeia que data do século XVII. Por conseguinte, não é de espantar que o suplemento educativo do *Time* tenha comentado em 1824 que havia uma exigência generalizada (universal) por uma mais e melhor educação na Costa do Ouro. Foi na Costa do Ouro que emergiu J. K. Aggrey, que distinguiu o educador africano do nacionalista; e as suas ideias influenciaram a ima-

ginação de africanos para além das fronteiras da Costa do Ouro em tudo o que dizia respeito à educação.

Há uma correlação definida entre o grau de exploração colonial e a quantidade de serviços sociais que era facultada. Isso se aplica em particular à educação de modo que a agricultura assalariada, as regiões urbanas e minerais virtualmente monopolizavam a escola. Isso deve-se parcialmente à política capitalista de valorização da força de trabalho dos operários, mas é também a consequência dos esforços feitos pelos africanos integrados na economia monetária. Faziam exigências à administração colonial e também chegavam a sacrificar-se muito e a autonegar-se para conseguirem mais escolas. Assim encontramos os Ibos, que ganhavam algum dinheiro com o óleo de palma, a utilizar uma grande proporção dos seus magros recursos na construção de escolas muitas vezes de colaboração com as igrejas. Convm aqui notar de passagem que os africanos financiavam muitas vezes inteiramente as igrejas e aquilo que se chamou escolas das missões. Pagavam as dívidas das igrejas, faziam dádivas para a colheita da igreja, contribuíam às vezes para um fundo escolar especial e pagavam muitas vezes propinas escolares. Este esquema era muito vulgarizado na terra dos Ibos e não era invulgar noutras regiões da África colonial. A existência de escolas dever-se-á às igrejas, ao óleo de palma e ao trabalho do povo. Na verdade, é preciso não esquecer-se que os missionários, os administradores e os colonos brancos — o lote inteiro — viviam todos do trabalho e dos recursos africanos.

Nas áreas de trabalho assalariado agrícola também se vulgarizou a tentativa de se utilizar as juntas de produtos agrícolas e outras instituições similares para financiar a instrução. Supunha-se que as juntas agrícolas tivessem sido acima de tudo criadas no interesse dos camponeses produtores. Dedicaram-se à exportação de sobretrabalho na forma de reservas em dólares para a Inglaterra. Mas no fim do domínio colonial, na época do auto-

governo, seria demasiado escandaloso recusar aos africanos uma parte, por pequena que fosse, dos benefícios do seu trabalho e, assim, as juntas de produtos agrícolas decidiram criar um fundo para a educação. O Conselho Legislativo do Uganda, por exemplo, votou em 1953 uma verba de cerca de 13 milhões de libras para serviços sociais, tiradas do Fundo de Estabilização dos Preços do Algodão, recebendo a educação agrícola uma boa fatia dessa verba.

Entre aqueles africanos que conseguiram uma situação financeira mais desafogada que a dos seus irmãos, esboçaram-se atitudes de carácter filantrópico que se consubstanciaram na ajuda dada a jovens africanos para frequentarem a escola. Os relatos históricos da educação africana sob o domínio colonial revelam alguns factos singulares, tal como o facto de que a primeira escola secundária criada em 1949 na Somália não se deve nem à iniciativa da igreja ou da administração mas à iniciativa dum comerciante africano. Na verdade, em África espera-se que qualquer pessoa que conseguiu estudar e que passou a ganhar um bom salário, ajude por sua vez a educar pelo menos um membro mais da sua extensa família. Isso acontece muitas vezes porque a enorme família e a comunidade da aldeia têm muito que se sacrificar para conseguir que ele fosse educado em primeiro lugar. Isso era tão verdade na Mauritânia quanto nas reservas da África do Sul e nenhum africano terá dificuldade em citar exemplos que conheça para ilustrar esse facto.

Hoje, pode estudar-se um certo número de biografias de africanos que se distinguiram no período colonial essencialmente na reconquista da independência africana. Da leitura dessas biografias ressalta invariavelmente a extraordinária luta que era necessária para se educar nos tempos coloniais. A mesma conclusão se pode inferir da leitura de modernas novelas africanas (apesar de isso se chamar literatura de ficção) porque o novelista tenta apreender a realidade. Os apologistas do Colonialismo

falam de educação como se fora uma grande travessa de comida oferecida aos africanos. Não o foi. As migalhas da educação que eram atiradas a conta-gotas eram tão miseráveis que os indivíduos tinham de lutar por elas; conseguir esticar duma forma incrível os seus magros proventos e enviar os filhos à escola, e as crianças africanas percorriam milhas para e da escola sem se lamentarem por isso.

Mas, em algumas colónias, e à parte os sacrifícios físicos e financeiros, os africanos tiveram que travar uma batalha política para que o princípio de educação para africanos fosse aceite. As colónias em questão foram aquelas que tinham uma grande região de povoamento branco.

No Quénia os colonos brancos mostraram que, pela parte que lhes tocava, um africano analfabeto era muito melhor que um educado e era muito mais suportável um que tivesse os rudimentos da educação do que um outro que tivesse frequentado alguns anos de escola. O relatório Beecher sobre a educação nessa colónia elaborado em 1949 estava profundamente influenciado pelos colonos brancos e dizia francamente:

«Analfabetos capazes de se dedicarem ao trabalho manual são muito mais aceitáveis que os escolarizados que dificilmente se disponham a aceitar empregos manuais.»

Os colonos brancos, na medida em que dominavam o poder político no sistema colonial, podiam aplicar os seus princípios sobre a educação no Quénia e assim muito pouca era a educação facultada aos africanos. Isso é com efeito uma excepção à regra, que os benefícios sociais são directamente proporcionais à intensidade da exploração; mas os Kikuyu (que eram o povo mais explorado do Quénia) não aceitaram passivamente a situação. Uma das formas de actuação consistia em bombardear o governo colonial com exigências apesar de os

africanos estarem numa situação muito menos favorável que os colonos europeus para fazerem isto. As exigências eram parcialmente satisfeitas. O relatório Beecher admitia de má vontade algumas escolas para africanos a nível primário e secundário, sugerindo lugares para quarenta por cento de crianças africanas na pré-primária, 10 por cento na primária e preparatória e 1 por cento para a secundária. Mas em 1960 o número de escolas primárias era duas vezes mais o que os colonos brancos considerariam ideal para a data, e o número de escolas secundárias era três vezes superior ao que os colonos brancos haviam recomendado.

Além disso, onde os governos se mostravam relutantes em construir escolas ou para subsidiar missionários para fazer isso com impostos africanos verificava-se um maior incentivo para os africanos tomarem nas suas mãos, directamente, a matéria de educação. Houve no Quénia uma verdadeira enchente das chamadas escolas independentes, comparável à das igrejas independentes e, na realidade dos factos, as primeiras emergiam na sua maior parte dessas últimas. As escolas independentes do Quénia juntaram-se em duas grandes associações, ou sejam, a Associação das Escolas Independentes Kikuyu e a Associação de Educação Karinga Kikuyu, fundada em 1929.

Na prática, pela mesma razão que as missões cristãs europeias que se serviam das escolas para atrair convertidos, assim as igrejas independentes atribuíam uma grande importância à educação. John Chilembwe desenvolveu esforços extraordinários a esse respeito auxiliado por irmãos recrutados nos Estados Unidos da América entre os descendentes dos africanos.

A religião muçulmana foi também um estimulador do avanço educacional durante o período colonial. No Norte de África achou necessário canalizar os seus esforços na criação de escolas que não fossem as construídas pelos colonialistas. A Sociedade dos Ulemas, Reformistas da Argélia, começou a pôr em prática, em 1936, um

vasto programa de escolarização primária. Em 1955 as escolas primárias albergavam quarenta e cinco mil crianças argelinas; e, por volta de 1947, a sociedade levantou uma grande escola secundária; semelhantemente, na Tunísia, a iniciativa popular financiou modernas escolas primárias corânicas com lugares para trinta e cinco mil crianças — equivalendo a uma em cada quatro das crianças que frequentavam a escola primária oficial.

Em Marrocos, as escolas muçulmanas fundadas por iniciativa popular possuíam o factor invulgar de prosseguirem uma luta pela emancipação da mulher através da admissão de uma percentagem elevada de raparigas. A administração colonial evitava deliberadamente mencionar essas escolas nos seus relatórios oficiais e tentava ocultar a sua existência aos visitantes.

Outro exemplo flagrante da iniciativa dos africanos no campo da educação foi o projecto de responsabilidade do Congresso Geral dos Graduados do Sudão. Fundado em 1937 por estudantes, comerciantes e funcionários, o Congresso dos Graduados resolveu levar a cabo um vasto programa de construção de escolas. No espaço de quatro anos abriram-se cem escolas que foram construídas com a ajuda de contribuições voluntárias. Conquanto de dimensões mais reduzidas foi igualmente excitante a experiência da Associação dos Estudantes Unidos Bugago, fundada em 1947 por dois estudantes em Mwanza, Tanganica. Era destinada à educação dos adultos e, pouco tempo depois, tinha uma frequência de mais de 1000 pessoas de todas as idades. Os organizadores fundaram um campo onde recebiam e alimentavam aqueles que se inscreviam ao mesmo tempo que lhes ministravam os rudimentos da alfabetização. Quando os camponeses Kikuyu ou as mulheres do mercado do Ga ou os pastores Kabyle decidiram construir escolas, entraram em contradição com os objectivos dos colonialistas que desejariam que os salários dos operários agrícolas e outros rendimentos fossem lançados em circulação para que regressassem como lucros às metrópoles, através de aquisição de bens

de consumo. Por conseguinte, os africanos estabeleciam uma ordem de prioridade que era em certa medida diferente da dos colonialistas. Essa parte tornou-se particularmente intensa nos últimos anos do Colonialismo quando a educação adquiriu um forte significado político na era do autogoverno.

Um originário da África francesa que recebesse uma educação superior na África colonial do pós-guerra podia ascender até à Assembleia Nacional Francesa em Paris, enquanto o máximo a que um súbdito colonial inglês podia chegar era à Assembleia Legislativa local como membro eleito ou nomeado. Essas aberturas eram absolutamente destituídas de poder e eram oportunidades que só uma mão cheia de privilegiados poderia aproveitar; mas eram estimulantes, quanto mais não fosse porque dava aos africanos a noção de que uma considerável mobilidade vertical podia acompanhar a educação. Em fins de 1940 foi o governador africano Felix Eboué quem encabeçou na África Equatorial francesa as exigências dos africanos por uma maior educação; e conseguiu algum sucesso ao forçar a mão dos seus chefes no Ministério do Ultramar francês. Houve também nessa mesma altura, e posteriormente, um esforço dos Conselhos Legislativos Africanos para manter como prioritária a questão da educação. Os ingleses haviam escolhido alguns africanos cultos e uma mão cheia de chefes para aconselhar o governador na Assembleia Legislativa; eram geralmente tão decorativos como as plumas do capacete do governador, mas no tocante à educação nenhum africano poderia evitar ao menos manifestar uma certa insatisfação com o pobre estado das coisas.

Ultimamente e dum ponto de vista meramente quantitativo, os africanos obrigaram os colonialistas e particularmente os ingleses a garantir mais educação do que o sistema colonial desejaria e esse facto foi uma contradição importante e exclusiva que ajudou os africanos a reconquistar a independência política.

Observou-se que as colónias inglesas tendiam a criar um sector educado maior do que a economia colonial poderia absorver. A explicação para este reside nos esforços do povo africano apesar de ser verdade que os franceses eram muito mais rigorosos a rejeitar os pedidos dos africanos e a manter-se firmes aos seus intentos de criar unicamente uma elite de quadros para servir os interesses franceses. Foi um facto que os esforços dos africanos por mais e melhor educação obrigaram a ultrapassar indubitavelmente na Serra Leoa o número dos que a economia podia absorver. A Costa do Ouro foi uma das primeiras colónias a experimentar a «crise dos diplomados da escola primária» e «o gargalo de garrafa da escola secundária»! Isso significa que entre os diplomados pelas escolas primárias muitos se frustravam porque não encontravam lugar nas escolas secundárias, nem emprego de acordo com a estratificação interna que o Capitalismo causou na sociedade africana.

Diz-se às vezes que Kwame N'Krumah organizou os analfabetos no Convention Peoples Party. Isso foi uma calúnia lançada por ganeses cultos e conservadores, que pensavam que o Kwame N'Krumah avançava muito depressa e para muito longe. Na realidade, as tropas de choque da brigada jovem de N'Krumah não eram analfabetos. Frequentaram a escola primária e podiam ler os manifestos e a outra literatura da Revolução Nacionalista Africana. Mas estavam desempregados porque (entre outras) eram relativos retardatários na cena educacional da Costa do Ouro e não havia lugar para eles no restrito estabelecimento africano da monocultura do cacau.

Os poderes coloniais tinham a necessidade de educar um certo número de africanos para manter o sistema em funcionamento; os africanos, porém, exigiam de várias formas mais educação primária do que lhes era facultada e esse foi um dos factores que provocou a crise profunda que obrigou os ingleses a considerar a ideia da retirada do seu aparato colonial da Costa do Ouro. O

ritmo da aquisição da independência foi também acelerado contra a vontade dos ingleses. Como é sabido a tomada da independência do Gana não foi um facto de interesse puramente local mas um da maior importância para toda a África; e esse facto engrandeceu a importância de pelo menos uma das contradições educacionais na reacquirição da independência de África.

A Costa do Ouro não foi a única colónia onde apareceu o problema [a conhecer] do estrangulamento por causa da pouca profundidade da sua pirâmide educacional. Na região que então constituía a Federação Colonial das Rodésias e Niassalândia os educadores comentavam por volta de 1950 o problema da crise dos diplomados da escola primária. Diziam haver demasiadas pessoas com a sexta classe. Nesse grupo de colónias que educava na altura um número insignificante de crianças da escola primária havia demasiados diplomados. Tudo isso significa que o Colonialismo colocou a África numa situação de falência tal, subdesenvolveu-a de tal modo (a tal ponto) que não tinha capacidade de absorver mais que uma mão cheia de alfabetizados. Além disso, os colonialistas haviam assegurado a todos os africanos resistentes que, se suportassem a educação missionária, teriam o direito a uma profissão de colarinho branco e a um passaporte à civilização; mas, ao abandonar a escola, os jovens africanos verificavam que todas essas promessas eram falsas. Um jovem da Federação Centro-Africana com a sexta classe da escola primária escreveu a seguinte carta a um jornal em 1960:

«Depois de completar a sexta classe passei o ano inteiro em casa porque não pude encontrar nenhum lugar para prosseguir a minha educação. Nos princípios deste ano comecei a procurar emprego mas falhei mais uma vez desde Janeiro até agora. Se tivesse sabido que a minha educação era tão inútil, teria dito ao meu pai para não gastar

o seu dinheiro a educar-me desde a primária até à sexta classe.»

Será fácil inferir que o escritor da carta se opunha à colónia branca da Federação Centro-Africana. Quer tenha ou não racionalizado conscientemente a questão, estava a ser obrigado a agir como um produto das forças profundamente contraditórias do Colonialismo — forças essas que haviam produzido a discrepância entre a promessa e o cumprimento na sua própria vida pessoal! Ocasionalmente, os diplomados frustrados podiam canalizar os seus sentimentos numa forma destrutiva. Na Costa do Marfim experimentou, por volta de 1958, o grave problema de estrangulamento na educação e no emprego; e, no contexto duma direcção africana confusa, os jovens da Costa do Marfim chegaram à conclusão que os seus inimigos eram um grupo de daomenses e senegaleses que estavam empregados na Costa do Marfim. Contudo, dum modo geral, a situação de frustração ajudou os africanos a aperceberem-se ainda mais claramente que o inimigo era o poder colonial transformando-se por isso em mais uma base para o movimento de libertação em África.

Os africanos entraram em choque com a educação colonial não só por causa da quantidade de educação ministrada como também por causa da sua qualidade. Um dos pontos-chave do seu descontentamento era a educação agrícola colonial que já foi atrás referida. Os colonialistas fingiram-se (mostraram-se) surpreendidos que um continente de agricultores escusasse uma educação com a qual lhes pretendiam elevar o nível da sua agricultura. Na verdade, alguns africanos insurgiram-se contra a educação agrícola e outras reformas para africanizar o currículo por causas que podem qualificar-se de puro elitismo egoísta. Um guineense exigiu, por exemplo, que não houvesse uma única mudança no programa de ensino tal como era utilizado na França metropolitana. «Nós queremos um currículo metropolitano e os

mesmos diplomas como na França porque somos tão franceses quanto os franceses da metrópole» — declarou ele. Houve também protestos no Tanganica durante a dominação germânica contra a alteração do programa educativo formal e literário que havia sido introduzido à imagem e semelhança do europeu. Um importante africano do Tanganica declarou:

«Aqueles que pensam que a educação literária é inconveniente para os africanos desconhecem de facto a sua importância e indispensabilidade em qualquer tipo de educação e, por conseguinte, negam aos africanos as verdadeiras vias de progresso.»

Declarações deste género devem ser entendidas e integradas no seu contexto correcto para que se possa compreender que a resposta africana era perfeitamente justificada. O sistema de valores dos colonialistas atribuía uma cotação muito baixa ao trabalho manual e dava em contrapartida uma grande importância ao trabalho burocrático do colarinho branco. Ainda mais importante do que isso, a economia colonial oferecia uma compensação discriminatória àqueles que tinham educação literária ou livresca, em contraposição aos técnicos de trabalho manual. Era extremamente difícil convencer qualquer africano em seu perfeito juízo que uma educação que lhe capacitasse a trabalhar a terra e ganhar 100/ ano era mais adequada que uma outra que o qualificasse a trabalhar no serviço civil por 100/ mês. Quando os europeus pregavam essa infame sabedoria, os africanos ficavam desconfiados.

Os africanos desconfiavam também dos impostos na era colonial. Nunca queriam ser contados nem queriam que as suas galinhas o fossem porque a experiência amarga havia provado que era desse modo que os colonialistas estabeleciam os impostos. Simultaneamente no plano educacional os africanos não confiavam

na estratégia colonial das diferentes versões da educação, porque esses planos significariam quase sempre uma educação ainda mais inferior e que cada vez mais descaradamente se propunha ser uma educação para o subdesenvolvimento. A África do Sul forneceu com a promulgação da lei de educação Banto em 1953 o exemplo [extremo] mais completo duma educação colonial destinada a treinar africanos para prossecução da sua função «natural» de trabalhador manual. Contudo, as tentativas anteriores prosseguidas por ingleses e franceses de fundar o que eles chamaram «escolas agrárias» ou «escolas de iniciação» seguiam a mesma linha de orientação que acabou por ser seguida rudemente pelos racistas da África do Sul. A educação não literária tinha a aparência superficial de ser mais adequada à África mas era na realidade uma educação inferior para um povo supostamente inferior de maneira a fazê-lo aceitar a sua própria exploração e opressão. Como disse Abdou Moumini «a educação colonial era uma educação «cut-rate». Oferecia substitutos de baixa qualidade para os padrões europeus para se adaptar à apregoada baixa capacidade intelectual dos africanos. Na África colonial francesa os diplomas raras vezes eram iguais aos dos níveis comparáveis da metrópole e na África Oriental inglesa um oficial recomendava aos educadores que tivessem sempre em conta o fosso que os separava dos «rudes selvagens» que a Inglaterra tentava civilizar. Foi nesse contexto que a educação agrária em particular se revelou como um exercício decepcionante.

Por conseguinte, a luta contra as escolas agrícolas e rurais foi uma das mais renhidas levadas a cabo pelos africanos nacionalistas contra o poder colonial e ajudou a levantar a consciência a todos os níveis da sociedade africana no tocante à natureza fundamentalmente exploradora e racista do Colonialismo. Na África Ocidental francesa, por exemplo, as escolas rurais encontraram uma oposição determinada durante a última guerra e o Governo francês teve que as abolir. No Tanganica e em

Niassa a confrontação entre os colonialistas e o povo africano foi muito mais renhida porque a oposição à educação agrícola associava-se à reacção às inovações da agricultura colonial (como por exemplo a construção de terraços) que eram impostas sem consulta popular e sem ter em conta as condições diferentes das várias localidades.

Na África Oriental, os ingleses levaram a cabo alguns esforços para introduzir o que eles consideraram ser uma educação agrícola importante. Fundaram um esquema piloto em Naikato, Tanganica, que começou pela transformação dum liceu em escola agrícola. Durou nove anos com professores recrutados em Inglaterra e na África do Sul, mas a experiência acabou por fracassar por causa dos protestos dos estudantes e da população da região. Apesar de a escola se reclamar do ensino de novas técnicas agrícolas foi prontamente desmascarada como fazendo parte dum programa que visava definir as «atitudes correctas» e o «lugar natural» que os europeus pensavam estabelecer para os africanos.

Nos anos 40 e visto que os africanos desejavam mudar certos elementos do sistema educativo, naturalmente passaram a exigir voz activa nos conselhos que formulassem a política educacional. Isso era por si só uma exigência revolucionária na medida em que o povo colonizado era por definição um povo a ser dominado e não participar na tomada de decisões. Além disso, ao manifestar o desejo de participar na deliberação da política educacional, os africanos não só alarmaram os administradores como também calcaram as pretensões dos missionários que de um modo geral se sentiam os herdeiros da educação na partilha de África. Todos esses confrontos apontavam em direcção à libertação dos povos coloniais porque atrás de tudo isso estava sempre a questão do poder político.

Seria errado afirmar que os africanos cultos tivessem agido sempre com a intenção da reconquista da independência africana. Teriam sido na realidade muito

poucos os que nos princípios de 1939 apoiaram o chefe Essien do Calabar ao afirmar que:

«Sem educação nos será absolutamente impossível tomar nas nossas mãos os nossos destinos que é a independência económica da Nigéria e a independência política da Nigéria.»

Contudo, a educação (quer formal quer informal) era uma força poderosa que transformou a situação na África do pós-guerra de maneira a conseguir em duas décadas a independência política da maioria da África colonizada.

Houve também alguns europeus que previam aquilo que chamaram o perigo de facultar uma educação moderna aos africanos; nomeadamente a possibilidade de isso os conduzir à libertação. Como é natural, os europeus não estavam muito satisfeitos com quaisquer escolas que apesar de serem do tipo europeu não estavam sob controlo directo colonialista. Os colonos brancos e outros europeus dentro da colónia não viam com bons olhos as escolas independentes do Quênia. Em 1953, um relatório da missão católica dos arredores de Tanganica barafustava contra a inscrição dos africanos de Tanganica em escolas controladas por eles próprios. Afirmava:

«As escolas independentes criam problemas ao Quênia. Essas escolas tornam-se facilmente em estufas da sedição.»

Quando se desencadeou no Quênia a guerra dos Mau Mau por Terra e Independência, uma das primeiras coisas que o Governo inglês fez foi encerrar as 149 escolas da Associação das Escolas Independentes Kikuyu, as 21 escolas da Associação Karinga Kikuyu e 14 outras escolas independentes. Foram considerados «campos de treino para a rebelião» — uma expressão que consegue

apreender no essencial o medo expresso pelo relatório da missão católica atrás citada. Os europeus sabiam muito bem que se não controlassem a mente dos africanos, perderiam o seu controlo físico e político sobre o povo.

Semelhantemente, no Norte de África o poder colonial francês e os colonos brancos não gostavam das escolas argelinas e tunisinas auto-sustentadas. O propósito das escolas fundadas pela Sociedade dos Reformistas Ulema na Argélia era modernizar cientificamente mas, ao mesmo tempo, aprender no contexto da cultura árabe e argelina. Os alunos das escolas Ulema começavam as suas lições cantando todos juntos:

O árabe é a minha língua, Argélia é o meu país,
o Islão é a minha religião. Não é de espantar,
portanto, que os colonialistas tomassem medidas repressivas na medida em que essas escolas eram também consideradas estufas da sedição.

Os missionários reclamavam o controlo das escolas porque essa era uma das formas de impingir a própria religião e porque se consideravam como técnicos do imperialismo cultural (que eles chamavam acção civilizadora). Contudo, existiam outros europeus dentro e fora das colónias que se opunham absolutamente à existência de escolas — fossem elas cristãs, independentes, governamentais ou islâmicas. Baseando-se numa posição racista eles diziam que educar africanos era como atirar pérolas aos porcos. Algumas das mais violentas expressões de Racismo eram dirigidas contra os africanos educados. Desde os tempos de indivíduos como Lloyd George até aos dias dos últimos administradores coloniais como sir Alan Burns muitos colonialistas demonstraram hostilidade para com os africanos cultos. Os africanos cultos apareciam aos colonialistas como algo difícil de engolir porque era uma imagem que se

não coadunava com a que os europeus gostavam de albergar do «africano selvagem e desamparado».

Mas se se for ao fundo da questão será fácil chegar à conclusão que os racistas não acreditavam seriamente que os africanos não poderiam apreender o conhecimento que eles (os europeus) não possuíam. Muito pelo contrário a evidência do africano culto metia-se-lhes pelos olhos dentro; e os colonos brancos temiam especialmente que, dada uma oportunidade, demasiados africanos passassem a devassar demasiado o conhecimento burguês. Esses africanos poderiam, portanto, recusar trabalhar como assalariados agrícolas por 12/ mês; poderiam competir com os europeus nas categorias semi-especializadas e especializadas; e acima de tudo, poderiam querer governar-se a si mesmos.

Nos relatórios coloniais não é invulgar encontrar-se observações do seguinte tipo:

Para quê educar os nativos?

Estamos a dar-lhes as armas que nos destruirão.

Esses europeus eram, num certo sentido, simples sonhadores porque facultar aos africanos o acesso à educação não era uma opção que se poderia evitar; era uma necessidade objectiva para que o Colonialismo pudesse continuar em funcionamento. P. E. Mitchell, que viria a ser mais tarde governador do Uganda escrevia em 1928 que «por mais que lhe pesasse» nenhum director de educação poderia resistir à procura de empregados de balcão, carpinteiros, sapateiros, etc. treinados nos métodos europeus para servir necessidades europeias. Esses homens não eram treinados para ocupar um lugar na sua própria sociedade (no seio do seu próprio povo) mas para satisfazer as necessidades económicas de uma raça estrangeira. A educação facultada era simultaneamente uma consequência das irresistíveis pressões da actuação do povo africano que queria pro-

gredir mesmo dentro do sistema estrangeiro. Dessa forma, aqueles europeus que se opunham absolutamente à educação dos africanos não compreendiam as contradições da sua própria sociedade colonial. Mas, por outro lado, estavam defendendo o Colonialismo. Primeiramente, por mais que os colonialistas tentassem não lhes teria sido possível modelar as mentes dos todos os africanos que frequentassem as suas escolas. As excepções seriam os que se provariam os mais perigosos para o Colonialismo, Capitalismo e Imperialismo. Em segundo lugar, o mais tímido e alienado dos africanos educados albergava alguma espécie de desacordo com os colonialistas; e, na prossecução dos seus próprios interesses individuais, a elite culta ajudava a desmascarar e minar a estrutura da dominação colonial.

Tendo em conta essas distinções há que considerar as contradições que se levantam entre os colonizadores e todos os africanos educados e aquelas que se levantam entre os colonizadores e certos indivíduos entre os africanos cultos.

Como atrás se notou, facilidades educacionais insuficientes e profissões inadequadas eram as barreiras levantadas aos escalões mais baixos daqueles que conseguiram educar-se em África durante o período colonial. Aqueles que frequentavam a escola secundária e as instituições de ensino superior encontravam pouco acesso a postos remunerados e responsáveis porque estavam destinados a preencher os postos mais baixos da administração civil e comercial. Depois de trabalhar vinte anos um africano da função pública seria extremamente afortunado se se tornasse chefe de repartição ou sargento da polícia. Entretanto, para acumular o insulto à injúria, qualquer europeu que desempenhasse as mesmas funções que um africano recebia maior salário; e brancos com menor qualificação e experiência eram colocados como superiores de africanos, que faziam o trabalho para o qual os seus superiores eram remunerados. Na função pública colonial bastava ser-se euro-

peu. Não interessava saber se o branco era ignorante ou estúpido, tinha um alto salário garantido e desfrutava de grandes privilégios. Amílcar Cabral, o dirigente da Guiné-Bissau, dava um exemplo desse tipo de coisas:

«Eu era um engenheiro-agrônomo trabalhando sob as ordens de um europeu que era conhecido por todos como sendo um dos maiores idiotas da Guiné; podia ensinar-lhe o ofício com os olhos fechados mas ele era o meu chefe; isso é algo que conta muito, essa é uma confrontação que realmente interessa.»

As questões de salário, promoções, despedimentos, licenças, etc., eram de interesse fundamental para a maioria das sociedades de funcionários públicos africanos e das Associações de Bem-Estar ou «Melhoramentos». Mas, as suas queixas eram justificadas nos termos da discrepância entre o seu nível de vida e o dos deportados e colonos brancos, assim como nos termos da ideologia burguesa que colonizou a África. O processo educacional equipara alguns africanos com a capacidade de compreender a comunidade internacional e a democracia burguesa e havia assim um fosso de credibilidade muito insatisfatório entre os ideais da democracia burguesa e a existência do Colonialismo como um sistema de negação da liberdade. O africano culto começava inevitavelmente a gravitar em direcção às exigências de independência nacional assim como muitos indianos cultos haviam feito muito antes no subcontinente indiano.

Fontes oficiais espanholas afirmam que o sistema escolar na Guiné espanhola conseguiu tudo o que os colonizadores esperavam dele. Modelou os africanos necessários que amavam os espanhóis mais do que os espanhóis se amavam a si mesmos mas não produziram nenhum opositor do regime colonial. É difícil acreditar-se na veracidade dessa afirmação e os espanhóis

tomaram medidas para evitar que alguém ventilasse o como as coisas eram nas pequenas colónias espanholas de África. Contudo, se fosse verdade que o sistema de educação colonial na Guiné espanhola criou somente africanos pintados de branco conforme o planeado, então isso representaria uma saliente excepção à regra geral. Contudo, no que pode ser apreciado mostra que o imperialismo cultural de educação colonial obteve sucesso em larga medida mas nunca foi inteiramente bem sucedido. Produziu em conformidade com o plano muitos Kikuyu leais Capricornistas, «Anglófilos», «M.B.E.», etc. mas também produziu «apesar de tudo» africanos a quem os colonialistas chamaram «filhos da sorte», «descontentes», «agitadores», «comunistas», «terroristas».

Para os colonialistas os problemas começaram muitas vezes com os estudantes africanos antes de terminarem os cursos. O Sudão, por exemplo, tem uma história de protestos nacionalistas estudantis; e a esse respeito Madagáscar tem-se distinguido. Um movimento estudantil politizado vem crescendo em Madagáscar, desde os princípios deste século apesar das medidas especiais tomadas por dois governadores franceses. Por volta de 1816 os estudantes malgaches organizaram a Société Vy Vato que visava escorraçar os franceses. Quando a Vy Vato foi detectada os estudantes foram suprimidos brutalmente. Contudo, tantas vezes isso acontecia, que os estudantes ganhavam inspiração do martírio dos seus companheiros e reapareciam posteriormente na cena nacionalista.

Os estudantes que frequentavam o ensino superior nas metrópoles eram os mais favorecidos e mimados dos africanos seleccionados pelos senhores coloniais brancos para se tornarem europeizados; e, mesmo assim, estiveram entre os primeiros a exigir verbal e logicamente que a Liberdade, Igualdade e Fraternidade que lhes ensinaram fossem aplicadas em África. Na França do pós-guerra os estudantes africanos foram introdu-

zidos cuidadosamente no seio do corpo então conservador dos estudantes nacionais franceses mas os africanos revoltaram-se com isso e criaram a Federação dos Estudantes da África Negra, que se filiou à União Internacional dos Estudantes Comunistas. Em Inglaterra os estudantes africanos fundaram uma variedade de organizações étnicas e nacionalistas que participaram no movimento panafricano. Acima de tudo isso, muitos deles haviam sido enviados para estudar a constituição inglesa e a Lei constitucional e a palavra liberdade aparecia bastantes vezes nesses dois textos.

Os fascistas que dominaram algumas regiões da África durante a era colonial tentaram evitar a propagação dos ideais democráticos burgueses. Por exemplo, quando a Itália fascista administrava a Somália entre 1922 e 1941 retiraram do livro texto de história todas as referências a Mazzini e Garibaldi, os dois dirigentes principais do vento democrático do movimento nacionalista italiano do século XIX. Mesmo assim os funcionários e operários especializados que receberam esta educação não se inscreveram nunca na Liga da Juventude da Somália e combateram à cabeça das forças populares pela independência.

A verdade de tudo isso é que não é preciso ir buscar a ideia de liberdade aos livros europeus. O que os africanos educados extraíam era uma formulação particular do conceito de liberdade política mas não demorou muito para que elaborassem uma resposta por sua própria tendência instintiva de liberdade. E, como fica amplamente demonstrado com os somalis, essa tendência universal de busca de liberdade manifesta-se também entre os africanos mesmo quando foram tomadas as medidas mais escrupulosas para a abafar.

Não houve nenhum sector da vida colonial no qual os africanos educados aparecessem e permanecessem completamente leais aos colonialistas. Partia-se do princípio que os professores apreenderam tão bem a cultura da dominação de maneira a estarem aptos a transmi-

tirem; mas, no fim de contas, muitos foram os que apareceram na vanguarda dos movimentos de libertação. Os padres e pastores africanos deviam ser supostamente leais servos de Deus e dos seus dirigentes europeus mas a igreja deu à luz em Niassalândia John Chilembwe no tempo da Primeira Grande Guerra. Mais tarde, no Congo, quando Simeão Kibangu começou a sua igreja independente os colonialistas ficaram com medo que ele introduzisse aí o Bolchevismo!

É particularmente interessante verificar que os colonialistas nem sequer estavam seguros da lealdade das suas tropas africanas. Já se disse que o exército e a polícia eram instituições educacionais e socializantes que serviam para perpetuar o poder e os valores capitalistas e colonialistas. O sucesso com que cumpriam essa missão pode verificar-se no número de veteranos de Burma e Indochina que regressaram ao continente para lealmente prosseguir na defesa das políticas da Inglaterra e França respectivamente. O coronel Bokassa da República Centro-Africana e o coronel Lamizana do Alto Volta são dois exemplos fundamentais, ambos graduados na luta contra os vietnameses que chegaram ao ponto de dialogar com o «apartheid» fascista da África do Sul. Contudo, os soldados que regressavam desempenharam também um papel muito positivo na luta pela independência nacional após as guerras. E, por vezes, no fim da era colonial ocorreram motins de tropas e polícias africanos, como em 1959 na Niassalândia.

Os Trade Unionistas Africanos também frequentaram a «escola» colonialista. A começar com as organizações e a actividade do pequeno sector assalariado que em África incomodou um bom bocado os colonialistas. O seu primeiro desejo foi esmagar o inconformismo dos operários e (quando se verificou que seria impossível que isso fosse conseguido) tentaram cooptá-lo e guiá-lo ao longo de canais «aceitáveis».

O Conselho Sindical da Grã-Bretanha encorajou algumas organizações sindicais africanas, tentando fazê-las

aceitar uma separação rígida entre questões industriais (como os salários e a jornada de trabalho) e as políticas. Neste contexto, o T. U. C. (Trade Union Council) actuava com o beneplácito da burguesia britânica, mas não conseguiu travar a classe operária africana. Os trabalhadores africanos puderam dar-se conta que não havia diferenças entre as companhias privadas e a administração colonial. Na verdade, a administração colonial era por si só um dos maiores empresários, contra a qual os trabalhadores tinham muitas razões de queixa. Por consequência, nos anos 40 e 50, era frequente as greves estarem especificamente ligadas com a luta pela independência, como foi o caso do verificado nomeadamente na Costa do Ouro, Nigéria e Sudão.

Nas colónias francesas veio à tona de forma particularmente aguda a contradição entre os trabalhadores franceses e os africanos. O movimento sindical francês (e nomeadamente a sindical comunista, a C. G. T.) insistia para que os africanos, em vez de terem organizações sindicais distintas, se inscrevessem nas sindicais francesas, tal como quaisquer outros trabalhadores franceses. Esta orientação deu argumentos à ficção político-jurídica segundo a qual territórios como o Daomé e as Ilhas Comodoro não eram colónias, mas apenas parte integrante da «França ultramarina». O dirigente guineense Sekou Touré foi o primeiro a cortar com este patrocínio das organizações sindicais francesas e a organizar uma sindical africana independente. Ao fazê-lo, Sekou Touré tornou claro que a principal contradição na situação colonial residia entre os povos colonizados, por um lado, e a nação colonizadora, do outro. Enquanto os trabalhadores africanos permanecessem colonizados, tinham de se considerar primeiramente como trabalhadores africanos e, secundariamente, componentes de um proletariado internacional. Esta interpretação, inteiramente adequada à realidade, permitiu que o movimento sindical adquirisse um alto grau de politização e desempenhasse um papel nacional na

África Ocidental francesa. Foi uma conquista que derrotou o chauvinismo dos operários brancos franceses bem como os interesses de classe da burguesia francesa.

A atitude da classe operária metropolitana para com os seus homólogos africanos era influenciada pelos valores racistas dominantes na sociedade capitalista. O factor racista agudizou a contradição principal entre os colonizadores e os colonizados. Em todas as colónias vigoravam métodos e medidas discriminatórias racistas, aberta ou hipocritamente dissimulados. Por vezes, o racismo branco era brutal, outras era paternalista. Nem sempre foi o reflexo mecânico do desejo europeu na exploração económica de África. Na Rodésia do Sul, a discriminação racial estava muito ligada à conservação pelos colonos brancos dos seus empregos e das terras roubadas; mas, quando algum semiletrado inspector branco insultava um africano instruído da Serra Leoa, essa atitude pode ser referida como «gratuita». O Racismo tendeu a obnubilar a exploração económica, sendo ao mesmo tempo a manifestação de preconceitos que cresceram ao longo dos séculos.

Devido ao antecedente histórico do comércio escravagista, a contradição racial transbordou os limites de África. Não é pelo menos surpreendente que as ideias panafricanistas tivessem sido mais calorosamente defendidas por naturais das Índias Ocidentais como Garvey, e Padmore e norte-americanos como W. E. B. Dubois e Alpheus Hunton. Todos esses indivíduos foram educados dentro da estrutura capitalista internacional de exploração baseada na classe e na raça. Tendo compreendido que o seu estatuto de inferioridade nas sociedades da América estava limitado pelo facto de serem negros e pela fraqueza de África, os panafricanistas foram obrigados a debater-se com o problema central da exploração e opressão europeia do continente africano. É desnecessário dizer que os poderes metropolitanos jamais podiam ter previsto que a humilhação de milhões

de africanos no Novo Mundo iria, em última instância, redundar numa ajuda à emancipação da própria África.

O processo pelo qual se formaram 30 Estados pouco definidos em África foi extremamente complexo, caracterizado por uma inter-relação de forças e cálculos por parte dos poderes coloniais e por parte dos diferentes interesses de grupo dentro das metrópoles. A independência de África foi influenciada por eventos internacionais como a II Guerra Mundial, o crescimento da União Soviética, a independência da Índia e da China, o movimento de libertação dos povos da Indochina, e a Conferência de Bandung. No próprio continente africano, actuou a «teoria do dominó», no sentido em que o ressurgimento do Egipto com Nasser, a independência inicial do Gana, Sudão e Guiné, e as guerras nacionalistas no Quênia e na Argélia contribuíram para libertar as restantes colónias. Há, contudo, que salientar que o movimento para a reconquista da independência foi *iniciado* pelo povo africano; e, independentemente da forma como se revestiu esse processo, a força do povo foi uma constante.

Numa conferência realizada pelos franceses em Brazaville, em 1948, (a que presidiu o general De Gaulle), foi explicitamente declarado que «o estabelecimento, *mesmo num futuro distante*, de um governo autónomo nas colónias deve ser evitado». Como bem se sabe, a França só admitiu a hipótese de conceder a independência aos povos africanos depois de o povo argelino lhe aplicar uma lição muito salutar. Além do mais, quando a Guiné optou em 1958 pela independência completa, rejeitando a tutela da França, a administração francesa ficou louca de raiva e comportou-se de modo sujo, antes da retirada da Guiné. Nem sequer podiam admitir a ideia da independência africana.

Abstraindo os portugueses, os belgas foram os colonialistas mais relutantes em aceitar a ideia de um nacionalismo africano. Em 1955, quando um professor belga sugeriu a independência do Congo para 30 anos mais

tarde, foi visto e apontado como um radical! Sem dúvida que o Congo se tornou um dos territórios onde o imperialismo travou a revolução africana. Mas há que atender à sequência dos acontecimentos. Primeiro, foi a intensidade das reivindicações dos congolezes e dos africanos que fez com que os belgas admitissem a independência; em segundo lugar, foi precisamente a força e o potencial do movimento nacionalista sob a direcção de Lumumba que forçou os imperialistas a recorrerem ao assassinato e à invasão.

Os britânicos aproveitaram-se do facto de terem aceite a ideia de governo próprio imediatamente depois da última guerra; mas do governo próprio à independência ia uma longa distância, e a noção de educar o povo para a independência não passava de um truque político. Lady Margery Perham, uma voz representativa da defesa do Colonialismo, admitiu que o prazo estabelecido pelo «Colonial Office» para a independência tinha de ser alterado em face da mobilização do povo africano. A esse respeito, temos de notar que mesmo os dirigentes africanos não esperavam alcançar a independência tão rapidamente, até ao momento em que as massas começaram a desempenhar um papel decisivo na evolução dos acontecimentos.

O facto de esta análise ter estado centrada no papel dos africanos instruídos nos movimentos pró-independência não significa uma subestimação da actividade vital das mais largas massas, com o sacrifício de milhares de vidas. Em suma, basta dizer que o povo africano impediu colectivamente a concretização dos planos dos colonialistas, caminhando decididamente para a liberdade. Tal posição pode parecer um retomar de uma certa visão romântica muito popular nos primeiros anos da década de 60, acerca da independência africana; todavia, há uma perfeita consciência da amarga realidade no neocolonialismo em África. O que não podemos ignorar (e tem de ser acentuado) é que mesmo

a «bandeira da independência» representou um desenvolvimento positivo no rechaçamento do Colonialismo.

A aquisição dos atributos da soberania não é senão um passo no processo da reconquista da independência africana. Quando a África foi política e juridicamente dividida, em 1885, os povos e comunidades haviam já perdido uma grande parte da liberdade. Nas relações com o mundo externo, a África perdera já um grau apreciável de controlo sobre a sua própria economia, desde o século XV. Contudo, a perda da soberania política na altura da partilha foi decisiva. Por esta mesma razão, torna-se claro que a reconquista da independência política pelos anos 60 constitui um primeiro passo imprescindível para a obtenção da máxima liberdade na opção da via de desenvolvimento social.

Por outro lado, o período da revolução nacionalista deu origem aos traços ideológicos de uma minoria de dirigentes, que constituem as bases do futuro desenvolvimento africano. Muitos dirigentes africanos da *intelligentsia* e até do movimento operário eram abertamente defensores do sistema capitalista, adoptando plenamente a ideologia dos seus mestres burgueses. Houphouët-Boigny foi apelidado de «comunista» pelos colonizadores franceses! Defendendo-se vigorosamente contra esta falsa acusação, afirmou, em 1948:

«É certo que temos boas relações com o Partido Comunista (francês). Mas é óbvio que isto não significa que sejamos comunistas. Poder-se-á dizer que eu, Houphouët-Boigny — um chefe tradicional, doutor em medicina, grande proprietário, católico —, poder-se-á dizer que eu sou comunista?»

Os argumentos de Houphouët-Boigny aplicam-se a muitos outros dirigentes africanos da época de independência. Constituíam excepções aqueles que rejeitavam completamente o velho mundo do Capitalismo ou, pelo

menos, encaravam criticamente as abstrações da ideologia burguesa como a liberdade individual — e, através da experiência, conseguiam aperceber-se que os ideais permaneciam mitos numa sociedade baseada na exploração do homem pelo homem. Compreensivelmente, todos os dirigentes de tipo não conformista acabavam por cair em contradição directa com os objectivos da educação colonial; e as divergências com os colonizadores eram demasiadamente profundas para serem superadas meramente com a «bandeira da independência».

A independência africana foi festejada com pompa, cerimoniais e um ressurgimento da música e da dança tradicional africana. «Alvoreceu um novo dia», «estamos no limiar de uma nova era», «entrámos no reino político» — eram as frases correntes, repetidas até se tornarem chavões. Mas não se pode dizer que todo o vaivém de Cotonou para Paris e de Londres para Lusaka e todo o floreado e hastear de bandeiras fosse desprovido de qualquer significado. A retirada da direcção dos europeus do aparelho militar e jurídico era essencial, antes de se colocar quaisquer novas alternativas relativamente à organização política, estrutura social, desenvolvimento económico, etc.

As questões referidas foram levantadas mais seriamente pelo pequeno número de dirigentes africanos que individualmente optaram por uma via não capitalista de desenvolvimento; e os problemas foram considerados dentro do contexto das desigualdades e contradições não apenas entre a África e a Europa, mas também dentro de África, como reflexo de quatro séculos de escravatura e um de Colonialismo. A quebra da dominação estrangeira aberta clarificou, relativamente às massas trabalhadoras e camponesas, o método para uma apreciação correcta da exploração e do Imperialismo. Mesmo em territórios como os Camarões, onde os imperialistas esmagaram brutalmente os camponeses e operários e instalaram um governo fantoche, procedeu-se já de si a um avanço, na medida em que as massas participaram

na tentativa de determinação do seu destino histórico. Este é o elemento da *actividade consciente* que significa a capacidade de fazer a história, pelo ataque à herança das condições objectivas materiais e das relações de produção.

BREVE BIBLIOGRAFIA

O domínio colonial originou uma boa quantidade de materiais escritos que podem servir de base para a reconstrução histórica. Até os estudiosos não especializados em África teriam muito a ganhar na leitura de alguns desses materiais originais, como os dados compilados por lord Hailey. Analisados cuidadosamente, muitos dos textos antropológicos também nos dão informações sobre as transformações nas estruturas sociais africanas.

Acima de tudo, porém, são as gerações que sofreram o Colonialismo que constituem museus vivos da história do continente. A base mais autêntica da história do período colonial provém dos conhecimentos colectivos do povo africano, adquiridos pela experiência. Infelizmente, muita dessa experiência ainda não está transcrita no papel, mas temos amostras nas biografias de eminentes dirigentes como Namdi Azikiwe, Kwame N'Krumah, Oginga Odinga e Kenneth Kaunda, bem como nos escritos políticos destes e de outros dirigentes — nomeadamente Nyerere e Sekou Touré. Os livros de Padmore e Hunton, mencionados na bibliografia indicada no capítulo V, são ainda mais relevantes neste contexto.

Jack Woddis — *Africa, The Roots of Revolt* ⁽¹⁾.
Africa, The Lion Awakes.

⁽¹⁾ Há edição portuguesa do livro. (N. Trad.)

Gann e Duignan — *The Burden of Empire.*

O primeiro autor e os seus trabalhos são bem conhecidos pelo apoio activo à libertação de África. O segundo trabalho é um exemplo de uma interpretação colonialista, que nos oferece um contraste flagrante.

Sloan e Kitchen — *The Educated African.*
Abdo Moumini — *Education in Africa.*

O primeiro livro é útil pelos dados que fornece. Moumini é excelente na análise das questões.

Franz Fanon — *Black Skins, White Masks* ⁽¹⁾.
The Wretched of the Earth.
Towards the African Revolution.

Estes estudos são ímpares na revelação dos aspectos psicológicos da escravatura e da colonização relacionados com os africanos, quer no continente americano quer no africano.

Fanon não tem rival na análise das últimas fases do Colonialismo em África e no advento do Neocolonialismo.

⁽¹⁾ Há edição brasileira sob o título «Os condenados da Terra». Esta obra é essencial para o conhecimento dos problemas sociais africanos. (N. Trad.)

POSFÁCIO

por A. M. BABU

Haverá formas concretas de superar o subdesenvolvimento, de forma a atingir um estágio de economia desenvolvida? Esta questão absorveu, na última década, os esforços de muitos estudiosos. Professores universitários, economistas de renome, as Nações Unidas e as suas agências, a O. U. A., as agências de desenvolvimento, os ministros da economia, etc., dedicaram-se ao problema. Realizaram-se muitas conferências internacionais, promovidas por diversas entidades, enquanto têm sido publicados volumes de resoluções, guias de acção, documentos de esclarecimentos e outros. A resposta final a esta pergunta tem sido negativa. Os países subdesenvolvidos continuam subdesenvolvidos, aumentando o seu atraso em relação aos desenvolvidos.

A acuidade da questão permanece. Será que valerá a pena repetirmos a actividade realizada ao longo da década? Ao que parece, estamos no mesmo caminho. Com o mesmo zelo e alarde que acompanhou a Primeira Década Económica, as Nações Unidas iniciaram a segunda. Fez-se o mesmo apelo aos países desenvolvidos no sentido de serem caridosos e contribuírem com «1%

do seu rendimento nacional» para ajudar os países subdesenvolvidos, como se a população do mundo condenasse a pobreza de forma a suscitar a caridade dos ricos! Se continuarmos nesta década a encarar o problema da mesma forma, teremos no final o mesmo desapontamento.

O que está, afinal, errado? Será a própria natureza do subdesenvolvimento que determinará a impossibilidade do desenvolvimento? Entre as muitas soluções apontadas — culturais, sociais, psicológicas e até económicas —, não há nenhuma que tenha produzido resultados encorajadores. De facto, quase todas elas tiveram resultados negativos, tornando as más situações ainda piores. Vamos continuar as mesmas experiências, à custa das populações que, sejamos claros, sofreram com essas experiências no decorrer da década? Este o ponto em que todos os países em vias de desenvolvimento, especialmente os africanos, devem concentrar as suas interrogações. E, quanto mais cedo o fizerem, tanto melhor, pois temos pouco tempo antes de as nossas economias ficarem definitivamente distorcidas e de, provavelmente, serem também destruídas por qualquer falsa reconstrução.

Neste livro muito esclarecedor, o dr. Walter Rodney fornece-nos uma estimulante perspectiva para o abrir da discussão, que poderá levar ao encontro da solução correcta. Coloca as questões básicas fundamentais relativamente à natureza do subdesenvolvimento e ao atraso económico. Diferentemente de muitos outros trabalhos dedicados ao mesmo assunto, que nas intenções dos seus autores continham uma visão metafísica, ainda que camuflada com uma terminologia científica o dr. Rodney adopta o método do materialismo histórico, que nos ensina: «Para conhecermos o presente, devemos olhar o passado e para conhecermos o futuro devemos olhar o passado e o presente.» Este é um método científico, em que teremos a certeza, mais não seja, que as conclusões não serão afectadas por subjectivismos.

Torna-se claro, especialmente após a leitura do livro do dr. Rodney, que durante a última década colocámos questões incorrectas em relação ao atraso económico. Não «olhámos o passado para conhecer o presente». Disseram-nos, e aceitámos, que a nossa pobreza era causada pela nossa pobreza, segundo a famosa teoria do «ciclo vicioso da pobreza», e andámos à deriva procurando meios e forma de quebrar esse ciclo. Caso tivéssemos colocado as questões fundamentais que o dr. Rodney levanta neste livro, não teríamos exposto as nossas economias à pilhagem dos «investimentos estrangeiros» efectuada pelos criadores da teoria do círculo. Na verdade, os investimentos estrangeiros são a causa, e não a solução do nosso atraso económico.

Não estaremos agora subdesenvolvidos devido a termos sido, no passado, colonizados? Não há outra explicação senão o facto de praticamente quase todo o mundo subdesenvolvido ter sido directa ou indirectamente colonizado pelas metrópoles. E o que é o Colonialismo senão um sistema de «investimentos estrangeiros pelas metrópoles»? Se no passado contribuiu para o nosso subdesenvolvimento, não estará ainda hoje a contribuir para a mesma situação, ainda que o poder político esteja nas nossas mãos? Apresentada desta forma a questão do subdesenvolvimento, vislumbra-se muito mais apreensível, mesmo para os iniciados. E esta é a forma como o dr. Rodney apresenta directamente as questões.

A conclusão inevitável é a de que os investimentos estrangeiros não só contribuem para a deterioração da nossa economia, extraindo enormes benefícios como também provocam danos mais sérios lançando a economia num desequilíbrio que, caso não seja freado, se torna permanente. Enquanto continuamos, como fizemos durante séculos, a produzir para o chamado «mercado mundial», que foi erguido sob o Colonialismo e a escravatura, a nossa economia continuará a ser colonial. Qualquer desenvolvimento será meramente accidental, deixando a grande maioria da população completamente

desligada da actividade económica. Quanto mais insistimos nos ramos de exportação, de forma a atrairmos o «mercado mundial», mais distantes estaremos do desenvolvimento do povo e, conseqüentemente, menos efectivo será o nosso esforço de desenvolvimento.

E, visto que este tipo de investimento não contribui para o desenvolvimento interno da base material e técnica, a nossa economia permanece elástica apenas para os interesses do mundo ocidental, não correspondendo às necessidades do desenvolvimento interno. Esta a razão pela qual, embora muitos dos nossos planos de desenvolvimento destinem fundos para os «projectos rurais», estes retornam invariavelmente aos projectos urbanos, acentuando a disparidade entre a cidade e o campo. Bairros de lata, desemprego, desajustamento social e, por fim, a instabilidade política, eis algumas das nossas mais marcantes características.

Quase que, sem excepção, os novos Estados independentes têm ignorado as necessidades fulcrais do desenvolvimento; em particular o facto de o processo de desenvolvimento, para ser realmente efectivo, tem de começar pela transformação da estrutura económica colonial, unicamente virada para o aspecto externo, numa economia centrada na dinâmica interna.

O nosso erro foi termos seguido cegamente as afirmações dos nossos exploradores. Essas afirmações podem ser brevemente resumidas da seguinte forma: o crescimento dos países subdesenvolvidos é entravado no crescimento insuficiente das exportações, inadequados recursos financeiros internos, sendo agravado pela «explosão populacional» nesses países. E a solução prescrita é esta: incrementem as exportações, aumentem a ajuda e os créditos dos países desenvolvidos e parem com o crescimento da população.

Nos anos da última década centrámos as nossas forças no cumprimento religioso da prescrição acima referida, e mesmo se a prática demonstra a incorrecção, continuamos a aderir ainda mais fanaticamente a essa

posição! A maior exigência parece ser um processo de descolonização mental, visto que, quer o senso comum quer a nossa experiência no campo económico, contrariam fortemente essa perspectiva.

As experiências de outros países que optaram por outra via, uma via de reconstrução económica, educam-nos imenso. Exemplifiquemos com a Coreia do Norte ou a Albânia. Estes dois países eram subdesenvolvidos nos anos 50. Conseguiram atingir um brilhante progresso económico por se terem afastado do chamado «mercado mundial», diversificando os recursos com o fim de criar uma forte base material e técnica.

O relatório «Associados no Desenvolvimento» elaborado pela cissão Pearson tem sido saudado, inclusive nos países subdesenvolvidos, como iniciador de uma nova era, uma espécie de ponto de viragem na cooperação internacional para o desenvolvimento. Mesmo se as suas recomendações fossem adoptadas e seguidas de imediato seria duvidoso que trouxessem algum impacto para diminuir o fosso entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Isto, devido a ter evitado colocar a questão fundamental, nomeadamente, «pode haver desenvolvimento quando a nossa produção é determinada quase exclusivamente pelo modo de produção e consumo dentro da Europa capitalista e da América?»

Por outras palavras, o prejuízo da nossa economia, derivado da sua dependência face às exigências do mercado mundial, exigências nem sempre compatíveis com as necessidades do nosso próprio desenvolvimento, não irá afectar a nossa capacidade de possuímos um crescimento autónomo, que é uma condição essencial para o nosso desenvolvimento?

Se colocarmos o problema desta maneira, é possível penetrarmos a cortina dos benfeitores internacionais e começarmos a compreender as causas reais do nosso subdesenvolvimento. Claro que seria esperar demasiado que pessoas como Pearson e outras de feição liberal,

apresentassem a questão deste modo, considerado por elas como herético e subversivo.

Contudo, como dirigentes dos países em vias de desenvolvimento, temos de adoptar esta metodologia, visto que temos nos nossos ombros a responsabilidade de avançar na via de desenvolvimento, cujo sucesso ou êxito afectará, de um modo ou de outro, o bem-estar material de centenas de milhões de homens que constituem mais de dois terços da humanidade. Durante demasiado tempo permitimos que a sua esperança fosse determinada por um modo de produção que não é baseado na satisfação das suas necessidades, mas sim virado para os interesses externos, devido à submissão às regras de oferta e procura do chamado mercado mundial. Preparámos a sua educação de um modo tal que os «cérebros» que temos aprenderam a servir os mesmos interesses do mercado mundial, em vez de centrarem os seus esforços na criação de uma base material interna, do que resultou um distanciamento ainda maior, sob o ponto de vista tecnológico, em relação aos países desenvolvidos. Aceitámos timidamente a chamada divisão internacional do trabalho, em nome das massas, e ao fazê-lo condenámo-las à especialização em produtos primários, cuja produção não permite nem o desenvolvimento das técnicas científicas nem a introdução da indústria pesada, requisitos para o nosso verdadeiro desenvolvimento económico.

A importância do livro do dr. Rodney advém do facto de se dirigir, muito correctamente, para as massas e não para os dirigentes, e pensamos que será um guia para elevar as acções massivas do povo. Na ausência de governantes empenhados, muitos países africanos foram presa fácil da exploração militar, de forma a que hoje os generais constituem a maioria dos dirigentes africanos. Isto sucede naturalmente quando os dirigentes políticos perdem o sentido das realidades internas, quando por consequência, desistem de encontrar soluções para os problemas do povo e começam a acumular riquezas para seu benefício pessoal. Nessa altura, a di-

recção política tende a tornar-se cada vez mais «dirigista», no sector estatal. A lógica e a razão tornam-se subversivas. E quando os políticos se convertem em comandantes, tornam-se também supérfluos, pois ninguém melhor que o exército é capaz de impor?

Temos de admitir com tristeza que, salvo raras excepções, a África padece de dirigentes empenhados. Quando a Ásia e a América Latina produzem gigantes, como Mao, Ho, Che, que inspiram e galvanizam a imaginação não só dos seus compatriotas mas também do resto do mundo, a África apenas fez nascer um Nyerere e mantêve-o no poder, enquanto assassinámos Lumumba e derrubámos ou exilámos dirigentes como Ben Bella e N'Krumah, como resposta aos desejos dos imperialistas — nossos benfeitores, credores, patrões, donos e parceiros comerciais.

Com todo o devido respeito, é difícil imaginar, exceptuando uma ou duas honrosas excepções, que algum dos actuais dirigentes africanos seja capaz de lutar pelos genuínos direitos do seu povo, sabendo que esses direitos colidem directamente com os interesses do Imperialismo. E essa perspectiva é imprescindível se quisermos cumprir plenamente os nossos deveres de dirigentes, pois caso contrário não teremos o direito de impor as nossas decisões ao povo. Quando a maioria dos dirigentes no continente não se preocupa em resolver os problemas mais prementes do povo, quando não se importam com as misérias das massas, estas não podem ficar à espera. É por esta razão que esperamos que o livro do dr. Rodney seja lido pelo maior número de pessoas possível, pois aparece num momento em que, mais do que nunca, é necessária acção.

Depois de lermos o conjunto interminável de brutalidades da escravatura, da opressão e da humilhação, quando todas as civilizações foram esmagadas de modo a servir os interesses imperialistas do Ocidente; quando sociedades estáveis foram desagregadas pela força das armas dos imperialistas, de modo a que os fazendeiros

do «Novo Mundo» pudessem enriquecer, servindo assim a força de trabalho permanente para construir aquilo que agora é a sociedade capitalista mais avançada, torna-se perfeitamente claro que a única via para o nosso actual impasse é uma via revolucionária, que corte completamente com o sistema responsável por toda a nossa anterior e presente miséria.

O nosso futuro político deve ser encarado dialecticamente. Se para conhecermos o presente é necessário olharmos o passado, para conhecer o futuro é necessário conhecer o passado e o presente. A nossa acção deve basear-se na nossa experiência concreta, e não nos devemos deixar embalar por desejos e esperanças metafísicas — esperando que o monstro que sempre nos explorou venha algum dia a transformar-se em carneiro; ele não o fará. Como disse Engels, «A liberdade não consiste em sonhar uma independência face às leis naturais, mas no conhecimento dessas leis... A liberdade de querer, por conseguinte, apenas significa a capacidade de tomar decisões com conhecimento do assunto».

Nós conhecemos o objecto demasiado bem, e sabemos que é um monstro. Não teremos a capacidade de tomar uma decisão — agora que o livro do dr. Rodney nos fornece um conhecimento global do assunto?

É ao povo a quem compete responder.

Dar es Salam, Tanzânia

Dezembro de 1971

